

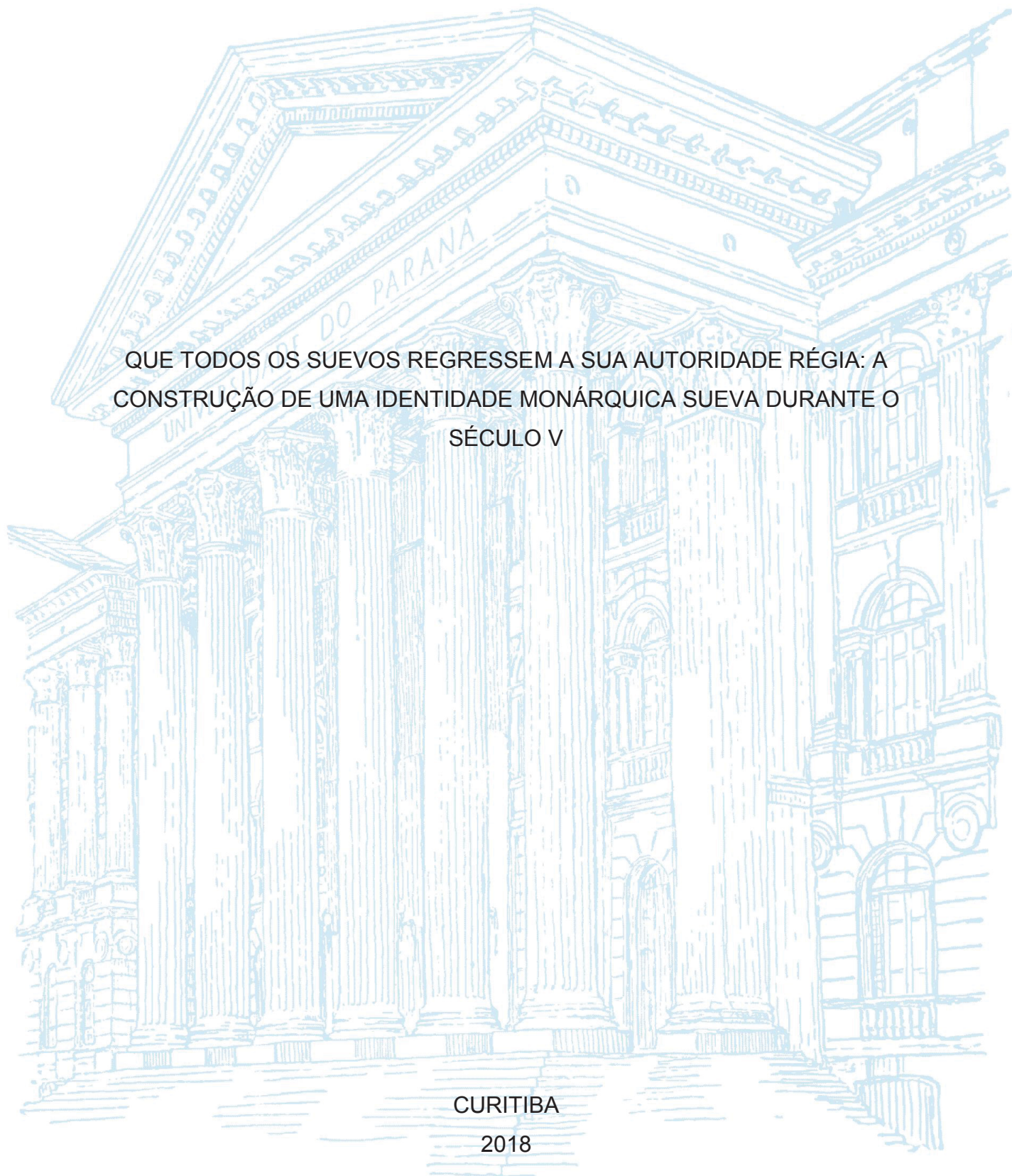
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANILO MEDEIROS GAZZOTTI

QUE TODOS OS SUEVOS REGRESSEM A SUA AUTORIDADE RÉGIA: A  
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MONÁRQUICA SUEVA DURANTE O  
SÉCULO V

CURITIBA

2018



DANILO MEDEIROS GAZZOTTI

QUE TODOS OS SUEVOS REGRESSEM A SUA AUTORIDADE RÉGIA: A  
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MONÁRQUICA SUEVA DURANTE O  
SÉCULO V

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Professor orientador: Dr. Renan Frighetto

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA  
DE BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS  
HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR  
Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza –  
CRB9/816

Gazzotti, Danilo Medeiros

Que todos os suevos regressem a sua autoridade régia: a construção de uma identidade monárquica sueva durante o século V/ Danilo Medeiros Gazzotti. – Curitiba, 2018.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto.

1. Império Romano – História. 2. Godos – Roma – História. 3. Povos suevos – Relações de poder. 4. Roma – História – Império – Séc. V. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 937.09

### TERMO DE APROVAÇÃO

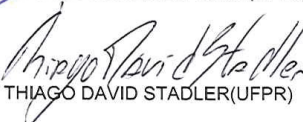
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **DANILO MEDEIROS GAZZOTTI**, intitulada: **QUE TODOS OS SUEVOS REGRESSEM A SUA AUTORIDADE RÉGIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MONÁRQUICA SUEVA DURANTE O SÉCULO V**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.


A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.


Curitiba, 15 de Agosto de 2018.

  
RENAN FRIGHETTO(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
LEILA RODRIGUES DA SILVA(UFRJ)

  
THIAGO DAVID STADLER(UFPR)

  
MARGARIDA MARIA DE CARVALHO(UNESP)

  
FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO(UFPR)



**À Vanessa Fronza,  
companheira para todas as minhas vidas  
A Edson Valter Gazzotti,  
pelo exemplo de luta e superação**

## Agradecimentos

Ao longo dos quatro anos de produção desse trabalho, inúmeras pessoas contribuíram de forma direta ou indireta para sua realização. Citá-las aqui é um meio que encontro para expressar a minha mais profunda gratidão.

A meu orientador, Prof. Dr. Renan Frighetto, pelos mais de seis anos de orientação, apoio constante, confiança inabalável, integração ao NEMED e principalmente pelos conselhos, ideias e material de pesquisa que tornaram possível a realização desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Pablo de la Cruz Díaz Martínez, supervisor de meu doutorado sanduíche na *Universidad de Salamanca* (USAL-Espanha). Agradeço pela acolhida, pela integração com os demais bolsistas da instituição, pelas aulas, pelo material de pesquisa disponibilizado e, sobretudo, pelos conselhos e orientações que aperfeiçoaram de forma muito significativa o resultado dessa pesquisa.

Aos Professores do Departamento de *Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología* da USAL, Prof. Dr. Enrique Ariño Gil (Arqueologia), Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cruces Blázquez Cerrato (Numismática e Epigrafia) e Maria José Cantó (Latín) por terem me aceitado como ouvinte em suas aulas e terem me fornecido material de pesquisa.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Belén Zaera Garcia, docente responsável pela disciplina de Direito Romano no Departamento de *Derecho Privado* da USAL, pelas leituras indicadas, pelas orientações acerca do *Codex Theodosianus*, por gentilmente ter me apresentado Salamanca e auxiliado em minha instalação na cidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo financiamento dessa pesquisa por meio de uma bolsa de doutorado nacional e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela concessão de uma bolsa pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, que me permitiu realizar meu estágio de pesquisa na *Universidad de Salamanca*, fator fundamental para o melhor desenvolvimento de minha tese.

À Profª Drª Margarida Maria de Carvalho (UNESP/Franca), que há mais de dez anos me auxiliou no desenvolvimento de minha Iniciação Científica e que desde então acompanha meu trabalho, tendo generosamente aceitado contribuir com sua participação em minhas defesas de mestrado e de doutorado.

À Profª Drª Leila Rodrigues da Silva (UFRJ), pelo pioneirismo e pelo legado acerca da pesquisa sobre os suevos no Brasil, pela leitura, conselhos e críticas acerca de minha pesquisa e por gentilmente ter se disposto a participar de minha banca de doutorado.

À Profª Drª Fátima Regina Fernandes (UFPR), que me acompanha desde o ingresso no mestrado em 2012 e que esteve presente nessa pesquisa através de seus conselhos e críticas proporcionados nos Seminários de Pesquisa e em minhas bancas de qualificação e de defesa.

Ao Prof. Dr. Thiago David Stadler (UNESPAR), companheiro há muitos anos do NEMED e que proporcionou uma análise minuciosa e extremamente detalhada desse trabalho em minha banca de qualificação e por se dispor a retornar novamente para a defesa.

Ao Prof. Me. Ivan Vieira Neto (PUC-GO), pelo convite para participar de seu grupo de pesquisa (NECH) e pela gentileza de me auxiliar com as citações em grego disponibilizadas nesse trabalho.

À Profª Drª Semíramis Corsi Silva (UFMS), pelo convite para integrar seu grupo de pesquisa (GEMAM) e pelas oportunidades que me foram concedidas de participação em bancas e eventos em Santa Maria.

Aos meus antigos companheiros de GLEIR – Unesp/Franca, os quais tenho sempre a oportunidade de encontrar em eventos e discutir ideias, entre eles Helena Papa (Unimontes), Érica Moraes (UFES), Natália Junqueira (UFMS), Natália Frazão, Bruna Gonçalves, Daniel Figueiredo, Dominique Monge, Bárbara Aniceto e Lalaine Rabêlo.

A todos os colegas historiadores que compartilham comigo a dedicação aos estudos da Antiguidade e Medieval, com os quais tive o privilégio de me encontrar e trocar ideias e conhecimentos em congressos e eventos pelo Brasil; opto por não nominá-los para não correr o risco de ser traído pela memória e esquecer alguém injustamente.

Aos funcionários da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidad de Salamanca (USAL), que me auxiliaram muito na parte burocrática da academia e tornaram muito mais fácil minha estância nessas instituições. Um agradecimento especial à Maria Cristina Parzowski pelo apoio constante e principalmente por ter me salvo mais de uma vez nas questões administrativas da Universidade.

Aos meus antigos companheiros da República Miro Two, com quem dividi meus momentos bons e ruins desde meu ingresso no Mestrado até minha saída para o Doutorado Sanduíche. Um abraço para Marcos Godoy (Hanson), Thiago Luiz, Adirson Maciel, Leonardo Campos, Felipe Henrico e André Luken.

Aos meus amigos da “Turma de Belize”, à qual fui carinhosamente agregado, agradeço pelo companheirismo, discussões divertidas – seja no âmbito acadêmico, político ou social - e pela ajuda nos momentos difíceis. Obrigado a Carlos Zlatic, Guilherme Saccomori, Cynthia Valente, Eliane Veríssimo, César da Costa, Francisco Atanásio e André Luiz Siqueira.

Aos meus companheiros do grupo “Amigos do Paul Ricoeur”, ao qual fui incluído por vias matrimoniais, e com quem dividi excelentes fins de semana recheados de jogos, brincadeiras, música, discussões – acadêmicas ou não - e muitas risadas. Um abraço para Guilherme Saccomori, Jonathan Kulka, André Souza, Stella Castanharo, Gustavo Parizotto, Fernanda Basso, Denise Mazzoco, Naiara e Thiago Stadler, que além de ser o proponente dos mundialitos, também se dispôs a vir a Curitiba contribuir com seus apontamentos para minha defesa de doutorado.

A Diego Martinez, com quem divido as mesmas paixões acadêmicas, entre elas a *Hispania* tardo-antiga, Paulo Orósio e Idácio de Chaves. Obrigado pelas discussões, troca de materiais e pela visita a Salamanca durante meu período de sanduíche.

Aos meus companheiros da “Sala de los becarios” do Departamento de *Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología* da Universidad de Salamanca, pelo acolhimento, debates acerca das fontes e bibliografia e, claro, pelos momentos de confraternização. Um grande abraço a Pablo Poveda, David Gordillo, Francisco José e principalmente a Alberto Martín, que, mais do que um colega,



se tornou um grande amigo para mim, me auxiliando muito em minhas questões acadêmicas e também pessoais.

Ao núcleo brasileiro de Salamanca, que tornou minha estadia na cidade mais divertida e amenizou um pouco as saudades de minha terra natal. Obrigado a Sylvia Britto, Tatiana Carvalho, Carolina Marinho, Nara Zardin, Jackeline Susan, Priscyla Luz e Saulo Benício.

Aos meus colegas e também aos alunos e alunas da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e da Universidade de Cuiabá (UNIC), pois seus questionamentos me levaram à busca de mais conhecimentos, e as aulas que compartilhamos ajudaram meu desenvolvimento como professor e como pessoa, além de permitir o aprimoramento da oratória e da didática.

A minha família por todo o apoio durante esses anos a minha carreira de historiador, estando eu em Bebedouro, Franca, Curitiba ou Salamanca. Um agradecimento imensurável a meus pais, Edson e Maria Olímpia, pela fé inquestionável em minhas conquistas e escolhas, e por todo o suporte financeiro e emocional que nunca me faltou, quaisquer que fossem os caminhos que escolhi traçar. Um agradecimento especial a meu pai, simplesmente por estar presente no dia da minha defesa. Isso significa muito para mim, depois de tantas batalhas vencidas contra um grave problema de saúde, que resultou em dois tratamentos muito difíceis, iniciados durante o período em que estive em Salamanca. Agradeço também pelo constante incentivo à leitura que ele nos deu, sendo esse um dos principais fatores responsáveis por minha decisão de seguir a carreira de historiador. A minhas irmãs, Denise e Daniele, e minha avó Marlene, que desde quando éramos pequenos sempre nos encorajou a nos dedicar aos estudos.

Por fim, em destaque, agradeço imensamente a minha companheira, Vanessa Fronza, que acompanhou de perto todo o processo de desenvolvimento dessa tese, enriquecendo-a com suas sugestões e questionamentos sobre o tema, e com quem durante todos esses anos compartilhei viagens, alegrias, conquistas, derrotas e preocupações, sejam elas acadêmicas ou pessoais; mas quem, acima de tudo, me proporcionou momentos de extrema felicidade e principalmente a certeza do que é amar.

Os suevos bruniam as espadas,  
depois de saquearem os povoados.  
Punham-nos a luzir entre as árvores  
e recolhiam os brilhos em grandes arcas  
que arrumavam nos olhos.

Os visigodos, ao chegarem,  
descobrem esse brilhos já secos,  
e alimentam-se deles,  
como se fossem avelãs.  
É assim que começam a ver Deus,  
a ajoelhar-se, diante de cada brilho  
que vem das coisas.

## Resumo

As relações de poder entre a Autoridade Imperial Romana e as civilizações não-romanas eram baseadas em uma série de fatores e tradições durante o período da Antiguidade tardia. Uma dessas tradições estabelecidas pelos pensadores de Roma é de que o poder imperial era próprio dos romanos, enquanto que o poder régio era destinado às civilizações não romanas, com as quais o governo imperial estabelecia contato. Contudo, no início do século V, as populações bárbaras que ingressaram dentro do *limes* imperial ainda não tinham constituído uma forma de governo monárquico, escolhendo suas lideranças através das antigas assembleias tribais. Porém, as novas transformações ocorridas nesse período e a necessidade de disporem de uma liderança centralizada para fortalecer suas negociações com os romanos levaram essas populações bárbaras a repensarem suas antigas tradições e aderirem ao modelo do poder régio. A partir desse contexto, buscamos compreender em nossa tese como ocorreu a criação de um poder monárquico entre os suevos, uma *gentes barbara* heterogênea sem nenhuma tradição monárquica anterior. Nossa intenção nessa pesquisa é mostrar, a partir da reinterpretação das fontes disponíveis, como as lideranças suevas construíram uma identidade monárquica em torno de si e a partir disso passaram a ter influência nas relações de poder na *Hispania* durante grande parte do século V.

**Palavras-chave:** Relações de poder; Identidade Monárquica; Império Romano; Suevos; Godos

## Abstract

Power relations between Roman Imperial Authority and non-Roman civilizations were based on a number of factors and traditions during the late Antiquity period. One of these traditions established by Roman authors is that the imperial power belonged to the Romans, while the royal power was destined for the non-Roman civilizations with which the imperial government established contact. Nonetheless, by the beginning of the fifth century, barbarian populations that had gone into the imperial *limes* had not yet constituted a monarchical form of government, choosing their leadership through old tribal assemblies. However, the new transformations that occurred during this period and the need for centralized leadership to strengthen their negotiations with the Romans led these barbarian populations to rethink their ancient traditions and to abide by that model of royal power. From this context, we try to understand in our thesis how the means for the creation of a monarchical power within the Suebi, a heterogeneous *gentes barbara* with no previous monarchic tradition, were established. Our intention in this research is to show, from the reinterpretation of the available sources, how the Suebi leaders built a monarchical identity around themselves and, from that, identify how they started influencing power relations in Hispania during the greater part of the fifth century.

Keywords: Power relations; Monarchical identity; Roman Empire; Suebi; Goths

## Resumen

Las relaciones de poder entre la Autoridad Imperial romana y las civilizaciones no romanas se basaban en una serie de factores y tradiciones durante el período de la Antigüedad tardía. Una de esas tradiciones establecidas por los pensadores de Roma es que el poder imperial era propio de los romanos, mientras que el poder regio era destinado a las civilizaciones no romanas con las que el gobierno imperial tenía contacto. Sin embargo, en el inicio del siglo V las poblaciones bárbaras que ingresaron al *limes* imperial aún no habían constituido una forma de gobierno monárquico, eligiendo a sus liderazgos a través de las antiguas asambleas tribales. No obstante, las nuevas transformaciones que ocurrieron en este período y la necesidad de que dispusieran de un liderazgo centralizado para fortalecer sus negociaciones con los romanos llevaron a estas poblaciones bárbaras a repensar sus antiguas tradiciones y adherir al modelo de poder regio. A partir de este contexto, buscamos comprender en nuestra tesis cómo ocurrió la creación de un poder monárquico entre los suevos, una *gentes barbara* heterogénea sin ninguna tradición monárquica anterior. Nuestra intención en esta investigación es mostrar a partir de la reinterpretación de las fuentes disponibles cómo los liderazgos suevos construyeron una identidad monárquica en torno de sí, y a partir de ello pasaron a tener influencia en las relaciones de poder en *Hispania* durante gran parte del siglo V.

**Palabras claves:** Relaciones de poder; Identidad Monárquica; Imperio Romano; Suevos; Godos

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.12
1. A CONFIGURAÇÃO DA <i>HISPANIA</i> NO PERÍODO PRÉ-MIGRAÇÕES: ADMINISTRAÇÃO, RELIGIÃO, USURPAÇÃO E IDENTIDADES.....	p.34
1.1. Administração civil e militar.....	p.35
1.2. As identidades político-religiosas fragmentadas: o cristianismo niceno, o paganismo e o priscilianismo.....	p.45
1.3. As identidades e o esfacelamento político-militar: as usurpações de Constantino III e Máximo e a entrada dos bárbaros na <i>Diocesis Hispaniarum</i> .....	p.62
2. A CRIAÇÃO DE UMA MONARQUIA ROMANO-BÁRBARA: UMA APROXIMAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE GODOS E ROMANOS NO SÉCULO V.....	p.91
2.1. Identidade: um debate historiográfico.....	p.92
2.2. A criação de uma monarquia romano-bárbara: o caso godo na Gália e suas repercussões na <i>Hispania</i> do século V.....	p.102
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MONÁRQUICA ENTRE OS SUEVOS .....	p.131
3.1. A criação de uma monarquia sueva: legitimação romana e tradição bárbara.....	p.132
3.2. A reconfiguração da monarquia sueva: tradição e fidelidade bárbara...p.	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.203
ANEXOS.....	p.219
Mapa da <i>Diocesis Hispaniarum</i> no final do Século IV.....	p.220
Os cargos da administração civil segundo a <i>Notitia Dignitatum</i> .....	p.221
Divisão do Império ocidental em 410.....	p.222

A <i>Hispania</i> e os bárbaros no século V.....	p.223
Divisão do Império Romano em 425.....	p.224
A <i>Gallaecia</i> dividida por vândalos e suevos.....	p.225
Extensão da hegemonia sueva após os acordos de Requiário.....	p.226
APÊNDICES.....	p.227
Lista dos reis suevos (409 – 585).....	p.228
Lista dos reis godos de Tolosa (395 – 407).....	p.229
Lista dos imperadores romanos do Ocidente (395-476).....	p.230

# INTRODUÇÃO



## Introdução

Quem são os suevos? Esse é um questionamento que recebemos frequentemente quando apresentamos o principal objeto de análise de nossa pesquisa. O desconhecimento da existência desse povo bárbaro é comum inclusive dentro dos corredores do curso de História, cujo maior número de pesquisas produzidas se situa em um arco cronológico muito distante da Antiguidade Tardia Ibérica.

As investigações acerca desse povo bárbaro também são muito restritas mesmo em grupos de pesquisas dedicados à Antiguidade e ao Medievo no Brasil, com grande parte dos trabalhos sobre a Península Ibérica centrados em questões relativas ao Reino Visigodo ou à História da Igreja, sendo que os suevos figuram apenas como coadjuvantes.

Essa situação ocorre por diversos motivos, entre eles as poucas fontes históricas disponíveis para a análise desse povo, que contrasta com a ampla gama documental existente para a compreensão da História dos visigodos. Além disso, os visigodos são um grupo com poder e influência muito maiores na História da Europa, o que favorece o interesse por seu estudo, principalmente por pesquisadores de viés mais local e nacionalista.

Com isso, muitos autores de renome internacional dedicam poucas páginas aos suevos, e em muitos casos elas são permeadas de juízos de valores negativos em relação a esse povo<sup>1</sup>, como transparece Lucien Musset ao afirmar que sua administração era instável e brutal, frisando que se eles não tivessem existido, nada de importante se mudaria na História<sup>2</sup>. Uma análise que está intrinsecamente ligada à concepção de História do autor que é construída em torno da ideia de que os acontecimentos cruciais são somente aqueles que culminam em uma grande transformação<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008, p. 16.

<sup>2</sup> MUSSET, Lucien. **Les invasions: les vagues germaniques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 54=56.

<sup>3</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 10.

Como resultado desse pensamento, há uma pequena quantidade de obras publicadas em âmbito nacional e internacional acerca dos suevos, algumas lançadas já há alguns anos e que não incluem discussões mais atualizadas sobre esse grupo. Portanto, em nosso trabalho buscaremos lançar um novo olhar sobre esse povo bárbaro, por meio da aproximação a um tema de pesquisa muito recorrente nas pesquisas históricas atuais, o da identidade.

O estudo dos suevos se conecta a minha trajetória acadêmica iniciada na Universidade Estadual Paulista, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margarida Maria de Carvalho. Em nosso estudo de iniciação científica, nos debruçamos sobre a crônica de Idácio de Chaves, onde analisamos as alianças político-religiosas e militares entre godos e romanos, que, em nossa visão, tinham o intuito de preservar a Autoridade Imperial Romana que estava ameaçada pelos suevos na Península Ibérica do século V.

Após concluir a graduação, ingressei no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná e iniciei o mestrado sob a orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto. Depois de um longo debate acerca de meus estudos iniciais, decidimos nos aprofundar em outras possibilidades interpretativas suscitadas pela crônica de Idácio, agora direcionadas especificamente à análise da monarquia sueva. Com isso, desenvolvemos uma pesquisa que teve como objeto central a análise das concepções de poder régio dos suevos na crônica de Idácio de Chaves. Em nosso trabalho final, apresentamos uma nova visão para a autoridade monárquica sueva do século V, defendendo que, em linhas gerais, ela não se baseava em um reino com características territoriais, mas sim em uma hegemonia político-militar, centrada principalmente na região da *Gallaecia*. O produto final desse estudo foi debatido e aprovado em uma banca realizada em fevereiro de 2014.

A partir das reflexões derivadas de nossa pesquisa de mestrado, optamos por iniciar meu doutoramento focados na perspectiva identitária na formação dessa monarquia sueva. Com base nesse ideal, estabelecemos como nosso principal objetivo responder a seguinte questão: como um povo que não tinha tradição monárquica e nem mesmo uma organização política centralizada conseguiu construir um poder monárquico forte o suficiente para influenciar as relações de poder na Península Ibérica durante o século V?

Em nossa visão, a resposta para essa problemática permeia uma grande política de assimilação de identidades romanas e godas, que permitiram a legitimação do poder régio suevo tanto pela Autoridade Imperial Romana, como pela Autoridade régia dos godos, dependendo do período tratado.

Essa política teria se desenvolvido principalmente durante o século V, mais especificamente entre os anos de 409 e 469, período que abrange desde a entrada dos suevos na Península Ibérica até final da crônica de Idácio de Chaves, a última fonte escrita que fornece informações sobre os suevos antes do hiato documental de quase cem anos sobre esse povo bárbaro.

O período em questão, segundo nossa ótica, pertence ao arco-cronológico da Antiguidade Tardia, que abrangeria os séculos III a VIII da era cristã. Essa alcunha é utilizada para a compreensão do período de transição entre a Antiguidade e o Medieval por um viés que privilegia muito mais suas continuidades do que suas rupturas e que leva em consideração seus aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais e religiosos<sup>4</sup>. Entre os elementos continuadores destacamos a *civitas*, a lei, a religião e a língua, e entre os desintegradores salientamos as mudanças ocorridas na classificação social, no *status* provincial e na condição tributária; além disso, as usurpações políticas, o abuso de poder, a corrupção, entre outros motivos teriam contribuído para desestabilizar as bases do "velho" sistema imperial<sup>5</sup>.

Tendo como base essas considerações, o conceito de Antiguidade Tardia se insere plenamente em nossa pesquisa, onde destacamos a assimilação das instituições romanas pelas monarquias romano-bárbaras, mostrando a perpetuação de seus costumes.

Dentro desse arco cronológico, empregaremos alguns conceitos que consideramos essenciais para a compreensão do período estudado. Esses conceitos serão utilizados, muitas vezes, da forma que aparecem no texto original das fontes do período, a fim de evitarmos anacronismos relacionados aos seus significados em suas equivalências atuais.

---

<sup>4</sup> FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Juruá, 2000, p.19.

<sup>5</sup> BRAVO, Gonzalo. ¿Crisis del Império Romano? Desmontando un tópico historiográfico. **Vinculos de História**, v. 2, p. 17.

O primeiro conceito que debateremos será o de Igreja, que substituiremos pelo termo considerado equivalente nas fontes, a *ecclesia*. Ao utilizarmos o termo latino, buscaremos romper com a ideia de uma instituição sólida e consolidada<sup>6</sup> que a palavra Igreja nos transmite na atualidade. Em nossa visão, a *ecclesia* na Antiguidade Tardia era uma instituição fragmentada, que ainda buscava sua consolidação através da realização de inúmeros concílios durante esse período, os quais muitas vezes não tinham suas decisões respeitadas pelos membros dissidentes.

O termo *ecclesia*, que aparece nas fontes do período, refere-se à “comunidade”: do grego *ἐκκλησία* (assembleia); do latim clássico *ecclæsia*; do latim tardio *ecclesia*. Esta última é a expressão empregada nas fontes analisadas em nossa pesquisa, quando os autores mencionam seu grupo de fiéis, aqueles com os quais compartilham a *catholicam*<sup>7</sup> *fidem* (fé católica), que era apoiada sobre o credo niceno.

Os membros da *ecclesia* que não compartilhavam da *catholicam fidem*, eram chamados de *haereticus* (herege), sendo considerados como aqueles que escolheram professar uma interpretação do cristianismo considerada irregular pelos seguidores do credo de Nicéia.

Outros dois conceitos que consideramos pertinentes a nossa pesquisa são o de *Imperium* e o de *Regnum*. O primeiro é um conceito tipicamente romano, forjado na tradição helenística, mas transformado ao longo da antiguidade. Com o tempo, o termo deixou de ser utilizado para se referir a um poder de caráter militar na época republicana e passou a ter um caráter mais universalista e ser associado ao poder de seu governante<sup>8</sup> e também a seu território<sup>9</sup>. A partir do século IV, esse poder aparece nas fontes relacionado

---

<sup>6</sup> SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da *basiléia* (337 – 361)**. Vitória: EDUFES, 2003, p.86.

<sup>7</sup> Vale ressaltar que o termo *catholicam* já era empregado no período com o significado de "universal".

<sup>8</sup> FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo. (Org.). **Facetas do Império na História: Conceitos e métodos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 147-162.

<sup>9</sup> MENDES, Norma Musco. O Sistema Político do Principado. In: **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 40.

com exclusividade aos romanos, que eram portadores da *ciuitas* e, portanto, os únicos designados a serem *imperatores*<sup>10</sup>.

Em oposição a esse poder, existia o conceito de *Regnum*, que era atribuído à organização política das populações bárbaras, que viam nele um importante caminho para a consolidação ideológica e pragmática de suas posições políticas. A partir disso, há uma emulação institucional entre os *Regna* romano-bárbaros e o *Imperium Romanorum*, o que pode ser entendido na medida em que essas monarquias romano-bárbaras que estavam estabelecidas no Ocidente tardo-antigo buscariam restaurar alguns elementos institucionais que eram vinculados à Autoridade Imperial Romana e que seriam favoráveis a sua consolidação e reconhecimento<sup>11</sup>.

Por fim, quando nos referirmos às populações estrangeiras que ingressaram dentro do *limes* do Império Romano, utilizaremos o termo bárbaro, pois, além de ser o termo que aparece nas fontes, a palavra tinha um significado geral de estrangeiro que indicava de maneira genérica as populações não romanas. Quando fizermos uso do termo *gens*, pretendemos indicar uma população bárbara que tem uma origem em comum; diferentemente do que indica seu plural, a palavra *gentes*, que faz referência a vários grupos bárbaros de origens distintas que muitas vezes são reunidos e comandados por um único líder.

Tendo em vista a elucidação dos conceitos recorrentes em nossa pesquisa, nos posicionaremos quanto à abordagem da metodologia de trabalho.

Os documentos utilizados em nossa pesquisa foram compilados e impressos diversas vezes ao longo da História. Acreditamos que devido a essas intervenções sofridas, a documentação é passível de diversos tipos de distorções conforme o acúmulo de suas reproduções. Além disso, toda produção escrita do homem é reflexo de seus pensamentos e de suas atitudes perante o contexto político, religioso, cultural e histórico no qual ele se

---

<sup>10</sup> FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis*: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo. (Org.). **Facetas do Império na História**: Conceitos e métodos. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 147-162.

<sup>11</sup> FRIGHETTO, Renan. Do *Imperium* ao *Regnum* na Antiguidade Tardia: o exemplo do reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). **História (São Paulo)**, v. 35, e. 91, 2016, p. 5.

encontra. Por mais que o autor pretenda descrever com a maior veracidade possível os fatos que ele vivenciou, parte de sua subjetividade e de seus valores acabam passando para sua escrita. Por esses motivos, pretendemos tecer uma análise crítica detalhada, levando em consideração as críticas externas e internas a serem feitas.

Apesar de nosso trabalho ter como documentação principal a Crônica de Idácio de Chaves e a *Historia Adversus Paganos* de Paulo Orósio, personagens contemporâneos dos acontecimentos na *Hispania* do século V, diversos outros documentos serão explorados com o objetivo de complementar as informações, muitas vezes lacunares, transmitidas por esses autores. Ao realizarmos citações de diversas fontes para a mesma discussão, as passagens serão dispostas de acordo com seu ano de produção, se iniciando com os relatos mais antigos e terminando com os mais recentes.

Além de levarmos em conta as considerações anteriores, no decorrer dessa pesquisa será abordada a bibliografia disponível sobre o tema, realizando sempre uma análise do texto e do contexto do assunto tratado. Os extratos de fontes citados de forma direta no corpo do texto serão sempre traduzidos ao português e acompanhados de seu respectivo trecho original nas notas de rodapé. Todas as traduções para o português realizadas nessa pesquisa, seja das fontes ou dos textos bibliográficos são de nossa autoria.

Tendo como base essa metodologia de trabalho, recorreremos a um variado número de fontes para a realização de nossa pesquisa. Esse número se torna necessário, devido ao fato de as informações que contribuem para a formação do contexto e para a compreensão da construção de uma identidade monárquica sueva na *Hispania* durante o século V se encontrarem diluídas em diversos textos diferentes.

Porém, apesar de recorrer a um amplo leque de documentações em nosso trabalho, duas delas terão um papel de maior destaque na análise das identidades na região, por serem testemunhos diretos de personagens que ali viveram durante o período de nosso estudo, a *Historia Adversus Paganos* de Paulo Orósio e a Crônica de Idácio de Chaves.

De acordo com Edward Arthur Thompson, se não existisse a crônica de Idácio, não haveria História da *Hispania* no século V<sup>12</sup>. Apesar da afirmação do autor soar muito forte, ela mostra o elevado grau de importância dessa fonte para o estudo da região ibérica no período, sendo que a sua não existência realmente limitaria muito a quantidade de informações disponíveis, principalmente após a década de 420.

Sua obra é o melhor relato histórico da *Hispania* a partir da segunda metade do quinto século, além de ser também o principal testemunho do fim da *Hispania* romana, pois, na atualidade, não há nenhum outro grande registro sobre a História da região que tenha sobrevivido entre o período de Orósio (que terminou sua obra em 417) e João de Bicláro, um cronista do século VI que iniciou seu trabalho com eventos a partir de 565<sup>13</sup>.

Idácio era um membro da *ecclesia* nicena, e muito provavelmente bispo<sup>14</sup> da cidade de *Aquae Flaviae* (atual Chaves) localizada na província da *Gallaecia*. Pertencia aos altos extratos da sociedade galaico-romana, o que lhe permitiu realizar amplos estudos na área eclesiástica, além de fazer uma longa viagem ao Oriente, enquanto criança, onde afirmou ter conhecido Jerônimo de Stridon.

Teve como principal realização historiográfica a produção de uma obra em estilo cronístico, que abrange um longo período desde 369 d.C. até 469 d.C. Em seu prefácio, o autor declara que pretende fazer uma continuação em linha temporal da crônica de outros dois homens eclesiásticos, Eusébio de Cesaréia e o próprio Jerônimo de Stridon, tanto é que seus escritos começam onde os de Jerônimo terminam, em 378 d.C<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part I. **Nottingham Medieval Studies**, nº20, 1976, p.3.

<sup>13</sup> MUHLBERGER, Steven. **The fifth-century chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452**. Leeds: Francis Cairns, 1990, p. 194.

<sup>14</sup> Apesar das dúvidas de alguns pesquisadores sobre o cargo de bispo de Idácio, há um consenso na historiografia atual de que ele realmente foi o bispo de Chaves. Para mais: MUHLBERGER, Steven. **The fifth-century chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452**. Leeds: Francis Cairns, 1990, p. 195-196; CANDELAS COLODRÓN, Cesar. Hidácio, ¿Obispo de Chaves? Iglesia, Territorio y Poder en el siglo V. **Gallaecia** nº21, 2002, p. 287-294; GAZZOTTI, Danilo Medeiros. **As Concepções do poder régio entre os suevos na Gallaecia do século V: uma análise da crônica de Idácio de Chaves**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p. 28-31.

<sup>15</sup> Hydatius, **Chronica**, prefatio, 2;3;5.

Em sua obra, os acontecimentos são relatados de maneira cronológica e os dados são relacionados com a vida cotidiana e social do mundo romano, descrevendo seus problemas e enfrentamentos a partir de informações que ele afirma ter recebido de três maneiras: pela leitura de obras e documentos que já existiam antes de sua elevação ao episcopado em 427, pelos documentos e contatos que sua posição de liderança eclesiástica lhe proporcionou, e através dos testemunhos obtidos por si mesmo de forma direta<sup>16</sup>.

Os autores divergem sobre a época em que Idácio teria escrito sua obra, mas o consenso é que a escrita da Crônica se produziu tardiamente, muito provavelmente após 460, devido a um grande aumento do número de informações nesses últimos anos em comparação aos anteriores e ao elevado grau de pessimismo e de um tom apocalíptico que permeia todo o trabalho, o que é um indício de que o autor a redigiu em um momento em que já não considerava que o governo imperial pudesse eliminar os suevos e recuperar a *Hispania*.

Segundo Alan Tranoy<sup>17</sup>, existem cinco manuscritos da Crônica de Idácio. O primeiro é conhecido por Manuscrito B – Berolinensis Phillipps. É do século IX e sua localização corrente é a Biblioteca Nacional de Berlim. Está escrito em um pergaminho de 21 x 30 cm. Este códice contém além da Crônica de Idácio, as crônicas de Eusébio e Jerônimo e os *Fastos* atribuídos a Idácio. Este texto contém algumas correções em seu corpo assim como em sua margem. Theodorus Mommsen indica que dois autores diferentes fizeram correções na crônica.

Apesar das intervenções, este é considerado o manuscrito mais fiel ao texto original e também o que tem mais credibilidade para os investigadores e especialistas em paleografia. Mommsen fez uma edição da Crônica de Idácio a partir desse códice e a utilizou em sua *M.G.H. (Monumenta Germaniae Historia)*.

---

<sup>16</sup> Hydatius, *Chronica*, prefatio, 5-6.

<sup>17</sup> HIDACE. *Chronique*. Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris, 1974, p.62-63.



O segundo manuscrito é conhecido por Manuscrito F - Pseudo Frédégaire. Ele provém do século VIII e sua localização corrente é a Biblioteca Nacional de Paris. Tem as seguintes medidas: 23,5 x 13,8 cm.

Os dois próximos manuscritos são considerados espanhóis, e apesar de sua diferença de datação, são muito próximos, pois pertenceriam a um mesmo grupo, por isso a adoção dos dois sob a letra H. Estes dois códices são apenas epítomes, redigidos por abreviações do texto original de Idácio.

O primeiro manuscrito espanhol é conhecido como Hm e deriva de um manuscrito perdido de Alcobaça. Ele é datado do século XII e sua localização corrente é na Universidade de Madrid.

O segundo manuscrito espanhol é do século XVI e foi redigido a partir de um manuscrito perdido de Osana. Sua localização atual é a Biblioteca Nacional de Madrid.

O último manuscrito é chamado de M. Ele é um testemunho provavelmente do século XI ou XII. Atualmente é conservado na Biblioteca Universitária de Montpellier. Este códice contém a crônica *Chronologia ab Adamo usque ad Conradi mortem*. A Crônica de Idácio começa a ser utilizada a partir das últimas linhas do fôlio 100.

Ainda de acordo com Tranoy<sup>18</sup>, os manuscritos serviram de base para as diferentes edições de texto da Crônica de Idácio, a partir do século XVII.

No século XVII, uma primeira série de edições foi feita a partir de fragmentos do manuscrito F. São elas: a de H. Canisius em 1602, de J. Scaliger em 1606 e de A. Schott em 1608. A partir do achado do manuscrito B, foram publicadas as versões de L. Sanllorente de Cornue em 1615, em Roma, de Pampelune por P. Sandoval também em 1615 e de J. Sirmond, em 1619, em Paris. A partir da versão de Sirmord, foram publicadas as versões de A. Duchesne, em 1636, a *Maxima bibliotheca ueterum patrum* em 1677 e a de J. Sáenz de Aguirre, em 1694.

---

<sup>18</sup> HIDACE. **Chronique**. Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris, 1974, p.67.

No século XVIII, a Crônica foi novamente editada por M. Bouquet em 1738, em Paris, e por E. Floréz, em 1749, em Madrid. No fim deste século, são publicados mais três trabalhos sobre a Crônica: o de T. Roncalli, em 1787, em Pádua; o de A. Galland, em 1788, em Veneza e o de C. Roesler, em 1798, em Tubinga.

No século XIX e início do XX, são feitas as edições de X. de Ram, em 1845, em Bruxelas; de J. P. Minge, na *Patrologie Latine*, que se utiliza das versões anteriores de A. Galland e X. Ram; de V. de la Fuente, em 1873, em Madrid e de Th. Mommsen, em 1894, em Berlim. Foram feitas duas traduções para o espanhol, entre o fim do século XIX e o início do século XX, a de L. Garcia Del Corral, em 1886, e de Marcelo Macias, de 1898 a 1909. Enfim, a última versão anterior à de Tranoy é de R. Grosse, que a publica em 1947.

Após a versão de Tranoy, publicada em Paris, em 1974, temos uma nova enumeração e crítica de edições, além de uma menção ao trabalho de Marcelo Macias, feita por Pablo C. Díaz<sup>19</sup>. Segundo o autor, a edição de Marcelo Macias é um trabalho parcial que se refere apenas às passagens que têm relação com a Galícia e com os suevos, e que havia aparecido no *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense* nos últimos anos do século XX. Sobre a versão de Tranoy, Pablo C. Díaz ressalta que, apesar de não ter sido realizada uma crítica ao texto de Idácio, sua edição conta com um segundo volume de comentário histórico de grande utilidade. Acerca da edição de José Cardoso, de 1982, afirma que esta também carece de um texto crítico, além de ter sido feita baseada na versão de Tranoy.

Pablo C. Díaz ainda aponta que, somente em 1993, a partir da versão de Richard W. Burgess, foi publicada uma edição verdadeiramente crítica da crônica, apesar da tradução do latim para o inglês feita pelo autor ser extremamente discutível. Por fim, informa também que após o trabalho de Burgess foram publicadas mais duas traduções em galego, as de José Antônio López Silva e de César Candelas Colodrón, ambas em 2004.

---

<sup>19</sup> DÍAZ, P.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 17-18.

Em nosso estudo, optamos por utilizar a versão galega de José Antônio López Silva<sup>20</sup>, pois, além de ser uma das edições mais recentes do documento, é uma versão valorizada tanto pela qualidade de sua tradução quanto por seu conteúdo crítico.

Se a crônica de Idácio é nossa principal fonte para os acontecimentos posteriores a 420, a *Historia Adversus Paganos* de Paulo Orósio será de fundamental importância para trabalharmos o período anterior a essa data.

Orósio também era um membro da *ecclesia* nicena, sendo muito provavelmente um presbítero na cidade de *Bracara Augusta*, capital da província da *Gallaecia*. Pertencia também aos elevados extratos sociais da região, o que lhe possibilitou uma ampla formação na cultura tradicional romana e o financiamento para efetuar inúmeras viagens pelo Império<sup>21</sup>.

Deixou sua terra natal em 414, e se dirigiu à cidade de Hipona na África, cumprindo possivelmente um duplo objetivo, a fuga dos grupos bárbaros que haviam se instalado na região e a vontade de encontrar-se com Agostinho para buscar ajuda e aumentar sua argumentação contra os priscilianistas<sup>22</sup>. Sob a influência do bispo de Hipona, Orósio redige seus três trabalhos conhecidos: A *Historia Adversus Paganos*, o mais reconhecido e difundido, o *Consultatio sive commonitorium ad Augustinum de errore Priscillianistarum et Origenistarum*, um tratado que escreveu contra as heresias dos priscilianistas e dos originistas, e o *Liber Apologeticus contra Pelagium de Arbitrii libertate*, no qual apresenta uma crítica feroz à heresia do pelagianismo e se defende da acusação de heresia feita pelo bispo João de Jerusalém.

Das três obras apresentadas acima, apenas a *Historia Adversus Paganos* será utilizada nessa pesquisa, pois é a que mais faz referências à *Hispania* do século V, e, por conseguinte, nos fornece maior número de

---

<sup>20</sup> SILVA, José Antônio López. **A Crônica de Idacio de Limia**. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, 2004.

<sup>21</sup> MARTÍNEZ, Diego Schneider. **Uma releitura cristã da História: a *Historia Adversus Paganos* de Orósio e a teoria dos quatro impérios**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p.26-27.

<sup>22</sup> MARTÍNEZ, Diego Schneider. **Uma releitura cristã da História: a *Historia Adversus Paganos* de Orósio e a teoria dos quatro impérios**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p.27.

elementos para a reconstrução de seu contexto, além de nos fornecer informações acerca dos diversos grupos bárbaros que ingressaram na região.

O principal objetivo do presbítero hispano ao escrever essa obra era apontar que os tempos passados não eram melhores que os tempos cristãos, e, dessa forma, amparando as teses de Agostinho formuladas em sua obra *De Ciuitate Dei*. O autor discorre sobre os acontecimentos conhecidos desde Adão até a campanha de Vália em 417, sempre procurando argumentos para cumprir seu propósito. A *Historia Adversus Paganos* está dividida em sete livros, sendo os seis primeiros dedicados aos fatos ocorridos antes de Cristo e o último abrangendo desde seu nascimento até o momento de publicação da obra<sup>23</sup>.

Segundo Eustáquio Sánchez Salor, a tradição manuscrita da obra de Orósio é rica e abundante, existindo no total 245 manuscritos. Esses documentos pertencem a duas famílias de manuscritos diferentes<sup>24</sup>.

À primeira família, pertencem os códices Laurentianus (L), Donaueschingensis (D) e o Bobiensis (B). O primeiro foi escrito no século VI e apresenta diversas lacunas, entre elas todo o livro VII, porém entre todos os manuscritos é o mais livre de intervenções. Esse códice foi corrigido por um contemporâneo (L2), que sem dúvida se baseou no arquétipo anterior e introduziu diversas correções.

O segundo códice pertence à biblioteca do príncipe de Everstenberg, sendo datado do século VIII, e conta com toda a obra de Orósio, tendo nascido do mesmo modelo que o L, apesar de estar livre de muitos de seus erros, sendo o segundo mais antigo da família. Foi redigido por um escriba que transcreveu o modelo sem nenhum tipo de crítica. Tem poucas intervenções e as existentes são facilmente reconhecíveis.

O último códice foi produzido no começo do século VIII e apresenta mais erros e intervenções do que o D.

---

<sup>23</sup> ZECCHINI, G. Jerome, Orosius and the Western chronicles. In: MARASCO, Gabriele (Org.). **Greek and Roman Historiography in Late Antiquity: Fourth to Sixth century A.D.** Leiden, Boston: Brill, 2003, p. 320-321. MARTÍNEZ, Diego Schneider. **Uma releitura cristã da História: a *Historia Adversus Paganos* de Orósio e a teoria dos quatro impérios.** Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p.29-30.

<sup>24</sup> SALOR, Eustáquio Sánchez. **Orosio: Historias.** Introducción, traducción y notas de Estáquio Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 62-65.

Em uma família diferente estão localizados os códices Palatinus (P) e Rehdigeranus. O primeiro é datado do século VIII e foi escrito por dois copistas. Teve dois corretores, tendo o primeiro feito emendas importantes em sua correção (P2). É considerado um bom códice, sendo o melhor dessa segunda família.

O segundo é datado de finais do século IX e início do século X, estando localizado na biblioteca da cidade de Bratislava. Tem muitas correções, sendo que algumas coincidem com P e outras com P2. É difícil definir seu grau de parentesco com P e não se sabe se ele é a cópia de uma cópia de P ou tem apenas o mesmo modelo.

Segundo Sánchez, usando os testemunhos desses códices pode-se chegar a um modelo que, apesar de não estar isento de corrupções, estaria tão próximo da época como a própria obra de Orósio, como não acontece com quase nenhum outro modelo de um escritor antigo<sup>25</sup>.

Sobre as edições da obra de Orósio, Sanchez<sup>26</sup> afirma que as primeiras datam de finais do século XV e XVI. A primeira delas é chamada de *Editio Augusta* e foi produzida em 1471, sob a direção de Juan Schuszler.

Quatro anos depois, foi produzida outra em Vicenza, conhecida como *Editio Vicentina*, a cargo do editor Hermano de Colonia e do corretor Eneas Vulpes. Posteriormente, aparecem duas versões em Veneza, a de 1483, por Octaviano Escoto e em 1500, por Bernardo de Veneza.

Em Paris, são publicadas duas versões no mesmo período, a de 1510, por Juan Barbier, e a segunda de 1524, por Sebastião Mengino. No mesmo século, ainda são publicadas duas edições em Colônia, por Godofredo Hidorpio, sendo a primeira sob responsabilidade de Gerardo Bolsuingio e a segunda de Juan Cesario, e as três edições de Francisco Fabrício Marcodurano, de 1571, 1574 e 1582.

No século XVII, foi publicada uma nova edição em 1615, por Andrés Escoto, que não trouxe nada de novo às edições de Marcodurano. Após essa

---

<sup>25</sup> SALOR, Eustáquio Sánchez. **Orosio: Historias**. Introducción, traducción y notas de Estáquio Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 64-65.

<sup>26</sup> SALOR, Eustáquio Sánchez. **Orosio: Historias**. Introducción, traducción y notas de Estáquio Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 62-68.

última edição, demorou por volta de 120 anos para que aparecesse uma nova, a de Havercamp.

No século XIX, foram publicadas a edição de Migne, em extensivo trabalho da *Patrologia Latina*, e a edição Zangemeister, considerada umas das melhores edições já feitas da obra.

No século XX, foram produzidas duas edições com a tradução do texto para o inglês, as de I. W. Raimond, em 1936, e de 1964, por R. J. Deferrari. Para o castelhano, foi produzida uma edição do Editorial Gredos a cargo de Eustáquio Sánchez Salor e para o francês foi lançada uma pela editora Les Belles Lettres em 1991, feita por Marie-Pierre Arnaud-Lindet.

Nessa pesquisa, será utilizada a Edição de Eustáquio Sánchez Salor<sup>27</sup>, que se baseia na edição de Zangemeister e é reconhecida pela qualidade de sua tradução e por seu aspecto crítico.

Como já explicitado anteriormente, além das duas fontes principais exploradas acima, outras documentações complementarão informações lacunares deixadas pelas obras selecionadas como protagonistas dessa pesquisa. Para reconstruir o contexto administrativo da Península Ibérica durante o século V, utilizaremos o documento *Notitia Dignitatum Occidentalis*, em especial a edição de Concepción Neira Faleiro<sup>28</sup>, de 2005.

Ao analisarmos algumas das leis administrativas religiosas do período, lançaremos mão do *Codex Theodosianus*, nos utilizando da versão de Clyde Pharr<sup>29</sup>, publicada em 1952.

Para tratar da heresia prisciliana, se recorre aos anais do I Concílio de Toledo, mais especificamente a edição de José Vives<sup>30</sup>, publicada em 1963.

Na tentativa de compreender e acessar as lacunas deixadas pelas obras de Idácio e Orósio, aparecerão extensamente trechos dos Fragmentos de Olimpodoro, da *Historia Nova* de Zósimo e da *Historia Ecclesiastica* de

---

<sup>27</sup> SALOR, Eustáquio Sánchez. **Orosio: Historias**. Introducción, traducción y notas de Estáquio Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

<sup>28</sup> FALEIRO, Concepción Neira. **La Notitia Dignitatum**. Nueva edición crítica y comentario histórico. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

<sup>29</sup> **The Theodosian Code and Novels and the Simordian Constitutions**. A translation with commentary, glossary, and bibliography by Clyde Pharr. New York: Greenwood Press Publishers, 1952.

<sup>30</sup> VIVES, José (org.). **Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos**. Barcelona-Madrid. CSIC. Instituto Enrique Florez, 1963.

Sozomeno e, em menor medida, das cartas e poemas de Sidônio Apolinário, do *De gubernatione Dei* de Salviano de Marselha, da crônica de Próspero de Aquitânia, da *De bellis* de Procópio de Cesaréia, da Crônica Gálica de 452, da *De origine actibusque Getarum* de Jordanes e por fim, da *De origine Gothorum*, *Historia Wandalorum*, *Historia Sueborum* de Isidoro de Sevilha.

Para os Fragmentos de Olimpodoro e os trechos da *Historia Ecclesiastica* de Sozomeno, foi selecionada a edição de R.C. Blockley<sup>31</sup>, lançada em 1981. Nas passagens correspondentes aos trabalhos de Zósimo e Procópio de Cesaréia, utilizaremos as versões do Editorial Gredos, produzidas a cargo de José A. Candau Morón<sup>32</sup>, em 1992, e José Antonio Flores Rubio<sup>33</sup>, em 2006, respectivamente.

A edição das cartas de Sidônio Apolinário utilizada será a lançada pela editora Belles Lettres, organizada por André Loyen<sup>34</sup> e publicada em 2003 e a dos poemas será a traduzida por Agustín López Kindler<sup>35</sup> e lançada pelo Editorial Gredos em 2005. A versão do *De Gubernatione Dei* de Salviano de Marselha será a de Georges Lagarrigue<sup>36</sup>, editada em 1971. A edição da Crônica Gallica de 452 empregada será de R.W. Burgess<sup>37</sup>, publicada em 2001. A versão de Próspero de Aquitânia será a publicada na coletânea de Alexander Murray<sup>38</sup>, em 1999. A edição *De origine actibusque Getarum* de Jordanes será a traduzida por José María Sánchez Martín<sup>39</sup> e lançada em 2009 e, por fim, a versão *De origine Gothorum*, *Historia Wandalorum*, *Historia*

---

<sup>31</sup> BLOCKLEY, R. C. **The Fragmentary Classicising Historians of the Later Roman Empire: Eunapius, Olympiodorus, Priscus and Malchus**. Cambridge: Francis Cairns, 1981.

<sup>32</sup> ZÓSIMO. **Nueva Historia**. Introducción, traducción y notas de José M. Candau Morón. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

<sup>33</sup> PROCOPIO DE CESAREA. **Historia de las guerras: libros III-IV guerra vândala. Introducción, traducción y notas de** Jose Antonio Flores Rubio. Madrid: Editorial Gredos, 2006.

<sup>34</sup> SIDOINE APOLLINAIRE. **Correspondance: livres I-V**. Texte établi et traduit par André Loyen. Paris: Belles Lettres, 2003.

<sup>35</sup> SIDONIO APOLINAR. **Poemas**. Introducción, traducción y notas de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

<sup>36</sup> SALVIEN DE MARSEILLE. **Ouvres II**. Introduction, texte critique, traduction et notes par Georges Lagarrigue. Paris: Les éditions du cerf, 1971.

<sup>37</sup> BURGESS, RICHAD W. **The Gallic Chronicle of 452: A New Critical Edition with a Brief Introduction**. In: **MATHISEN, Ralph W.; SHANZER, Danuta (org.) Society and Culture in Late Antiquity Gaul: revisiting the Sources**. Aldershot, Burlington: Ashgate, 2001, p. 52-84.

<sup>38</sup> MURRAY, Alexander Callender. **The Antique Chronicle Tradition int he Fifth and sixth centuries**. In: **From Roman to Merovingian Gaul: A Reader**. Toronto: University Toronto Press, 1999, p. 61-108.

<sup>39</sup> JORDANES. **Origen y gestas de los godos**. Edición de José Maria Sánchez Martín. Madrid: Catedra letras universales, 2009.

*Sueborum* de Isidoro de Sevilha será a lançada por Cristóbal Rodríguez Alonso<sup>40</sup> em 1975.

As edições que não tiverem suas traduções acompanhadas do texto original, terão suas passagens em latim ou grego extraídas da coleção *Patrologia Latina* ou *Graeca*, publicadas pelo francês Jean Paul Migne entre 1844 e 1866 ou da *Monumenta Germaniae Historica*, uma compilação de fontes sobre a História dos povos considerados de origem germânica editadas e publicadas desde o século XIX.

A análise dessas fontes será intercalada com a historiografia especializada sobre o período tardo-antigo, que, na maioria das vezes, ainda privilegia o estudo dos godos ou do espaço hispânico em detrimento de uma análise mais centrada nos suevos. As obras dedicadas especificamente aos suevos ainda são escassas, o que nos obriga a buscar informações e análises em produções de diversos países e dos mais variados temas.

As obras internacionais dedicadas aos suevos correspondem em sua maioria a artigos ou capítulos de livros que se dedicam a temas como arqueologia<sup>41</sup>, linguística<sup>42</sup>, numismática<sup>43</sup>, política<sup>44</sup>, religião<sup>45</sup>, território<sup>46</sup> ou

---

<sup>40</sup> ISIDORO DE SEVILHA. **Las Historias de los godos, vándalos e suevos de Isidoro de Sevilla**. Estudio, edición crítica y traducción de Cristóbal Rodríguez Alonso. León Colegiato de San Isidoro, 1975.

<sup>41</sup> SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel - Una perspectiva teórica de la arqueología sueva. **Estudios Mindonienses**, nº 16, 2000, p.507-524. RODRIGUEZ RESINO, Álvaro. **Do Imperio Romano à Alta Idade Media. Arqueologia da la Tardoantigüedad en Galicia (siglos V-VIII)**. A Coruña: Toxosoutos, 2006.

<sup>42</sup> PIEL, J.M. Topominia Germánica. In: ALVAR, M. **Enciclopedia lingüística hispánica I: antecedentes, onomástica**. Madrid: CSIC, 1960, p. 421-444.

<sup>43</sup> BOUZA BREY, Fermín. Sobre las acuñaciones suevas de plata a nombre de Honório y Requiário. **El museo de Pontevedra**, nº4, 1946, p. 19-21; BARRAL I ALTET, Xavier. **La circulation des monnaies suèves et visigotiques: contribution à l'histoire économique du royaume visigot**. (Beihefte der Francia, vol.4). Munique: Artemis, 1976; LIVERMORE, H. W. The coinage of Suevic Period. **Nvmmvs**, nº 12/13, v. 2º, 1989 - 1990, p.39-49; PEIXOTO CABRAL, J.; METCALF, D. **A moeda sueva, Suevic coinage**. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997; LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando. Suevic Coins and Suevic Kings (418-456): the visigothic connection. In: CURTA, Florin (Org.) **Neglected barbarians**. Tournhout: Brepols publishers, 2010, p. 503-536; CEBREIRO ARES, Francisco: Dificultades que plantea el estudio de la historia monetaria sueva. In: CEBREIRO ARES, Francisco (Org.). **Introducción a la historia monetaria de Galicia**, Labirinto de Paixóns, A Coruña, 2012, p.31-63.

<sup>44</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. Reckiaro, rey de los suevos: primer ensayo de unidad peninsular. **Boletín de la Universidad Compostelana**, nº 65, 1957, p.129-177; GALAZAK, José. A diarquia sueva: sociedade e poder no regnum dos Quados ocidentais (358 -585 d.C.). **Revista Portuguesa de Arqueologia**, nº 16, 2013, p.323-350. SANZ HUESMA, Francisco Javier. Hydacio y Censorio. El foedus de 438 entre Roma y los suevos. **Polis**, nº 21, 2009, p. 59-75.



mesmo obras de cunho literário<sup>47</sup>, sendo que os estudos relativos à época sueva na *Hispania*, em sua totalidade, são centrados em apenas cinco grandes obras.

A primeira foi publicada por Wilhelm Reinhart em 1952 com o nome de *Historia General del reino hispánico de los suevos*<sup>48</sup>. O autor - que não era historiador, mas sim um colecionador - utilizou a numismática como elemento integrador da História dos suevos, porém a obra é extremamente generalizadora e baseada em diversas suposições para preencher as lacunas de informações.

A segunda obra destacada é a tese de doutorado de Stefanie Hamman publicada em 1971 com o nome *Vorgeschichte und Geschichte der Sueben in Spanien*<sup>49</sup>. A obra mantém o viés coadjuvante dos suevos na História da Espanha, considerando seu estudo apenas uma pequena parte do que seria o processo de formação dos reinos germânicos.

O terceiro trabalho publicado foi *El reino de los suevos* de Casimiro Torres Rodríguez, que depois de publicar durante anos vários artigos dispersos, resolveu reunir todas suas ideias em uma única obra<sup>50</sup>. O livro é uma versão melhorada da obra de Reinhart, contudo peca por sua generalização, diversas suposições sem respaldo histórico e por sua retórica exagerada de valorização dos suevos.

---

<sup>45</sup> PINTO, S. da Silva. Requiário de Braga o primeiro rei católico do orbe latino. **Bracara Augusta**, nº5, 1953-1954, p. 44-60; THOMPSON, E. A. The conversion of the Spanish Sueves to Catholicism. In: JAMES, Edward (org.). **Visigothic Spain: new approaches**. Oxford: Clarendon Press, 1980, p.77-92.

<sup>46</sup>DAVID, Pierre. **Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle**. Paris: Les Belles Lettres, 1947; RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio. **Galicia Meridional romana**. Bilbao: Publicaciones de la Universidad de Deusto, 1977; TRANOY, A. La Galice Romaine. Recherches sur le nor-ouest de la Péninsule Ibérique dans l' Antiquité. **Melanges de la Casa de Velazquez**, v. 9, 1973; **Galicia: da romanidade á xermanización. Problemas históricos e culturais. Actas do encontro científico em homenaxe a Fermín Bouza Brey (1901 - 1973)**. Museu do Pobo Galego, Santiago de Compostela, 1993; LÓPEZ QUIROGA, Jorge. **El Final de la Antigüedad en la Gallaecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)**. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 2004.

<sup>47</sup> VICETTO, Benito. **Os reis suevos de Galiza**. La Coruña: Toxosoutos, 2008.

<sup>48</sup> REINHART, Wilhelm. **Historia General del reino hispánico de los suevos**. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, 1952.

<sup>49</sup> HAMMAN, Stefanie. **Vorgeschichte und Geschichte der Sueben in Spanien**. Dissertation. Regensburg: Universität Regensburg, 1971.

<sup>50</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977.

O quarto trabalho<sup>51</sup> foi publicado em 1982 por Edward Arthur Thompson com o nome de *Romans and Barbarians. The decline of the Western Empire*, que foi resultado da compilação de vários artigos anteriores, entre eles a série de quatro artigos publicada pela revista *Nottingham Medieval Studies*<sup>52</sup> entre 1976 e 1979, onde o autor - apesar de ter feito uma ótima contextualização da época sueva - não apresentou soluções para muitos de seus principais questionamentos.

Por fim, a última obra que realiza uma análise mais ampla da História dos suevos é o livro *El reino suevo (411-585)* lançado pelo historiador Pablo C. Díaz em 2011. Tal obra reúne vários trabalhos publicados ao longo da trajetória acadêmica do autor, onde os suevos são analisados por suas mais variadas perspectivas. O pesquisador apresenta uma gama variada de fontes para o estudo desse povo bárbaro, assim como grande parte dos livros, capítulos e artigos que versam sobre esse tema, sendo uma obra de referência para todos que pretendem estudar a monarquia sueva<sup>53</sup>.

Se a produção internacional sobre os suevos é marcada pela escassez de obras, o âmbito nacional é permeado por sua quase completa inexistência. Os poucos estudos existentes têm como foco o século VI, e são centrados na questão religiosa por meio de fontes relativas ao bispo Martinho de Braga.

Como grande destaque nacional, existem os trabalhos de Leila Rodrigues da Silva da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, que apesar de ter como foco a questão religiosa em Martinho de Braga, abrange temas variados entre o século V e VI<sup>54</sup>. Sua principal obra é resultado de sua

---

<sup>51</sup> THOMPSON, E. A. **Romans and Barbarians. The decline of the Western Empire**. Madison: University of Wisconsin Press, 1982.

<sup>52</sup> THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part I. **Nottingham Medieval Studies**, nº 20, 1976, p. 3-28; The End of Roman Spain: part II. **Nottingham Medieval Studies**, nº 21, 1977, p. 3-31; The End of Roman Spain: part III. **Nottingham Medieval Studies**, nº 22, 1978, p. 3-22; The End of Roman Spain: part IV. **Nottingham Medieval Studies**, nº 23, 1979, p. 1-21.

<sup>53</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011.

<sup>54</sup> Como exemplo dessa produção temos os seguintes trabalhos: SILVA, Leila Rodrigues da. O direito sucessório nas monarquias germânicas: o caso do Reino Suevo. In: ZIERER, Adriana. (Org.). **Uma Viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares**. São Luís: Ed. UEMA, 2010, p. 167-182; SILVA, Leila Rodrigues da; DINIZ, Rita de Cássia Damil. Os suevos na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha. **Brathair**, v.10, nº 6, 2010, 14-25. SILVA, Leila Rodrigues da; XAVIER, Natália Agostinho. Aspectos da ortodoxia no reino suevo: considerações sobre o De Correctione Rusticorum. **Brathair**, v. 13 2013, p 116-128 ; O corpus documental para o estudo do reino suevo: possibilidades e limites de uma abordagem histórica. **Signum**, v.17, 2016, p. 82-96.

tese doutoral e foi publicada em 2008 com o título *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*<sup>55</sup>. O livro em questão, apesar de ter com objeto central o século VI, apresenta uma boa contextualização do século V em seu primeiro capítulo, tornando-se assim uma grande referência nacional para o estudo dos suevos no Brasil.

Além dos trabalhos de Leila Rodrigues da Silva, há três dissertações de mestrado que abrangem também os suevos durante o século VI e sob a perspectiva de Martinho de Braga. O trabalho de Rossana Alves Baptista Pinheiro de nome *Edificação da memória nos escritos de Martinho de Braga: caminhos da expansão do cristianismo na GALLAECIA do século VI*<sup>56</sup>, defendido em 2004, o de Rafael Hygino Meggiolaro intitulado *Identidade e alteridade no reino suevo da Galícia a partir das obras de Martinho de Braga (c.550-579)*<sup>57</sup> defendido em 2012, e por fim, o de Juliana Bardella Fiorot nomeado *GALIZA, UMA TERRA PAGÃ: Religiosidades e Religião no discurso do De correctione rusticorum (séculos V e VI)*<sup>58</sup>, defendido em 2016. À exceção desses trabalhos, há também alguns artigos publicados por outros autores, mas todos mantendo o recorte cronológico no século VI<sup>59</sup>.

A carência de pesquisas nacionais sobre os suevos, em especial sobre seu período de atuação no século V, mais uma vez reforça a necessidade do desenvolvimento de novos trabalhos, centrados principalmente em um período anterior ao século VI.

---

<sup>55</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008.

<sup>56</sup> PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. **Edificação da memória nos escritos de Martinho de Braga: caminhos da expansão do cristianismo na GALLAECIA do século VI**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004.

<sup>57</sup> MEGGIOLARO, Rafael Hygino. **Identidade e alteridade no reino suevo da Galícia a partir das obras de Martinho de Braga (c.550-579)**. Dissertação (Mestrado em História) – centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

<sup>58</sup> FIOROT, Juliana Bardella. **GALIZA, UMA TERRA PAGÃ: Religiosidades e Religião no discurso do De correctione rusticorum (séculos V e VI)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.

<sup>59</sup> BASTOS, Mario Jorge da Motta. Hegemonia e Religiosidade no Reino Suevo (séculos V e VI). **Recôncavo**, v. 4, nº 7, 2014, p.91-111; SILVA, Paulo Duarte; XAVIER, Natália de Agostinho. O cristianismo ocidental em perspectiva: a conversão monárquica nos reinos suevo e de Kent (séculos VI-VII). **Brathair**, v. 15, nº2, 2015. p 4-31.

Buscando apresentar uma nova perspectiva para os estudos sobre os suevos, nos propomos a analisar a construção da identidade monárquica desse povo durante a quinta centúria. Para atingir nosso objetivo, estruturamos nossa tese em três capítulos, que contribuem para a melhor compreensão de nossa proposta.

No capítulo I pretendemos contextualizar a realidade administrativa, militar, religiosa e política da *Diocesis Hispaniarum* no início do século V. Por meio disso, buscamos principalmente mostrar o caráter fragmentado das instituições romanas na região durante esse período, que já apresentava crises em sua unidade político-administrativa e religiosa, situação que seria agravada com o estabelecimento das populações bárbaras em seu território.

Estabelecido esse contexto, nos dedicaremos a dois objetivos distintos no capítulo II. Em sua primeira parte, faremos uma discussão historiográfica sobre o conceito de identidade apontando seus usos na historiografia, sua apropriação pelos nacionalismos e apresentando a forma como aplicaremos essa questão em nossas fontes. Em um segundo momento, debateremos a criação de uma monarquia romana-bárbara goda na Gália, procurando mostrar como seu processo de formação repercutiu na *Hispania* do século V e como essa nova instituição influenciaria as demais populações bárbaras estabelecidas dentro do Império Romano.

Por fim, dedicaremos o capítulo III para realizar uma análise sobre a construção de uma identidade monárquica entre os suevos durante o século V. Na primeira parte do capítulo, mostraremos que essa identidade monárquica se constituía principalmente por dois elementos: pela legitimação romana, que foi alcançada através de acordos políticos e da assimilação de instituições romanas pelas lideranças suevas, e por uma aliança de fidelidade bárbara com os godos, que proporcionou o apoio militar necessário para a solidificação do poder régio suevo.

Ao final dessa primeira parte, discutiremos os aspectos que levaram ao aniquilamento do poder régio suevo, fato que levaria à destruição de sua identidade monárquica e ao esfacelamento de sua administração por lideranças locais.

Na segunda parte desse capítulo, discutiremos como ocorreu o processo de reorganização do poder régio suevo, na segunda metade do século V. Um processo que culminou na fundação de uma nova identidade monárquica sueva, que nesse período se apoiaria na tradição e na fidelidade bárbara dos godos.

Ao final desse trabalho, apresentaremos algumas considerações gerais sobre o desenvolvimento de nossa pesquisa e disponibilizaremos alguns mapas e tabelas que auxiliarão na compreensão de nosso estudo. Esperamos, por fim, oferecer uma nova interpretação para a instituição régia sueva durante o século V e assim poder contribuir para o debate e o desenvolvimento de futuros estudos sobre essa questão no Brasil.

# CAPÍTULO I

# CAPÍTULO I: A CONFIGURAÇÃO DA *HISPANIA* NO PERÍODO PRÉ-MIGRAÇÕES: ADMINISTRAÇÃO, RELIGIÃO, USURPAÇÃO E IDENTIDADES

## 1.1 Administração civil e militar

Durante o século IV, a Península Ibérica era uma região onde predominava certa calma em relação às demais províncias romanas, que foram palco de grandes disputas de poder entre imperadores e que sofreram com ataques de grupos bárbaros, como a Gália com os alamanos, e a Trácia com os godos.

No decorrer da quarta centúria há poucas informações textuais sobre a região, sendo que o episódio mais bem documentado é o desenvolvimento e expansão da heresia prisciliana que teve seu ápice entre os anos de 380 a 385<sup>60</sup>.

Segundo Michael Kulikowski, a História da *Hispania* no século IV permanece obscura e não temos quase nenhuma informação do período compreendido entre as reformas de Diocleciano até o período de usurpação de Constantino III. Na época, a região era considerada um lugar distante no qual se poderia exilar oponentes políticos perigosos, como o imperador Juliano havia feito com o líder alamanos Vodomarius<sup>61</sup>.

Para Javier Arce, a historiografia romana do período havia deixado de se interessar pela *Hispania* e a região somente terá certa relevância em períodos alternados e em função de interesses estratégicos e políticos de alguns imperadores<sup>62</sup>.

No final do século, a maior fonte de informações que temos da região é de caráter administrativo e são fornecidas pela *Notitia Dignitatum Occidentalis*. Segundo o documento, a *Diocesis Hispaniarum* estava dividida em sete províncias distintas que eram submetidas a prefeitura do pretório da Gália. São

---

<sup>60</sup> Episódio que seria narrado principalmente pela crônica de Sulpício Severo.

<sup>61</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.81.

<sup>62</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid :Alianza Editorial, 2009, p. 28-29.

elas: "*Baetica, Lusitania, Callaecia, Tarraconensis, Carthaginenses, Tingitania e Baleares*".<sup>63</sup> Sendo caracterizadas como *consulares* as três primeiras e como *praesidiales* as quatro últimas<sup>64</sup>. As províncias *consulares* são consideradas de um grau superior às *praesidiales*, porém não havia uma diferença muito grande entre as obrigações de seus governadores.

As maiores novidades em relação aos documentos administrativos anteriores<sup>65</sup> são a criação de uma nova província para a região, as *Insulae Balearum*, a mudança de nomenclatura da antiga *Mauretania Tingitana* apenas para *Tingitana* e a ascensão da *Gallaecia*<sup>66</sup> para uma província consular.

Não há nenhuma referência no documento, e em nenhum dos anteriores, a algo sobre a *Nova Provincia Maxima*. O único dado que existe da existência dessa província é uma inscrição em Siresa que relata a reparação de uma via nos montes aragoneses na época de Magno Máximo. AHM Jones e J.R. Martinale afirmam que provavelmente essa província foi criada durante sua usurpação<sup>67</sup>.

Javier Arce concorda com essa visão e afirma que a inscrição faz referência a uma província verdadeira, de delimitação geográfica impossível e que foi realmente criada pelo usurpador. Para o autor, a província não aparece na *Notitia Dignitatum* porque teria sido integrada à *Tarraconensis* com a morte do usurpador<sup>68</sup>. Por esse motivo ela não teve nenhum impacto na política geográfica da região<sup>69</sup>.

Em nossa visão, além dos fatos apresentados pelos autores acima, com a criação de uma província com seu nome, o usurpador Máximo - que era hispânico - buscava aumentar sua identificação com a *Diocesis*, o que poderia

---

<sup>63</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, III, 1.

<sup>64</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, XXI, 7.

<sup>65</sup> Documentos anteriores do século IV que apresentam uma organização provincial da *Diocesis Hispaniarum*: *Laterculus Veronensis*, *Breviarum de Rufus Festus*. O *Laterculus Provinciarum* de Polemius Silvius tem sua confecção próxima ao da *Notitia*, sendo a maioria de suas informações correlatas.

<sup>66</sup> A província havia sido criada na reforma administrativa de Diocleciano em 284, sendo separada da *Tarraconense*.

<sup>67</sup> JONES, A.H.M.; MARTINALE, J. *The Prosopography of Later Roman Empire: Volume I 260-395 AD*. Cambridge University Press, 1971, p.1090.

<sup>68</sup> ARCE, Javier. *El último siglo de la España romana, 284-409*. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 58.

<sup>69</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Late Roman Spain and Its Cities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.82.



ajudá-lo a ganhar um maior apoio de suas aristocracias e fortalecê-lo em seu futuro embate com o também hispânico Teodósio. Com a derrota e morte do usurpador em 388, é extremamente improvável que Teodósio permitisse a existência de uma província que estaria tão explicitamente ligada à identidade de Máximo, o que justificaria sua *Damnatio Memoriae* e consequente desaparecimento dos documentos da época, estando sua possível existência apenas mencionada nessa pequena inscrição epigráfica.

Em relação à criação da província das *Baleares*, não há um documento que aponte seu motivo, entretanto Arce acredita que a causa dessa separação é a criação de um *officium*<sup>70</sup> para a elaboração de tinta roxa, além do fato de que as ilhas sempre foram um importante centro comercial e ponto de união entre as regiões itálica, hispânica, gala e africana. Na visão do autor, essa posição estratégica pode ter contribuído também para a criação de uma administração independente<sup>71</sup>.

Para Francisco Javier Huesma, é muito provável que a importância econômica que tinha esse *officium* tenha sido fundamental para o governo imperial criar a província insular buscando principalmente melhor eficácia administrativa e fiscal da região<sup>72</sup>.

Outro aspecto a se justificar é o porquê da inserção da *Mauretania Tingitana*, uma região do norte da África, na *Diocesis hispana*. Sua inclusão data da reforma administrativa realizada pelo imperador Diocleciano, levada a cabo no final do século III e início do século IV.

Segundo Arce, sua integração se deve a um duplo motivo, a busca de melhor proteção do estreito de Gibraltar e para evitar ataques à Península Ibérica das populações nômades que habitavam o deserto do Saara. Com isso, havia um antecedente histórico para a anexação e motivos estratégicos para sua integração<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> Uma espécie um escritório administrativo ou uma oficina de produção.

<sup>71</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 65-66.

<sup>72</sup> SANZ HUESMA, Francisco Javier. História Política. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.77.

<sup>73</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 65-64.

Michael Kulikowski segue o mesmo pensamento e afirma que na época de ascensão de Diocleciano a *Hispania* era uma região pacífica que não havia sido profundamente atingida pela crise e que não havia tido nenhum usurpador durante o século III. A África, porém, era uma região fértil para distúrbios civis e usurpações, além de sofrer com ataques de tribos inimigas. Com isso, a anexação da *Tingitania* à *Hispania* atingiria a dois objetivos, dar à região um interior rico com os suprimentos que ela necessitaria e proteger as províncias hispânicas de distúrbios no estreito, além disso, devido à proximidade, seria muito mais fácil para o *vicarius hispaniarum* administrar a província desde Mérida, do que o *vicarius africae* na distante Cartago<sup>74</sup>.

Cada província tinha uma capital administrativa, sendo *Corduba* capital da *Baetica*, *Tarraco* da *Tarraconensis*, *Bracara* da *Gallaecia*, *Carthago Nova* da *Carthaginenses*, *Palma* das *Baleares*, *Tingis* da *Tingiana* e *Emerita* da *Lusitania*, sendo essa última também a capital de toda a *Diocesis* onde residia o *vicarius hispaniarum*<sup>75</sup> (anexo I).

Como a *Diocesis* era subordinada à prefeitura do pretório da Gália, o cargo de *vicarius hispaniarum* era o mais importante da região, estando esse logo abaixo do *prefectus*, sendo que sua nomeação era realizada pelo imperador. O *vicarius* tinha como função substituir a atuação do *prefectus* na *Diocesis* e se encarregava de supervisionar as atividades dos governadores e era o responsável por receber as apelações contra as suas decisões<sup>76</sup>.

Logo abaixo do *vicarius* estavam os governadores provinciais, tanto consulares como *praesidis*, que podiam receber ordens diretamente do *prefectus* ou mesmo do imperador. Sua capacidade de poder era considerável, e assim como o *vicarius* podiam nomear um *officium* com vários cargos que os auxiliariam na administração civil<sup>77</sup>.

Ao todo, eles dispunham de por volta de cinquenta funcionários para realizar seus trabalhos, número que em algumas ocasiões podia chegar ao

---

<sup>74</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.73-75.

<sup>75</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 65-68.

<sup>76</sup> ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana**. Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.972.

<sup>77</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 70-71

centenário. Porém, suas funções eram limitadas ao aspecto civil, já que os mandos civis e militares haviam sido separados anteriormente, durante as reformas de Diocleciano e Constantino<sup>78</sup>.

As obrigações dos dois tipos de governadores pouco diferiam. Tanto *consulares* como *praesides* tinham por missão vigiar a arrecadação de impostos, supervisionar o bom estado do funcionamento do *cursus publicus*<sup>79</sup> e dos trabalhos de embelezamento e de utilidade para a província<sup>80</sup>.

Segundo Huesma, a tarefa fundamental dos governadores era mesmo a arrecadação de impostos, apesar de terem responsabilidades na administração da justiça civil e penal e serem responsáveis pela infraestrutura das províncias<sup>81</sup>.

Abaixo dos governadores provinciais, e dependentes de seu mando, estavam os *curiales*, a aristocracia local de cada cidade que era responsável pela administração da *curia* e pela coleta de impostos. Cada cidade tinha sua própria *curia*, sendo que a sua existência é o que as distinguia de uma simples aldeia (*vicus*). Dentre eles se escolhiam os magistrados municipais que tinham por função administrar os recursos da cidade, ditar a parte jurídica e manter vivas as instituições romanas<sup>82</sup> (anexo II).

Os magistrados urbanos eram particularmente importantes para a coleta de taxas. O corpo curial como um todo era o responsável pela sua cobrança em uma cidade. Os assuntos fiscais estavam a cargo dos *curatores reipublicae*, uma espécie de procurador do governo imperial, que apesar de ter sua origem

---

<sup>78</sup> SANZ HUESMA, Francisco Javier. História Política. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.80.

<sup>79</sup> Rede de estradas para uso da administração romana, tendo como sua principal função o deslocamento dos exércitos pelas províncias. ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana**. Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.335-336.

<sup>80</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 74.

<sup>81</sup> HUESMA, Francisco Javier Sanz. História Política. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; HUESMA, Francisco Javier Sanz. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007 p.80.

<sup>82</sup> ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana**. Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.334.

como um cargo senatorial, nesse momento havia se convertido em uma função municipal<sup>83</sup>.

Os *curiales* eram responsáveis pela cobrança de diversos impostos públicos (*munera civilia*) e outros em razão de seu cargo como o *aurum coronarium* ao imperador, e a *summa honoraria* e *sportulae* aos cidadãos do município<sup>84</sup>, além de várias taxas indiretas<sup>85</sup>.

Esse número de exigências do cargo, somado ao fato de que muitas vezes o magistrado tinha que contribuir com grande parte de sua fortuna pessoal para cobrir essas taxas, provocava a fuga massiva dos cidadãos de suas responsabilidades, tanto em relação ao cargo como das próprias cidades<sup>86</sup>.

Enquanto a administração civil era conduzida em caráter regional e tinha um formato mais heterogêneo, a administração militar possuía uma estrutura bem diferente, mais ligada ao governo imperial, sendo dividida principalmente em quatro cargos no final do século IV. Os *magistri militum* eram responsáveis pelo comando geral, e suas ordens vinham diretamente do imperador, o *magister peditum* era o responsável pela infantaria e o *magister equitum* dirigia a cavalaria<sup>87</sup>. As tropas que ficavam nos limites das províncias e que tinham por função cuidar das seguranças das fronteiras eram comandadas pelos *duces* e os exércitos em campanha eram liderados pelos *comites*, *comes* no singular.

Na atualidade há somente dois documentos que relatam como estava organizado e distribuído o exército romano na *Diocesis Hispaniarum*, a *Notitia*

---

<sup>83</sup> KULIKOWSKI, Michael. Cities and government in Late Antiquity Hispania: Recent Advances and future Research. In: **BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. Hispania in Late Antiquity: currents perspectives.** Leiden, Boston: Brill, 2005, p.39.

<sup>84</sup> ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana.** Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.334.

<sup>85</sup> KULIKOWSKI, Michael. Cities and government in Late Antiquity Hispania: Recent Advances and future Research. In: **BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. Hispania in Late Antiquity: currents perspectives.** Leiden, Boston: Brill, 2005, p.39.

<sup>86</sup> ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana.** Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.334.

<sup>87</sup> Com a separação do mando militar, iniciada na reforma de Diocleciano e concluída por Constantino, as atribuições militares dos prefeitos do pretório foram retiradas, sendo criados esses cargos para a administração dos exércitos. Posteriormente lhe foram atribuídos o nome de *praesentales*, usado para distingui-los de outros *magistri militum*, geralmente encarregados de exércitos regionais mais amplos, que eram conhecidos indistintamente como *magistri equitum*, *magistri equitum et peditum* e *magistri utriusque militiae*. ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana.** Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.579.

*Dignitatum* e uma carta do imperador Honório, entretanto ambos têm a viabilidade de suas informações contestadas pelos historiadores.

A carta de Honório era destinada a ao menos quatro unidades *comitatenses*, tropas móveis do período tardio, que estariam estacionadas na *Hispania*. No texto o imperador prometia aos soldados uma recompensa pelo sucesso de uma missão, ou mesmo por uma tarefa já realizada<sup>88</sup>.

Porém a datação da fonte é duvidosa, podendo conter adições tardias, o que inviabiliza suas informações. Fora esses problemas, o documento está tão corrompido e apresenta tantas lacunas que a única informação viável que podemos obter é que em algum momento do reinado de Honório poderia ter havido na *Diocesis Hispaniarum* as quatro unidades de tropas *comitatenses*<sup>89</sup>, algo que apontaremos como possível somente por volta dos anos de 416 e 420, após as campanhas do rei godo Vália na região.

A *Notitia Dignitatum Occidentalis* apresenta muito mais informações sobre essa organização militar na região. Segundo o documento, no início do século V as tropas estacionadas na *Diocesis Hispaniarum* eram a *Legio VII Gemina* e cinco coortes<sup>90</sup> que estariam instaladas uma na *Tarraconense* e quatro na *Gallaecia*<sup>91</sup>. Estas estariam sob o comando de um *praefectus legiones* que se reportaria ao comando geral da península, o *magister militum praesentalis a parte peditum*<sup>92</sup>. Essas tropas teriam classificação de *limitanei*, mas não seriam de fronteira e não integrariam um *limes*<sup>93,94</sup>.

Também estariam presentes as tropas do tipo *comitantense* que poderiam ser algumas às quais a carta de Honório teria sido dirigida. Elas

---

<sup>88</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.76-77.

<sup>89</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.77.

<sup>90</sup> Uma subdivisão do exército romano que era composta por três manípulos e seis centúrias. Cada coorte contava por volta 480 a 600 legionários nos primeiros anos do Império. No período tardio teve seus números militares reduzidos.

<sup>91</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, XLII, 25;32.

<sup>92</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, V, 125.

<sup>93</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid:Alianza Editorial, 2009, p. 86-87.

<sup>94</sup> Uma observação em relação a afirmação de Arce é que devemos notar que o conceito de *limes* no caso da *Hispania* poderia apontar para uma área não controlada pela Autoridade Imperial Romana, no caso as regiões montanhosas do norte da Península, e não um *limes* tradicional como o do Reno e do Danúbio.

seriam comandadas pelo *vir spectabilis comes* e seriam no total XI *auxilia palatina* e V legiões *comitatenses*.<sup>95</sup>

Na *Tingitania* estariam sob o comando do *comes tingitania* e um *praefectus alae* e VII tribunos de coortes<sup>96</sup>. O *comes* comandaria também II *auxilia palatina*, I *legio pseudo comitatense* e II legiões *comitatenses*<sup>97</sup>.

Entretanto, a existência real dessas tropas no início do século V leva a um debate acadêmico. Segundo Huesma, a guarnição relatada no documento é a mesma que está presente na *Hispania* no século III, somente se alterando a categoria das tropas, sem ao menos mudarem sua localização<sup>98</sup>.

De acordo com Arce, apesar da parte ocidental desse documento ter sido redigida no início do século V, muito provavelmente seu autor utilizou informações defasadas e o documento tem pouco valor para a realidade histórica do período. Para o autor, o documento oferecido ao imperador era um estado idealizado da situação do Império, portanto todo o capítulo XLII da fonte é pouco fiável e possivelmente representa algo que deveria existir, mas não existe<sup>99</sup>.

Kulikowski tem o mesmo pensamento de Arce e afirma que devido as suas imprecisões o documento não pode ser usado como evidência cronológica para as afirmações que apresenta, não ao menos sem a confirmação de outras fontes independentes do período. Portanto, devido a seus problemas a *Notitia Dignitatum Occidentalis* tem um valor muito limitado como evidência de estabelecimento militar na *Hispania*<sup>100</sup>.

A possível existência desse exército estacionado por tanto tempo no norte da *Hispania* ocasionou diversas teorias sobre sua funcionalidade. Uma das mais discutidas é a possibilidade de haver um *limes* tradicional em linha

---

<sup>95</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, VII, 118.

<sup>96</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, XXV, 11.

<sup>97</sup> *Notitia Dignitatum Occidentalis*, VII, 135.

<sup>98</sup> SANZ HUESMA, Francisco Javier. História Política. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia, SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.80.

<sup>99</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 198-199.

<sup>100</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.77 -78.

defensiva naquela região contra os cântabros, astures e bascos que eram constantes inimigos do governo imperial naquele período.<sup>101</sup>

Porém, segundo Arce esta tese não está embasada em critérios rigorosos e são apenas hipóteses muito improváveis<sup>102</sup>. Segundo o autor, mesmo que as informações da *Notitia Dignitatum Occidentalis* fossem válidas para a época de sua redação, não poderíamos aceitar que essas tropas fossem de um *limes* pela simples razão de que no documento não se menciona um *dux* para a *Hispania*<sup>103</sup>.

Para José Luís Cañizar Palacios, a condição de *limitanei* dessas tropas não implicaria necessariamente na existência de uma região fronteira, mas que essa tropa está fixa em um território e se difere das *comitatense* de caráter móvel<sup>104</sup>.

Rosa Sanz Serrano apresenta uma outra visão para essa discussão. A autora tem uma leitura contrária à atual tendência historiográfica, que relativiza as informações contidas no documento, e afirma que há sim a possibilidade dessas tropas terem existido no início do século V e que seria impensável que os territórios hispânicos não tivessem uma estrutura militar durante o século IV, visto que havia um constante perigo de usurpação na prefeitura da Gália e a presença dessas tropas *limitanei* seria de suma importância para evitar a o sucesso dessas revoltas<sup>105</sup>.

Em sua visão, o único elemento que estaria claro é que essas tropas não tinham a categoria dos antigos exércitos dos séculos I e II e que seus soldados seriam mal pagos, mal equipados e teriam uma vida parecida a de camponeses, com famílias e propriedades para cuidarem na região. Segundo a autora, esses soldados também não foram capazes de defender o território do usurpador Constantino III e das populações bárbaras que entraram na *Diocesis*

---

<sup>101</sup>GROSSE, R. **Fontes Hispaniae Antiquae IX: las fuentes de la época visigoda y bizantina**. Barcelona, 1947, p.25; VIGIL, A; BARBERO, A. **Sobre los orígenes sociales de la Reconquista**. Barcelona: Ariel, 1974, p.13.

<sup>102</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 89.

<sup>103</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 200 - 201.

<sup>104</sup> CAÑIZAR PALACIOS, José Luís. Reflexiones sobre la percepción e idea de la frontera en la Hispania del s. V D.C. **Studia Historica. Historia Antigua**, nº 35, 2017, p. 57-58.

<sup>105</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 164 -171.

em 409, pois teriam privilegiado a defesa de suas cidades e propriedades, não atendendo ao chamado dos representantes da família de Teodósio<sup>106</sup>.

A autora também rebate o argumento de Arce de que essas tropas não integrariam um *limes*, pois há dados posteriores, em 411, que indicam a presença de um *dux* na província da *Tarraconensis*, além de que havia no período vários casos de exércitos que não eram comandados por um *dux*<sup>107</sup>.

Em nossa visão, o questionamento da existência de um *limes* tradicional é extremamente válido, pois com exceção da *Notitia* não há realmente mais nenhuma fonte que mencione com precisão a existência das tropas na *Diocesis Hispaniarum* durante esse período. O único documento que menciona a existência de um exército na região é a *Historia Nova* de Zósimo, escrita nos primórdios do século VI. Mesmo assim, a obra de Zósimo não menciona as tropas presentes na *Notitia* e sim que os familiares de Teodósio teriam recorrido a uma guarnição existente na *Lusitania* no período de ataque da Península pelas tropas do usurpador Constantino III, mas teriam desistido devido a sua inferioridade<sup>108</sup>. Contudo, provavelmente, essa referência seja um erro do autor<sup>109</sup>.

Todos os demais autores que narram os ataques à Península Ibérica pelo exército de Constantino III afirmam que a tentativa de defesa da região foi realizada pela aristocracia ligada à família de Teodósio, não havendo nenhuma menção a tropas regulares mencionadas na *Notitia*.<sup>110</sup>

Com base nesses argumentos e nos apresentados pela historiografia exposta, concordamos com a vertente que afirma não haver um exército regular na região, constituído segundo os padrões da República e do Principado, e que sua defesa teria sido feita apenas pelos exércitos privados por membros da família de Teodósio que seriam em sua essência pequenos

---

<sup>106</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 170-171.

<sup>107</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 166.

<sup>108</sup> Zosimus, *Historia Nova*, VI, 4,3.

<sup>109</sup> Díaz, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 49.

<sup>110</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 4,4; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX,11; Olympiodorus, *Fragmentos*, 13,2. Apesar de mencionar as tropas da Lusitania, Zósimo em *Historia Nova*, VI, 4,1-2, também faz menção à defesa da península encabeçada pelos familiares de Teodósio. Orósio somente menciona o nome dos dois principais nobres e seu papel na defesa, não relatando que são familiares do imperador.



proprietários, colonos e mercenários, mal treinados e com equipamento escasso, características que eram muito comuns a esse tipo de exército tardo-antigo. De acordo com Dionisio Pérez Sánchez, era comum durante o século V a utilização desses exércitos privados em províncias que enfrentavam uma lacuna do poder imperial como, por exemplo, as da Gália e Hispânia<sup>111</sup>.

Um outro indício que aponta a inexistência desse exército regular é que não havia nenhuma legião na *Hispania* para exercer a tarefa de defender a região dos Pirineus<sup>112</sup>, que possibilitava o acesso a *Diocesis Hispaniarum*, como estava relatado no *Codex Theodosianus*<sup>113</sup>. A defesa dessa região estava há muito tempo sob a responsabilidade das populações locais<sup>114</sup>, sendo esse um antigo costume da região<sup>115</sup>.

Somado a essas questões ainda há o fator de que em finais do século IV e início do V o governo imperial precisava lidar com as tropas godas na Itália, o que demandou em 402 o recuo das legiões de regiões limítrofes do Império, como a Britania e o Reno. Em uma época onde o governo imperial necessitava do maior número de soldados disponíveis para conter militarmente os godos, é difícil conceber a ideia de que haveria uma legião regular, nos moldes dos exércitos imperiais do Principado, estacionada em uma *Diocesis* sem um *limes* tradicional.

## **1.2. As identidades político-religiosas fragmentadas: o cristianismo niceno, o paganismo e o priscilianismo**

Em finais do século IV e princípios da quinta centúria, as identidades político-religiosas estavam fragmentadas na *Diocesis Hispaniarum*. A *ecclesia* nicena hispana enfrentava problemas que iam desde as reminiscências das antigas tradições pagãs até uma grave cisão em seu corpo eclesiástico

---

<sup>111</sup> PÉREZ SÁNCHEZ, Dionisio. Defensa y territorio en la sociedad peninsular hispana durante la Antigüedad Tardía (SS. V-VIII). *Studia Historica. Historia Antigua*, nº 16, 1998, p. 289 - 291.

<sup>112</sup> ARCE, Javier. *Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.* Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 202.

<sup>113</sup> *Codex Theodosianus*, 7, 14, 1.

<sup>114</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 40, 8.

<sup>115</sup> Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 12.

provocada pela heresia priscilianista que se espalhara pela *Diocesis* e ganhara diversos seguidores, principalmente em suas regiões mais interioranas.

Há poucas fontes que nos fornecem informações sobre o paganismo nesse período, pois grande parte desses documentos narraram apenas o confronto entre o cristianismo niceno e suas heresias, deixando as informações sobre o paganismo em segundo plano.

Apesar de terem perdido seu espaço com a oficialização o cristianismo niceno como religião romana durante o governo de Teodósio, as antigas religiões pagãs ainda permaneciam vivas entre a população hispana. De fato, havia mais manifestações pagãs de natureza autóctone do que as vinculadas ao antigo panteão greco-romano tradicional, que por sua vez seguia persistindo no ambiente citadino<sup>116</sup>.

Como tentativa de mudar essa situação, o governo imperial promulga uma série de leis que podem ser encontradas na penúltima seção do livro XVI do *Codex Theodosianus* nomeada *De paganis, sacrificiis et templis*. Esse conjunto de leis pretendia promover a difusão do cristianismo com medidas que dariam ao convertido benefícios econômicos, sociais e políticos. Ao mesmo tempo, elaborava também um programa anti-pagão que tinha por objetivo coibir as práticas culturais, eliminar seus patrimônios e impor sanções que afetariam de maneira direta os indivíduos e sua ascensão social e política.

As leis presentes no documento eram algumas vezes válidas para todo o Mundo Romano e outras direcionadas a alguma província em específico. No final do século IV, há somente uma lei para a *Diocesis Hispaniarum*: a de 399, decretada pelos imperadores Arcádio e Honório e dirigida ao seu *vicarius* Macrobius, onde os Augustos ressaltavam a proibição dos sacrifícios relacionados ao paganismo na região, mas ao mesmo tempo condenavam a destruição dos edifícios pagãos:

Os mesmos augustos para Macrobius, *vicarius* da *Hispania*, e Proclianus, *vicarius* de cinco províncias: assim como proibimos sacrifícios, é nossa vontade que os ornamentos de obras públicas sejam preservados. Se qualquer pessoa tentar destruir qualquer obra, ele não terá o direito de se lisonjear por confiar

---

<sup>116</sup> MARTÍNEZ MAZA, Clelia. Aspectos religiosos. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.141.

em qualquer autoridade, se por ventura ela produzir qualquer edito ou qualquer lei em sua defesa. Tais documentos serão rasgados de suas mãos e referidos a Nossa Sabedoria. (Codex Theodosianus, XVI, 10,15)<sup>117</sup>.

A passagem acima revela que as disposições legais proibem os cultos pagãos, mas vedam o desmantelamento dos blocos ornamentais de seus edifícios, considerados com *res privata* dos imperadores. Provavelmente os responsáveis pelas tentativas de demolição pertenciam às cúrias das cidades e possivelmente pretendiam cumprir com uma de suas funções administrativas, que era o embelezamento urbano, em um momento em que a situação econômica era difícil<sup>118</sup>.

De certo modo essa lei é um testemunho claro e concreto da tentativa de proibição de práticas e cultos pagãos na *Diocesis Hispaniarum* de forma direta, além de ser, ao mesmo tempo, um testemunho indireto de que durante todo o século IV o paganismo foi algo normal e habitual na região. Entretanto, a lei acima não significa o seu fim real, pois o paganismo continuou imerso em diversos setores da sociedade hispânica até épocas mais avançadas, sem dúvida ela apenas significa o fim oficial das crenças pagãs na região<sup>119</sup>.

Segundo Arce, apesar da aparente contradição entre a proibição dos cultos e a manutenção dos edifícios pagãos, essa lei estaria inserida dentro da legislação sobre edifícios públicos no século IV, que reitera constantemente a necessidade de conservar, reparar e manter por razões extra-religiosas os monumentos do passado<sup>120</sup>.

Para o autor, não houve uma política sistemática de destruição dos templos e tampouco se construíram em seu interior muitas igrejas durante esse período, pois o interesse dos imperadores estava centrado muito mais na

---

<sup>117</sup> *Idem aa. macrobio vicario hispaniarum et procliano vicario quinque provinciarum. sicut sacrificia prohibemus, ita volumus publicorum operum ornamenta servari. ac ne sibi aliqua auctoritate blandiantur, qui ea conantur evertere, si quod rescriptum, si qua lex forte praetenditur. erutae huiusmodi chartae ex eorum manibus ad nostram scientiam referantur, si illicitis evectiones aut suo aut alieno nomine potuerint demonstrare, quas oblatas ad nos mitti decernimus. qui vero talibus cursum praebuerint, binas auri libras inferre cogantur.*

<sup>118</sup> MARTÍNEZ MAZA, Clelia. Aspectos religiosos. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.153.

<sup>119</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 178.

<sup>120</sup> ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 178.

proibição dos sacrifícios pagãos do que na destruição desses edifícios que deviam ser preservados pelo seu valor estético, artístico ou arquitetônico<sup>121</sup>.

Com isso os templos pagãos das cidades foram sendo abandonados paulatinamente, permanecendo fechados e não sendo nesse momento reaproveitados para outras funções, algo que somente iria ocorrer muito posteriormente. Devido a essas medidas, a paisagem urbana de muitas cidades continuou a ter um aspecto tradicional pagão, mesmo com igrejas se erguendo ao lado desses templos<sup>122</sup>.

Ainda que ocorresse o abandono dos templos, e posteriormente dos edifícios de espetáculo, como o circo, anfiteatros e teatros, o paganismo continuou existindo nas províncias romanas durante muito tempo, seja no âmbito citadino ou rural. O paganismo rural era ainda mais difícil de ser erradicado, pois dele faziam parte toda uma série de crenças que ditavam a vida pessoal de seus habitantes<sup>123</sup>.

Somado a isso, podemos enumerar mais três outros motivos que contribuíram para a manutenção de algumas práticas pagãs durante esse período: o consentimento imperial de seus cultos em momentos de instabilidade política, como as migrações bárbaras que obrigavam os imperadores a concentrar seu esforço na proteção do território; a lentidão dos transportes e a inacessibilidade de algumas regiões, o que impedia sua fiscalização; e por fim a negligência das autoridades em aplicar as condenações, combinada com a anuência dos magistrados e a resistência da população pagã em cumprir as leis orientadas à cristianização<sup>124</sup>.

Entretanto, apesar da manutenção de algumas de suas tradições, os autores tardo-antigos não nos relegam muitas informações sobre a situação dos cultos pagãos nesse período, o que além de mostrar seu desmerecimento a essas religiões, provavelmente indicava que seu foco estava mais voltado

---

<sup>121</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 247.

<sup>122</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 249

<sup>123</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 250

<sup>124</sup> MARTÍNEZ MAZA, Clelia. Aspectos religiosos. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda.** Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.153.

para o combate às heresias que haviam provocado várias cisões em seu corpo eclesiástico.

Segundo a historiadora Purificación Ubric Rabaneda, a *ecclesia* hispano-romana não se preocupava tanto com a profissão do antigo culto do panteão greco-romano ou das religiões autóctones quanto se preocupava com as heresias cristãs, que foram recebidas de modo muito negativo e eram objeto de uma profunda repreensão<sup>125</sup>.

Devido a essa preocupação com as heresias, as antigas leis contra os pagãos passaram a ser utilizadas primeiramente contra os hereges cristãos, sendo empregadas de um modo muito mais sistemático do que se usava contra o paganismo. Mesmo assim as heresias se tornaram cada vez mais habituais no Império tardio, permanecendo como um problema mesmo em séculos posteriores<sup>126</sup>.

Na Península Ibérica, a heresia que mais se destacou e provocou problemas para a *ecclesia* nicena foi a priscilianista. Seu fundador havia sido o leigo Prisciliano que tinha sido eleito para o bispado de Ávila no processo de consolidação de sua vertente heterodoxa.

Não se sabe atualmente quais eram exatamente suas práticas e concepções teológicas, entretanto com base nos Tratados de Würzburg, que são a ele atribuídos, nos relatos de outros autores, como Sulpício Severo, Paulo Orósio e Agostinho de Hipona, e em suas condenações nos concílios dos séculos IV, V e VI, sabe-se, em linhas gerais, que seu movimento tinha um caráter ascético<sup>127</sup>, pregando a abstenção dos bens mundanos, do álcool e da carne, o afastamento da *ecclesia* durante os períodos da Quaresma e do Natal, o estudo das escrituras cristãs, que incluía a utilização dos textos apócrifos, a defesa da igualdade entre os sexos e do status social entre os seguidores<sup>128</sup>.

Suas práticas foram condenadas pela primeira vez em um concílio realizado na cidade de *Caesaraugusta* no ano de 380, o que o motivou, durante

---

<sup>125</sup> UBRIC RABANEDA, Purificación. Convivencia e intransigencia religiosa en la Hispania del siglo V. **IBERIA**, nº6, 2003, p.75-76.

<sup>126</sup> WICKHAM, Chris. **El Legado de Roma. Una História de Europa de 400 a 1000**. Traducción de Cecilia Belza y Gonzalo García. Barcelona: Pasado y Presente, 2013, p. 102.

<sup>127</sup> Prática de abstenção do conforto e dos prazeres materiais com o meio de alcançar a elevação moral e espiritual.

<sup>128</sup> VILELLA, J. Un obispo-pastor de época teodosiana: Prisciliano. **Studia Ephemeridis Augustinianum** 58/2, 1997, 507 - 510.

os anos seguintes, a lutar em conjunto com seus apoiadores, para sua legalização perante as autoridades civis e religiosas.

Sua empreitada terminou no ano 385, em um tribunal civil realizado na cidade de Tréveris, na Gália, no contexto de usurpação do imperador Magno Máximo (383-388), onde foi condenado à morte. A *ecclesia* nicena hispana, com receio de perder sua unidade, havia lutado fortemente para sua condenação, enquanto o usurpador Máximo buscava conseguir a simpatia da *ecclesia* da Península Itálica para sua causa<sup>129</sup>.

A condenação de um bispo por um tribunal civil não era uma prática comum, pois o governo imperial não estava autorizado pela *ecclesia* para discernir o que era ortodoxia ou heresia, uma vez que ela resguardava a decisão para si. Porém, como havia um grande interesse da *ecclesia* nicena hispana e do usurpador Máximo para frear o movimento, Prisciliano teve sua doutrina associada às heresias dos gnósticos e dos maniqueus, pois essas já haviam sido condenadas por práticas de magia e bruxaria, as quais eram duramente castigadas pela legislação civil, o que justificava uma intervenção imperial<sup>130</sup>.

Entretanto, a morte de Prisciliano não significou o fim de sua doutrina, pois seus antigos seguidores passaram a adorá-lo como um mártir e com isso sua mensagem começou a se espalhar por toda a Península Ibérica, tendo forte aceitação principalmente na região da *Gallaecia*<sup>131</sup>. O movimento se tornou mais forte principalmente nas zonas rurais dessa província, que eram mais pobres, pouco romanizadas e que tinham maior presença das antigas religiões autóctones<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Não temos por intenção discorrer nessa pesquisa sobre a História de Prisciliano e do processo de fundação e reconhecimento de sua heresia durante as décadas de 70 e 80 do século IV, pois essa temática já foi abordada em nossa pesquisa de mestrado. Nosso foco atual se dará nos conflitos entre a *ecclesia* nicena e os seguidores do priscilianismo no início do século V. Para mais: GAZZOTTI, Danilo Medeiros. **As Concepções do poder régio entre os suevos na Gallaecia do século V: uma análise da crônica de Idácio de Chaves**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

<sup>130</sup> GUILLEM, Andrés Olivares. Actitud del Estado Romano ante el priscilianismo. **Espacio, Tiempo y Forma**. Serie II, Hª Antigua, nº 14, 2001, p. 122-126.

<sup>131</sup> Sulpicius Severus, **Chronicum**, II, 5, 7 -8; Hydatius, **Chronica** VIII, 16)

<sup>132</sup> BLAZQUÉZ, José Maria. Prisciliano, introductor del ascetismo en *Gallaecia*. **I Reunión Gallega de Estudios Clásicos**. Santiago de Compostela, 1981, p.218.

A heresia também teve um grande número de adeptos na província da *Tarraconense*, onde seus simpatizantes controlavam as igrejas de Tarragona, Barcelona, Huesca e Lérida<sup>133</sup>.

Segundo Carmen Cardelle de Hartmann, um dos principais motivos para a expansão da heresia prisciliana foi a translação dos restos mortais de Prisciliano e seus seguidores para a *Gallaecia*, que acabaram sendo transformados em relíquias de mártires, algo que não existia na região até o período<sup>134</sup>.

Através disso, podemos afirmar que o sangue de Prisciliano e de seus fiéis foi a semente dos priscilianistas sob toda a *Hispania* e que, de fato, durante os últimos anos do século IV, havia um verdadeiro cisma na *ecclesia* peninsular, onde existia uma *ecclesia* nicena e outra priscilianista, que não contava somente com diversos seguidores, mas também com numerosos bispos<sup>135</sup>.

Durante esse período, foram realizadas diversas ordenações episcopais sob a influência dos priscilianistas, o que obrigou a *ecclesia* nicena a convocar um concílio episcopal no ano de 400, na cidade de Toledo. O concílio visava reformar a disciplina da *ecclesia* peninsular e fixar de maneira clara as posições que os responsáveis pelas sedes episcopais deveriam manter frente às concepções teóricas e às práticas dos adeptos do priscilianismo<sup>136</sup>.

A ata desse concílio é o primeiro documento que faz menção aos seguidores de Prisciliano como priscilianistas, alcunha que surgiu apenas após sua morte e que foi utilizada por autores cristãos do século V, como Paulo Orósio<sup>137</sup> e Agostinho de Hipona<sup>138</sup><sup>139</sup>.

---

<sup>133</sup> MARTÍNEZ MAZA, Clelia. Aspectos religiosos. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.210.

<sup>134</sup> HARTMANN, Carmen Cardelle de. El priscilianismo tras Prisciliano ¿Un movimiento galaico? **HABIS**, nº 29, 1998, p.273.

<sup>135</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007, p.47-48.

<sup>136</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007, p.48-49.

<sup>137</sup> *Consultatio sive commonitorium ad Augustinum de errore Priscillianistarum et Origenistarum*.

<sup>138</sup> *Ad Orosium contra Priscillianistas et Origenistas*.

<sup>139</sup> ESCRIBANO, Maria Vitória. Heresy and Orthodoxy in Fourth-Century Hispania: Arianism and Priscillianism. In: **BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. Hispania in Late Antiquity: currents perspectives**. Leiden, Boston: Brill, 2005, p.128-129.

O poder dos priscilianistas era tão forte nesse período que Idácio de Chaves ao informar em sua crônica a realização do Concílio de Toledo e suas decisões, informa também que deste participara um bispo que tinha sido ordenado segundo os preceitos da fé nicena, mas que por influência dos priscilianistas havia sido expulso de seu episcopado.

Na província da Cartaginense, na cidade de Toledo, tem lugar um sínodo episcopal. Nele, segundo consta nas atas, Sinfosio, Dictínio e junto com eles, outros bispos da província da *Gallaecia* seguidores de Prisciliano, condenam a muito blasfema heresia e ao seu criador, rubricando uma profissão de fé. Decidem também certas obrigações acerca da disciplina eclesiástica. Participa nesse mesmo concílio o bispo Ortigio que fora ordenado em Calenas, mas resultava expulso a causa de sua fé católica pela ação de facções priscilianistas e agora encontra-se no exílio. (Hydatius, *Chronica*, V-VI, 25)<sup>140</sup>.

Essa passagem mostra que o grau de influência político-religiosa que os priscilianistas haviam obtido na região da *Gallaecia* era tão grande que Idácio de Chaves, que escreveu sua obra décadas depois desses acontecimentos, faz questão de registrá-los em sua crônica, o que indica o grau de influência que a heresia ainda tinha em seu tempo.

O concílio celebrado em Toledo contava com a participação de dezenove bispos e um número incerto de presbíteros e diáconos. Patruino, o bispo escolhido como o condutor das discussões, começou a reunião com uma exortação que afrontava as irregularidades canônicas que ocorreram em algumas eleições de bispos e que foram agravadas pela influência dos priscilianistas. Tratava-se de um assunto de elevada importância para frear as cisões da *ecclesia hispana* provocadas pela heresia<sup>141</sup>.

Porque cada um de nós começamos a trabalhar de maneira distinta em nossas igrejas, e daqui se originaram escândalos que quase beirando em verdadeiros cismas, se agrada a todos vocês decretemos o que tem de ser feito por todos os bispos

---

<sup>140</sup> *In prouincia Cartaginiensi in ciuitate Toletu synodus episcoporum contrahitur; in quo, quod gestis continetur, Symphosius et Dictinius et alii cum his Galleciae prouintiae episcopi Priscilliani sectatores heresem eius blasphemissimam cum adsertore eodem professionis suae suscriptione condemnant. Statuuntur quaedam etiam obseruanda de ecclesiae disciplina, communicante in eodem concilio Ortigio episcopo qui Caelenis fuerat ordinatus sed agentibus Priscillianistis pro fide catholica pulsus factionibus exulabat.*

<sup>141</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007, p.49.



ao ordenar os clérigos. Meu parecer é que se deve guardar tudo o que foi estabelecido antigamente no concílio Niceno, e que não devemos nos apartar dessas normas. Os bispos disseram: Isto mesmo agrada a nós todos de tal modo que se alguém, conhecendo as atas do concílio Niceno, se atrever a trabalhar de modo distinto do que está estabelecido e crer que não deve ater-se a ele, seja tido como excomungado, a não ser que pela repreensão de seus irmãos, corrigir o seu erro (Concilium Toletanum primum, introdução)<sup>142</sup>.

Um aspecto a se notar nessa passagem introdutória é a clara possibilidade que os bispos ali reunidos oferecem aos priscilianistas de reconhecerem seus erros e negarem sua heresia, podendo assim evitar sua excomunhão. O que sugere, logo em seu início, que o concílio visava acima de tudo reunificar a *ecclesia* nicena hispana e não apenas estabelecer punições aos priscilianistas.

Na primeira parte do documento, são exibidos os cânones propostos pelo concílio, que em sua maioria dizem respeito aos aspectos gerais referentes à vida e à honestidade dos clérigos, religiosos e laicos. Apenas quatro são referências seguras a práticas relacionadas a Prisciliano<sup>143</sup>.

Que nenhum clérigo se afaste de seu bispo e se dirija a outro. Igualmente, que não seja livre nenhum clérigo de abandonar a seu bispo e entrar em comunhão com outro bispo, a não ser que aquele clérigo que um bispo católico recebe com gosto por afastar-se do cisma herético, ou para voltar a fé católica. Mas se algum se afastar dos católicos e se descobrir que estava em comunhão pública ou ocultamente com os excomungados ou condenados por sentença, seja condenado juntamente com aquele aos quais quis se unir (Concilium Toletanum primum, XII)<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> *Quoniam singuli coepimus in ecclesiis nostris facere diversa, et inde tanta scandala sunt, quae usque scisma perveniunt, si placet communi consilio decernimus quid ab omnibus episcopis in ordinandis clericis sit sequendum. Mici autem placet et constituta primitus concilii Nicaeni perpetuo esse servanda nec ab his esse recedendum. Episcopi dixerunt: Hoc omnibus placet, ita ut si quis cognitis gestis concilii Nicaeni aliud quam statutum est facere praesumserit; et non in eo perseverandum putaverit, tunc excommunicatus habeatur, nisi per correptionem fratrum emendaverit errorem.*

<sup>143</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007, p.49.

<sup>144</sup> *Ut nullus clericus de episcopo suo recedat et ad alium se tranferat. Item, ut liberum ulli clerico non sit discedere de episcopo suo et alteri episcopo communicare, nisi forte ei, quem episcopus alius libenter habeat de haereticorum schismate discendentem et ad fidem catholicam revertentem. Si quis autem de catholicis, et in comunione eorum vel palam vel occulte, qui vel excommunicati sunt vel per sententiam iam notati, fuerint inventi, habebant illorum ad quos ire voluerunt etiam in damnatione consortium.*

Daqueles que entram na igreja e se descobre que nunca comungam, ficam excomungados. Daqueles que entram na igreja e se descobrem que nunca comungam, sejam avisados que se não comungam recebam a penitência, e se comungam que não se abstenham sempre; e se não fizerem caso, abstenham-se da comunhão (Concilium Toletanum primum, XIII)<sup>145</sup>.

Que se expulse como sacrílego ao que recebe a eucaristia e não a consumir. Se alguém não consumir a eucaristia recebida do bispo, seja expulso como sacrílego (Concilium Toletanum primum, XV)<sup>146</sup>.

Daqueles que são excomungados pelos bispos, que ninguém se aproxime deles. Se algum leigo está excomungado nenhum clérigo nem religioso visitará sua casa nem tratará com ele. Do mesmo modo, se um clérigo está excomungado será evitado pelos outros clérigos, e se algum for achado falando com ele ou se atende a algum convite com aquele, também ficará excomungado; mas isso afeta só aqueles clérigos que dependam de um mesmo bispo, e também a todos aqueles que fazem saber que o tal clérigo ou leigo está excomungado (Concilium Toletanum primum, XV)<sup>147</sup>.

Um aspecto a se notar é que apesar desses quatro cânones não fazerem referências explícitas à heresia prisciliana eles tratam de condenar primeiramente aos cristãos e membros da *ecclesia* que tinham se afastado dos bispos ortodoxos e que não professavam os rituais nicenos, como por exemplo, a comunhão e a eucaristia.

O texto trata também sobre a proibição das relações pessoais de seus membros com os que foram excomungados, em uma clara tentativa de amedrontar seus seguidores ao mesmo tempo em que isolava os hereges do restante da comunidade.

Após a apresentação dos cânones gerais, o concílio seguiu para sua segunda parte, na qual são apresentados os artigos contra as heresias, em especial contra o priscilianismo.

---

<sup>145</sup> *De his qui in ecclesia intrans et non communicant, ut excommunicentur. De his, qui intrans in ecclesiam et deprehenduntur numquam communicare, admoneantur ut si non communicant ad poenitentiam accedant; si communicant non semper abstineant; si non fecerint, abstineant.*

<sup>146</sup> *De eo qui acceperit eucharistiam et non sumserit ut sacrilegus reppellatur. [Si quis autem acceptam a sacerdote eucharistiam non sumpserit velut sacrilegus habeatur].*

<sup>147</sup> *De his qui excommunicantur a sacerdotibus, ut nullus ad eos accedat. Quisquis laicus abstinetur, ad hunc vel ad domum eius clericorum vel religiosorum nullus accedat. Similiter et clericus si abstinetur a clericis evitetur; si quis cum illo conloqui aut convivare fuerit deprehensus, etiam ipse abstineatur. Sed hoc pertineat ad euis clericos qui eius sunt episcopi, et ad omnes qui communiti fuerint de eo qui abstinetur, sive laico quolibet et sive clerico.*

Termina a constituição do concílio Toledano. Começam os artigos da fé católica contra todas as heresias, e sobretudo contra os Priscilianos, que foram redigidos pelos bispos Cartaginenses, Terraconenses, Lusitanos e Béticos, e enviados com o preceito do papa romano Leão, a Balconio, o bispo da *Gallaecia*. São também os mesmos que redataram os vinte cânones anteriores do concílio toledano (*Concilium Toletanum primum, XXI*)<sup>148</sup>.

Essa segunda parte se inicia com um símbolo de fé, no qual há uma ampla defesa dos postulados da ortodoxia tradicional, sendo seguidos com a reprodução de dezoito anátemas contra o priscilianismo. Alguns deles fazem referência ao maniqueísmo de orientação gnóstica, ao sabelianismo<sup>149</sup>, do qual se poderia fazer eco à fórmula Deus-Christus dos discípulos de Prisciliano e também ao arianismo<sup>150</sup>.

Segundo Maria Vitória Escribano, apesar dessas acusações o priscilianismo não tinha aspectos comuns ao maniqueísmo, sabelianismo e ao arianismo; a vertente inclusive criticava essas outras heresias, porém seus adversários lhe atribuíram essas características desde o começo visando seu enfraquecimento<sup>151</sup>.

Para a autora, inclusive, a rejeição dos bispos, que um dia se tornariam priscilianistas, a assimilar novamente os membros da *ecclesia* que haviam sido arianos, mas que pediram sua absolvição, é a origem da divisão interna na *ecclesia hispana*<sup>152</sup>. Devido a esse fato, os priscilianistas dificilmente poderiam ter elementos do arianismo em sua crença, pois já eram extremamente anti-arianos em sua origem.

---

<sup>148</sup> *Explicit constitutio Concilii Toletani. Incipiunt regulae fidei catholicae contra omnes haereses et quam maxime contra Priscillianos, quam episcopi Terraconenses, Karthaginenses, Lusitani et Baetici fecerunt, et cum praecepto papae urbis Leonis ad Balconium episcopum Galliciae transmiserunt. Ipsi etiam et supra scribta viginti canonum capitula statuerunt in concilio Toletano.*

<sup>149</sup> Heresia formulada por Sabélio, um padre e teólogo do século III, que negava também a trindade nicena.

<sup>150</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007, p.50 -51.

<sup>151</sup> ESCRIBANO, Maria Vitória. Heresy and Orthodoxy in Fourth-Century Hispania: Arianism and Priscillianism. In: **BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. Hispania in Late Antiquity: currents perspectives**. Leiden, Boston: Brill, 2005, p.125 -128.

<sup>152</sup> ESCRIBANO, Maria Vitória. Heresy and Orthodoxy in Fourth-Century Hispania: Arianism and Priscillianism. In: **BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. Hispania in Late Antiquity: currents perspectives**. Leiden, Boston: Brill, 2005, p.125 -128; 136.

José Maria Blázquez resalta que o priscilianismo não tinha uma teologia explícita sobre a Trindade e que as referências a essa questão se relacionam somente com o batismo, o símbolo de fé e a ordenação ao ministério. O bispo estaria mais preocupado com a unidade de Deus do que a multiplicação da Trindade<sup>153</sup>.

Entre os anátemas<sup>154</sup> que mais se destacam estão alguns dos principais ritos da heresia como a abstenção de carne, a crença na astrologia e a leitura dos textos apócrifos.

XII. Se alguém disser ou crer que devem ter autoridade ou ser veneradas outras escrituras fora das que recebe a *ecclesia catholica*, que seja anátema<sup>155</sup>.

XV. Se alguém julgar que deva crer na astrologia ou na matemática, que seja anátema<sup>156</sup>.

XVII. Se alguém disser ou crer que deve um se abster das carnes das aves ou dos animais que nos foram dados para alimento, não por mortificar o corpo, mas por serem execráveis, que seja anátema<sup>157</sup>.

É interessante notar que apesar de alguns desses anátemas serem práticas comuns em outras províncias, como por exemplo, a abstenção de carnes pelos ascéticos e o uso da astrologia por bispos, havia um esforço no período para que essas práticas fossem proibidas na *ecclesia hispana* como uma forma de enfraquecimento do priscilianismo e de fortalecimento do credo niceno.

Como prova dessa postura firme da *ecclesia* nicena perante o asceticismo priscilianista, temos o fato de que Prisciliano estava longe de ser o único religioso que professava um ideal ascético ou monástico no final do século IV, entretanto, ele foi o único que foi julgado em um tribunal civil e condenado à morte.

---

<sup>153</sup> BLÁZQUEZ. José Maria. Prisciliano: Estado de la Cuestión. In **Prisciliano y Priscilianismo**. In Monografías de los Cuadernos del Norte (Publicação de de um ciclo de conferências organizado pela Universidad Menéndez y Pelayo em Pontevedra, de 7 a 12 de setembro de 1981), Oviedo, 1982.

<sup>154</sup> Excomunhões.

<sup>155</sup> *Si quis dixerit vel crediderit alias scripturas, praeter quas ecclesia catholica recepit, in auctoritate habendas vel esse venerandas, anathema sit.*

<sup>156</sup> *Si quis astrologiae vel mathesie extimat esse credendum, anathema sit.*

<sup>157</sup> *Si quis dixerit vel crediderit carnes avium seu pecodum, quae ad escam datae sunt, non tantum pro castigatione corporum abstinentas, sed execrandas esses, anathema sit.*

O ascetismo de seus seguidores não possuía a mesma intensidade do professado pelos religiosos das províncias orientais, seu estilo de vida era muito mais brando do que levavam os monges da Síria que viviam em isolamento no deserto, a questão era muito mais política do que doutrinária.

Após a redação dos cânones contra o priscilianismo, o concílio chega a sua parte final, na qual a assembleia recolhe as profissões de fé de vários bispos, que em sua maioria pertenciam à região da *Gallaecia*, para depois terminar com sua sentença definitiva<sup>158</sup>.

Nessa sessão, os bispos dirigentes fazem o possível para que os demais, ao professarem sua fé, reneguem o priscilianismo e aceitem as diretrizes decididas pelo concílio, o que acaba funcionando em muitos casos.

Começam as distintas profissões de fé contra a seita de Prisciliano no concílio de Toledo. Depois de haver-se celebrado em primeiro de setembro o concílio, no dia três do mesmo mês, concluídas as diversas causas judiciais apresentadas por então se pinçaram das atas plenárias as profissões de fé dos senhores bispos Sinfosio e Dictínio [...].<sup>159</sup>

O bispo Dictínio disse: "me ouçam, veneráveis sacerdotes, corrijam todas as coisas, pois lhes foi concedido o poder de retificar" [...] "me acuso, pois, de ter dito ser um só a natureza de Deus e do homem". Ademais disse: "Eu não só peço vossa correção, mas também alego e condeno todas as ousadias de meus escritos". Iguamente disse "Deus é testemunho que assim pensei; se me equivoquei, me corrijam". Ademais disse "Pouco antes declarei e agora lhes repito que quando escrevi em minha primeira época e no começo de minha vida clerical, os reprovava agora com todo o meu coração". Ademais disse "Exceto o nome de Deus, tudo eu anatematizo" e por fim disse "condeno tudo o que se acha contrário à fé, o mesmo que a seu autor".<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Trea, 2007, p.52.

<sup>159</sup> *Incipiunt exemplaria professionum in concilio Toletano contra sectam prisciliani. Post habitum iam concilium kal. septembribus, tertio nonas septembris post diversas cognitiones tunc habitas, sub die octavo iduum septembrum excepta sunt de plenariis gestis professiones domini Symphosii et domini Dictinii[...].*

<sup>160</sup> *Dictinius episcopus dixit "Audite me, optimi sacerdotes, corrigite omnia, quia vobis correctio data est [...] "Hoc enim in me reprehendo, quod dixerim unam Dei et hominis esse naturam". Item dixit "Ego non solum correctionem vestram rogo, sed et omnem praesumptionem mean de scriptis arguo atque condemno". Item dixit "Sic sensi, testis est Deus; si erravi, corrigite". item dixit "Et paullo ante dixi et nunc iterum repeto; in priori comprehensione mea et in principiis conversionis meae quaecumque conscripsi omnia me toto corde respuere". Item dixit "Excepto Dei nomine, omnia anathematizo" Item dixit: "Omnia, quae inveniuntur contra fidem cum ipso auctore condemno".*

O bispo Sinfosio disse "Segundo o que acaba de ser lido a pouco há não sei em que pergaminho, no qual se dizia que o filho de Deus não podia nascer, declaro que condeno essa doutrina o mesmo que o autor que a escreveu." Também disse "Eu condeno, o mesmo que a seu autor, a seita malvada que acaba de ser lida." Ademais disse: "Dêem-me o escrito, o condenarei com suas mesmas palavras". E tendo recebido o pergaminho leu o que estava ali escrito "condeno, juntamente com seu autor todos os livros heréticos e em especial a doutrina de Prisciliano, segundo acaba de ser exposta, onde se afirma que escreveu que o filho de Deus não pode nascer"<sup>161</sup>.

Um aspecto que chama a atenção nessa parte final é a confusão e as contradições existentes entre os bispos. Muitos, pressionados por grupos de fiéis adeptos ao priscilianismo, haviam cometido irregularidades canônicas ou pastorais<sup>162</sup>.

Por isso os que queriam se reconciliar com a *ecclesia* nicena fizeram discursos pedindo perdão por seus erros e jurando a partir daquele momento se ater às diretrizes estabelecidas no concílio. As atas transcreveram somente os discursos dos eclesiásticos arrependidos, não sendo redigidos os discursos dos que permaneceram fiéis à doutrina prisciliana.

Em uma das passagens acima, podemos ver uma das profissões de fé que mais se destacaram no concílio: a do bispo de Astorga, Sinfosio, que esteve presente no Concílio de *Caesaraugusta* em 380, e tinha sido defensor do movimento priscilianista perante o bispo Ambrósio de Milão, líder do movimento depois da morte de Prisciliano e provavelmente o responsável por trazer seus restos mortais para a *Gallaecia*. Seu prestígio possivelmente era grande, pois ocupava uma das principais sedes do noroeste peninsular. Porém, visando manter sua sede, condena o priscilianismo em sua profissão de fé <sup>163</sup>.

---

<sup>161</sup> *Symphosius episcopus dixit "Iuxta id quod paullo ante lectum est in membrana, nescio qua, in qua dicebatur Filius innascibilis, hanc ego doctrinam, quae aut duo principia dicit aut Filium innascibilem cum ipso auctora damno, qui scripsit". Item dixit "Ego sectam, quae recitata est, damno cum auctore". Item dixit "Date mihi chartulam, ipsis verbis condemno". Et cum accepisset chartulam, de scripto recitavit "Omnes libros haereticos, et maxime Priscilliani doctrinam, iuxta quod hodie lectum est, ubi innascibilem Filium scripsisse dicitur, cum ipso auctore damno".*

<sup>162</sup> FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007, p.52

<sup>163</sup> PYAY AUGUSTO, Diego. Acercamiento Prosopográfico al Priscilianismo. **Antigüedad y Cristianismo**, nº 23, 2006, p. 610-611. MARTÍNEZ MAZA, Clelia. Aspectos religiosos. In:

Seu filho Dictínio, que sucederia o pai na sede de Astorga, também condena a heresia. Antes de sua retratação, Dictínio era conhecido como um notório defensor do priscilianismo, tendo escrito uma obra chamada *Libra*, em que incentivava seus adeptos a enfrentarem a ortodoxia, mas mantinha o priscilianismo vivo em seu coração, para garantir sua segurança. Segundo Hartmann, seus escritos foram um dos grandes motivos para a difusão do movimento priscilianista na *Gallaecia*, tendo Dictínio obtido entre os seus adeptos a condição de homem notável<sup>164</sup>. Com sua retratação no concílio, suas obras acabaram sendo condenadas em silêncio pelos bispos presentes<sup>165</sup>.

Em seu final, as atas do concílio trazem uma sentença definitiva em que é informado que vários bispos presentes condenaram o priscilianismo e se reconciliaram novamente com os nicenos, e puderam, assim, manter suas sedes, enquanto os que se mantiveram fiéis à doutrina prisciliana foram condenados à deposição. Enfim, o concílio declara que o bispo Ortigio que havia sido deposto de sua sede pelos priscilianistas deveria ser restituído ao seu posto.

Copia da sentença definitiva tirada das atas. No dia acima indicado disseram os bispos "Leia-se as atas da sentença, e foi lida"[...] Dictinio, que havia quase caído com algumas cartas, condenou todas em sua profissão de fé, ao solicitar perdão pedindo castigo; e consta também que, igualmente a Sinfósio, condena todas as coisas que Prisciliano havia escrito contra a fé católica, e a seu autor<sup>166</sup>.

Herenas preferiu seguir a seus clérigos, os quais espontaneamente, sem ser perguntados, haviam aclamado a Prisciliano como católico e santo mártir, e o mesmo disse que havia sido católico até o final e que havia padecido a

---

DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.210.

<sup>164</sup> HARTMANN, Carmen Cardelle de. El priscilianismo tras Prisciliano ¿Un movimiento galaico? **HABIS**, nº 29, 1998, p.274-275. A autora segue a ideia de Vollmann, que aponta como um dos motivos para o êxito do priscilianismo na *Gallaecia* o surgimento de escritores e de figuras destacadas na *ecclesia*, algo de que até então a região carecia. VOLLMANN, B. Priscillianus. **Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft** Suppl., n. 14, 1974, p. 485 - 560.

<sup>165</sup> PYAY AUGUSTO, Diego. Acercamiento Prosopográfico al Priscilianismo. **Antigüedad y Cristianismo**, nº 23, 2006, p. 610-611.

<sup>166</sup> *Exemplar definitivae sententia translatae de gestis. Die qua supra episcopi dixerunt " Legatur scriptura sententia", et legit[...] Dictinium, epistolis aliquantis pene lapsum, quas omnes sua professione condemnans, correctionem petens, veniam postularet. Quem constat, ut Symphosius fecit, quaecumque contra fidem catholicam Priscillianus scripserat cum ipso auctore damnasse.*

perseguição de parte dos bispos, afirmando o qual havia culpado por sua própria conta a todos os santos, muitos dos quais já haviam morrido, e alguns ainda vivendo neste mundo, e decretamos que este deve ser deposto do episcopado com todos aqueles, tanto clérigos seus como os demais bispos. Isto é: Donato, Acurio, Emilio, que, afastando-se da profissão de fé dos santos, haviam preferido seguir em companhia dos perdidos; do qual Herenas consta também, convicto por três bispos e muitos presbíteros e diáconos, que haviam mentido com perjúrio em outras frases suas<sup>167</sup>.

Podemos acolher com gosto a Paterno por causa de sua verdadeira fé católica e da abjuração pública do seu erro, e lhe permitimos que continue regendo a igreja na qual havia sido nomeado bispo, e o recebemos também em nossa comunhão quando responda a sede apostólica; e aos demais que da província da *Gallaecia* haviam vindo ao concílio, e haviam permanecido em comunhão com Sinfósio, se recebendo a fórmula enviada pelo concílio a assinarem, também eles ficarão gozando da paz do céu [...] mas se não quiserem assinar a fórmula que enviamos não continuarão regendo as igrejas que detêm, nem estarão em comunhão com eles os que regressando do sínodo voltarem depois de sua profissão de fé a suas igrejas<sup>168</sup>.

E a nosso irmão Ortigio, decretamos que devem ser devolvidas as igrejas das que havia sido expulso<sup>169</sup>.

Ao analisar os trechos acima, que constam da sentença final, podemos concluir que apesar das retificações de alguns bispos, a *ecclesia* nicena hispana ainda continuava dividida, com alguns de seus membros decididos a seguir fiéis ao priscilianismo, mesmo com as ameaças dos ortodoxos, o que mostrava a força da heresia na *Diocesis*. A situação era especialmente mais

---

<sup>167</sup> *Herenas clericos suos sequi maluerat, qui sponte, nec interrogati Priscillianum catholicum sanctumque martyrem clamassent atque ipse usque ad finem catholicum esse dixisset, persecutionem ab episcopis passum; quo dicto omnes sanctos, iam plurimos quiescentes, aliquos in hac luce durantes, suo iudicio deduxerit in reatum. Hunc cum omnibus tam suis clericis quam diversis episcopis, hoc est Donato, Acurio, Aemilio, qui ab eorum professione recedentes, maluissent sequi consortium perditorum decernimus a sacerdotio submovendum, quem constaret etiam de reliquis verbis suis convictum per tres episcopos, multos quoque presbyteros sive diaconos cum periurio esse mentitum.*

<sup>168</sup> *Paternum, licet pro catholica fidei veritate et publicatae haeresis errore libenter amplexi, ecclesiam in qua episcopus fuerat constitutus tenere permissimus; recepturi etiam in nostram communionem quum sedes apostolica rescripserit; reliqui, qui ex provincia Gallicia ad concilium convenerat et in Symphosii semper communionem duraverant, accepta forma a concilio missa, si suscripserint, etiam ipsi in caelestis pacis contemplatione consistant [...] si autem subscriptionem formae, quam missimus, non dederint, ecclesias quas detinent non retineant neque his communicent qui reversi de synodo, datis professionibus ad suas ecclesias reverterunt.*

<sup>169</sup> *Fatri autem nostro Ortigio ecclesias, de quibus pulsus fuerat, pronuntiavimus esse reddendas.*



difícil na região noroeste da península, que compreendia a província da *Gallaecia*, local onde Prisciliano havia sido bispo e onde sua heresia havia obtido maior difusão.

Segundo Hartmann, o movimento priscilianista se tornara especialmente preocupante na *Gallaecia* devido ao grande número de bispos que haviam aderido à doutrina, pois seus adversários contavam principalmente com a autoridade dos bispos nicenos para reprimi-la, enquanto que na *Gallaecia* o episcopado era o protagonista da heresia<sup>170</sup>.

Existem poucas informações sobre os que foram expulsos ao final do concílio, apenas sabe-se que entre eles havia justamente quatro bispos da *Gallaecia*: Herenas, Donato, Acurio e Emilio, que, em conjunto com seus respectivos clérigos, foram expulsos por se recusarem a abjurar do priscilianismo<sup>171</sup>.

Segundo Purificación Ubric Rabaneda, apesar do concílio ter como principal objetivo a reconciliação de priscilianistas e nicenos, seus resultados não foram os desejados, pois embora alguns priscilianistas tenham aceitado suas decisões e renunciado a suas crenças, outros aumentaram ainda mais sua fé. Ademais, alguns bispos béticos e cartaginenses se opuseram à sentença final do concílio por considerarem que seus colegas haviam sido muito benévolos com os hereges e por isso se recusaram a admitir os priscilianistas arrependidos. O mal estar provocado por essa situação esteve a ponto de provocar o aprofundamento do cisma na *ecclesia* hispana, pois nenhuma parte queria ceder sua posição. Ante essa situação, os clérigos hispanos favoráveis ao consenso com os priscilianistas pediram que o bispo de Roma interviesse na situação. Com isso, Inocêncio I<sup>172</sup> apoiou a reconciliação e castigou com dureza quem se opôs ao diálogo com os priscilianistas. Mesmo assim, essas medidas não conseguiram resolver se as discrepâncias entre a *ecclesia* nicena e os priscilianistas deviam ser tratadas com dureza ou

---

<sup>170</sup> HARTMANN, Carmen Cardelle de. El priscilianismo tras Prisciliano ¿Un movimiento galaico? **HABIS**, nº 29, 1998, p. 280.

<sup>171</sup> PYAY AUGUSTO, Diego. Acercamiento Prosopográfico al Priscilianismo. **Antigüedad y Cristianismo**, nº 23, 2006, p. 610-612.

<sup>172</sup> Inocencio I, **Ep. III**: PL 20, 485-494.

indulgência. Desta forma, os desentendimentos entre as duas partes continuaram presentes ao longo do século V<sup>173</sup>.

Levando em conta essas considerações, podemos afirmar que no início da quinta centúria as identidades religiosas na *Diocesis Hispaniarum* estavam fragmentadas, tendo entre sua população, e principalmente entre sua aristocracia, seguidores da *ecclesia* nicena, das antigas religiões pagãs e da heresia prisciliana.

As leis contra as práticas pagãs e o concílio em Toledo, por mais que tenham enfraquecido os adversários dos cristãos nicenos, não os levaram à extinção, tendo a *ecclesia* que conviver durante o século V com a fragmentação das identidades religiosas.

Com base nesses argumentos, discordamos da tese de que havia uma identidade cristã nicena unificada na Península Ibérica no período anterior ao estabelecimento das populações bárbaras. As identidades religiosas variavam de acordo com a província, tendo diferentes graus de intensidade nos meios urbano e rural e se adaptavam conforme sua especificidade.

Com a entrada e o estabelecimento das *gentes* bárbaras em 411, as identidades político-religiosas serão reconfiguradas e novamente se adequarão conforme as necessidades de cada grupo ou região. Essas reconfigurações identitárias também se relacionam com uma série de transformações políticas que terão espaço durante o século V e serão apresentadas na subdivisão a seguir.

### **1.3. As identidades e o esfacelamento político-militar: as usurpações de Constantino III e Máximo e a entrada dos bárbaros na *Diocesis Hispaniarum***

Apesar de nunca ter despontado como um cenário inicial de usurpação imperial durante o século IV, a *Diocesis Hispaniarum* havia aderido a alguns movimentos usurpatórios no período. Normalmente esses movimentos tinham

---

<sup>173</sup> UBRIC RABANEDA, Purificación. Los límites del poder: iglesia y disidencia religiosa en el siglo V hispano. *Studia Historica.História Antigua*, nº24, 2006, p. 230-231.

origem em *Diocesis* mais instáveis e com a presença de *limes* mais problemáticos como as da Gália, Britânia ou Itália.

Exemplo disso foi o processo usurpatório realizado por Magno Máximo, que se iniciou na Britânia e depois se expandiu para a Gália e *Hispania*, tendo o usurpador mantido suas influências nessas regiões até sua derrota para Teodósio em 388.

No início do século V, a *Hispania* encontrava-se envolvida em mais um cenário de usurpação imperial, que também não se iniciaria em seu território, mas que aos poucos a tornaria uma das regiões mais instáveis e problemáticas do Império.

Nesse período, o governo imperial de Ravena estava extremamente preocupado com as incursões godas nos balcãs e na Península Itálica. As legiões disponíveis na região não eram suficientes para conter os constantes ataques de líderes bárbaros como Alarico e Radagaiso.

Visando aumentar seu contingente militar, o *magister militum* ocidental e tutor do Imperador Honório, Estilício, ordenou o recuo das legiões que estavam estacionadas na *Diocesis* da Britânia no ano de 402. Posteriormente, em 406, ordena também o recuo dos exércitos que guardavam o *limes* situado às margens do Reno, que defendiam a *Diocesis* da Gália das constantes incursões bárbaras. O desguarnecimento da fronteira possibilitou a passagem e a instalação de diversos grupos bárbaros na Gália, entre os principais estava um grande contingente de alanos, vândalos e suevos<sup>174</sup>.

Segundo Roger Collins, durante o inverno daquele ano, o Reno teria sido coberto com uma camada de gelo, o que teria permitido a passagem desses três grupos para o território romano, e apesar da resistência inicial de alguns grupos francos que eram aliados do governo imperial, conseguiram abrir caminho e se instalar na província justamente por sua falta de defesas eficazes<sup>175</sup>.

Os bárbaros teriam entrado perto de *Mogontiacum* e causado durante o ano de 406 consideráveis danos nas províncias da *Germania Prima*, *Belgica Prima* e *Belgica Secunda*, sendo que o governo de Honório estava

---

<sup>174</sup>OROSIUS, *Historia Adversus Paganos*, VII, 38 1-3; VII, 40, 1-3.

<sup>175</sup> COLLINS, Roger. *La España visigoda 409-711*. Barcelona: Crítica, 2005, p.4.

completamente impossibilitado de parar seu progresso, por estar enfrentando os ataques de Alarico na Itália.<sup>176</sup>

A evacuação de tropas produziria um profundo sentimento de fragilidade nas aristocracias britano-romanas e no que restou de suas guarnições. Temendo seu total isolamento do continente, em um momento em que as incursões bárbaras se faziam mais presentes, esses grupos optaram por realizar um procedimento padrão em tempos de insegurança, proclamar imperador um de seus líderes e desse modo garantir um governante que pudesse atender seus interesses, assegurar suas defesas e realizar a necessária conexão entre os centros de governo do Império<sup>177</sup>.

Tentando atender a essas demandas, a região teve três tentativas de investir um novo imperador. As duas primeiras, de Marcos e Graciano, ocorreram em um espaço de meses e foram sufocadas com a mesma rapidez que se iniciaram, mas em 407 há uma nova tentativa de usurpação, dessa vez de um militar de origem humilde chamado Constantino<sup>178</sup>. Olimpodoro<sup>179</sup>, Zósimo<sup>180</sup>, Paulo Orósio<sup>181</sup> e Sozomeno<sup>182</sup> noticiam esses acontecimentos em suas obras, sendo que os dois últimos afirmam que o usurpador somente foi nomeado devido ao seu nome, que evocava o do famoso imperador romano de outrora.

Segundo Arce, Constantino parecia realmente sentir-se um "novo Constantino" e tratou de modelar suas ações políticas, militares e propagandísticas baseadas nas desse antecessor, realizando uma política dinástica de imitação.

Um aspecto bem interessante a se notar nessa comparação é que o usurpador tinha dois filhos chamados Constante e Juliano - que tinham os mesmos nomes de dois antigos imperadores e que eram respectivamente filho

---

<sup>176</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.156.

<sup>177</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.40-41.

<sup>178</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 33.

<sup>179</sup> **Fragmentos**, 13.

<sup>180</sup> **Historia Nova**, VI, 2, 1-2.

<sup>181</sup> **Historia Adversus Paganos**, VII,40,4.

<sup>182</sup> **Historia Ecclesiastica**, IX, 11.

e sobrinho de Constantino I - e ambos estiveram intimamente ligados ao governo do novo usurpador<sup>183</sup>.

Após sua elevação, o usurpador Constantino III promove as tropas de *limes* que haviam restado na Britânia para *comitatenses* e as utiliza em sua invasão na Gália em 408. Depois de desembarcar em *Bononia*, é rapidamente reconhecido pelas tropas que ainda restavam na Gália, aproveitando também para recrutar em seu exercito indivíduos de origem bárbara<sup>184</sup>.

Com o objetivo de conquistar rapidamente o controle estratégico da cidade de Tréveris, Lyon e Arles, ele optou por não entrar em confronto com as populações bárbaras que haviam entrado na região. Em maio de 408, alcança e conquista a prefeitura do pretório em Arles<sup>185</sup>.

Segundo Kulikowski, com uma combinação de força e tratados, Constantino III conseguiu parar com as depredações dos grupos bárbaros que ficaram confinados nas três províncias do nordeste da Gália até 409. Outras medidas adotadas foram a restauração das guarnições no *limes* do Reno, e a proclamação de Tréveris, após sua conquista, como sede imperial, lugar onde ele cunharia moedas com seu nome<sup>186</sup>.

Em 408, obriga seu filho mais velho Constante a abandonar sua vida monástica e o proclama César, que posteriormente se tornaria Augusto em 409-410. Seu filho mais novo, Juliano, recebe o título de *nobilissimus*, que passava a associá-lo ao poder e o tornaria elegível a César quando chegasse o momento<sup>187</sup>.

Constantino III tinha planos de dominar por completo as *Diocesis* da Gália, Britânia e *Hispania* para pressionar o imperador Honório a reconhecer e

---

<sup>183</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 33.

<sup>184</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 13; Sozomenus, **Historia Ecclesiastica**, IX, 11; Zosimus, **Historia Nova**, VI, 2, 2-3

<sup>185</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.41.

<sup>186</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.157.

<sup>187</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 13; Sozomenus, **Historia Ecclesiastica**, IX, 11; Zosimus, **Historia Nova**, VI, 2, 2-

legitimar seu poder. Caso não conseguisse, pretendia invadir a Itália, como Constantino já havia feito no passado<sup>188</sup>.

A princípio, Honório optou pelo enfrentamento e enviou para o combate alguns dos generais godos do *magister militum* ocidental Estilício. As tropas do usurpador são derrotadas e Constantino III é obrigado a refugiar-se em Valentia. A nomeação de dois novos generais, Edobico e Gerônimo, fez o líder godo Saro desistir do sítio à cidade e retornar à península itálica<sup>189</sup>. A vitória do usurpador foi atribuída principalmente ao valor e capacidade militar de Gerônimo<sup>190</sup>.

Tendo sua posição segura, o usurpador se estabelece em Arles, um lugar estratégico, que possuía uma saída para o mar e que facilitaria o controle do sul da Gália, da *Hispania* e da Itália. Ali preparou seu próximo passo, que podia ser espelhado no antigo *Imperium Galliarum*, a conquista da *Diocesis Hispaniarum*<sup>191</sup>.

Segundo Garcia Moreno, Constantino III tinha uma razão a mais para dominar a *Hispania*, pois a possibilidade de um ataque de uma região onde a família imperial tinha poderosas influências o colocaria em uma situação militar muito difícil, na qual teria que enfrentar seus inimigos em duas frentes opostas<sup>192</sup>.

Para P.C. Díaz, a extensão da usurpação de Constantino III somada à irrupção de Alarico na Península Itália favorecia o ataque do usurpador, pois impossibilitava o envio de reforços à *Diocesis Hispaniarum* pelo governo imperial de Ravena<sup>193</sup>.

A *Hispania* tinha uma forte ligação com a família do imperador Honório, seu pai, o antigo imperador Teodósio, havia nascido na cidade de Cauca, localizada na atual província de Segóvia. Seu avô Flavio Teodósio, um dos

---

<sup>188</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 35.

<sup>189</sup> Zosimus, *Historia Nova*, VI, 2, 3-6

<sup>190</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.35.

<sup>191</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.35; GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.41.

<sup>192</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.41.

<sup>193</sup> DÍAZ, Pablo C **El reino suevo (411-585).** Madrid: Akal, 2011, p. 49.

mais brilhantes e famosos generais do Imperador Valentiniano I, também era de origem hispânica.

Com essa tradição, não é de se admirar que grande parte do restante de toda a família teodosiana estivesse relacionada com a região, onde possuíam propriedades e grandes extensões de terras<sup>194</sup>.

Tendo em vista essa situação, Constantino III envia à *Hispania* algumas de suas tropas lideradas por seu filho Constante e uma quantidade de funcionários que o ajudaria a desempenhar sua função de César, imprescindível para o controle de uma *Diocesis*. Acompanhavam-no também o general Gerônimo, um prefeito do pretório chamado Apolinário e um *magister officiorum* de nome Décimo Rústico que se encarregaria de designar os magistrados civis e militares<sup>195</sup>.

Com a ausência de um exército regular na *Diocesis* para fazer frente a esse ataque, coube aos membros da família teodosiana se organizarem e recrutarem um exército privado para defender a região e principalmente suas propriedades.

Antes de oferecer combate aos parentes de Honório, o usurpador envia uma ordem para que fossem trocados todos os magistrados da *Diocesis* por outros de sua confiança em um claro gesto para esvaziar o poder de Honório na região. As elites provinciais aceitaram as novas nomeações sem oposição, deixando toda a resistência para a família de Honório.

A rápida aceitação dos magistrados de Constantino III por parte das aristocracias hispano-romanas teria ocorrido pela combinação de dois grandes motivos. O primeiro é que grande parte dessas elites não teria uma forte identificação com o governo de Honório a ponto de se mobilizarem para defendê-lo.

Provavelmente, assim como ocorrera na Gália e na Britânia, grande parte de sua aristocracia estava insatisfeita com a falta de atenção recebida pelo governo imperial e veria nessa usurpação uma nova oportunidade para tratar de seus problemas com um novo soberano. O segundo motivo seria pela ausência de tropas regulares que fossem capazes de resistir efetivamente a

---

<sup>194</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 37.

<sup>195</sup> DÍAZ, Pablo C **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 49.

essa invasão, o que teria desmotivado uma parte dessa aristocracia que ainda apoiava Honório.

Os relatos desses acontecimentos são apresentados, em alguns pontos, de maneiras distintas nas fontes<sup>196</sup>, entretanto, como consenso está a informação de que a resistência foi organizada por dois nobres jovens e ricos chamados Didimo e Veridiano, os quais recrutaram um exército que seria formado em sua maioria por colonos e escravos, armados e pagos por eles mesmos. Duas fontes<sup>197</sup> mencionam também a presença de dois irmãos chamados Lagodio e Teodosiolo, também parentes de Honório e que teriam auxiliado na resistência.

Em um primeiro enfrentamento, mesmo perdendo a batalha, a família de Honório impôs certa resistência às tropas de Constante, o que o obrigou a recuar novamente até a fronteira com os Pirineus, onde receberia reforços de um grande contingente de *honoriaci*, um grupo de tropas bárbaras que havia sido integrada ao exército anteriormente.

No segundo confronto, a derrota dos parentes de Teodósio foi completa, sendo Didimo e Veridiano presos juntamente com suas esposas. Lagodio e Teodosiolo, que estavam esperando o desenvolvimento dos acontecimentos, ao saber do desastre, fugiram. Teodosiolo se refugiou na corte de Honório, enquanto Lagodio preferiu ir a Constantinopla<sup>198</sup>.

Envia magistrados as *Hispanias*; e ainda que as províncias hispanas tenham recebido esses magistrados com obediência, dois jovens irmãos, nobres e ricos, Didimo e Veridiano, tramaram não usurpar o mando contra o usurpador, mas defender-se a si mesmos e a sua pátria contra o usurpador e contra os bárbaros em favor do autêntico imperador. Isto ficou claro pela própria sucessão dos fatos. De fato, ninguém faz uma usurpação senão após amadurecê-la por surpresa, a levando a cabo depois em segredo e defendendo sua posição depois publicamente; o êxito dessa ação consiste em que te vejam com a diadema e a púrpura já tomadas, antes de que saibam quem eres. Estes, sem dúvida, reunindo durante muito tempo só a jovens escravos de suas próprias fazendas e os alimentando com o dinheiro de suas casas, se dirigem aos

---

<sup>196</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII,40,5-7; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 1; Zosimus, *Historia Nova*, VI, 4-5.

<sup>197</sup> Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 1; Zosimus, *Historia Nova*, VI, 4-5.

<sup>198</sup> ARCE, Javier. *Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.* Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 46.



desfiladeiros dos Pirineus, sem ocultar a seu propósito e sem inquietar a ninguém. Contra eles Constantino enviou as *Hispanias* a seu filho Constante, convertido - Oh dor! - de monge em César; sobre seu mando colocou muitos bárbaros, aos quais, aceitos em aliança em outro tempo e chamados inclusive ao exército eram conhecidos com o nome de *honoriacos*. (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII,40,5-7)<sup>199</sup>.

Constante, depois de se tornar mestre desta província, e nomeando seus próprios governadores sobre ela, ordenou que Didimio e Veriniano, parentes de Honório, fossem carregados com correntes e trazidos diante dele. Didimo e Veridiano a princípio diferiram entre si, mas uma reconciliação foi feita entre eles, quando eles se viram ameaçados pelo mesmo perigo. Combinaram suas forças, que consistiam principalmente de camponeses armados e escravos. Eles atacaram Lusitânia em conjunto e mataram muitos dos soldados enviados pelo tirano para sua captura. As tropas de Constante foram logo aumentadas por reforços, e Didimo e Veridiano, com suas esposas, foram presos e acabaram morrendo. Seus irmãos, Teodosiolo e Lagodio, que viviam em outras províncias, fugiram da província; O primeiro escapou para a Itália, para o imperador Honório; O último fugiu para o Oriente, para Teodósio. (Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 11)<sup>200</sup>.

Havendo disposto assim os assuntos concernentes a toda Gália, conferiu a seu filho Constante o cargo de César e em seguida o enviou a Ibéria; pretendia com isso apoderar-se das províncias daquela parte, a fim tanto de incrementar seu poder como de colocar fim ao domínio ali exercido pelos parentes de

---

<sup>199</sup> *misit in Hispanias iudices: quos cum prouinciae oboedienter accepissent, duo fratres iuvenes nobiles et locupletes Didymus et Verinianus non assumere aduersus tyrannum quidem tyrannidem sed imperatori iusto aduersus tyrannum et barbaros tueri sese patriamque suam moliti sunt. quod ipso gestae rei ordine patuit. nam tyrannidem nemo nisi celeriter maturatam secrete inuadit et publice armat, cuius summa est assumpto diademate ac purpura uidere antequam sciri; hi uero plurimo tempore seruulos tantum suos ex propriis praediis colligentes ac uernaculis alentes sumptibus nec dissimulato proposito absque cuiusquam inquietudine ad Pyrenaei claustra tendebant. aduersus hos Constantius Constantem filium suum, - pro dolor! - ex monacho Caesarem factum, cum barbaris quibusdam, qui quondam in foedus recepti atque in militiam allecti Honoriaci uocabantur, in Hispanias misit.*

<sup>200</sup> Κώνσταντα δὲ τὸν πρεσβύτερον τῶν αὐτοῦ υἱέων, ὃν ὕστερον βασιλέως σχῆμα ἐνέδυσσε, Καίσαρα τότε ἀναγορεύσας πέπομφε εἰς Σπανίαν· ὁ δὲ τὸ ἔθνος καταλαβὼν ἄρχοντας ἰδίους κατέστησε καὶ δεσμίους ἀχθῆναι αὐτῷ προσέταξεν Δίδυμον καὶ Βερενιανὸν τοὺς Ὀνωρίου συγγενεῖς· οἱ τὰ πρῶτα διαφερόμενοι τρὸς ἑαυτοῦς. εἰς κίνδυνον καταστάντες ὠμονόησαν· καὶ πλῆθος ἀγροίκων καὶ οἰκετῶν ουλλέξαντες κοινῇ κατὰ τὴν Λυσιτανίαν παρετάξαντο καὶ πολλὸς ἀνεῖλον τῶν εἰς σύλληψιν αὐτῶν ἀποσταλέντων παρὰ τοῦ τυράννου στρατιωτῶν. μετὰ δὲ ταῦτα συμμαχίας προστεθείσης τοῖς ἐναντίοις ἐζωγρήθησαν καὶ ἅμα ταῖς αὐτῶν γαμετοῖς ἀπήχθησαν καὶ ὕστερον ἀνηρέθησαν. ἐν ἑτέραις δὲ ἐπαρχίαις διατρίβοντες Θεοδοσίωλος καὶ Λαγώδιος οἱ αὐτῶν ἀδελφοὶ φεύγουσι τὴν πατρίδα· καὶ διαύζονται Θεοδοσίωλος μὲν εἰς Ἰταλίαν πρὸς Ὀνώριον τὸν βασιλέα, Λαγώδιος δὲ πρὸς Θεοδόσιον εἰς τὴν ἀνατολήν καί.

Honório. Nutria, efetivamente, o temor de que estes, após reunir da maneira que fosse efetivos procedentes das tropas daquela zona, cruzassem os Pirineus e se lançassem sobre ele, e que ao mesmo tempo da Itália o imperador Honório enviasse contra ele suas legiões para, cercando-lhe pelos dois lados, terminasse com a usurpação. Em razão de tais considerações, passou Constante a Iberia; lhe acompanharam Terencio em qualidade de General, Apolinário como prefeito do pretório [lacuna] dos serviços da corte. Depois de designar tantos magistrados civis como militares, toma por meio daqueles parentes do imperador Teodósio que plantavam a turbulência nos assuntos da Iberia, pois primeiro haviam empreendido guerra contra o mesmo Constante valendo-se das legiões da Lusitânia<sup>201</sup>, e depois, haviam colocado em pé de guerra uma multidão de servos e colonos com os que estiveram a ponto de colocar-lhe em uma situação extremamente apurada. Mas como também então viam falidas suas esperanças, Constante os tinha, a eles e suas mulheres, sobre vigilância. Ao se interarem disso Teodosiolo e Lagodio, irmãos desses, escaparam um a Itália e o outro ao Oriente para ali colocarem-se a salvo (Zosimus, *Historia Nova*, VI, 4-5)<sup>202</sup>.

As diferenças entre os relatos de Orósio, Zósimo e Sozomeno suscitaram alguns questionamentos da historiografia atual. O primeiro é o fato de Orósio não citar o parentesco dos aristocratas hispânicos com Honório e o segundo gira em torno dos exércitos que participaram da defesa da região. Orósio era um presbítero hispânico que viveu na região durante esses acontecimentos, antes de fugir para a África, e provavelmente tenha pertencido à aristocracia hispânica, tendo possivelmente conhecido os protagonistas das defesas privadas por quem expressa muita admiração.

---

<sup>201</sup> Possivelmente uma informação equivocada de Zósimo, conforme pontuamos na página 10.

<sup>202</sup> οὕτω τὰ κατὰ τὴν Γαλατίαν πᾶσαν οἰκονομέσας, Κώνσταντι τῷ πρεσβυτέρῳ τῶν παίδων τὸ τοῦ Καίσαρος σχῆμα περιθεῖς ἐπὶ τὴν Ἰβηρίαν ἐκπέμπει, καὶ τῶν αὐτόθι πάντων ἐθνῶν ἐγρατῆς γενέσθαι βουλόμενος, ὥστε καὶ τὴν ἀρχὴν αὐξήσαι καὶ ἅμα τὴν τῶν Ὀνωρίου συγγενῶν αὐτόθι δύνασταιν ἐχχόψαι· δέος γὰρ αὐτὸν εἰσῆι μὴ ποτε δύναμιν συναγαγόντες τῶν αὐτόθι στρατιωτῶν αὐτοὶ μὲν αὐτῷ διαβάντες τὴν Πυρρήνην ἐπέλθοιεν, ἀπὸ δὲ τῆς Ἰταλίας ὁ βασιλεὺς Ὀνώριος ἐπιπέμψας αὐτῷ τὰ στρατόπεδα τῆς τυραωίδος, κύκλῳ πανταχόθεν περιλαβὼν, παραλύσειεν. ἐπὶ τούτοις ὁ Κώνστας εἰς τὴν Ἰβηρίαν διέβη, στρατηγὸν μὲν Τερέντιον ἔχων, Ἀπολλινάριον δὲ τῆς αὐλῆς ὑπαρχον. τῶν δὲ ἐν τῇ αὐλῇ τύξεων ἄρχοντάς τε πολιτικούς ἅμα καὶ στρατιωτικούς καταστήσας, ἄγει διὰ τούτων ἐπ' ἐκείνους οἱ γένει τῷ βασιλεῖ Θεοδοσίῳ προσέκοντες τὰ τῆς Ἰβηρίας συνεταράττοντο πράγματα, πρότερον μὲν πρὸς αὐτὸν Κώνσταντα διὰ τῶν ἐν τῇ Λυσιτανία στρατοπέδων ἀράμενοι πόλεμον, ἐπεὶ δὲ πλεονεκτεῖσθαι συνήσθηοντο, πλῆθος οἰκετῶν καὶ γεωργῶν ἐπιστρατεύσαντες καὶ παρὰ βραχὺ καταστήσαντες αὐτὸν εἰς μέγιστον κίνδυνον. ἀλλὰ κἀναῦθα τῆς ἐλπίδος διαμαρτόντες Κώνσταντι σὺν ταῖς σφῶν γυωαξίν ἦσαν ἐν φυλακῇ· ὅπερ ἀκηκόετες οἱ τούτων ἀδελφοὶ Θεοδοσίος τε καὶ Λαγώδιος, ὁ μὲν εἰς Ἰταλίαν διέφυγεν, ὁ δὲ εἰς τὴν ἑῶν διασωθεὶς ἀνεχώρησε.

Enquanto que Sozomeno e Zósimo eram de uma época posterior, não eram hispanos e teriam utilizado documentos da corte de Constantinopla para redigir suas obras<sup>203</sup>.

Segundo Rosa Sanz, por terem feito seu relato baseados em documentos oficiais, os dois autores orientais teriam relatado a participação de um exército da Lusitânia a fim de mostrar uma intervenção do oficial do governo imperial e de demonstrar que a reação ao ataque da província teria vindo do Leste. Por este mesmo motivo teriam ressaltado o parentesco de Didimo, Veridiano, Teodosiolo e Lagodio com o imperador, o que mostraria que a defesa da península se havia feito em seu nome<sup>204</sup>.

Para a autora, os motivos que teriam levado Orósio a não registrar essas informações são muitos. Poderia ser apenas porque essas informações não eram corretas ou são consideradas irrelevantes, mas também poderia ser pela retórica que quis passar para esses acontecimentos. Ao narrá-los, Orósio queria ressaltar a ação de seus heróis, se tivessem êxito, seriam considerados os libertadores da região, e ao mesmo tempo dariam protagonismo a um imperador que já tinha muito com o que se preocupar, com Alarico e com os bárbaros dispersos na Gália e Itália. Por esse motivo não teria informado sobre possíveis cargos que eles poderiam ter e que teriam lhes facilitado o comando de exércitos imperiais, pois assim a História perderia sua beleza.

Por outro lado, Orósio também os defendeu das acusações de tirania que lhes foram feitas na época, de que se expulsassem as tropas de Constantino III poderiam também tentar usurpar o poder, por isso cita em sua obra que ambos nunca se esconderam para fomentar a usurpação e nem teriam tomado a coroa e nem a púrpura.

Por essa mesma razão, teria evitado mencionar a tentativa de utilização das possíveis tropas na Lusitânia, já que normalmente os usurpadores estavam sempre sustentados por tropas regulares<sup>205</sup>.

---

<sup>203</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 160.

<sup>204</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 160.

<sup>205</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 160 - 161.

Segundo Maria Vitória Escribano Paño, apesar da resistência dos familiares de Teodósio poder ser taxada de uma "usurpação própria do momento", pois na prática equivalia a um não reconhecimento da autoridade imperial diante da questão, suas intenções nunca foram a contestação do poder de Honório, mas sim suprir a inoperância militar das defesas hispano-romanas, por mais que sua sublevação tenha tido por principal motivo o desejo de proteger suas proeminências políticas e sociais perante o usurpador e não realizar por lealdade uma defesa do *princeps iustus* em oposição a ele<sup>206</sup>.

Derrotados, Didimo e Veridiano foram presos e levados por Constante à presença de Constantino III em Arles, onde são condenados à morte. Para poder fazer essa viagem, Constante deixa sua corte e família em *Caesaraugusta* sob os cuidados do general Gerônimo<sup>207</sup>.

Ao mesmo tempo em que as tropas de Constante venciam a resistência na *Diocesis Hispaniarum*, Constantino III enviava à corte de Honório uma embaixada na qual pedia seu reconhecimento como co-imperador.

Segundo o relato de Zósimo, o imperador Honório, vendo a impossibilidade de enfrentar ao mesmo tempo as tropas de Alarico, que estavam sitiando a Península Itálica, e as do usurpador na Gália, e não sabendo da execução dos membros hispano-romanos de sua família, acaba por aceitar a solicitação de Constantino III<sup>208</sup>.

A embaixada do usurpador chegou a Ravena no começo de 409, mesmo ano em que uma inscrição grega de Tréveris celebra seu consulado conjuntamente com Honório; e com isso Constantino III recebeu um manto de púrpura de Ravena como sinal de seu reconhecimento e associação ao poder<sup>209</sup>.

Segundo Arce, após esses acontecimentos a primeira parte do sonho constantiniano estava cumprida, o usurpador vestia a púrpura imperial, comandava uma capital estratégica, dominava Britânia, Gália e *Hispania* e

---

<sup>206</sup> ESCRIBANO PAÑO, Maria Vitória. Usurpación y defensa de las Hispanias: Didimo y Veridiano (408). *Gerión*, nº 18, 2000, p. 533.

<sup>207</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII,40, 8-9; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 12; Zosimus, *Historia Nova*, VI, 5, 2-3

<sup>208</sup> Zosimus, *Historia Nova*, V, 43, 1-2

<sup>209</sup> ARCE, Javier. *Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.* Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 47.

havia criado uma dinastia que tinha um César vitorioso e um *nobilissimus puer* destinado a governar. Entretanto, não contava com uma usurpação que surgiria dentro de seu próprio governo, uma rebelião que seria comandada pela figura de seu general Gerônimo<sup>210</sup>.

Logo após a volta de Constante à Gália, Gerônimo toma duas medidas que seriam extremamente criticadas pelos hispano-romanos. Primeiro, autoriza que as tropas dos *honoriaci* saqueiem a região dos *Palentis campis*, como prêmio por sua atuação decisiva na derrota da família de Honório e, posteriormente, as envia para guardar a passagem dos Pirineus, que ficava na fronteira entre *Hispania* e Gália, trabalho que era feito há muitos séculos pela população local.

As tropas nativas fizeram um pedido para que continuassem à frente da defesa dessa região e que sua guarda não fosse confiada a grupos estrangeiros, entretanto, tal requisição foi negada, pois provavelmente Gerônimo temia que essas populações locais ainda tivessem lealdade com o governo imperial de Ravena.

As fontes destacam que essas medidas foram provavelmente o início de um período conturbado na *Hispania*.

A raiz desses acontecimentos tem lugar no primeiro passo para a ruína das *Hispanias*. De fato, após matar a aqueles irmãos que pretendiam defender com suas forças privadas a Cordilheira dos Pirineus, estes bárbaros receberam em primeiro lugar, como prêmio pela vitória, a permissão para saquear as planícies de Palencia, e, em segundo lugar, foram encarregados da vigilância do monte citado e seus desfiladeiros, tirando dali a fiel e útil guarnição composta por camponeses (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII,40, 8-9)<sup>211</sup>.

Após essas transações, Constante retornou a seu pai, depois de ter posto uma guarda de seus próprios soldados pela estrada para a *Hispania*; pois ele não permitiu que os hispânicos agissem como guarda, de acordo com o antigo costume, um privilégio pelo qual eles haviam pedido. Esta

---

<sup>210</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 47.

<sup>211</sup> *hinc apud Hispanias prima mali labes. nam interfectis illis fratribus, qui tutari privato praesidio Pyrenaei Alpes moliebantur, his barbaris quasi in pretium uictoriae primum in Pallentinis campis licentia data, dehinc supra dicti montis claustrorumque eius cura permissa est remota rusticanorum fideli et utili custodia..*

precaução provavelmente foi depois a causa da ruína das províncias hispanas[...] (Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 12)<sup>212</sup>.

Uma vez que levou a cabo tudo isso na Iberia, Constancio<sup>213</sup> regressou junto a seu pai Constantino; levava consigo a Veridiano e Didimo, e ali havia deixado, junto com as tropas da Gália, o general Gerôncio como guardião da passagem a Ibéria desde o território celta, e ele por mais que as legiões da Iberia houvessem solicitado que, segundo era costume, se lhes confiasse a guarda e não ficasse a segurança das suas terras nas mãos de estrangeiros. Conduzidos pois Veridiano e Didimo a Constantino, recebem a morte de imediato (Zosimus, *Historia Nova*, VI, 5, 2-3)<sup>214</sup>.

No comando, Gerôncio também tomou outras medidas polêmicas, como, por exemplo, destituir o prefeito do pretório Apolinário<sup>215</sup>, fato que seu neto Sidônio Apolinário<sup>216</sup> irá recordar décadas depois como um ato de perfídia.

Tais ações começaram a despertar a atenção de Constantino III em Arles, que resolve reenviar seu filho Constante, agora promovido a Augusto, à *Diocesis Hispaniarum* acompanhado de um novo general de nome Justo<sup>217</sup>. Não se sabe exatamente se Gerôncio já havia iniciado sua rebelião ou se ela começou no momento em que soube que seria substituído no comando de suas tropas<sup>218</sup>, mas é certo que sua ordem de substituição o incomodou profundamente, o que o teria incentivado a agir contra Constantino.

Para aumentar seus efetivos e conseguir fazer frente ao exército de Constantino III, Gerôncio provavelmente fez um acordo com os grupos bárbaros de alanos, vândalos e suevos que estavam na *Diocesis* da Gália.

---

<sup>212</sup> ὁ μὲν Κώνστας ταῦτα διαπραξάμενος ἐπανῆλθε πρὸς τὸν πατέρα φρουρὰν καταστήσας ἀπὸ τῶν στρατιωτῶν τῆς ἐπὶ τὰς Σπανίας παρόδου· ἦν δεομένοις Ἰσπανοῖς κατὰ τὸ ἀρχαῖον ἔθος φυλάττειν οὐκ ἐπέτρεψεν. ὁ καὶ αἴτιον ἐγένετο μετὰ ταῦτα τῆς ἀπωλείας τῶν τῆδε·

<sup>213</sup> Zósimo em seu último livro alterna o nome de Constante para Constancio algumas vezes.

<sup>214</sup> ταῦτα κατὰ τὴν Ἰβηρίαν ὁ Κώνστας διαπραξάμενος ἐπανῆλθε πρὸς τὸν πατέρα ἑαυτοῦ Κωνσταντῖνον, ἐπαγόμενος Βερηνιανὸν καὶ Διδύμιον, καταλιπὼν τε αὐτόθι τὸν στρατηγὸν Γερόντιον, ἅμα τοῖς ἀπὸ Γαλατίας στρατιώταις, φύλακον τῆς ἀπὸ Κελτῶν ἐπὶ τὴν Ἰβηρίαν παρόδου, καίτοι γε τῶν ἐν Ἰβηρίᾳ στρατοπέδων ἐμπιστευθῆναι κατὰ τὸ σύννηθες τὴν φυλακὴν αἰτησάντων, καὶ μὴ οὖν καὶ Διδύμιος ὡς Κωνσταντῖνον ἀχθέντες ἀνήρέθησαν παραχρῆμα.

<sup>215</sup> Zosimus, *Historia Nova*, VI, 13,1

<sup>216</sup> Sidonius, *Epistolas*, V, 9,1.

<sup>217</sup> Zosimus, *Historia Nova*, VI, 5, 2

<sup>218</sup> ARCE, Javier. *Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.* Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 51.

Com isso, no começo do outono do ano de 409, os *honoriaci* teriam se unido a essas populações bárbaras e passado pelos Pirineus<sup>219</sup>.

Para Díaz, tudo parece indicar que a entrada de alanos, vândalos e suevos se associa com uma manobra de Gerônimo, que deste modo jogava suas próprias cartas para fazer frente a Justo e Constante na Península. Em sua análise, essa versão na qual os bárbaros são usados como parte de uma guerra civil entre duas facções é muito mais convincente do que a interpretação de que eles teriam entrado na região impulsionados pela necessidade de conseguir recursos que teriam se esgotado na Gália.

Porém, é possível que as duas versões sejam conciliáveis já que a manutenção de um grupo itinerante, sem bases fixas de assentamento, supõe um processo de depredação constante que esgotaria os recursos de qualquer região, por mais próspera que fosse<sup>220</sup>.

A consequência foi que os honoriacos já empapados de butim e bajulados pela abundância, ao lhes concederem, para que seus crimes sejam mais impunes e tivessem mais liberdade para os próprios crimes, a custódia dos Pirineus e se abrissem assim seus desfiladeiros, deixaram entrar nas províncias hispânicas a todos os povos que andavam pelas Gálias, e se uniram eles mesmos a estes[...] (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 40, 9-10)<sup>221</sup>.

Pois quando Constantino estava privado do seu poder, as raças bárbaras dos Vândalos, Suevos e Alanos tomaram confiança e conquistaram a estrada, e tomou posse de muitos fortes e cidades da *Hispania* e da Gália, e prenderam os oficiais do tirano [...] Com o declínio do poder de Constantino, os vândalos, os suevos e os alanos tomaram os Pirineus com entusiasmo quando souberam que era uma região próspera e abundante. E como aqueles que tinham sido confiados por Constante com a guarda da passagem tinham negligenciado seu dever, os invasores passaram pela *Hispania* (Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 12)<sup>222</sup>.

---

<sup>219</sup> DÍAZ, Pablo.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 52.

<sup>220</sup> DÍAZ, Pablo.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 52.

<sup>221</sup> *igitur Honoriaci inbuti praeda et inlecti abundantia, quo magis scelus impunitum foret atque ipsi sceleri plus liceret, prodita Pyrenaei custodia claustrisque patefactis cunetas gentes, quae per Gallias uagabantur, Hispaniarum prouinciis inmittunt isdemque ipsi adiunguntur[...]*

<sup>222</sup> *καταπεσοῦσης γὰρ τῆς Κωνσταντίνου δυνάμεως ἀναλαβόντες ἑαυτοὺς Οὐάνδαλοι τε καὶ Σουῆβοι καὶ Ἄλανοι, ἔθνη βάρβαρα, τῆς παρόδου ἐκράτησαν καὶ πολλὰ φρούρια καὶ πόλεις τῶν Ἰσπανῶν καὶ Γαλατῶν εἶλον καὶ τοὺς καὶ ἄρχοντας τοῦ τυράννου[...]*καταπεσοῦσης γὰρ τῆς Κωνσταντίνου δυνάμεως ἀναλαβόντες ἑαυτοὺς Οὐάνδαλοι τε καὶ Σουῆβοι καὶ Ἄλανοι σπουδῆ τὸ Πυρηναῖον ὄρος κατέλαβον, εὐδαίμονα καὶ πλουσιωτάτην τὴν χώραν ἀκούοντες.

Alanos, vândalos e suevos entraram na *Hispania* no ano de 447 da era hispânica. Uns lembram quatro dias antes das calendas de outubro, outros, quatro dias antes dos idos, na terça feira, quando Honorio era cônsul pela oitava vez, e Teodosio, o filho de Arcadio, pela terceira ocasião (Hydatius, *Chronica*, XV, 34)<sup>223</sup>.

E Constante é de novo enviado à Iberia por seu pai, levando consigo em qualidade de general a Justo. Irritado por isso, Gerôncio, após colocar sua parte aos soldados, levanta-se contra Constancio e os bárbaros instalados em território celta (Zosimus, *Historia Nova*, VI, 5, 2)<sup>224</sup>.

Várias fontes narram a entrada de alanos, vândalos e suevos na *Diocesis Hispaniarum*, mas somente três se aprofundam no relato, duas escritas por autores hispano-romanos, possivelmente de testemunho direto, a *Historia Adversus Paganos* de Orósio e a Crônica de Idácio, e uma escrita no oriente a partir de documentos oficiais de Constantinopla, a versão de Olimpiodoro.

Orósio, que provavelmente nesse momento já estava na África quando da redação de sua obra, narra os sofrimentos da população hispânica, mas tenta minimizar um pouco o ocorrido, o que muito provavelmente se deve ao propósito de sua obra: provar que os tempos cristãos eram melhores e muito menos violentos que os pagãos.

Por outro lado, a narrativa de Idácio, feita algumas décadas depois, é devastadora. Em seu texto, o bispo faz uma recriação do apocalipse, na qual apresenta seus quatro cavaleiros: a guerra, a fome, a peste e as bestas selvagens.

Segundo Kulikowski, apesar de sua crônica ser uma obra de forte caráter apocalíptico, nenhuma outra passagem soa tão explícita como esse extrato. O canibalismo e os animais selvagens desenfreados são talvez tropos

---

Παρημεληκότων τε τῶν ἐπιτραπέντων παρὰ Κώνσταντος τὴν φρουρὰν τῆς παρόδου παρῆλθον εἰς Ἰσπανίαν.

<sup>223</sup> *Alani et Vandali et Sueui Hispanias ingressi aera CCCCXLVII. Alii IIII<sup>o</sup> kl. alii IIII<sup>o</sup> idus Octubris memorant, die tertia feria, Honorio VIII et Theodosio Arcadii filio III consulibus.*

<sup>224</sup> Κώνστας δὲ αὐθις ὑπὸ τοῦ πατρὸς εἰς τὴν Ἰβηρίαν ἐκπέμπεται, Ἰοῦστον ἐπύγομενος στρατηγόν. ἐφ' ᾧ Γερόντιος ἀχθόμενος, καὶ τοὺς αὐτόθι περιποισσάμενος στρατιώτας, ἐπαυίστησι Κωνσταντίνῳ τοὺς ἐν Κελτοῖς βαρβάρους.



literários, símbolos de uma destruição generalizada, de acordo com a retórica altamente colorida da passagem<sup>225</sup>.

No mesmo trecho, Idácio ainda condena a administração romana por continuar coletando impostos, o que pioraria a situação da região ao drenar ainda mais os recursos e riquezas das cidades.

O relato de Olimpiodoro apresenta uma perspectiva parecida com a de Idácio, mencionando a fuga dos hispano-romanos para fortificações e a instauração de uma fome generalizada na *Diocesis*.

Esta seria uma boa ocasião para dizer muitas coisas sobre feitos deste tipo, se não fora porque na mente de todos e de cada um dos homens fala sua secreta consciência. Foram invadidas as *Hispanias*; que sofreram matanças e roubos: em verdade que não se trata de nada novo, já que durante estes anos em que as armas inimigas atuaram com crueldade, os hispânicos sofreram nas mãos dos bárbaros o que sofreram duzentos anos nas mãos dos romanos, e o que aguentaram inclusive, na época do imperador Galieno, durante quase doze anos uma invasão dos germanos (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 41, 1-3)<sup>226</sup>.

Quando os vândalos invadiram a *Hispania* e os romanos fugiram para suas cidades muradas, tal fome afligiu-lhes que eram reduzidas ao canibalismo. Uma mulher que teve quatro filhos comeu todos eles, em cada caso, dando como desculpa o alimento e a sobrevivência dos que permanecem. Finalmente, quando ela tinha comido todos eles, o povo a apedrejou até a morte (Olympiodorus, Fragmentos, 29)<sup>227</sup>

Os bárbaros que entraram na *Hispania*, a saqueiam com encarniçadas matanças. A peste realiza sua parte do trabalho sem lentidão (Hydatius, *Chronica*, XV, 38-39)<sup>228</sup>.

---

<sup>225</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.161-162.

<sup>226</sup> *Multa nunc mihi de huiuscemodi rebus loquendi facultas foret, si non secundum omnes homines apud unius cuiusque mentem conscientia secreta loqueretur. inruptae sunt Hispaniae, caedes uastationesque passae sunt: nihil quidem nouum, hoc enim nunc per biennium illud, quo hostilis gladius saeuuit, sustinere a barbaris, quod per ducentos quondam annos passae fuerant a Romanis, quod etiam sub Gallieno imperatore per annos propemodum duodecim Germanis euertentibus exceperunt.*

<sup>227</sup> ὅτι κατὰ τὰς Ἰσπανίας τῶν Οὐανδάλων καταδραμόντων, καὶ τῶν Ῥωμαίων εἰς τὰς τετειχισμένας πόλεις, καταφυγόντων, τοσοῦτος αὐτῶν λιμὸς κατεκράτησεν ὡς εἰς ἀλληλοφαγίαν ἐκβιασθῆναι· καὶ γυνὴ τέσσαρα τέκνα ἔχουσα πάντα κατέφαγε, πρόφασιν ἐφ' ἐκάστου ποιουμένη τὴν τῶν ὑπολοίπων τροφήν καὶ σωτηρίαν, ἕως ἂν πάντα καταφαγοῦσα λίθας ὑπὸ τοῦ δήμου ἀνηρέθη.

<sup>228</sup> *Barbari qui in Hispanias ingressi fuerant caede depredantur hostili. Pestilentia suas partes non segnius operatur.*

Os bárbaros causam pela *Hispania* uma furiosa desolação, e não menos se recrudescer a calamitosa pestilência. As riquezas e recursos existentes nas cidades, destrói o arrecadador de impostos a serviço da tirania, e os soldados as devoram por completo. A fome funesta aumenta de tal jeito que o gênero humano chegou mesmo a devorar carne humana devido à força da fome; também as mães se alimentaram dos corpos dos seus próprios filhos, assassinados ou cozidos pelas suas mãos. Os animais selvagens, acostumados pelos cadáveres dos mortos pela espada, a fome ou a peste, se atrevem a destroçar a alguns homens mais fortes e alimentam-se com a sua carne. Por todas as partes trazem destruição do gênero humano. E deste jeito, pelas quatro pragas do ferro, da fome, da peste e das bestas selvagens, por todas as partes e em todo o mundo recrudescidas, chegam a cumprir-se as predições do Senhor anunciadas através dos seus profetas (Hydatius, *Chronica*, XVI, 40)<sup>229</sup>.

Há algumas dúvidas nessa passagem de Idácio sobre quem realmente estava por trás da cobrança de impostos no período após a entrada dos bárbaros na *Hispania*. Arce<sup>230</sup> acredita que a ideia de que os bárbaros utilizaram sistemas romanos de recolhimento de taxas mediante o uso da força e coerção seria verossímil.

Outros historiadores como Díaz<sup>231</sup> e Sanz<sup>232</sup> afirmam que quem realizava essas cobranças eram as tropas leais a Constantino III, que com sua maquinaria administrativa exerciam uma política opressiva na região. Já Kulikowski<sup>233</sup> crê que esses arrecadadores atuavam a mando do novo governo formado por Gerônimo e que os bárbaros não interferiram na administração romana durante esse período, pois teriam se concentrado mais nas regiões rurais.

---

<sup>229</sup> *Debaccantibus per Hispanias barbaris et seuiente nihilominus pestilentiae malo opes et conditam in urbibus substantiam tyrannicus exactor diripit et milites exauriunt. Fames dira crassatur adeo ut humanae carnes ab humano genere ui famis fuerint deuoratae; matres quoque necatis uel coctis per se natorum suorum sint paste corporibus; bestie, occisorum gladio fame pestilentia cadaueribus adsuetae, quosque hominum fortiores interimunt eorumque carnibus paste passim in humani generis efferantur interitum. Et ira quatuor plagis ferri famis pestilentie bestiarum ubique in toto orbe seuientibus, predictae a domino per prophetas suos adnuntiationes implentur.*

<sup>230</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 63-64.

<sup>231</sup> DÍAZ, P.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 53.

<sup>232</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 181-182.

<sup>233</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.162-164.

Em nossa visão, os bárbaros realmente não poderiam estar por trás dessas cobranças, pois nesse momento estavam dispersos pela Península e não poderiam ter estabelecido um sistema de cobrança de impostos em tão pouco tempo e, principalmente, sem estarem fixados em alguma província em específico.

Nesse período, Gerônimo também não tinha tido tempo de reorganizar toda a administração romana na Península para captar os impostos para si, portanto provavelmente a atuação dos coletores de impostos ainda estava a mando de Constantino III.

Após o provável acordo com os bárbaros, Gerônimo procurou fortalecer sua posição política na *Diocesis Hispaniarum* e proclamou imperador a um hispano-romano chamado Máximo.

Durante o Principado, foram poucos os usurpadores de origem hispano-romana. Um caso emblemático foi o de Cornelius Priscianus, que tentou usurpar o poder em 145, mas foi logo eliminado. Com exceção desse personagem, não temos registros de outros usurpadores até a elevação de Máximo<sup>234</sup>.

Máximo é um personagem sobre o qual temos poucas informações, algumas fontes se referem a ele como *cliens*, *domesticus* ou mesmo filho de Gerônimo. Seja qual realmente fosse sua relação com Gerônimo, o certo é que Máximo seria um dependente dele e por isso alguém de fácil controle<sup>235</sup>.

Para Arce, a nomeação de um homem de seu círculo próximo e um provável membro da aristocracia hispano-romana, era uma medida estratégica de Gerônimo para satisfazer dois aspectos fundamentais para sua política. O primeiro era que ao nomear um Augusto hispano-romano, poderia atrair mais facilmente a população da região para sua causa; e segundo, ao nomear alguém com quem possuía laços de amizade e conexões econômicas, poderia ter suas mãos livres para atuar politicamente nas sombras<sup>236</sup>.

---

<sup>234</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos.*, VII, 42, 4; Olympiodorus, **Fragmentos**, 17; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13

<sup>235</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 56.

<sup>236</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 57.

Em uma época onde as identidades políticas estão fragmentadas, Gerônimo acertava ao realizar essa proclamação. Assim como ocorria em outras províncias, como a Gália e a Britânia, as aristocracias provinciais hispânicas estavam cansadas de se reportarem a um governo imperial que pouco se importava com seus problemas e pouco atendia as suas reivindicações. Uma administração que nesse momento não podia nem mesmo ajudar na defesa de seu território.

A elevação de um membro da aristocracia local poderia elevar o senso de identidade imperial desses grupos políticos hispânicos e garantir seu apoio, já que Constantino III havia nascido na Britânia e Honório, que viu a influência de sua família diminuir drasticamente, havia nascido em Constantinopla.

Após a elevação de Máximo, Gerônimo determina seu estabelecimento em *Tarraco*, pois era uma cidade que possibilitava a comunicação com o interior e, ao mesmo tempo, com a Península Itálica e a Gália<sup>237</sup>.

Para lograr êxito, a estabilidade do poder do binômio Máximo/Gerônimo deveria estar baseada em um forte apoio militar. Suas tropas deveriam ter condições de enfrentar um exército imperial regular que Honório poderia futuramente enviar e também o exército potente e heterogêneo de Constantino III. Em última instância, a usurpação de Máximo era dupla, contra Constantino III e também contra Honório, embora pudesse ser vista com bons olhos pelo imperador legítimo, já que debilitava Constantino III<sup>238</sup>.

Nesse momento, a Península Ibérica se converte em uma região onde havia a atuação de três grupos opostos, os que apoiavam Constantino III, os partidários de Gerônimo e Máximo e os que ainda permaneciam leais ao governo imperial, sem contar os grupos bárbaros que estavam saqueando as províncias.

Não temos informações de como ocorreu o enfrentamento, o único fato certo é que as tropas de Justo e Constante foram derrotadas.<sup>239</sup> Constante,

---

<sup>237</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 55; ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 58.

<sup>238</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 43.

<sup>239</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.41.

que segundo Sozomeno<sup>240</sup> havia sido promovido por Constantino III a co-imperador, tenta fugir para Arles para se reagrupar com seu pai, mas é alcançado por Gerônimo em *Vienne* e assassinado<sup>241</sup>.

Durante o enfrentamento das tropas de Constante com Gerônimo, Constantino III lidava com outros problemas. A união dos *honoriaci* com os grupos bárbaros que atravessaram o Reno em 406, somada à expulsão dos oficiais romanos da Britânia em 409 havia enfraquecido sua posição<sup>242</sup> (anexo III). Segundo Kulikowski, esses dois fatores mostravam o elevado grau de instabilidade pelo qual a região estava passando<sup>243</sup>.

Apesar desses problemas, e de ter suas forças divididas, pois Constante estava lutando na *Hispania*, o usurpador resolve partir para um enfrentamento contra o governo imperial de Ravena. Tendo recebido o apoio de Alavicus, um comandante militar das tropas de Honório, Constantino III deixa Arles e se dirige à Itália. Entretanto, quando chegou próximo ao rio Pó, recebeu a notícia de que Alavicus tinha sido descoberto e morto por traição. Temendo por sua posição, o usurpador resolve cancelar seu ataque e retornar para Arles para se reorganizar<sup>244</sup>.

Novamente em sua capital, Constantino III envia seu *magister militum* Edebico para além das margens do Reno, com a intenção de recrutar tropas de francos e alamanos para aumentar os efetivos de seu exército<sup>245</sup>.

Entretanto, apesar de seus esforços, Constantino III encontrava-se cercado em Arles nesse momento, pois além de ter que lidar com um ataque das tropas de Gerônimo, que vinham da *Hispania*, teria também que enfrentar um contra-ataque organizado pelo governo imperial de Ravena. Com a morte do rei godo Alarico, após o saque de Roma em 410, e a saída de seus godos da Península Itálica, Honório enfim pôde reorganizar seu exército e finalmente atacar o usurpador britano.

---

<sup>240</sup> Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 12

<sup>241</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 42, 4; Olympiodorus, *Fragmentos*, 17; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13)

<sup>242</sup> Zosimus, *Historia Nova*, VI, 5, 2-3 e VI, 6, 1

<sup>243</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Late Roman Spain and Its Cities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.159.

<sup>244</sup> Olympiodorus, *Fragmentos*, 15;

<sup>245</sup> Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 12

O imperador, que sabia da situação delicada em que Constantino III se encontrava, e irritado pela execução de seus parentes ocorrida mesmo após ter dado o reconhecimento ao usurpador, envia um exército em direção a Arles comandado pelos generais Ulfilas e Constâncio<sup>246</sup>, o último substituiu Estilício como *magister militum* do exército romano ocidental.

Nesse momento, Constantino III acabou se encontrando exatamente na situação que pretendia evitar quando decidiu invadir a *Diocesis Hispaniarum*, tendo que enfrentar um exército que vinha da região por um lado e as tropas imperiais de Honório que vinham da Península Itálica, pelo outro.

Porém, o encontro entre esses três exércitos jamais existiu. Quando Gerônimo se aproximou do exército imperial, viu grande parte de suas tropas desertarem para o lado de Constâncio. Não tendo mais condições de realizar um ataque, foi obrigado a se retirar e voltar para a *Hispania*<sup>247</sup>.

Apesar de ter se livrado de uma frente de combate, a situação de Constantino III ainda era delicada, pois estava sitiado em sua capital por um exército imperial profissional, apto e adestrado na arte na guerra, e que nesse momento estava reforçado pelas tropas desertoras de seu antigo general.

Como última tentativa, o usurpador envia as tropas recrutadas por seu general Edobico para enfrentar o exército de Ravena. O ataque surpreende os comandantes de Honório que são obrigados a recuar e reformular sua estratégia. Perto do rio Ródano, eles oferecem combate novamente a Edobico, aniquilando completamente suas tropas. O general de Constantino III ainda tenta fugir e se refugiar na propriedade de um amigo na Gália, mas é morto por seu anfitrião, tendo sua cabeça enviada a Constâncio<sup>248</sup>.

Com o fracasso de Edobico, Constantino III não tinha mais possibilidades de enfrentar o governo imperial. Em um gesto desesperado, entra em um monastério, onde foi ordenado sacerdote e depois negocia sua rendição com os comandantes de Honório, esperando ter sua vida poupada, apelando à identidade nicena do imperador, pelo fato de ser agora um membro

---

<sup>246</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 60.

<sup>247</sup> Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13

<sup>248</sup> Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 14.

da *ecclesia*. O acordo é realizado e o usurpador e seu filho Juliano se rendem e são enviados a Ravena<sup>249</sup>.

Porém, o imperador Honório, além de estar enfurecido com a morte de seus parentes, sabia que não era seguro manter vivo alguém que tinha um dia usurpado seu poder, por isso, após a chegada do usurpador e seu filho, ambos são enviados para a execução em setembro de 411<sup>250</sup>.

A vitória de Honório também foi um desestabilizador para a usurpação de Máximo e Gerônimo na *Hispania*. Os soldados que haviam acompanhado-o em sua fuga perceberam que não tinham chances contra as tropas imperiais, e, irritados com a derrota e fuga de seu líder, resolveram se amotinar. Encurralado em sua casa, Gerônimo tenta resistir com a ajuda de seus auxiliares mais próximos, mas ao ter a propriedade incendiada acaba por atender aos pedidos de sua mulher e seu principal auxiliar e os mata. Depois comete suicídio ao se atirar em cima de sua espada<sup>251</sup>.

Sem Gerônimo, o usurpador Máximo não era nada. Ao saber de sua morte, resolve abdicar da púrpura imperial e fugir para junto dos aliados bárbaros que viviam na Península. Esse acontecimento é contado de três diferentes formas pelas fontes do período. Enquanto Olimpiodoro<sup>252</sup>, afirma que o usurpador fugiu, Orósio<sup>253</sup> e Próspero de Aquitânia<sup>254</sup> dizem que ele foi destituído por suas tropas, mas que ao invés de ser condenado à morte, lhe foi permitida a possibilidade de ir ao exílio. Seu governo durou cerca de um ano e meio e se encerrou em meados de 411<sup>255</sup>.

Segundo Arce, provavelmente a versão de Olimpiodoro é a mais provável de ter acontecido, pois apesar de Máximo ter sido um instrumento nas mãos de Gerônimo, ainda assim tinha desafiado o imperador Honório, e é improvável que se perdoe a vida de um usurpador do poder imperial, ainda mais em um momento cheio de turbulências como era esse.

---

<sup>249</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 42,3; Olympiodorus, *Fragmentos*, 17; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13

<sup>250</sup> Olympiodorus, *Fragmentos*, 17; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13

<sup>251</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 42, 4-5; Olympiodorus, *Fragmentos*, 17; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 13.

<sup>252</sup> Olympiodorus, *Fragmentos*, 17.

<sup>253</sup> Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII, 42, 4-5.

<sup>254</sup> Prosperi Tironis, *Epitoma Chronicon*, 385

<sup>255</sup> ARCE, Javier. *Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.* Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 61.

Todos os demais usurpadores como Jovino, Sebastião, Constantino III e Juliano, assim como os anteriores, Magno Máximo e Eugênio, tiveram suas cabeças colocadas em pontas de lança e depois exibidas ao público, pois essa era a condenação por terem cometido o crime de lesa majestade (*maiestas*).<sup>256</sup>.

Para Kulikowski, o principal motivo de Máximo ter ficado vivo foram as usurpações que se seguiram na Gália e na África após o fim de Constantino III, problemas que inviabilizaram a busca do usurpador hispânico pelos generais de Honório nas regiões mais distantes da *Diocesis*<sup>257</sup>.

Após terem liquidado as usurpações de Constantino III e Máximo, os comandantes de Honório tinham novos problemas para lidar como a usurpação do aristocrata Jovino na Gália, que incorporou os restos do exército de Constantino III e tinha o apoio de lideranças bárbaras, e a revolta do *comes* Heracliano na África, que cortara o abastecimento de grãos para Roma<sup>258</sup>.

Por esses motivos, o governo imperial de Ravena resolveu se concentrar nesses novos problemas e deixar para depois a questão dos grupos bárbaros que estavam saqueando a *Diocesis Hispaniarum*.

Segundo Kulikowski, as províncias da Gália, Itália e África sempre tiveram preferência sobre a *Hispania*, enquanto que os problemas com usurpações tinham normalmente prioridade sobre os ataques bárbaros, principalmente porque os bárbaros poderiam sempre ser usados no tempo certo<sup>259</sup>.

Ignorados pela administração de Honório, e após dois anos de movimentações e saques pela Península Ibérica, os grupos bárbaros começaram aos poucos a se estabelecer no território (anexo IV). Segundo o relato de Orósio e Idácio, a divisão do território hispânico teria sido aleatória.

[...] e ali, fazendo de vez em quando importantes e sangrentas correrias, permaneceram, todavia, como donos após reparti-las

---

<sup>256</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 61-62.

<sup>257</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.165.

<sup>258</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.160.

<sup>259</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.165.



à sorte, uma vez que fizeram cruéis destruições de bens e pessoas, do qual eles mesmos inclusive se arrependem (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII,40, 10)<sup>260</sup>

Fazem à sorte a partilha dos territórios das províncias com o fim de as habitarem. A *Gallaecia* é ocupada pelos vândalos, e os suevos ocupam a zona situada na margem ocidental do oceano. Os alanos recebem na partilha as províncias da Lusitânia e da Cartaginense, e os vândalos silingos, a Bética (Hydatius, *Chronica*, XVII, 41)<sup>261</sup>

O aspecto que mais chama a atenção nessa divisão é o fato de que os bárbaros ocuparam somente quatro províncias, sendo que o ato mais lógico era que repartissem todas as províncias da *Diocesis*<sup>262</sup>.

Segundo P.C. Díaz, há um debate em torno dessa distribuição de terras entre os bárbaros, com vários autores defendendo a ocupação das províncias aleatoriamente, e outros afirmando que a partir de indícios nas fontes poderia haver um *foedus* destes com Gerônimo ou mesmo com Honório, definindo a ocupação desses lugares. Segundo o autor, com base no testemunho de Idácio, poderia ter realmente havido um pacto de federação muito particular dos grupos bárbaros com Gerônimo, porém teria sido um acordo informal e não um tratado firmado no papel.

Na partilha do território, Gerônimo e Máximo conservariam a *Tarraconense* e permitiriam que os bárbaros dividissem as demais províncias segundo seu próprio critério, que poderia ter sido demográfico e que indicaria que os alanos e vândalos silingos seriam potencialmente os mais numerosos e poderosos<sup>263</sup>.

Segundo esse raciocínio, podemos afirmar também que, provavelmente, os grupos suevos e vândalos asdingos seriam mais frágeis e menos populosos, pois acabaram por dividir a província territorial menos romanizada da *Diocesis*,

---

<sup>260</sup> [...] *ubi actis aliquamdiu magnis eruentisque discursibus, post graues rerum atque hominum uastationes, de quibus ipsos quoque modo paenitet, habita sorte et distributa usque ad nunc possessione consistunt.*

<sup>261</sup> [...] *sorte ad inhabitandum sibi prouinciarum diuidunt regiones. Calliciam Vandali occupant et Suaeui sitam in extremitate Oceani maris occidua. Alani Lusitaniam et Carthaginensem prouincias et Vandali cognomine Silingi Beticarn sortiuntur.*

<sup>262</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 67.

<sup>263</sup> DÍAZ, P.C. **El reino suevo (411-585).** Madrid: Akal, 2011, p. 61-62.

a *Gallaecia*, enquanto alanos, sendo mais poderosos e donos de maior coesão militar, teriam ficado com duas províncias, e os vândalos silingos com uma.

A não ocupação das províncias da *Tingitana* e da *Baleares* pode ser facilmente justificada pela falta de barcos e equipamentos dessas populações para se lançar ao mar nesse momento.

Apesar de seguirmos esse pensamento, concordamos com Rosa Sanz que não podemos fazer um cálculo preciso sobre o número de bárbaros que entraram na *Hispania*, pois eles vieram misturados com populações romanas de distintas procedências e sem que nenhum autor contemporâneo tenha registrado alguma cifra, por isso, qualquer quantidade que aceitemos entra no terreno de pura especulação<sup>264</sup>.

Contudo, existe a possibilidade de que tenha sido um número considerável, pois é um acontecimento registrado por diversos autores contemporâneos, que o consideravam um problema de grande envergadura e suficientemente importante para desequilibrar a paz e a estabilidade do Império<sup>265</sup>.

Após sua fixação, os grupos de alanos, vândalos e suevos cessam seus saques e passam a buscar sua integração em seu novo território. Três autores apresentam relatos distintos sobre a relação entre bárbaros e romanos nesse período.

Salviano de Marselha, que escreveu décadas depois, realiza uma severa crítica à administração romana, destacando que a população preferia buscar entre os bárbaros a humanidade que existia entre os romanos, pois não podiam mais suportar entre os romanos a inumanidade dos bárbaros. Já Orósio, contemporâneo dos acontecimentos, faz um relato mais ameno, onde

---

<sup>264</sup> Como alguns autores tentam estipular em suas obras. Garcia Moreno na obra "**Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p. 44" aponta que ingressaram 200 mil bárbaros, sendo 56 mil combatentes; E. A. Thompson no livro "**Romans and Barbarians. The decline of the Western Empire**. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, p. 148" especula a passagem de 300 mil vândalos asdingos, 200 mil suevos e um número reduzido de alanos; J. H. W. G. Liebeschütz no capítulo "Gens in to regnum: the vandals. In: GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter. **Regna and Gentes: The Relationship Between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World**. Leiden; Boston: Brill, 2003, p.64" considera que entraram apenas 200 mil bárbaros no total.

<sup>265</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 184-185.

mostra certa integração entre a população hispano-romana e as *gentes* bárbaras, valorizando seu intercâmbio de relações, mas sem deixar de fazer sua crítica à administração romana.

Por fim, Idácio de Chaves, que também escreveu décadas depois e que estava inserido em uma *Gallaecia* dominada pelos suevos, apresenta uma narrativa mais crítica aos bárbaros, atribuindo à ação divina a interrupção de seus saques e seu estabelecimento na terra, e informando que os hispânicos que sobreviveram aos saques agora eram submetidos à escravidão pelos bárbaros.

Apesar de isto ser assim, sem dúvida, a clemência de Deus, com o mesmo amor paternal com que ele já previu faz tempo, procurou que, de acordo com seu evangelho, o que incessantemente admoestava: quando os persigam em uma cidade fujam a outra, todo aquele que quisera fugir e sair da *Hispania*, podia servir-se dos próprios bárbaros como mercenários, ajudantes e defensores. Os próprios bárbaros se ofereciam então voluntariamente para isso; e, apesar de que podiam ter ficado matando a todos os hispânicos, pediam só um pequeno tributo como pagamento por seu serviço e como taxa para cada pessoa que se exportava (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII; 41, 4-6)<sup>266</sup>.

Apesar de tudo isso, imediatamente depois destes feitos, os bárbaros, depreciando as armas, se dedicaram à agricultura e respeitam os romanos que ficaram ali pouco menos que como aliados e amigos, de forma que já entre eles há alguns cidadãos romanos que preferem suportar liberdade com pobreza entre os bárbaros que preocupação por tributos entre os romanos (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII; 41, 7-8)<sup>267</sup>.

[...]Fogem ao inimigo para não morrer pelos efeitos da perseguição pública. Vão buscar sem dúvida entre os bárbaros a humanidade dos romanos, porque não podem suportar entre os romanos a inumanidade dos bárbaros. E quem a eles foge se diferencia pela religião, língua e inclusive pelo odor fétido que emana de seus corpos e das roupas dos bárbaros, com o

---

<sup>266</sup> *quae cum ita sint, illud tamen clementia Dei eadem pietate, qua dudum praedixerat, procuravit, ut secundum euangelium suum, quo incessabiliter commonebat, cum uos persecuti fuerint in una ciuitate, fugite in aliam, quisque egredi atque abire uellet, ipsis barbaris mercennariis ministris ac defensoribus uteretur. hoc tunc ipsi ultro offerebant; et qui auferre omnia interfectis omnibus poterant, particulam stipendii ob mercedem seruitii sui et transuerti oneris flagitabant.*

<sup>267</sup> *quamquam et post hoc quoque continuo barbari exsecrati gladios suos ad aratra conuersi sunt residuosque Romanos ut socios medo et amicos fouent, ut inueniantur iam inter eos quidam Romani, qui malint inter barbaros pauperem libertatem, quam inter Romanos tributariam sollicitudinem sustinere.*

que preferem sofrer esses povos as diferenças de costumes do que a injustiça desencadeada entre os romanos. Emigram tanto ao lado dos godos, as bagaudas ou com os outros bárbaros que dominam por todas as partes e não se arrependem de ter emigrado. Preferem de fato viver livres sobre uma aparência de escravidão do que ser escravos sobre uma aparência de liberdade. Assim, o título de cidadão romano, antigamente tão estimado e tão encarecidamente comprado, agora se repudia e se foge, não se o considera somente vil, mas também abominável. E que testemunho mais manifesta a iniquidade romana que ver numerosos cidadãos, honestos e nobres, que teriam de encontrar no direito do cidadão romano o maior esplendor e glória, reduzidos pela crueldade da injustiça romana a não querer ser mais romanos? Disso vem que inclusive os que não se refugiam entre os bárbaros são destinados a ser eles também bárbaros. Desta maneira, uma grande parte dos hispânicos e uma não menor dos galos, em fim, em todo o universo romano, a injustiça romana os conduziu a não ser mais romanos (Salvianus, *De gubernatione Dei*, V, V, 21-21)<sup>268</sup>.

Depois de ficarem assoladas as províncias da *Hispania* pela já mencionada magnitude das pragas, os bárbaros mudaram de opinião, graças à misericórdia do Senhor, e mostraram-se dispostos a chegar a uma paz.[...]. Os hispânicos que sobreviveram às pragas nas *ciuitates et castella*, se veem submetidos à escravidão dos bárbaros que reforçam o seu domínio pelas províncias. (Hydatius, *Chronica*, XVII, 41)<sup>269</sup>.

O relato de Salviano é em particular muito pesado. Segundo o autor, grande parte do hispano-romanos e galo-romanos eram favoráveis a abrir mão de sua identidade romana para poder ter uma vida um pouco melhor entre as populações bárbaras, principalmente pelo fator de que ao manterem a

---

<sup>268</sup> [...] *fugiant, ne persecutionis publicae afflictione moriantur; quaerentes scilicet apud barbaros Romanam humanitatem, quia apud Romanos barbaram inhumanitatem ferre non possunt. Et quamvis ab his ad quos confugiunt discrepent ritu, discrepent lingua, ipso etiam, ut ita dicam, corporum atque induviarum barbaricarum fetore dissentiant, malunt tamen in barbaris pati cultum dissimilem, quam in Romanis injustitiam, saevientem. Itaque passim vel ad Gothos, vel ad Bacaudas, vel ad alios ubique dominantes barbaros migrant, et commigrasse non poenitet. Malunt euim sub specie captivitatis vivere liberi, quam sub specie libertatis esse captivi. Itaque nomen civium Romanorum, aliquando non solum magno estimatum, sed magno emptum, nunc ultro repudiatur ac fugitur; nec vile tantum, sed etiam abominabile pene habetur. Et quod esse majus testimonium Romanae iniquitatis potest, quam quod plerique et honesti et nobiles, et quibus Romanus status summo et splendori esse debuit et honori, ad hoc tamen Romanae iniquitatis crudelitate compulsi sunt ut nolint esse Romani? Et hinc est quod etiam hi qui ad barbaros non confugiunt, barbari tamen esse coguntur: scilicet ut est pars magna Hispanorum, et non minima Gallorum, omnes denique quos per universum Romanum orbem fecit Romana iniquitas jam non esse Romanos.*

<sup>269</sup> *Subuersis memorata plagarum crassatione Hispaniae prouinciis barbari ad pacem ineundam domino miserante conuersi[...].Spani per ciuitates et castella residui a plagis barbarorum per prouincias dominantium se subiciunt seruituti.*

cidadania romana essas populações deveriam continuar a pagar os altos impostos exigidos pelo governo imperial, algo que, na visão do autor, não valia mais a pena.

Orósio, apesar de ser mais ameno, segue a mesma linha de Salviano ao afirmar que muitos romanos preferiram desfrutar de uma liberdade entre os bárbaros do que se preocupar com os tributos cobrados pela administração romana. O autor ainda procura valorizar os serviços prestados pelos bárbaros aos hispano-romanos, que os auxiliavam como ajudantes, como defensores de suas propriedades e como guarda-costas para os que resolvessem fugir da região.

Portanto, existe uma grande coincidência entre os dois relatos ao se destacar uma repulsa de muitos habitantes do Império à administração imperial, considerada como a principal responsável por suas desgraças<sup>270</sup>.

Segundo Edward A. Thompson, esses indivíduos acreditavam que sua posição social e econômica seria melhor sob um governo bárbaro e que, por pior que fosse essa situação, era ainda muito melhor do que estar sob domínio de um longínquo e indiferente governo romano que proporcionava um corrupto sistema de recolhimento de taxas<sup>271</sup>.

Em nossa visão, esse elevado grau de insatisfação das populações e principalmente das aristocracias hispano-romanas irá moldar a identidade política da região no decorrer do século. Como assinala Salviano, nesse período a cidadania romana já não era algo tão almejado como fora outrora, e os hispanos não relutariam em abrir mão dessa condição se isso significasse uma melhoria em suas vidas.

Já o relato de Idácio de Chaves, apesar de ser crítico aos bárbaros, também não valoriza a administração romana, lembrando que anteriormente ele já destacara o papel dos arrecadadores de impostos na miséria de região. Em seus escritos, ele buscará valorizar o papel dos hispanos na defesa de seu território, sendo porta voz de uma identidade regional hispânica.

---

<sup>270</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 177.

<sup>271</sup> THOMPSON, E. A. **Romans and Barbarians. The decline of the Western Empire**. Madison: University of Wisconsin Press, 1982, p.182.

Sendo assim, em nossa interpretação, essas três narrativas nos levam à questão da maleabilidade das identidades nesse período. A identidade dos habitantes da Península Ibérica não será mais atrelada a uma identidade geral romana, mas sim a uma identidade de caráter mais regional, que se adaptará segundo a sua realidade momentânea, tendo o estabelecimento dos bárbaros na região somente contribuído ainda mais para sua fragmentação.

# **CAPÍTULO II**

## CAPÍTULO II: A CRIAÇÃO DE UMA MONARQUIA ROMANO-BÁRBARA: UMA APROXIMAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE GODOS E ROMANOS NO SÉCULO V

### 2.1. Identidade: um debate historiográfico

O que é identidade? A discussão sobre esse conceito sempre gerou diversos embates na historiografia mundial e, atualmente, grande parte de sua polêmica reside na utilização do termo como combustível para a ação de grupos políticos ultra-nacionalistas e seu discurso carregado de xenofobia contra diversos tipos de minorias, entre elas os imigrantes.

Na última década esse discurso se fortaleceu, deixou os porões dos grupos neonazistas e tornou-se pauta de vários partidos conservadores em todo o planeta, motivados principalmente pela intensa globalização ocorrida desde o fim da URSS em 1991, pelos diversos ataques terroristas ocorridos em países ocidentais, entre eles o de 11 de setembro de 2001 nos EUA, pelos resquícios da crise mundial de 2008 e pela crise migratória provocada pelas guerras no Oriente Médio e norte da África. Em uma época onde temos o rompimento das fronteiras nos vários níveis da atividade humana<sup>272</sup>, a questão identitária reaparece com força como objeto de estudo e por isso necessita de uma intensa reflexão histórica.

O crescimento dessas ideias possibilitou nos últimos anos a ascensão de grupos políticos e governantes com forte apelo nacionalista, ultra-conservador e antimigratório. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e o fortalecimento da Frente Nacional na França são grandes exemplos disso.

Muitos desses grupos amparam seu discurso de superioridade e de xenofobia em um passado longínquo, muitas vezes imaginado ou

---

<sup>272</sup> FERNANDES, Fátima Regina. A fronteira luso-castelhana medieval, os homens que nela vivem e o seu papel na construção de uma identidade portuguesa. In: **FERNANDES, Fátima Regina (org.). Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013, p.13.



extremamente romantizado. Para além do discurso nazista que idealizava o povo alemão como descendente de uma suposta antiga raça ariana, temos a busca do passado utilizada como arma política pelo governo franquista, que procurava estabelecer vínculos entre a Espanha do século XX e o antigo reino visigodo, excluindo sua herança árabe e de outras minorias; e a Frente Nacional da França, que se coloca como defensora do povo francês, o qual teria nascido com o batismo de Clóvis.

No caso da Espanha, notamos a criação do conceito de *hispanidad* promovida pelo regime do General Franco durante a Guerra Civil. O governo de Franco abraçou e divulgou a ideologia de que a *pátria* e o *catolicismo* eram a base de uma forjada identidade espanhola, que era respaldada pelo mais puro e ortodoxo cristianismo católico. Para fortalecer essa visão, Isidoro de Sevilha surgia como o idealista da unidade e ortodoxia espanhola, e o responsável pelo batismo da Espanha no terceiro concílio de Toledo<sup>273</sup>.

Exemplos como esses são muito comuns na Europa. Com isso, os historiadores que dedicam suas pesquisas à Alta Idade Média perceberam que seu período de estudo é alvo de uma disputa política do passado, e que seus argumentos estão sendo usados como base para reivindicações para o presente e o futuro.<sup>274</sup> A partir dessas afirmações, podemos dizer que os séculos quarto, quinto e sexto se constituíram em um período no qual os escritores descobriram as origens do mundo moderno<sup>275</sup>.

Esse uso do passado para legitimação de um discurso no presente foi enfatizado na época do surgimento do nacionalismo, entre o fim do século XVIII e início do XIX. Os Estados-nações de base étnica de hoje foram criados como comunidades imaginadas, gerados pela criatividade dos intelectuais e políticos do século XIX, que transformaram antigas tradições românticas e

---

<sup>273</sup> BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. Introduction. In: BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. **Hispania in Late Antiquity: currents perspectives**. Leiden, Boston: Brill, 2005, p. 3-4.

<sup>274</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p.19.

<sup>275</sup> WOOD, Ian N. Barbarians, Historians, and the Construction of National Identities. **Journal of Late Antiquity**. Nº 1.1 (Spring), 2008, p.62.

nacionalismos em programas políticos<sup>276</sup>. Isso é apontado pelo historiador Eric Hobsbawm quando escreve que "o nacionalismo vem antes das nações"<sup>277</sup>.

Para o autor, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos, entre eles os nacionalistas, tiveram por necessidade a criação de uma continuidade histórica através, por exemplo, de um passado antigo que excedia a continuidade histórica real, seja por meio de lendas, como as de Boadiceia, Vercingetórix ou Armínio, seja por meio da invenção, como a dos Ossian, manuscritos medievais tchecos<sup>278</sup>.

Segundo Ian Wood, a interpretação do passado é constantemente afetada pelas circunstâncias atuais, por isso as interpretações da *Early Middle Ages* são impactadas ao mesmo tempo pelo mundo moderno. Debater os bárbaros na Antiguidade Tardia não é um problema apenas para o historiador<sup>279</sup>.

Com base nessas afirmações, podemos dizer que a História dos diferentes grupos que habitaram a Europa no final do século V e início do século VI foi reinterpretada no século XVIII. Os dois últimos séculos de atividade intelectual e disputas políticas transformaram tão radicalmente nossas concepções sobre os grupos sociais e políticos, que atualmente não conseguimos elaborar uma visão objetiva das categorias sociais da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média sem considerarmos a forte influência de nosso passado recente<sup>280</sup>.

Na historiografia utilizada em nossa pesquisa, percebemos o quanto as afirmações de Patrick Geary são apropriadas, com vários autores utilizando informações presentes em fontes da Antiguidade Tardia na tentativa de criar elementos étnicos que servem aos atuais discursos nacionais espanhóis ou separatistas galegos. Um exemplo disso é a constante utilização da crônica de

---

<sup>276</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p.28.

<sup>277</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19.

<sup>278</sup> HOBBSAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 15.

<sup>279</sup> WOOD, Ian N. Barbarians, Historians, and the Construction of National Identities. **Journal of Late Antiquity**. Nº 1.1 (Spring), 2008, p.81.

<sup>280</sup> GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p.27-28.

Idácio de Chaves como uma fonte que presta suporte a uma identidade nacional galega ou mesmo portuguesa, havendo autores que chegam a afirmar que, no latim utilizado por Idácio, podemos perceber a presença de certos portuguesismos<sup>281</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz, as historiografias portuguesa e galega recorreram diversas vezes ao reino suevo com fins de auto-afirmação, como uma tentativa de edificação de seu passado ancestral. No caso português, o elemento suevo é menos utilizado na construção de sua História nacional do que no caso galego, pois somente aparece como uma forma de diferenciação de sua identidade em relação a uma *Hispania* dominada por visigodos<sup>282</sup>.

Apesar da questão do nacionalismo se configurar somente nos séculos XVIII e XIX, o ato de se criar um discurso identitário pautado em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes para forjar a unidade de um povo e sua diferenciação dos demais é algo extremamente percebido durante a História.

Conforme indica Stuart Hall, as identidades evocam uma origem que estaria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas se relacionariam, portanto, com a utilização dos recursos da História, da linguagem e da cultura para a produção não do que somos, mas do que nos tornamos. Assim, a construção das identidades nos obrigaria a ler as tradições e sua invenção não como um retorno a nossas raízes, mas como uma negociação de nossas rotas<sup>283</sup>.

Portanto, por meio da criação dessas identidades, determinado grupo político gerava diferentes aspectos, reais ou imaginados, que os distinguiam dos demais. Com isso, se criava uma identidade comum a determinado povo, que pode ser entendida também como uma identidade cultural, ou seja, não representaria um único indivíduo, mas toda a população.

Para estabelecê-la, os autores partiam do que não se é para elaborar o que se gostaria de ser. Essas identidades, que são feitas e refeitas pelos

---

<sup>281</sup> CARDOSO, J. **Crônica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V.)** Universidade do Minho. Braga, 1982, p. XI.

<sup>282</sup> DÍAZ, P.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p.19.

<sup>283</sup> HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 108-109.

agentes históricos, são construções que correspondem às necessidades do seu tempo histórico. Na esteira dos acontecimentos, essa concepção não pode ser considerada homogênea e unificada. Portanto, por ser feita a partir das diferenças, a identidade é plural<sup>284</sup>.

Com isso, esse sistema possui representações do passado, das condutas atuais e de projetos para o futuro como uma essência partilhada por diversos indivíduos<sup>285</sup>.

Conjuntamente às discussões sobre identidade, tem aparecido nos debates historiográficos outro conceito que está intrinsecamente ligado a sua definição, o de etnicidade, que em tese se referiria a uma tentativa de identificação étnica de diferentes indivíduos.

Em relação a esse conceito, Patrick Geary afirma que do mesmo modo que a identidade, a etnicidade também é uma construção moderna e, portanto, as pesquisas sobre as identidades étnicas têm por grande risco o anacronismo, principalmente quando as origens de nossas preocupações e antagonismos contemporâneos são buscadas no passado<sup>286</sup>.

Walter Pohl indica que, na atualidade, muitos estudiosos ainda acreditam que a definição de um povo medieval antigo certamente exige uma organização política, de língua ou de cultura inconfundíveis. Porém, de modo contrário ao que esses pesquisadores afirmam, pesquisas realizadas sobre o conceito de etnia há muito tempo mostraram que nenhum desses componentes oferece garantia de validade. Os nomes, em primeiro lugar, tanto de povos como de pessoas, não fornecem pistas seguras. As roupas, os costumes, as armas e as formas de luta, antes consideradas como marcas externas estáveis e seguras, são na realidade continuamente imitadas e reproduzidas por outros,

---

<sup>284</sup> CARVALHO, Margarida Maria. As marcas da Política na Construção de uma Identidade Plural. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Orgs.). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009, p. 9-10.

<sup>285</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 202.

<sup>286</sup> GEARY, Patrick J. Ethnic identity as a situational construct in the Early Middle Ages. In: CURTA, Florin (org). **Writing History: Identity, Conflict, and Memory in the Middle Ages**. Bucuresti - Bralia: Editura Academiei române; Editura Istros, 2012, p.19.

de modo que nenhum povo europeu moderno possa afirmar ser herdeiro direto de uma *gens* tardia medieval<sup>287</sup>.

Segundo Ronaldo Amaral, a construção da etnicidade se utiliza das concepções utilizadas desde Herótodo, que mais do que ser "pai da História", foi também o "pai da etnografia clássica", e descrevia os povos não romanos de forma homogênea, sem levar em conta todas as suas particularidades. Assim desde a antiguidade clássica, a historiografia etnológica romana teria adotado o critério de ver a "si" necessariamente em relação ao outro, fundamentada em uma concepção dicotômica e maniqueísta de perceber e descrever a si em comparação aos demais<sup>288</sup>.

De acordo com Michael Mass, as fontes romanas, além de escrever sobre os bárbaros, descreviam as terras que habitavam como *barbaria* ou *barbaricum*, porém nenhum grupo não-romano usava esse termo. O bárbaro era uma categoria romana que revelava valores e preconceitos dos romanos, que também escreveram sobre grupos bárbaros individuais, como as *gentes* ou *nationes*, que eles nomearam e cuja História eles sempre tentaram traçar. Em seus relatos, esses autores mostraram interesse em seus estilos de vida "exóticos", roupas, hábitos pessoais, organização política, modos de guerra, linguagem e em seus locais de origem. Essas referências apareciam em todos os gêneros de texto, porém as discussões mais ampliadas aparecem de forma mais proeminente nos relatos históricos<sup>289</sup>.

Seguindo esse pensamento, Juan Ramón Carbó Garcia recorda o problema metodológico que os estudiosos da atualidade encontram ao usar as fontes escritas por autores romanos para tentar reconstruir a integração dos povos bárbaros nas estruturas sociopolíticas contemporâneas, pois boa parte

---

<sup>287</sup> POHL, Walter. **Le origini etniche dell'Europa: barbari e Romani tra antichità e medioevo**. Roma: Viella, 2001, p IX-X.

<sup>288</sup> AMARAL, Ronaldo. O bárbaro como constructo. Uma rediscussão historiográfica das migrações germânicas à luz dos conceitos de cultura, civilização e barbárie. **Revista de História Comparada**, v. 8, n.2, 2014, p. 16-17.

<sup>289</sup> MAAS, Michael. Barbarians: problems and approaches. In: JOHNSON, Scott Fitzgerald (Org.). **The Oxford handbook of Late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012, p.68.

desses antigos escritores pretendia ordenar o mundo com base em suas tradições etnográficas herdadas<sup>290</sup>.

Para uma aplicação correta desse conceito, Lotte Hedeager afirma que não podemos considerar a terminologia da etnicidade como uma categoria objetiva com um significado preciso, mas um processo subjetivo através do qual indivíduos ou grupos se identificam com eles mesmos, ou com outros, em situações particulares e por razões particulares, frequentemente associadas com a guerra ou conflito<sup>291</sup>.

Segundo Geary, ao considerarmos a etnicidade como um processo subjetivo, passamos a entender que a tarefa adequada não é determinar quem era um franco, quem era um romano, ou que efeitos essas diferenças étnicas teriam nas relações comuns. Em vez disso, deve-se tentar determinar por quais critérios indivíduos e grupos podem ser assim identificados, e ao mesmo tempo é importante se atentar às circunstâncias em que a etnicidade foi percebida, isto é, em que situações ela se torna uma questão relevante<sup>292</sup>.

Entretanto, em nossa visão, não podemos definir exatamente o que seria a etnicidade, ou mesmo a identidade, para os romanos ou para os bárbaros, pois os autores dessa época não se debruçaram sobre a formulação desses conceitos em si. Além do mais, nas fontes de nossa pesquisa, não temos informações de como as populações bárbaras percebiam a si mesmas e se diferenciavam das outras, temos apenas a percepção dos autores romanos e de alguns aspectos que estes consideravam romanos ou não romanos.

Porém, mesmo que fôssemos considerar as características fornecidas pelos relatos romanos, ainda teríamos grandes dificuldades em diferenciar as diversas populações que habitavam a *Hispania*, pois nossa principal fonte, a crônica de Idácio de Chaves, não fornece qualquer descrição física dos bárbaros que se estabeleceram na região, nem sobre seu vestuário, objetos ou armamento. Ao recorrermos à arqueologia, encontramos os mesmos

---

<sup>290</sup> CARBÓ GARCIA, Juan Ramón. **Apropiaciones de la Antigüedad: de getas, godos, Reyes Católicos, yugos y flechas**. Madrid: Anejos de la Revista de Historiografía nº3, 2005, p. 24-27.

<sup>291</sup> HEDEAGER, Lotte. The Creation of Germanic Identity. A European Origin-Myth. **Mémoires du Musée de Préhistoire d'Ile-de-France**, nº5, 1993, p. 121-131.

<sup>292</sup> GEARY, Patrick J. Ethnic identity as a situational construct in the Early Middle Ages. In: CURTA, Florin (org). **Writing History: Identity, Conflict, and Memory in the Middle Ages**. **Bucuresti - Braila**: Editura Academiei române; Editura Istros, 2012, p.21-22.

problemas de diferenciação, pois até os famosos adereços bárbaros como fíbulas e broches eram também utilizados pela população romana, de modo que, segundo Pablo C. Díaz, se torna realmente muito difícil apontarmos algum artefato que seja culturalmente definidor<sup>293</sup>. Com isso, de acordo com Fernando López Sánchez, a arqueologia das últimas décadas falhou em identificar uma cultura material correlata à presença sueva na *Hispania*, exemplo disso são as poucas moedas suevas descobertas até hoje, número que contrasta com os milhares de exemplares godos de que a arqueologia dispõe<sup>294</sup>.

Portanto, a partir de nossas reflexões anteriores e dos elementos presentes nas fontes do período, nos utilizaremos dos vestígios que esses autores romanos utilizaram em seus textos para tentar identificar as diferentes construções identitárias da época, que serão baseadas em seu discurso de alteridade. A partir disso, se torna possível a categorização do que esses autores consideram como suas identidades e do que consideram como as do outro. Portanto, é a partir dessa percepção que aplicaremos a questão das identidades e que nosso trabalho será desenvolvido.

Levando em conta esse pensamento, percebemos que a criação de uma identidade coletiva está presente nas fontes desde a época clássica, tendo certamente um claro acento aristocrático, no qual a política, a cultura e a religião, as tradições e o passado comum desempenhavam o papel de amálgama dos grupos político-sociais, em um primeiro momento distintos e opostos, mas colocados, em termos hierárquicos, no patamar mais alto do universo político, econômico, social e cultural da *polis-ciuitas* clássica. Assim, parece mais correto afirmarmos a existência de identidades, no plural, que tentaram, mas nem sempre conseguiram, encontrar um determinador comum que as integrasse e as tornasse únicas<sup>295</sup>.

---

<sup>293</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 2015, p. 60-61.

<sup>294</sup> LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando. Suevic Coins and Suevic Kings (418-456): the visigothic connection. In: CURTA, Florin (Org.) **Neglected barbarians**. Turnhout: Brepols publishers, 2010, p. 505.

<sup>295</sup> FRIGHETTO, Renan. Identidade(s) e Fronteiras(s) na *Hispania* visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII) In: **FERNANDES, Fátima Regina (org.). Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013, p.94.

A constatação de várias identidades na esfera da vida política do período clássico nos remete, de imediato, à constituição e à formatação de autênticos grupos políticos dotados de características aristocráticas e nobiliárquicas, os *genoi* do mundo grego ou o seu paralelo latino, as *gentes*. Com efeito, estes grupos aristocrático-nobiliárquicos tinham como alicerce essencial de sua sustentação ideológica o vínculo com os antepassados míticos e divinos que lhes garantiriam a primazia política e social no conjunto da sociedade clássica e posteriormente da helenística e da tardo-antiga. Dessa forma, os grupos aristocráticos criavam uma identidade amparada pela *gens* portadora de um passado que seria em parte real, em parte construído, e que tinha como objetivo a supremacia de seu grupo político sobre os outros existentes entre aqueles que detinham os poderes decisivos, ou seja, os membros da aristocracia e da nobreza<sup>296</sup>.

Entretanto, com o passar dos séculos, os elementos que os autores utilizavam em sua narrativa como modelo identitário sofreram transformações e foram se adequando à realidade que o Mundo Romano apresentava. Um exemplo disso é a instituição da *humanitas*, que foi sendo ressignificada ao longo do tempo.

Esse conceito, em sua concepção clássica, está composto de todos os elementos internos e externos ao indivíduo que o tornam culto, educado, polido e civilizado. Essa concepção foi forjada devido à necessidade de acalmar a tensão que foi gerada por um século de confrontos militares, e por isso sua busca é entendida como a procura pela amizade, pela *philantropia*, pela sabedoria, pela misericórdia e pela piedade por parte dos *seniores* do Império Romano. Nessa perspectiva, Roma e seus governantes deveriam agir de forma equânime em todas as regiões sob as quais exerciam uma grande ação hegemônica. Desse modo, o centro político romano aparecia, na perspectiva teórica, ligado à ideia de humanidade e de civilização, estando dessa forma vinculado à noção de *paideia* do mundo greco-helenístico<sup>297</sup>.

---

<sup>296</sup> FRIGHETTO, Renan. Identidade(s) e Fronteiras(s) na *Hispania* visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII) In: FERNANDES, Fátima Regina (org.). **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013, p.94-95.

<sup>297</sup> FRIGHETTO, Renan. Da antiguidade clássica à idade média: a ideia da *Humanitas* na Antiguidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. V. 12, n.1. Buenos Aires. /dic. 2004, p. 6.



Porém, a partir do século IV, os pensadores romanos vinculam a idéia de *humanitas* à de uma coletividade civilizada. Sendo assim, os romanos aparecem como detentores da mesma, tendo como contraponto os inimigos externos, os bárbaros, que, por serem portadores da *ferocitas*, aproximavam-se da caracterização de selvagens. Por isso, as vitórias contra os bárbaros eram apresentadas de forma eloquente pelas fontes do século IV e destacavam a figura do *imperator* como defensor da *humanitatis* contra a ameaça proveniente das terras onde a barbárie e a *ferocitas* eram comuns<sup>298</sup>.

Contudo, durante o século V, alguns desses bárbaros passaram à condição de *foederati* no Império Romano, sendo alguns de seus líderes descritos como modelos virtuosos e corporais, comparáveis aos imperadores romanos, sendo incluídos enfim no âmbito de uma definição da *ciuilitas* clássica greco-romana.

Segundo Patrick Le Roux, as identidades romanas portadoras de diversidade cultural e humana se misturavam, em termos de civilização e barbárie, durante a Antiguidade Tardia. A ideia de que os povos tinham uma alma coletiva encarnada em um estado é incorreta. Com o desenvolvimento da cristandade monoteísta, as identidades religiosas obtêm uma força nova, portadora de conflitos, que atravessa todo o período<sup>299</sup>.

No entanto, apesar do emaranhamento dessas identidades, os bárbaros jamais apareceram nas fontes como detentores de uma *humanitas*, principalmente devido ao aspecto religioso. No século V, a *humanitas* é vinculada apenas aos que professavam a fé de Nicéia, sendo os que professavam a fé ariana considerados seguidores de um Deus falso. Com isso, mesmo possuindo os demais aspectos para serem portadores da *ciuilitas* greco-romana, os bárbaros permaneciam apartados da *humanitas*, sendo esse um grande aspecto de alteridade em relação aos romanos<sup>300</sup>.

---

<sup>298</sup> FRIGHETTO, Renan. Da antiguidade clássica à idade média: a ideia da Humanitas na Antiguidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. V. 12, n.1. Buenos Aires. /dic. 2004, p. 7.

<sup>299</sup> LE ROUX, Patrick. Identités civiques, identités provinciales dans l'empire romain. In CABALLOS RUNIFO, A.; LEFEBVRE (eds.) **Roma generadora de identidades. La experiencia hispana**. Madrid: Casa de Velázquez, 2011, p. 19.

<sup>300</sup> FRIGHETTO, Renan. Da antiguidade clássica à idade média: a ideia da Humanitas na Antiguidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. V. 12, n.1. Buenos Aires. /dic. 2004, p. 8.

Levando em consideração as questões levantadas por esse debate historiográfico, procuraremos evitar os paralelos entre a Antiguidade e a Modernidade levados a cabo por historiadores nacionalistas e buscaremos centrar nossa análise primeiramente na formação de uma monarquia romano-bárbara no século V e posteriormente em como ela contribuiu diretamente para a construção de uma identidade monárquica entre os suevos do século V. Nossa análise terá como base os elementos identitários fornecido pelos documentos do período, mas sempre tendo em mente que a nossa atual noção de identidade não é uma noção romana<sup>301</sup>, pois o registro de um conceito abstrato de identidade não foi uma preocupação desse povo.

## **2.2 A criação de uma monarquia romano-bárbara: o caso godo na Gália e suas repercussões na *Hispania* do século V**

No decorrer do século V, um dos grupos bárbaros que mais contribuiu para a construção de uma identidade romano-bárbara foi o dos godos. Sua relação com a Autoridade Imperial Romana sempre foi alternada por momentos de paz e de guerra desde sua passagem pelo rio Danúbio autorizada pelo imperador Valente no ano de 376<sup>302</sup>.

Durante esses anos de confrontos e negociações, seus líderes sempre buscaram dois principais objetivos: ter a autoridade sob seu povo reconhecida pelo governo imperial e obter a autorização para se estabelecerem oficialmente em uma província. Seus antigos líderes como Atanarico, Fritigerno e Alavivo não atingiram esses objetivos, não conseguindo nem mesmo serem reconhecidos como reis de seus grupos, sendo apresentados nas fontes

---

<sup>301</sup> LE ROUX, Patrick. Identités civiques, identités provinciales dans l'empire romain. In CABALLOS RUNIFO, A.; LEFEBVRE (eds.) **Roma generadora de identidades. La experiencia hispana**. Madrid: Casa de Velázquez, 2011, p. 7.

<sup>302</sup> Segundo Renan Frighetto, ao autorizar a passagem dos godos, a Autoridade Imperial Romana pretendia manter uma ação política sobre esses grupos bárbaros de uma maneira similar à imposta sobre outros grupos já assentados na condição de aliados (*dediticii*) e estabelecidos em áreas próximas aos limites territoriais romanos. Com esse objetivo, firmou um acordo que elencava certas obrigações devidas e alguns benefícios outorgados aos bárbaros aliados, dentre os quais se destacavam a participação em campanhas militares de defesa do território imperial romano e a distribuição de bens frumentários por parte dos funcionários romanos. O desrespeito deste último item, somado com a corrupção dos funcionários imperiais e o consequente descumprimento do estabelecido, incitou a rebelião dos grupos bárbaros que estavam estabelecidos na Trácia. FRIGHETTO, Renan. **Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-bárbaras Numa Época de Transformações**. Curitiba: Juruá, 2012, p. 124 -125.

apenas como *iudices* ou *duces*<sup>303304</sup>. Após anos de conflitos, Alarico foi proclamado o novo líder dos godos, sendo reconhecido posteriormente como rei de seu grupo, além de ter recebido também diversos títulos militares romanos.

Segundo Hervig Wolfram, a questão da nomeação real de Alarico suscitou algumas discussões na historiografia. De acordo com o autor, alguns historiadores consideram que os ancestrais dos godos não conheciam a monarquia e supõe que a nova instituição teria chegado repentinamente aos godos em algum momento de suas migrações. Porém, em sua visão, o não estabelecimento de uma monarquia anteriormente se deve principalmente a atuação do antigo imperador Teodósio, que conseguiu submeter os antigos tervíngios que atravessaram o Danúbio sob sua autoridade<sup>305</sup>.

Contudo, segundo o autor, essa situação mudou a partir da morte do imperador em 395 e da elevação à dignidade imperial de seus filhos que ainda eram crianças. Através desse vácuo no poder e da insegurança de seu povo que estava preocupado com seus suprimentos, alimentação e o cumprimento dos antigos acordos, se abriu espaço para a nomeação de um novo líder entre os godos<sup>306</sup>.

Segundo Eugen Ewig, as monarquias bárbaras começaram a se formar a partir da necessidade de suas campanhas militares, o que colocava o caráter militar de seu líder em destaque. Essas expansões necessitavam de um alto grau de coordenação central e com isso se impunha como necessária a centralização política de um grupo bárbaro em um único personagem<sup>307</sup>. Com essa combinação de fatores, Alarico tinha o momento perfeito para se colocar em disputa pela liderança dos godos.

De acordo com Renée Mussot Goulard, Alarico teria sido elevado à realeza por seu próprio povo, que o teria escolhido como líder em uma assembleia, as reiks, como indicava a tradição goda. Os critérios de escolha

---

<sup>303</sup> Ammiannus Marcellinus, *Res gestae*, XXXI, 13.

<sup>304</sup> VIGIL, Marcelo. BARBERO, Abílio. Sucesión al trono y evolución social en el reino visigodo. *Revista Hispania Antiqua*, Vol IV, 1974, p.380.

<sup>305</sup> WOLFRAM, Hervig. *Histoire des Goths*. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.157.

<sup>306</sup> WOLFRAM, Hervig. *Histoire des Goths*. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.159

<sup>307</sup> EWIG, Eugen. La Monocratie dans l'Europe Occidentale du Ve au Xe siècle. In: *La Monocratie*. Recueils de la Société Jean Bodin. Bruxelles: Librairie Encyclopédique, 1969. v. 21, p. 60.

variavam de acordo com a situação, mas o novo líder teria que possuir os atributos que fazem jus à liderança de um povo bélico como os godos, e, como tal, deve ser um guerreiro, um juiz e um representante dos godos diante dos outros povos e outros poderes e, por isso, sua linhagem, suas tradições e sua cristianização no dogma ariano devem ser necessariamente godas<sup>308</sup>.

Wolfram afirma que apesar de ter sido considerado um *tyrannus geticus* após sua proclamação, Alarico acaba obtendo o reconhecimento de sua reivindicação de exercer uma autoridade civil e militar sobre seus godos. Tal reivindicação, baseada em um mandato tribal, não era concedida desde Constantino I, mas quem a obtinha era considerado um *rex gentium*. Ainda segundo o autor, um fator que ajudou a eleição de Alarico foi o sentimento entre os godos da necessidade de existir uma autoridade centralizada comandando o seu povo. As duas décadas anteriores haviam demonstrado o quanto se fazia necessária uma liderança monárquica, pois uma derrota ou mesmo uma grande vitória, poderia ocasionar a dispersão do grupo, algo que não ocorreria se eles tivessem um líder com um mandato tribal ilimitado. Com esse cargo, o líder poderia declarar que a dispersão de seus comandados poderia ser caracterizada como um ato de deserção criminosa e que, por isso, poderia ser aplicada uma punição segundo as tradições godas<sup>309</sup>.

Com seu reconhecimento como rei dos godos, Alarico conseguiu diminuir as fragmentações pelas quais seu povo passava e ao final teve êxito em construir uma identidade monárquica em volta de seu jovem clã tribal, o dos baltos<sup>310</sup>.

Porém, apesar de ter conseguido seu reconhecimento com *rex*, tanto pelo governo imperial como por seus godos, Alarico nunca teve atendida sua principal reivindicação, que era a de ter legitimada sua autoridade régia sobre um espaço territorial definido. Com isso, seu título de rei era somente sobre um exército godo que vagava pelo território romano e não sobre uma *patria gothorum*<sup>311</sup>.

---

<sup>308</sup> GOULARD, Renée Mussot. **Les Goths**. Biarritz: Atlantica, 1999, p. 63.

<sup>309</sup> WOLFRAM, Hervig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.159

<sup>310</sup> WOLFRAM, Hervig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.159 - 160.

<sup>311</sup> WOLFRAM, Hervig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.186.

Alarico passou boa parte de sua vida em busca desse objetivo, sempre tentando negociar com os representantes do poder imperial a concessão de algumas terras para seu domínio. Porém, depois de uma larga campanha na Itália onde havia ganhado várias batalhas, sitiado diversas cidades e proclamado seu próprio usurpador em Roma, acaba desistindo das negociações no ano de 410, ao perceber que o governo imperial jamais cederia a sua exigência. Como consequência disso, ordena que suas tropas saqueiem a cidade de Roma durante três dias, deixando, porém, como orientação, que os templos cristãos fossem preservados.

Apesar de ter poupado as igrejas, um ato que lhe conferiria depois certa admiração de Orósio, que o definiria como um bárbaro cristão muito mais romano que os outros<sup>312</sup>, o efeito simbólico<sup>313</sup> de seu saque foi enorme e Alarico sabia que nesse momento, mais do que nunca, jamais conseguiria um território onde pudesse assentar sua população oficialmente.

Segundo Kulikowski, apesar dos godos estarem saciados pelos dias de saque e estarem envoltos em fabulosos montes de riquezas, seus membros não estavam melhor que antes, pois as regiões em torno da cidade estavam devastadas e logo faltariam alimentos novamente. Além disso, de nada adianta ostentar toda a riqueza pilhada da cidade se não havia onde gastá-la e também nenhum local para exibi-la<sup>314</sup>.

Estando consciente de sua situação, Alarico se dirigiu com suas tropas para o sul da Península Itálica, onde tinha planos de atravessar o Mediterrâneo e se estabelecer na *Diocesis* da África. Como não havia conseguido que Roma designasse um local para seu assentamento, decidiu buscá-lo à força em uma das regiões mais importantes para Roma, a África Proconsular, que era a responsável em grande parte do seu abastecimento de grãos. Contudo, após uma tentativa fracassada de se lançar ao mar, morre inesperadamente, abrindo espaço para sua sucessão e para a retomada de negociações.

---

<sup>312</sup> POHL, Walter. **Le origini etniche dell'Europa: barbari e Romani tra antichità e medioevo**. Roma: Viella, 2001, p. 46.

<sup>313</sup> POHL, Walter. **Le origini etniche dell'Europa: barbari e Romani tra antichità e medioevo**. Roma: Viella, 2001, p. 45.

<sup>314</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Guerras Góticas de Roma**. São Paulo: Madras, 2008, p.209.

Com sua morte, as aristocracias godas estavam diante de um problema, pois teriam que eleger um novo líder para guiar suas ações a partir daquele momento. Os godos, assim como diversos outros grupos bárbaros, não tinham como tradição a sucessão de poder hereditária e, a cada sucessão, poderiam ser alçados ao poder membros de diferentes clãs<sup>315</sup>, mesmo que houvesse descendentes ou parentes diretos do líder anterior. Suas decisões eram tomadas em assembleias, onde o líder aristocrático de cada clã se manifestava e guiava as decisões a serem tomadas<sup>316</sup>.

Porém, dada a nova realidade em que se encontravam, esses grupos dirigentes godos decidiram que nesse momento se fazia necessário o fortalecimento da nascente instituição régia entre seu povo.

Segundo Dionísio Perez Sanchez, o período compreendido entre os anos de 378 e 418 marcou a destruição total da velha organização social goda e a ascensão de uma nova organização, onde as aristocracias godas criariam um sistema de governo capaz de controlar de forma ampla o resto de sua sociedade, e que evitaria as antigas, esporádicas e descentralizadas associações tribais que ocorriam somente em momento de conflitos e que haviam sido responsáveis por diversas derrotas militares no passado, como a sofrida por Atanarico perante os hunos<sup>317</sup>.

As décadas que se passaram também foram decisivas em relação à transformação de seus costumes. Aos poucos, suas aristocracias perceberam que a melhor forma de negociar com o governo de Ravena seria a aproximação de sua identidade com a identidade imperial romana, através principalmente da assimilação de suas instituições.

Uma dessas assimilações aparentes é a constante insistência dos líderes godos de ocuparem cargos militares romanos. Essa intenção ocorria principalmente por dois motivos, o primeiro era o de garantir sua inserção na própria sociedade romana e o segundo, o incremento de sua autoridade

---

<sup>315</sup> Tacitus, *Germania*, 7

<sup>316</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. Las invasiones y la época visigoda: reinos y condados cristianos. In: SAYAS ABENGOCHEA, Juan José; GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Romanismo y Germanismo: el despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)**. Barcelona: Editorial Labor, 1981, p.246.

<sup>317</sup> PÉREZ SANCHÉZ, Dionísio. El ejército y el pueblo visigodo desde su instalación en el imperio hasta el reino visigodo de tolosa. **Studia Historica. Historia Antigua**, nº2, 1984, p.250

perante suas *gentes*. Com base nisso, podemos entender o grande interesse de Alarico nos títulos militares romanos, especialmente no de *magister militum*, que havia buscado tanto na parte oriental do Império como em sua parte ocidental<sup>318</sup>.

No entanto, somente a conquista de títulos romanos não era suficiente para a legitimação de seu poder e o fortalecimento de sua nascente instituição régia, era necessário também estabelecer critérios para a sucessão dos líderes que estavam no poder. Essa questão começa a ganhar corpo com a eleição do novo rei godo Ataúlfo, que era cunhado do antigo rei Alarico e membro do mesmo clã godo, o dos baltos.

Essa sucessão régia teria sido embasada pelo modelo romano de sucessão imperial, chamado de *consortio imperium*, que havia sido colocado em prática pelo antigo imperador Teodósio em relação a seus filhos Arcádio e Honório. A instituição pode ter sido assimilada pelos godos, e transformada em uma espécie de *consortio regnum*, no intuito de facilitar o reconhecimento da autoridade do novo rei perante o governo imperial<sup>319</sup>.

Com isso, a antiga eleição de chefes militares por assembleia popular havia se convertido em uma eleição feita por representantes dos clãs aristocráticos dentro de um clã régio. Dessa forma, se tornava possível a passagem de poder de pai para filho, mesmo que nos costumes godos não houvesse nenhum princípio institucional que autorizasse isso<sup>320</sup>.

Segundo Garcia Moreno, a união cada vez maior entre os grupos godos em torno de Alarico havia diminuído a influência de outros grupos aristocráticos, o que levaria o clã dos baltos a ter exclusiva representação da *gens* dos godos. Para o autor, a posterior eleição de Ataúlfo mostrava o tamanho da força que o grupo balto havia adquirido nesse momento<sup>321</sup>.

---

<sup>318</sup> PÉREZ SANCHÉZ, Dionísio. **El ejército en la Sociedad Visigoda**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 1989, p. 46-47.

<sup>319</sup> FRIGHETTO, R. Monarquia e poder régio nos primórdios do século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana. In: WIDOW, J. L.; PEZOA, A.; MARÍN, J. (Org.). **Un magisterio vital: historia, educación y cultura. Homenaje a Héctor Herrera Cajas**. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2007, p. 248.

<sup>320</sup> VIGIL, Marcelo. BARBERO, Abílio. Sucesión al trono y evolución social en el reino visigodo. **Revista Hispania Antiqua**, Vol IV, 1974, p.380

<sup>321</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.33-35.

Ataúlfo já havia servido no exército romano com o título de *comes domesticorum equitum*<sup>322</sup> e havia sido chamado da Panonia com suas tropas por Alarico em 409 para que o ajudasse em sua campanha na Itália<sup>323</sup>.

De acordo com Wolfram, apesar de Ataúlfo ter recebido esse título no mesmo período que Alarico havia recebido o de *magister militum*, o cargo era forte o suficiente para lhe dar certa independência em seu modo de agir. Segundo o autor, foi justamente essa autonomia, somada com sua posição de cunhado e parente consanguíneo de Alarico que fortaleceram sua reivindicação à liderança dos godos. Fora essas atribuições, Ataúlfo já havia se mostrado preparado para reinar. A autoridade que exerceu na Panonia havia sido tão grande, que após sua partida ele obteve o título militar romano que lhe permitia acesso ao comando supremo das tropas e um homem que detinha tal poder era praticamente um rei<sup>324</sup>.

Após sua eleição, Ataúlfo desiste da travessia para a África e decide permanecer na Península Itálica, onde buscava novamente tentar realizar negociações com o governo imperial a fim de conseguir terras ou mesmo provisões para suas *gentes*<sup>325</sup>.

Com a morte de Constantino III, relatada no capítulo anterior, e a usurpação de Jovino na Gália, Ataúlfo encontra uma oportunidade para negociar novamente com os romanos. Aproveitando o foco do governo imperial nas usurpações, resolve sair da Itália e se estabelecer na *Diocesis* da Gália, onde pretendia oferecer reforços ao novo usurpador. Porém, com a atitude de Jovino em nomear como César seu irmão Sebastião e recusar um indicado do rei godo, Ataúlfo se volta ao governo de Ravena e se coloca à disposição de Honório para atacar o usurpador em troca de provisões para sua população<sup>326</sup>.

O acordo é feito e as tropas do rei godo derrotam o usurpador Jovino e seu César Sebastião, que são presos e enviados à corte de Ravena, onde são

---

<sup>322</sup> Chefe de uma unidade de elite da cavalaria que ficava estacionada dentro do palácio imperial.

<sup>323</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 11; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 8; Hydatius, *Chronica*, XV, 37; Zosimus, *Historia Nova*, V, 31, 1.

<sup>324</sup> WOLFRAM, Hervig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.180.

<sup>325</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 72-73.

<sup>326</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.73.



executados em 412<sup>327</sup>. Como recompensa, Ataúlfo e suas *gentes* são recebidas como *hospites*<sup>328</sup> do Império na cidade de Burdigala, com a promessa de receber em breve rações de trigo para se manterem<sup>329</sup>.

Porém, os víveres prometidos não foram enviados, em parte devido à revolta de Heracliano na *Diocesis* da África, que suspendeu o traslado da *annona*<sup>330</sup> à Itália e também devido à insistência do imperador para que os godos devolvessem Gala Placídia<sup>331</sup>, irmã do imperador Honório que havia sido raptada no saque de 410<sup>332</sup>.

Como as provisões não foram enviadas, o *foedus* de 413 acabou fracassando, devido também à desconfiança do cada vez mais poderoso *magister militum* Constâncio.

A resposta goda à quebra do acordo não tardou, e Ataúlfo ordenou ataques aos campos e cidades do sul da Gália. Arbonne e Toulouse foram saqueadas, mas Marselha resistiu aos ataques. Nesse último ataque, Ataúlfo ficou ferido de tal maneira que foi obrigado a colocar um fim nas operações de pilhagens<sup>333</sup>.

Sem muitas opções, o rei godo muda de estratégia e resolve elevar à púrpura imperial o antigo usurpador Prisco Átalo<sup>334</sup>, que já havia sido usado por Alarico durante suas negociações na *Diocesis* da Itália, além de casar-se<sup>335</sup> em uma cerimônia romana com a irmã do imperador Honório<sup>336</sup>.

---

<sup>327</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 18,20.

<sup>328</sup> Instituição romana que era encarregada de regular as relações entre uma comunidade e os estrangeiros que chegavam a ela. A instituição desse sistema estava baseada principalmente na *fides* e na *amicitia* entre as duas partes. SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 145.

<sup>329</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 22.

<sup>330</sup> Conjunto de meios de abastecimento providos pela autoridade romana, iniciado com a finalidade de evitar problemas de subsistência na população de Roma. Na Antiguidade tardia, era utilizada também como pagamento para as legiões romanas. ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana**. Madrid: Ediciones Akal, 2006, p.77-78.

<sup>331</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 22.

<sup>332</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.74.

<sup>333</sup> WOLFRAM, Hervig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.176.

<sup>334</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII, 42, 7-9;

<sup>335</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII, 43,3; Olympiodorus, **Fragmentos**, 24; Hydatius, **Chronica**, XVIII, 49

<sup>336</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.36.

Dessa forma, Ataúlfo buscava aproximar mais uma vez a identidade dos godos com a identidade imperial romana, ao mesmo tempo em que legitimava seu poder ao tornar-se um membro da família imperial através do casamento, além de ter um imperador romano que pudesse controlar.

Segundo Ana Maria Jiménez Garnica, Gala Placídia havia recebido ao nascer, de seu pai Teodósio, o título de *nobilissima*, o que conferia a ela a mesma dignidade de seu meio irmão, o imperador Honório, sem contar que sua mãe era irmã do antigo imperador Valentiniano II, o que ligava sua figura aos Valentinianos<sup>337</sup>.

Esse aspecto, somado ao fato de que Honório não podia ter filhos, transformava nesse momento Gala Placídia na chave para a sucessão imperial no Ocidente, pois a princesa poderia ter um papel de transmissora da herança dinástica de Teodósio e qualquer um de seus filhos poderia aspirar ao trono em Ravena, algo que o rei godo sabia perfeitamente. Pelo mesmo motivo o *magister militum* Constâncio insistia tanto em sua volta, já que tinha também a intenção de casar-se com ela e ser o pai do futuro imperador do Ocidente<sup>338</sup>.

Para Arce, a aliança entre Ataúlfo e Átalo na Gália emulava a que havia sido feita por Gerônimo e Máximo na *Hispania*, pois se o rei godo tivesse proclamado a si mesmo como imperador teria enfrentado uma grande resistência da sociedade galo-romana. Como somente a usurpação não teve o efeito desejado, o rei godo resolveu casar-se com Placídia para pressionar ainda mais Honório<sup>339</sup>.

O relato de Olimpiodoro mostra a grande quantidade de luxo com que a cerimônia ocorreu, tendo a presença do usurpador Prisco Átalo e de figuras ilustres da sociedade galo-romana<sup>340</sup>.

Segundo Rosa Sanz, a cerimônia foi presidida pelo bispo ariano de Narbona, Sigerario, e realizada na casa de um dos homens mais poderosos da cidade, com a participação de romanos e godos e a presença de Átalo, que

---

<sup>337</sup> JIMÉNEZ GARNICA, Ana Maria. **Nuevas gentes, nuevo imperio: los godos y el Occidente en el siglo V**. Madrid: Uned, 2010, p.67.

<sup>338</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 133-135.

<sup>339</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.75.

<sup>340</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 24

desde a sua condição de imperador validaria o casamento entre um godo e uma romana. Devemos recordar que havia uma lei<sup>341</sup> da época de Valentiniano que proibia os casamentos mistos, o que nos leva a concordar com Rosa Sanz que Átalo tivesse concedido a cidadania romana para Ataúlfo<sup>342</sup>.

Com seu matrimônio, realizado em 414, Ataúlfo havia entrado na esfera romana e estava plena e voluntariamente integrado, tendo o apoio completo da aristocracia galo-romana rica, poderosa, culta e proprietária de terras. O cenário das bodas havia sido completamente romano, já que além dos cantos nupciais, as vestimentas régias de Placídia e as militares de alta patente de Ataúlfo não deixavam dúvida quanto a sua integração<sup>343</sup>.

Segundo Frighetto, era de se esperar que Gala Placídia, sendo filha de Teodósio e irmã de Honório, acabasse envolvida nesse processo de legitimação do poder monárquico entre os godos, pois ela seria o elo fundamental entre a família teodosiana e a tentativa de estabelecimento de uma sucessão hereditária entre os godos, baseada no modelo proposto por Teodósio, que tinha sido responsável pela aliança entre godos e romanos desde o *foedus* de 382<sup>344</sup>.

O casamento, porém, irritou o imperador Honório e muito mais a Constâncio, que ainda tinha planos de se casar com Placídia. O *magister militum*, que fora elevado ao consulado<sup>345</sup>, ordena o bloqueio dos portos da Gália, não permitindo que os godos recebessem provisões e nem fizessem trocas comerciais<sup>346</sup>.

Estando em situação difícil, Ataúlfo se viu obrigado a deixar a Gália e se estabelecer em outra região. Em 415, conduz suas *gentes* para a *Diocesis hispana* e se estabelece na cidade de Barcino, na *Tarraconense*, única

---

<sup>341</sup> *Codex Theodosianus*, III, 10,1 e 14,1.

<sup>342</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 134-135.

<sup>343</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.76.

<sup>344</sup> FRIGHETTO, R. Monarquia e poder régio nos primórdios do século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana. In: WIDOW, J. L.; PEZOA, A.; MARÍN, J. (Org.). **Un magisterio vital: historia, educación y cultura. Homenaje a Héctor Herrera Cajas**. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2007, p. 249.

<sup>345</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 23

<sup>346</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos.**, VII; 43

província territorial contínua da *Hispania* que não estava ocupada pelos bárbaros que ingressaram em 409.

É bem provável que o rei godo pensasse em tentar fazer a travessia para a *Diocesis* da África, antigo sonho frustrado de Alarico, mas também é possível que tentasse se fixar na região com base em uma promessa antiga de Honório<sup>347</sup>. O fato de não ter escolhido se fixar na capital *Tarraco*, mas na segunda cidade costeira mais importante, se devia ao fato da primeira ter um controle maior do poder imperial, o que poderia dificultar sua ocupação.

A ocupação da cidade foi pacífica, o que sugere que seus habitantes abriram os portões para a população goda e permitiram sua residência, não há no período registro de violência dos godos contra a população romana e nem contra as demais populações bárbaras que ocupavam a *Diocesis* hispânica<sup>348</sup>.

Em sua nova residência, Ataúlfo vê seus planos começarem a dar frutos quando sua esposa Gala Placídia dá a luz a um menino que recebe propositalmente o nome de Teodósio<sup>349</sup>. Com isso, o interesse de Ataúlfo para a causa romana cresceu ainda mais, como mostram Olimpiodoro e Orósio em seus relatos. Porém, esse nascimento encontrou forte oposição do governo de Ravena e cessou qualquer possibilidade e acordo com os godos.

O governo imperial intensificou o bloqueio aos portos da *Tarraconense*, dificultando ainda mais a vida dos godos. Para piorar a sorte do rei godo, seu filho com Placídia acaba morrendo prematuramente, sendo enterrado em uma triste cerimônia em Barcino<sup>350</sup>.

Com tantos revezes, Ataúlfo começa a enfrentar a oposição de membros descontentes de sua aristocracia, até que um dia é assassinado em uma visita a seus estábulos por um membro de seu próprio exército<sup>351</sup>.

Em seu texto, Orósio aparece como um grande entusiasta da romanização de Ataúlfo, afirmando que apesar de ele ter no passado cogitado destruir o Império e transformar a *Romania* em *Gotia*, havia mudado de ideia e

---

<sup>347</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 136.

<sup>348</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.168.

<sup>349</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 26.

<sup>350</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 26.

<sup>351</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII; 43; Olympiodorus, **Fragmentos**, 26; Hydatius, **Chronica**, XXII, 52

antes de sua morte trabalhava pela recuperação total e o engrandecimento do Império com a força dos godos, e que queria passar para a posterioridade como o autor da restauração de Roma. Segundo seu texto, essa transformação teria ocorrido devido principalmente aos conselhos e ações de Gala Placídia, mas por causa de sua insistência em não promover guerras e buscar a paz, teria sido traiçoeiramente assassinado por seus soldados.

Segundo Frank Rises, Orósio sacraliza a narrativa desse acontecimento, tratando Narbona como um local sagrado onde a *romanitas* e *barbaritas* se encontraram e se fundiram através do casamento do rei godo com a princesa romana. A partir disso, há uma associação com a História da cidade de Belém, em referência ao nascimento de Cristo, que daria origem a uma nova dinastia real. Com isso, o presbítero anunciaria um novo tempo cristão que daria início a uma era de felicidade, com Ataúlfo abandonando seu antigo plano de destruir o Império, entrando para a família real e passando a defendê-lo até o fim<sup>352</sup>.

Em nossa leitura, através de seu relato, Orósio se torna um construtor da romanidade de Ataúlfo e cria uma narrativa onde o rei godo aparecia como um líder destinado a trazer a paz ao Império, alguém que rejeitaria seu passado bárbaro e sua ânsia por destruição e buscaria sua redenção auxiliando o Império, e principalmente a *Hispania*, a sanar os difíceis problemas militares que a acometiam. Essa sua transformação seria resultado direto da influência de Gala Placídia, que por ser um membro da família imperial e, principalmente professar como religião o cristianismo niceno, seria a pessoa mais indicada por Deus para guiar o rei godo em seu destino.

Seguindo essa mesma linha, Suzzane Teillet afirma que Orósio é o primeiro autor a "esquecer" a origem bárbara dos godos, deixando de considerá-los como bárbaros que faziam parte de outros grupos bárbaros e passando a considerá-los como aliados de Roma, e por assim dizer iguais aos romanos<sup>353</sup>.

Para Zecchini, a temperança de Orósio com os bárbaros também é alimentada pelo otimismo inerente a sua concepção de História, onde o Império

---

<sup>352</sup> RISES, Frank. **Narbonne and its Territory in Late Antiquity: From the Visigoths to the Arabs**. London: Ashgate, 2013, p. 51-52.

<sup>353</sup> TEILLET, Suzzane - **Des Goths à la Nation Gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du Ve au VIIe siècle**, Paris: Les Beles Lettres, 1982, p. 143.

Romano é destinado por Deus até o final dos tempos, o que significa que de uma forma ou outra ele conseguirá conter as ameaças que o circundam<sup>354</sup>.

Seu relato contrasta com o de Idácio, que apesar de considerar os godos um importante efetivo militar na luta contra os demais grupos bárbaros, ainda os considerava indignos e, principalmente, pouco confiáveis para que pudessem se unir aos romanos. Steven Muhlberger afirma que o histórico de traições dos godos com o Império, que vinha desde Teodósio, é um bom exemplo dessa visão de Idácio dos godos como aliados extremamente perigosos<sup>355</sup>.

Por esses motivos, o bispo faz questão de afirmar em seu texto que a união entre o rei godo e a princesa imperial jamais dará frutos, fazendo um paralelo com a situação das alianças entre godos e romanos e buscando uma passagem apocalíptica para justificar seu ponto de vista.

De acordo com Rises, no texto de Idácio, a união do norte, representado pelos bárbaros, e o Sul, representado pelos romanos, carregaria referências às profecias dos quatro reinos do livro de Daniel, e com isso o autor conferia um caráter apocalíptico a sua leitura do casamento realizado em Narbona, que seria mais um indício de sua expectativa de que o final do mundo estava próximo e de que aqueles seriam os últimos tempos da humanidade.<sup>356</sup>

A frente do povo godo se encontrava Ataúlfo[...]. Este, como muitas vezes se ouviu e como se provou com a morte que teve, preferiu, como afanoso buscador da paz que era, lutar fielmente em favor do imperador Honorio e gastar as forças godas em defesa de Roma. Eu mesmo, de fato, ouvi com um homem em Narbona, que militou com glória sobre Teodósio, homem por demais religioso, prudente e mensurado, contava o bem-aventurado presbítero Jerônimo em Belém, cidade da Palestina, que ele havia sido em Narbona muito amigo de Ataúlfo e que deste havia ouvido algo que ele costumava repetir ante testemunhas, quando se encontrava animado, com forças e de bom humor: que ele em primeiro momento havia desejado ardentemente que todo o Império Romano, apagado inclusive do nome romano, fosse na verdade e de nome só dos

---

<sup>354</sup> ZECCHINI, G. Jerome, Orosius and the Western chronicles. In: MARASCO, Gabriele (Org.). **Greek and Roman Historiography in Late Antiquity: Fourth to Sixth century A.D.** Leiden, Boston: Brill, 2003, p. 328.

<sup>355</sup> MUHLBERGER, Steven. **The fifth-century chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452.** Leeds: Francis Cairns, 1990, p. 228.

<sup>356</sup> RISES, Frank. **Narbonne and its Territory in Late Antiquity: From the Visigoths to the Arabs.** London: Ashgate, 2013, p. 53-54.

godos, e que, por falar em língua corrente, o que antes foi Romania agora fosse Gotia, e que o que antes foi César Augusto, fosse agora Ataúlfo, mas que, quando a experiência provou que nem os godos, à causa desenfreada de sua barbárie, podiam em absoluto ser submetidos a leis, nem covinha abolir as leis de *Estado*, sem as quais um *Estado* não é *Estado*, preferiu buscar sua glória mediante a recuperação total e o engrandecimento do Império Romano com a força dos godos e ser considerado pela posteridade como o autor da restauração de Roma, depois de não poder ser seu substituto. Por ele procurava não a guerra, por ele procurava ardentemente a paz, sendo influído em todas suas ações de bom governo pelos conselhos e razões sobretudo de sua esposa Placídia, mulher certamente de agudo engenho e suficientemente honrada graças a seu espírito religioso. E enquanto insistia com ânsia em pedir e oferecer essa paz, foi traiçoeiramente assassinado, segundo dizem por seus próprios soldados em *Barcino*, cidade da *Hispania* (Orosius, *Historia Adversus Paganos*, VII; 43)<sup>357</sup>

Ataúlfo se casa em Narbona com Placídia. Por essa ação se cumpre a profecia de Daniel que disse que a filha do rei do Austro<sup>358</sup> teria de casar com o rei de Aquilão<sup>359</sup> e que não sobreviveria nenhuma semente dessa união (Hydatius, *Chronica*, XVIII, 49)<sup>360</sup>

Com base nas versões dos dois autores, temos esses acontecimentos relatados de uma forma intrinsecamente ligada à religião cristã, com Orósio destacando que essa associação seria um novo tempo de felicidade, que

---

<sup>357</sup> *Gothorum tunc populis Athaulfus rex praeerat [...] is, ut saepe auditum atque ultimo exitu eius probatum est, satis studiose sectator pacis militare fideliter Honorio imperatori ac pro defendenda Romana republica inpendere vires Gothorum praeoptavit. nam ego quoque ipse uirum quendam Narbonensem inlustis sub Theodosio militiae, etiam religiosum prudentemque et grauem, apud Bethleem oppidum Palaestinae beatissimo Hieronymo presbytero referentem audiui, se familiarissimum Athaulfo apud Narbonam fuisse ac de eo saepe sub testificatione didicisse, quod ille, cum esset animo uiribus ingenioque nimis, referre solitus esset: se inprimis ardentem inhiasse, ut oblitterato Romano nomine Romanum omne solum Gothorum imperium et faceret et uocaret essetque, ut uulgariter loquar, Gothia quod Romania fuisset et fieret nunc Athaulfus quod quondam Caesar Augustus, at ubi multa experientia probauisset neque Gothos ullo modo parere legibus posse propter effrenatam barbariem neque reipublicae interdici leges oportere, sine quibus respublica non est respublica, elegisse saltim, ut gloriam sibi de restituendo in integrum augendoque Romano nomine Gothorum uiribus quaereret habereturque apud posteros Romanae restitutionis auctor, postquam esse non potuerat immutator. ob hoc abstinere a bello, ob hoc inhiare paci nitebatur, praecipue Placidiae uxoris suae, feminae sane ingenio acerrimae et religione satis probae, ad omnia bonarum ordinationum opera persuasum et consilio temperatum. cumque eidem paci petendae atque offerendae studiosissime insisteret, apud Barcinonam Hispaniae urbem dolo suorum, ut fertur, occisus est.*

<sup>358</sup> Vento sul

<sup>359</sup> Vento norte

<sup>360</sup> *Athaulfus apud Narbonam Placidiam duxit uxorem; in quo profetia Danihelis putatur inpleta, ut ait, filiam regis austri sociandam regi aquilonis, nullo tamen eius ex ea semine subsistente.*

poderia ser comparável com o nascimento de Cristo, e com Idácio fazendo referências ao Apocalipse de Daniel, frisando o quanto isso representava negativamente para os romanos.

Essas duas diferentes visões dos acontecimentos estão ligadas às novas percepções que a historiografia cristã trouxe aos povos bárbaros. Segundo Michael Maas, no meio cristão, os bárbaros poderiam ser vistos como participantes de uma nova História providencial que conjecturava uma eventual salvação da humanidade. Com isso, sua conversão para o cristianismo era entendida não apenas como desejável para os diferentes povos, mas também como algo necessário para se completar um plano divino em que a paz romana permitiu a difusão do cristianismo para o mundo todo. A tradição apocalíptica também encontrou um terreno fértil nesses acontecimentos, pois tornaram os bárbaros e outros povos como protagonistas do final dos tempos<sup>361</sup>.

Com base nesses relatos e passando para uma vertente mais política, Frighetto afirma que, com essa associação, Ataúlfo almejava dar continuidade ao chamado "sonho" de construção de um *regnum* dos godos em solo imperial, já pensado desde Alarico, e que deveria contemplar a aproximação e a integração dos visigodos ao Império Romano tanto do ponto de vista político, como do cultural. Com isso, além da união com Gala Placídia, ato com grande repercussão política, Ataúlfo surgiria como defensor do Império - sendo apresentado como *romanus* e não como *barbarus* - e de todas as suas tradições<sup>362</sup>.

Segundo Patrick Geary, durante o século V os bárbaros viram o Império Romano como o lar do grande rei, como fonte de riqueza inesgotável e, muitas vezes, como um aliado poderoso, mas traiçoeiro. Ainda assim, este império era considerado essencial para os bárbaros, pois era estranho aos romanos. O

---

<sup>361</sup> MAAS, Michael. Barbarians: problems and approaches. In: JOHNSON, Scott Fitzgerald (Org.). **The Oxford handbook of Late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012, p.68.

<sup>362</sup> FRIGHETTO, R. Monarquia e poder régio nos primórdios do século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana. In: WIDOW, J. L.; PEZOA, A.; MARÍN, J. (Org.). **Un magisterio vital: historia, educación y cultura. Homenaje a Héctor Herrera Cajas**. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2007, p. 249.



governante godo Ataúlfo teria pensado em substituir o Império pelo seu próprio, mas abandonou a ideia como uma quimera<sup>363</sup>.

Almejando a aproximação com os romanos como o caminho mais certo a seguir em busca da construção de um *regnum godo*, Ataúlfo pede, em seu leito de morte, segundo o relato de Olimpiodoro<sup>364</sup>, para que seu irmão continue uma política de amizade com o Império Romano e que após sua morte, devolva Placídia a Ravena.

Para Arce, os desejos de Ataúlfo mostram que o rei godo estava convencido de que a única solução para se chegar a um acordo com Ravena era a devolução de Placídia e que esperava que seu irmão assumisse seu lugar<sup>365</sup>.

Porém, isso não ocorreu. Seu assassinato foi aproveitado pelos grupos nobiliárquicos godos contrários ao poder que haviam obtido os baltos. Eles atacaram a política de conciliação com o governo imperial realizada pelos dois reis anteriores e conseguiram eleger Sigerico<sup>366</sup> ao posto real, membro de um poderoso clã rival, o dos Rosomones.<sup>367</sup> Sigerico era irmão do líder godo Saro, um grande rival de Alarico, que já havia sido utilizado pelo governo de Ravena em ataques contra o antigo rei godo e contra o usurpador Constantino III.

Ao assumir a liderança goda, o novo rei tratou de eliminar todos os possíveis rivais que contestariam sua posição, entre eles os irmãos de Ataúlfo, sua primeira esposa e os filhos de seu primeiro casamento. Além disso, para ofender a memória do antigo rei obrigou Placídia a caminhar diante de seu cavalo junto com os demais prisioneiros de sua ação pelo espaço de doze milhas fora da cidade<sup>368</sup>.

O ato possivelmente era uma emulação do *triumphus* romano, em que o imperador vencedor realizava a procissão pela cidade, precedido pelos reis vencidos e com os prisioneiros feitos na batalha. O novo rei imitava assim uma

---

<sup>363</sup> GEARY, P. J. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, PETER; GRABAR, O. (Ed.). **Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World**. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.110.

<sup>364</sup> Olimpiodorus, **Fragmentos**, 26.

<sup>365</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.83-84.

<sup>366</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII; 43, 9; Olimpiodorus, **Fragmentos**, 26.

<sup>367</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.36.

<sup>368</sup> Olimpiodorus, **Fragmentos**, 26.

cerimônia visível e perfeitamente compreensível não só para o seu povo, mas também para o conjunto dos cidadãos romanos de Barcino<sup>369</sup>.

Porém, as ações de Sigerico repercutiram mal entre as aristocracias godas, pois além de um ato integrado à tradição romana não agradar uma parte desses grupos de alta hierarquia, a humilhação feita a Placídia dificilmente contribuiria para um entendimento com Constâncio e Honório, podendo inclusive provocar uma ação armada por parte de Ravena. Por isso, devido a seus atos e também a sua elevação ao comando godo cercada de violência e ilegitimidade, Sigerico fora assassinado após somente uma semana de reinado<sup>370</sup>. Logo após sua morte, é eleito Vália, em uma reação forte do clã dos baltos, que tinha o maior apoio nobiliárquico e popular entre os godos<sup>371</sup>.

O relato de Orósio<sup>372</sup>, que afirma que Sigerico era também um homem inclinado à paz, é um pouco confuso, pois por meio das ações realizadas em sua única semana como monarca, Sigerico não dava mostras de que queria negociar com Ravena, mas sim romper a política conciliadora de seu antecessor. Sua retórica parece querer contrastar Sigerico com o novo rei Vália, que, em um primeiro momento, foi contra a conciliação com Ravena.

Não podendo entrar em guerra com o poder imperial e tendo suas *gentes* assoladas pela fome, devido aos bloqueios aos portos da Gália e *Tarraconense*, Vália tenta novamente realizar uma nova travessia para a África, dessa vez pelo Estreito de Gibraltar, onde poderia ter acesso aos depósitos romanos de grãos; porém uma tormenta destruiu suas embarcações, frustrando mais uma vez a fuga dos godos.

Esse novo fracasso encurtou as opções do rei godo, que necessitava urgentemente de provisões para seu povo. A situação era tão drástica que ele era obrigado a comprar grãos dos vândalos pelo preço abusivo de um *solidus*

---

<sup>369</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.84-85.

<sup>370</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.85-86.

<sup>371</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.37.

<sup>372</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII; 43, 9

por *trula*<sup>373</sup>. Por aceitarem pagar esse valor por uma quantidade tão pequena, os vândalos apelidaram os godos de *Truli*<sup>374</sup>.

A exploração econômica dos godos pelos vândalos nos leva novamente à questão de que não havia uma união e nem uma identidade conjunta entre as *gentes* bárbaras que ingressaram no Império Romano. Em nossa visão, os diferentes grupos buscavam seu fortalecimento individual, não havendo solidariedade entre os povos, o que inviabiliza a antiga ideia de existência de um germanismo contra um romanismo nesse momento. A lealdade e a identidade desses grupos eram maleáveis e definidas de acordo com sua situação.

Segundo Ana Maria Jiménez Garnica, devemos descartar a ideia, durante muito tempo foi aceita, de que as alianças entre os germânicos ocorriam por pensamentos étnicos de unidade frente aos romanos ou a qualquer outro elemento de pressão externa. Esses povos já se enfrentavam desde os tempos mais remotos, anteriores a sua entrada no território romano e isso tinha sido um fator intensamente explorado pelos romanos e que nesse momento voltaria a ser utilizado<sup>375</sup>.

Ciente dessa política romana e estando em uma situação insustentável, Vália resolve negociar com Ravena, em troca da paz e do sustento de sua população. As negociações foram realizadas por um representante de Constâncio chamado Euplutis, que fora enviado para a *Tarraconense*<sup>376</sup>. Na negociação ficou acertado o envio de 600.00 medidas anuais de trigo para os godos, que corresponderiam a porções suficientes para 20.00 pessoas<sup>377</sup>. Essa quantidade de grãos seria fornecida em troca da devolução de Gala Placídia ao imperador e da incorporação do exército godo como tropas federadas do Império, que seriam utilizadas conforme o imperador requisitasse<sup>378</sup>.

---

<sup>373</sup> Unidade de medida do período.

<sup>374</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 14.

<sup>375</sup> JIMÉNEZ GARNICA, Ana Maria. Alianzas y coaliciones germánicas en el reino visigodo de Toulouse (siglo V). **Espacio, Tiempo y Forma**, Série II, nº II, 1989, p.198.

<sup>376</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.168

<sup>377</sup> HOPKINS, Keith. Taxes and trade in the Roman Empire (200 B.C - A.D. 400). **Journal of Roman Studies**, nº 70, 1980, p.118.

<sup>378</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII; 43, 9-13; Olympiodorus, **Fragmentos**, 30.

Segundo Javier Pampiega, Vália precisava nesse momento estabilizar sua realeza militar ao mesmo tempo em que buscava estancar as revoltas internas de suas *gentes*, ocasionadas principalmente pela crise no abastecimento alimentar de seu grupo, e por isso acabou aceitando um acordo que na prática submetia os godos à política imperial romana e que não lhes garantia seu maior objetivo, o assentamento oficial de sua população dentro do *limes imperial*<sup>379</sup>.

O acordo era extremamente vantajoso a Constâncio, que adquiria para si um exército godo cuja residência já era a *Hispania* e que seria facilmente persuadido a reconquistar a região sob o nome do imperador<sup>380</sup>. E assim, em 416, a reconquista imperial da *Hispania* foi lançada a mando de seu representante godo<sup>381</sup>.

O usurpador Prisco Átalo, percebendo que seria deposto novamente, resolveu fugir de Barcino por mar, mas pouco tempo depois foi capturado e entregue a Constâncio que o enviou a Honório. Em Ravena, Honório ordenou que lhe cortassem a mão direita e depois o condenou ao exílio<sup>382</sup>.

Segundo o relato de Orósio<sup>383</sup>, os grupos de alanos, vândalos e suevos que estavam assentados na *Diocesis* teriam tentando buscar um acordo com Ravena semelhante ao oferecido aos godos, no qual seus reféns seriam libertados e ofereceriam suas tropas para lutar pelos interesses imperiais. Porém, a formação do pacto de federação com os godos não levou adiante essas negociações e o governo imperial optou por eliminá-los. Além do mais, ao recusar negociar com as populações assentadas na *Hispania*, o governo imperial buscava assim evitar qualquer tipo de reconhecimento da ruptura de seu território e, ainda menos, a perda de algumas regiões sob seu domínio<sup>384</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz, o governo imperial preferiu escolher a opção militar em seu intento de restabelecer a ordem em seu extremo

---

<sup>379</sup> PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 180-182.

<sup>380</sup> Hydatius, **Chronica**, XXII, 52.

<sup>381</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.168- 169.

<sup>382</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII, 42, 9; Olympiodorus, **Fragmentos**, 29.

<sup>383</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos**, VII; 43, 14.

<sup>384</sup> CAÑIZAR PALACIOS, José Luís. Reflexiones sobre la percepción e idea de la frontera en la Hispania del s. V D.C. **Studia Historica. Historia Antigua**, nº 35, 2017, p. 64.

ocidental, e isso explica uma aliança com os godos de Vália, visto que nesse período já não dispunha de tropas imperiais regulares para recuperar a *Hispania*<sup>385</sup>.

Para Suzzane Teillet, a luta conjunta contra outros bárbaros criará uma nova relação entre romanos e godos, e esta relação, a qual Idácio de Chaves vai se referir muitas vezes, substituirá a antiga oposição<sup>386</sup>.

Durante os anos de 416 e 418, as tropas federadas godas travaram diversos embates contra esses grupos, conseguindo sucessivas vitórias. O testemunho de Orósio<sup>387</sup> se encerra nesse período de confrontações, onde o autor deixa em aberto o resultado da campanha goda e encerra sua obra. Porém, pela Crônica de Idácio temos as informações, mesmo que limitadas, sobre o resultado das batalhas. A partir desse momento, o bispo se torna a principal fonte de informações sobre os desdobramentos na *Diocesis*.

Segundo o relato de Idácio, a campanha de Vália é de absoluto sucesso, com as *gentes* alanas e vândalas silingas sendo praticamente dizimadas<sup>388</sup>. A vitória sobre os alanos foi particularmente a mais importante, pois, de acordo com o autor, seu rei Adax exercia uma supremacia sobre os grupos de vândalos e suevos. Com sua morte, os sobreviventes abandonaram a ideia de construir um reino para si e se dirigiram à *Gallaecia*, onde se colocaram sob a proteção do rei dos vândalos asdingos, Gunderico, que provavelmente tinha um grupo mais numeroso e com maior poder militar do que os suevos<sup>389</sup>.

Segundo Raquel Soaje de Elías, o rei dos vândalos silingos, Fredbal, considerado como *rex gentium vandalorum* é facilmente capturado e enviado a Honório, o qual podemos supor que não estava rodeado por um séquito de *fideles* muito poderoso. Com o fim de sua realeza militar e de seu núcleo

---

<sup>385</sup> DÍAZ, P. C . Las invasiones del siglo V: la superposición de poderes. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p.281.

<sup>386</sup> TEILLET, Suzzane - **Des Goths à la Nation Gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du Ve au VIIe siècle**, Paris: Les Beles Lettres, 1982, p. 221

<sup>387</sup> Orosius, **Historia Adversus Paganos.**, VII; 43, 15.

<sup>388</sup> Hydatius, **Chronica**, XXIII, 55

<sup>389</sup> Hydatius, **Chronica**, XIII, 60

aristocrático, portador das tradições da estirpe, os silingos desapareceram como povo e se incorporaram no conjunto asdingo<sup>390</sup>.

De acordo com autora, a incorporação de ambos os grupos aos asdingos, como grupo de maior importância, gerou como fruto uma nova etnogênesis vândala em solo hispânico. Com isso, Gunderico fortaleceu a realza militar asdinga, que contava, por uma parte, com uma base econômica formidável, pela riqueza mineral e metal das terras galaicas; e, por outra, com o controle da via militar estratégica Astorga - Burdigala.

Após essas vitórias, os godos interrompem sua campanha, pois são chamados à Gália por Constâncio, onde lhes seriam entregues terras para seu assentamento oficial na região da Aquitânia, entre Tolosa e o Mediterrâneo, uma das regiões com as terras mais ricas<sup>391</sup> do Império e com uma forte tradição da *romanitas*<sup>392</sup>. Com isso, os godos começaram a formar a organização política e social que caracterizaria seu reino, que mais tarde seria realizada por outros federados<sup>393</sup>.

Na passagem abaixo, Idácio não fornece muitas informações sobre como ocorreu esse acordo nem sobre suas motivações ou condições, apenas se limitando a informar que os godos foram convocados por Constâncio à Gália para ser realizado seu assentamento.

Os godos, depois de interromperem as ações que estavam a executar, foram reclamados às Gálias por Constâncio e receberam territórios para seu assentamento, desde Tolosa até o Oceano. (Hydatius, *Chronica*, XIII, 61)<sup>394</sup>.

---

<sup>390</sup> ELÍAS, Raquel Soaje de. Linajes reales germánicos en el suelo imperial: La lucha por la supremacía ante los ojos de Hidacio de Chávez. *Intus-legere: historia*, año 4, nº1, 2010, p.58.

<sup>391</sup> CARR, Karen Eva. **Vandals to Visigoths. Rural Settlement Patterns in Early Medieval Spain**. Michigan: University Press, 2002, p. 27.

<sup>392</sup> SIVAN, Hagith Sara. **Romans and Barbarians in Fifth Century Aquitaine: the visigoth kingdom of Toulouse**. AD 418-507. Tese (Doutorado em Filosofia). Graduate School of arts and sciences, Columbia University, 1983.

<sup>393</sup> GEARY, Patrick J. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, PETER; GRABAR, O. (Ed.). **Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World**. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.120.

<sup>394</sup> *Gothi intermisso certamine quod agebant per Constantium ad Gallias reuocati sedes in Aquitanica a Tolosa usque ad Oceanum acceperunt.*

A omissão de Idácio, assim como de outros cronistas<sup>395</sup> levou diversos historiadores a levantarem hipóteses sobre as condições desse tratado de 418, assim como sua comparação com acordos posteriores e anteriores<sup>396</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz, o governo imperial, ao perceber o sucesso da campanha de Vália, decidiu agir, possivelmente, para impedir que os godos se apropriassem dos territórios hispânicos, conservando um controle administrativo e militar direto. Essa tese justificaria a criação do cargo do *comes Hispaniarum*, que até o momento não aparecia nas fontes e pode ter sido instituído por Constâncio como uma solução de emergência<sup>397</sup>.

Segundo Roger Collins, o estabelecimento dos godos na Aquitânia também foi motivado pelos problemas militares que a administração romana enfrentava no sul da Gália, como, por exemplo, o crescimento das bagaudas no norte de Loire, um problema que nesse período não existia na *Hispania*<sup>398</sup>.

De acordo com Kulikowski, os godos serviriam também para desencorajar movimentos usurpatórios dos galo-romanos, que haviam dado suporte recentemente para Constantino III e Jovino<sup>399</sup>. Ainda segundo o autor, o assentamento gótico deve ser visto em um contexto mais amplo de uma reorganização gálica realizada por Constâncio, para enfrentar justamente essa aristocracia galo-romana, que havia se unido de forma tão rápida aos antigos usurpadores, e provocar uma restauração da autoridade imperial na região<sup>400</sup>.

Entretanto, para Ana Maria Jiménez Garnica, o motivo desse acordo poderia ter sido também um receio de Constâncio sobre um possível enfrentamento entre os godos e os vândalos asdingos, pois estes haviam sido reforçados recentemente pelas populações de alanos e vândalos silingos, o que poderia ter lhes dado uma dimensão maior do que o exército godo

---

<sup>395</sup> As crônicas gálicas de CCCCLII e DXI, a de Próspero de Aquitânia e a Caesaraugustana também não fornecem mais informações sobre o tratado.

<sup>396</sup> PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Beriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 189.

<sup>397</sup> DÍAZ, P.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 63-64.

<sup>398</sup> COLLINS, Roger. **La España visigoda 409-711**. Barcelona: Crítica, 2005, p.20.

<sup>399</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.170.

<sup>400</sup> KULIKOWSKI, Michael. Visigothic Settlement: the imperial perspective. In: MATHISEN, Ralph W.; SHANZER, Danuta (Orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul: revisiting the sources**. Aldershot: Ashgate, 2001, p.32

pudesse enfrentar, e que poderia resultar em uma vitória vândala e uma consequente submissão das tropas godas sob a autoridade de Gunderico<sup>401</sup>.

Porém, em nossa visão, apesar dos recentes reforços em suas fileiras, nesse momento, os vândalos asdingos ainda não constituíam uma grande ameaça para o poderio romano e para os federados godos. Exemplo disso é que, posteriormente, esse povo será obrigado a fugir da *Gallaecia*, quando, alguns anos depois, o governo imperial envia tropas para evitar a derrota e consequente submissão dos suevos pelas tropas de Gunderico<sup>402</sup>. Esse grupo só se tornará uma grande ameaça ao governo imperial quando Genserico assumir o poder, conquistar a província da África e estruturar seu futuro reino vândalo. Por isso, o mais provável nessa ocasião é que Constâncio realmente quisesse evitar a destruição total das populações bárbaras que habitavam a *Hispania* nesse momento, o que poderia encorajar uma futura ocupação goda, tendo em vista a falta de legiões na região. Além do mais, era extremamente útil ao governo imperial ter um exército subordinado que ficasse estacionado em uma região que havia se rebelado e apoiado usurpadores nos últimos tempos.

O assentamento godo ocorreu em uma extensa faixa territorial da Gália que compreenderia as províncias da *Aquitania Secunda* e os distritos contíguos das províncias *Novempopulania* e *Narbonense I*, que incluía Tolosa e outras cidades importantes como Burdeos, Loira e Garona<sup>403</sup> (anexo V).

Para os godos, o tratado era a realização do antigo sonho do rei Alarico de estabelecer um *regnum* localizado dentro do *limes* romano, mesmo que o acordo tivesse suas limitações, pois Vália não havia recebido nenhum título civil e nem militar que legitimasse seu governo e jurisdição sobre a população galo-romana de sua região de assentamento. O governo imperial também seguiria nomeando governantes romanos ordinários para esses territórios, que se mantinham sujeitos à legislação e à fiscalidade romana<sup>404</sup>.

---

<sup>401</sup> JIMÉNEZ GARNICA, Ana Maria. **Nuevas gentes, nuevo imperio: los godos y el Occidente en el siglo V**. Madrid: Uned, 2010, p.80.

<sup>402</sup> Hydatius, *Chronica*, XV, 63;68.

<sup>403</sup> PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 189.

<sup>404</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.37.



De acordo com Ernst Stein, dessa forma, Vália ainda que fosse o rei dos seus godos, ainda responderia diretamente ao governo imperial romano e teria sobre o seu povo a autonomia equivalente a de um general romano sobre seu exército<sup>405</sup>.

Por esses motivos, Peter Heather ressalta o quanto as antigas ambições dos reis godos tiveram que ser deixadas de lado quando Vália aceitou esse acordo. No auge de seu poder, Alarico exigira do governo imperial uma aliança militar, uma concessão de terras próxima ao centro político do Império, o cargo de *magister militum*, pagamentos anuais em ouro e uma grande quantidade de grãos por ano. Ataúlfo tinha pretensões semelhantes, senão maiores do que as de seu antecessor, como mostra o seu casamento com uma princesa imperial e a nomeação de seu filho como Teodósio, além da questão da utilização do poder militar godo para defender o Império, como se o seu destino estivesse unicamente atrelado às suas mãos. Com base nas amplas aspirações de seus antecessores, o autor afirma que o acordo feito por Vália se acerca apenas do mais modesto conjunto de demandas de Alarico, uma aliança militar, uma concessão de terras em algum lugar da fronteira e o tanto de grãos quanto os romanos determinaram que seus seguidores deveriam ter<sup>406</sup>.

Segundo Rosa Sanz, o assentamento era fruto de um acordo entre duas partes, o *foedus*, que era a base de uma instituição muito antiga denominada *hospitum* ou pacto de hospitalidade, que era encarregada de regular as relações de uma comunidade de estrangeiros que chegava a ela. A instituição estava baseada no princípio da *fides*<sup>407</sup> e da *amicitia*<sup>408</sup> entre as partes<sup>409</sup>.

Com esse acordo, segundo a autora, o estrangeiro que antes poderia ser tornar um inimigo, acabava sendo um hóspede integrado dentro de um conjunto da comunidade, sendo anulado de gozar dos direitos daqueles que o acolhiam durante o tempo em que permanecia no território, mas sendo obrigado a defendê-lo como se fosse um de seus donos. Assim, o acolhido não

---

<sup>405</sup> STEIN, ERNST. **Histoire du Bas-Empire I: de l'état romain à l'état byzantin (284 - 476)**. Paris, Bruxelles, Amsterdam: Desclée de Brouwer, 1959.

<sup>406</sup> HEATHER, Peter. **Goths and Romans 332-489**. Oxford: Claredon Press, 1991, p.222-223.

<sup>407</sup> Fidelidade.

<sup>408</sup> Amizade mútua.

<sup>409</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 145.

perdia com isso a sua cidadania de origem, mantendo-a e recuperando-a quando voltasse a viver em sua comunidade<sup>410</sup>. De acordo com P. Balbín Chamorro<sup>411</sup>, esse sistema se aplicava a todo o mundo indígena para regular as atividades econômicas e o direito de passagem, além de no campo militar servir para desenvolver laços de cooperação, fidelidade e ajuda mútua entre indivíduos e grupos.

Porém, de acordo com Walter Goffart, o tratado firmado teria ido além do tradicional e ao invés de ter sido adotado somente o *hospitum*, o sistema acordado teria sido o de *manus hospitalitatis*, onde os oficiais romanos se encarregaram de distribuir casas em que poderiam se estabelecer os soldados godos como veteranos de guerra. Além disso, os impostos da Aquitânia seriam distribuídos como prêmio a essas populações godas, sendo que um terço iria para o seu o rei e os dois terços restantes para suas tropas<sup>412</sup>.

Para Thomas S. Burns, as fontes que fornecem informações sobre o período não dão suporte direto e nem invalidam nenhuma dessas duas hipóteses, e apesar de suas divergências, ambas pressupõem, desde o início, a utilização de alguma criatividade para sua aplicação. Porém, segundo o autor, não há dúvida de que o recrutamento e o estabelecimento dos bárbaros incluiu a ocupação e o cultivo do solo, o que teria reduzido muito os custos diretos e indiretos para a manutenção do *limes* e o que não faltava na região era terra disponível para essas famílias ararem<sup>413</sup>.

Independentemente de como realmente ocorreu o acordo é certo que, a partir da vigência do *foedus* de 418, os godos - antigamente caracterizados como invasores e sem futuro político - adquirem uma identidade como povo e passam a ser vistos pelos romanos como um conjunto homogêneo, apesar de nunca terem sido, de seguidores de Ataúlfo e dos reis que o sucederam no cargo.

---

<sup>410</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 146

<sup>411</sup> BALBÍN CHAMORRO, P. *Ius hospitii y ius civitatis*. **Gerión**, nº24, v. 1, 2006, p. 207-225.

<sup>412</sup> GOFFART, Walter. **Barbarians and Romans: A.D. 418 - 584. The techniques of accommodation**. Princeton: Princeton university Press, 1980, p. 122-124.

<sup>413</sup> BURNS, Thomas S. *The settlement of 418*. In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambridge: University Press, 1992, p. 58.

Segundo Rommel Krieger, o processo de assentamento dos godos foi paralelo a seu processo de integração com os outros grupos bárbaros e com a população romana. Dessa forma, houve uma aculturação progressiva que facilitou sua adaptação à sociedade romana ao mesmo tempo em que introduziam elementos de sua própria cultura<sup>414</sup>.

De acordo com Frighetto, a partir desse momento se iniciava uma efetiva relação de poderes entre o rei de origem bárbara e o desenvolvimento de sua autoridade sobre um determinado território ainda romano e imperial. A natural aproximação dos godos às concepções políticas e ideológicas romanas acabou por criar uma instituição monárquica romano-bárbara goda, dotada de características ao mesmo tempo herdadas da tradição imperial romana e com um perfil específico próprio<sup>415</sup>.

Para Jiménez Garnica, o estabelecimento dos godos na Aquitânia significaria definitivamente uma nova e decisiva etapa na História desse povo, que a partir desse momento poderia desenvolver uma nova identidade sob a autoridade de seu *rex gentium*, abandonaria seu nomadismo forçado dos últimos anos, pois haviam encontrado um local para dar sepultura a seus mortos e poderiam desenvolver um sistema econômico regular e estável, deixando de serem ladrões que saqueavam os recursos das cidades para serem co-participantes em sua produção ou mesmo seus donos<sup>416</sup>.

Portanto, em nossa perspectiva, a partir desse momento se intensificará o processo de assimilação de aspectos de uma identidade imperial romana por parte das *gentes* godas. Apesar dos romanos não terem nessa época o grande poderio político-militar de outrora, ainda assim formavam um grande Império que era cobiçado fortemente por grande parte dos grupos bárbaros. Ser aliado e amigo de Roma nesse momento ainda era um sinal de prestígio no Mundo Mediterrâneo e uma condição que seria intensamente buscada pelas lideranças bárbaras que estavam dentro e fora de suas fronteiras.

---

<sup>414</sup> KRIEGER, Rommel. **Untersuchungen und Hypothesen zur Ansiedlung der Westgoten, Burgunder und Ostgoten**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1991, p. 172.

<sup>415</sup> FRIGHETTO, Renan. **Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012, p. 144.

<sup>416</sup> JIMÉNEZ GARNICA, Ana María. **Nuevas gentes, nuevo imperio: los godos y el Occidente en el siglo V**. Madrid: Uned, 2010, p.83.

Sendo assim, Peter Heather aponta que esse tipo de assentamento será aplicado de forma geral a todos os grupos bárbaros que ingressaram dentro do *limes* imperial no decorrer do Século V<sup>417</sup>.

Segundo Jocelyn Nigel Hillgarth, a despeito de ter perdido seu espaço na região, aristocracia galo-romana teria colaborado com o assentamento dos godos, pois já havia perdido muito de sua confiança no governo de Ravena, prova disso seria o apoio dado recentemente às usurpações de Constantino III e Jovino. Portanto, não é difícil entender que aos poucos a lealdade desses aristocratas começasse a se transferir para os soberanos godos e que houvesse uma gradual assimilação e acomodação dos interesses galo-romanos e bárbaros<sup>418</sup>. Um exemplo desse entendimento foi a inserção, na corte goda, dos filhos do poeta cristão Paulino de Pella, que tinha um grande poder político e econômico na região<sup>419</sup>.

De acordo com Thomas S. Burns, a aristocracia galo-romana não tinha o direito de reclamar sobre o assentamento dos godos, independentemente dos meios usados, pois, nesse momento, havia boas razões para se mudar o destacamento militar romano e, finalmente, assegurar alguma defesa interna para a região, especialmente se os custos e os problemas com a mão-de-obra pudessem ser resolvidos, lembrando que foram as condições instáveis no campo que fizeram uma boa parte dessa aristocracia abandonar suas terras recentemente, entre eles a família de Paulino de Pella<sup>420</sup>.

Essa aristocracia galo-romana começaria então, a partir desse momento, um processo de aproximação com as aristocracias bárbaras, que se desenvolveria ao longo do tempo e que posteriormente culminaria na fusão de ambos os grupos em uma única aristocracia que teria como base de seu poder a propriedade da terra<sup>421</sup>.

---

<sup>417</sup> HEATHER, Peter. **Goths and Romans 332-489**. Oxford: Claredon Press, 1991, p.221.

<sup>418</sup> HILLGARTH, Jocelyn Nigel. **The visigoths in History and Legend**. Toronto, Ontário: Studies and Texts, 2009, p. 3-4.

<sup>419</sup> HEATHER, Peter. The emergence of Visigothic kingdom In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambrigde: University Press, 1992, p. 89-90.

<sup>420</sup> BURNS, Thomas. S. The settlement of 418. In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambrigde: University Press, 1992, p. 57

<sup>421</sup> PÉREZ SANCHÉZ, Dionísio. **El ejército en la Sociedad Visigoda**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 1989, p. 53-54.

Para Wolfram, esse período marca o fim da antiga *gens* goda que estava lutando para governar o Império. Nesse momento, começava a se desenhar mais claramente a História dos novos godos, que agora já faziam parte do *Imperium*<sup>422</sup>.

Apesar de ter conseguido o tão desejado *foedus* com o governo imperial, Vália não pôde desfrutar de seus ganhos, pois morreu logo após o estabelecimento na Aquitânia. Após sua morte, Teodorico, também pertencente ao clã dos Baltos, é declarado rei dos godos, o que fortalecia ainda mais a linhagem que se iniciara com Alarico<sup>423</sup>.

Segundo Jiménez Garnica, Teodorico teria disputado a liderança com Beremundo, que teria origem greotunga e integraria a família do amalos. Porém, o fato de Teodorico ter uma relação incerta de parentesco com Alarico, sendo possivelmente seu genro, e ter maior capacidade de unir os diversos grupos godos, foi decisivo para seu reconhecimento como *rex gentium* pelo governo imperial de Ravena, uma decisão que, segundo a autora, poderia ter tido a influência de Gala Plácida<sup>424</sup>.

Após o sucesso dos tratados com os godos e de ter conseguido recuperar Gala Plácida, o *magister militum* Constâncio pressiona o imperador Honório para que ele autorize seu casamento com sua irmã. Plácida, que era totalmente contra a ideia, não tem escolha e é obrigada a se casar<sup>425</sup>.

Com o casamento consumado, Constâncio atinge seu tão desejado objetivo de entrar para a família imperial, e logo depois trata de providenciar um herdeiro para a dinastia teodosiana, visto que nos anos seguintes Plácida dá a luz a duas crianças, Valentiniano e Justa Grata Honória. Sendo pai do futuro imperador e chefe máximo dos exércitos, Constâncio consegue ser elevado à condição de co-imperador em 421, reinando em conjunto com Honório, porém, segundo Olimpiodoro, sua nomeação não teria sido aceita pelo imperador

---

<sup>422</sup> WOLFRAM, Hervig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990, p.177.

<sup>423</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 34; Hydatius, **Chronica** XIII, 62.

<sup>424</sup> JIMÉNEZ GARNICA, Ana Maria. **Nuevas gentes, nuevo imperio: los godos y el Occidente en el siglo V**. Madrid: Uned, 2010, p.104-105.

<sup>425</sup> Olympiodorus, **Fragmentos**, 33

oriental Teodósio II. Depois de apenas sete meses, acaba morrendo subitamente e Honório unifica seu poder novamente<sup>426</sup>.

Nesse período, o grande legado de suas ações para a *Hispania* foi o retorno momentâneo da administração imperial em quase toda a península. O objetivo de reintegração imperial da *Hispania* havia sido atingido e sua restauração administrativa tornou-a novamente uma *Diocesis* funcional. O passo mais importante foi a reconquista e a restauração da capital diocesana localizada em Mérida. As campanhas góticas se centraram principalmente nas províncias da Lusitânia e Bética, enquanto a *Gallaecia*, que tinha bem menos importância para o Império, foi deixada de lado<sup>427</sup>.

Com a restauração imperial, o governo de Ravena pôde nomear novamente, entre 418 e 420, um *vicarius Hispaniae*, Maurocello, além de criar o novo cargo de *Comes Hispaniarum*, ocupado por Astério<sup>428</sup>. Existe também a possibilidade de que seja nesse período que as tropas *comitatenses*, presentes na *Notitia Dignitatum* e na carta de Honório, tenham ingressado na *Diocesis Hispaniarum*. Se elas existiram, é provável que tenham ingressado na Península sob o comando de Astério, que tentaria nos próximos anos completar a restauração de *Hispania* e atacar os grupos bárbaros que haviam sobrado na região da *Gallaecia*<sup>429</sup>.

As relações entre esses grupos bárbaros remanescentes e a população hispano-romana contribuirá para a transformação nas relações de poder na região, onde aos poucos começará a se estruturar uma autoridade sueva que buscará constantemente a legitimação de seu poder tanto pela Autoridade Imperial Romana como pela monarquia romano-bárbara goda da Aquitânia.

---

<sup>426</sup> Olympiodorus, *Fragmentos*, 33; Sozomenus, *Historia Ecclesiastica*, IX, 16; Hydatius, *Chronica*, XXV, 64;66;68.

<sup>427</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Late Roman Spain and Its Cities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.171.

<sup>428</sup> DÍAZ, P.C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 63.

<sup>429</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Late Roman Spain and Its Cities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.172.

# **CAPÍTULO III**

## Capítulo III: A construção de uma identidade monárquica entre os suevos

### 3.1. A criação de uma monarquia sueva: legitimação romana e tradição bárbara

Os tratados estabelecidos entre godos e romanos no início do século V, transformaram as relações entre os bárbaros e o Império no restante dessa quinta centúria. A partir desse momento, os diversos grupos bárbaros que haviam ingressado dentro do *limes* imperial, e também os que estavam pressionando suas fronteiras, passariam a solicitar tratados semelhantes com o governo de Ravena.

As aristocracias desses diferentes grupos buscavam, assim como os godos fizeram anteriormente, o reconhecimento de sua autoridade régia perante sua população, e um local legítimo para seu assentamento e para a criação de um *regnum* territorial.

Na Península Ibérica, o grupo que mais se destacou nessa busca, durante esse período, foi o dos suevos, que aos poucos deixou o papel de coadjuvante que havia tido nas migrações de 409, para se tornar o grupo bárbaro protagonista nas relações com os hispano-romanos.

A origem desse grupo, assim como sua composição é alvo de um dos principais questionamentos da historiografia atual sobre esse povo bárbaro. Segundo Pablo C. Díaz, a denominação "suevo" tinha uma larga tradição na historiografia romana, sendo sua primeira menção em 72 a.C, no período em que Ariovisto invadiu a Gália<sup>430</sup>.

Posteriormente foram descritos por Tácito durante o século II, em que o autor informava sua localização, costumes, vestimentas e principalmente, que não eram um único povo, mas por volta de vinte povos espalhados por uma região denominada *Suevia*, que ficava dentro da *Magna Germania*<sup>431</sup>.

---

<sup>430</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 2015, p. 53.

<sup>431</sup> Tacitus, *Germania*, 38, 1-4.



Porém, no século IV e V, as fontes romanas não informam qual desses grupos de suevos foi o que atravessou o Reno durante o ano de 406 em conjunto com alanos e vândalos. Enquanto Jerônimo de Stridon menciona que esse grupo seria o dos quados, outros autores apenas os designam pelo nome geral de suevos, como no caso de Idácio, Zósimo, Isidoro, *comes* Marcellino, Crônica Gálica e Orósio, sendo que o último faz menções em sua obra tanto dos quados, como dos suevos<sup>432</sup>.

Segundo Pablo C. Díaz, devemos aceitar que o agrupamento bárbaro que entrou na *Hispania* em 409, formava parte do antigo tronco suevo, sendo quase seguro afirmar que seriam o grupo dos quados, denominado pelos autores do período pela alcunha genérica de "suevos", utilizada desde Júlio César, possivelmente pelo fato do grupo dos quados estar acompanhado por outros grupos suevos menores que poderiam ter se unido durante os anos em que permaneceram na Gália.<sup>433</sup>

De acordo com Javier Pampliega, os germanos ocidentais de origem sueva, como quados, marcomanos e epígonos de alamanos haviam decidido se unir em um grupo menor para evitar sua integração com outros mais consolidados, como o dos alanos e dos vândalos silingos e asdingos. Com essa união, os suevos teriam um novo processo de etnogênese e a criação de uma nova realeza militar que unificava todos os grupos aristocráticos que eram conscientes de suas raízes ligadas a uma antiga estirpe sueva que por sua vez tinha um grande prestígio nas fontes antigas<sup>434</sup>.

Porém, a possibilidade de se relacionar o grupo suevo que entra na *Hispania* em 409 com qualquer outro anterior ao período das migrações é meramente hipotética, pois não há qualquer indício linguístico, arqueológico ou

---

<sup>432</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 2015, p. 53.

<sup>433</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 2015, p. 55.

<sup>434</sup> PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 271-273.

antropológico que possa estabelecer algum antecedente entre eles, com exceção do nome que lhes foi atribuído<sup>435</sup>.

Em nossa visão, com base nas informações presentes nas fontes e nos debates historiográficos, realmente se torna difícil definir quem eram os suevos que haviam ingressado na Gália em 406 e se estes tinham alguma relação com os grupos citados anteriormente em fontes mais antigas. A maioria dos autores da Antiguidade que descreveram os suevos não teve contato direto com esse grupo, e provavelmente o fizeram com base em informações que lhes chegavam por outras fontes, como, por exemplo, viajantes ou soldados em campanha. Quando não tinham informações concretas, esses escritores adotavam um nome genérico para esses diversos grupos bárbaros. Por isso, concordamos com Pablo C. Díaz quando ele afirma que diversos autores do período utilizaram a alcunha genérica de "suevos" para se referir a esse povo.

Possivelmente, os grupos denominados pelos romanos como "suevos", não se percebessem e se reconhecessem como tal, mas aos poucos adotaram a nomenclatura utilizada por eles para facilitar seu processo de integração e reconhecimento dentro do Império.

O grupo que ingressou em 406 na Gália e que era denominado como suevo pelas fontes romanas, provavelmente era a união de pequenas tribos que haviam escolhido como líder o futuro rei suevo Hermerico, que segundo a tradição germânica<sup>436</sup> deveria ser um chefe militar destacado para alçar a essa posição. Esse grupo havia se estabelecido com certa autonomia política em relação aos demais bárbaros, apesar de, segundo informações de Idácio, estarem submetidos ao controle e liderança dos alanos e seu rei Adax<sup>437</sup>.

Porém, apesar de sua união, dentre os quatro principais grupos de bárbaros que entraram na *Hispania* em 409, os suevos eram possivelmente os menos numerosos e mais fracos, por isso, quando da distribuição de territórios, foram obrigados a ficar na região mais distante da província e menos

---

<sup>435</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitaletza Zerbitzua, 2015, p. 55.

<sup>436</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. O Direito Sucessório nas Monarquias Germânicas: O Caso do Reino Suevo. In: ZIERER, Adriana (Org.). **Uma Viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares**. São Luís: Ed. UEMA, 2010, 168.

<sup>437</sup> Hydatius, *Chronica*, XIII, 60.

romanizada da *Diocesis*, o oeste da *Gallaecia*, a qual ainda tiveram que dividir com o segundo grupo mais fraco naquele momento, o dos vândalos asdingos (anexo V).

Contudo, após a campanha de restauração imperial promovida pelo rei godo Vália, o domínio alano sobre os suevos e vândalos se encerra, e os dois grupos estavam livres para agirem por conta própria e expandirem seus domínios territoriais.

Segundo Casimiro Torres Rodrigues, nesse momento, o líder suevo Hermerico, buscou uma aproximação diplomática com os godos, e ofereceu a mão de um nobre suevo à filha do rei godo Vália, que não tinha descendentes homens diretos. Desse matrimônio teria nascido Ricímero, um futuro *magister militum* imperial que teria grande influência nos últimos anos do governo de Ravena<sup>438</sup>.

Essa hipótese surge com base nos futuros relatos de Sidônio Apolinário, em que o bispo afirma em seu panegírico ao imperador Antemínio que Ricímero era filho de pai suevo e mãe goda, sendo que seu avô teria sido justamente o antigo rei godo Vália<sup>439</sup>. Em outro panegírico, dessa vez a Majoriano, Sidônio afirma também novamente que a mãe de Ricímero era filha do rei godo Vália, e que seu pai era um membro da família real dos suevos<sup>440</sup>.

Porém, com aponta Andrew Gillett, é difícil sabermos quem eram realmente os pais de Ricímero, por mais que fosse realmente possível ter ocorrido uma aproximação e uma aliança com os godos nesse momento. Se isso aconteceu, os planos de Hermerico falharam com a precoce morte do rei godo e sua sucessão por Teodorico, outro membro da dinastia dos baltos<sup>441</sup>.

Tendo seus planos frustrados, coube a Hermerico tentar reorganizar seu grupo bárbaro e buscar conter os avanços dos vândalos asdingos sem poder contar com a ajuda militar dos godos.

---

<sup>438</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977 p. 60.

<sup>439</sup> Sidonius, **Poemas II**, 360 - 365.

<sup>440</sup> Sidonius, **Poemas V**, 266-270.

<sup>441</sup> GILLET, Andrew. The Birth of Ricimer. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. Nº 44, V. 3, 1995, p.384.

Nesse ínterim, os vândalos asdingos haviam se consolidado como o grupo bárbaro mais poderoso da região, status que havia sido ampliado graças à incorporação das tropas remanescentes de alanos e vândalos silingos. Buscando uma ampliação de seu poder, o rei Gunderico inicia sua caminhada rumo à expansão de seus domínios e resolve elevar novamente à púrpura imperial o antigo usurpador Máximo<sup>442</sup>, que estava vivendo entre eles desde a morte de Gerônimo. Segundo Arce, essa segunda usurpação<sup>443</sup> mostra a contínua necessidade dos bárbaros de serem reconhecidos pelo governo imperial e de sua incessante busca por terras onde pudessem ser assentados legitimamente<sup>444</sup>.

Após proclamar Máximo imperador, os vândalos iniciam hostilidades contra os suevos e os sítiam na região dos montes Erbastos<sup>445</sup>. As razões para esse enfrentamento não são claras e a hipótese de que os suevos haviam feito um pacto de federação com o governo imperial é apenas especulação. O motivo mais provável para o confronto seria a indecisão entre as lideranças vândalas e suevas sobre que estratégia deveriam tomar nesse momento frente ao governo imperial<sup>446</sup>.

Porém, as ações do rei vândalo Gunderico chamaram a atenção de Ravena, que não toleraria mais usurpações nesse momento e que também não queria que vândalos derrotassem os suevos e se tornassem ainda mais poderosos. Frente a essa situação, o novo *vicarius Hispaniae* Maurocello envia tropas para a *Gallaecia* sob o comando de Astério.

Usando a antiga tática de Constâncio, que consistia em oferecer apoio aos grupos bárbaros mais fracos para o equilíbrio do conflito<sup>447</sup>, Astério ataca as tropas de Gunderico perto de *Bracara Augusta* e provoca baixas consideráveis no exército vândalo. Vendo-se em uma situação difícil, em que

---

<sup>442</sup> *Chronica Gallica CCCCLII*, 419, XXVII, 85.

<sup>443</sup> Essa segunda usurpação de Máximo não é um consenso na historiografia, que debate a veracidade das informações presentes na Crônica Gálica. Para um melhor aprofundamento dessa questão: <sup>443</sup> SANZ HUESMA, Francisco Javier. Un oscuro episodio de la Historia política de Hispania en el siglo V: la supuesta segunda usurpación de Máximo. *Hant*, nº 30, 2006, p. 209-220.

<sup>444</sup> ARCE, Javier. *Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.* Madrid: Marcial Pons, 2007, p.98.

<sup>445</sup> Hydatius, *Chronica*, XV, 63.

<sup>446</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 64-65.

<sup>447</sup> ZECCHINI, G. *Aezio: L'ultima difesa dell'Occidente Romano*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1983, p.126.

teria que enfrentar duas frentes de batalha, Gunderico opta por abandonar a *Gallaecia* em 421 e se dirigir a província da *Bética*, onde tentaria se estabelecer novamente<sup>448</sup>.

Apesar da fuga dos vândalos, Astério saiu vitorioso do combate, pois além de evitar a derrota e assimilação dos suevos pelos vândalos havia conseguido prender o usurpador Máximo, que fora enviado para Ravena, onde seria condenado à morte durante as festas de comemoração dos trinta anos de reinado de Honório<sup>449</sup>, que por sua vez morreria logo depois<sup>450</sup>. Como recompensa por colocar fim à segunda usurpação de Máximo, Astério ganha o título de *patricius* e retorna para Ravena<sup>451</sup>.

Idácio não oferece informações sobre essa segunda usurpação de Máximo, sendo essa informação retirada da Crônica Gálica de CCCCLII, que apresenta um grande problema quanto à precisão de sua cronologia e que pode estar misturando a usurpação da década anterior com a captura desse momento<sup>452</sup>.

Um aspecto a se destacar é que pela primeira vez em sua crônica, Idácio apresenta Hermerico como rex<sup>453</sup> de suas *gentes*. Ao identificá-lo dessa forma, o bispo indicaria que sua liderança bárbara era reconhecida pelo poder imperial, o que poderia indicar algum tipo de acordo entre ele e Ravena.

Porém, nenhuma evidência textual ou arqueológica aponta para a realização de um acordo nesse momento. Ao contrário disso, com a campanha de Astério, Ravena parecia empenhada em eliminar os grupos bárbaros remanescentes e completar a restauração imperial de Vália. A menção de Idácio ao líder bárbaro como rei pode ser explicada pelo fato do autor ter escrito sua crônica décadas após os fatos narrados, em um período onde a monarquia sueva já estava mais consolidada e seu rei já havia realizado acordos com Ravena, o que poderia ser empregado no caso dos vândalos e

---

<sup>448</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVI, 66.

<sup>449</sup> *Chronica Gallica CCCCLII*, 422, XXX, 89.

<sup>450</sup> Hydatius, *Chronica*, XXX, 71.

<sup>451</sup> KULIKOWSKI, Michael. *Late Roman Spain and Its Cities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.174.

<sup>452</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 66.

<sup>453</sup> *Inter Gundericum Vandolorum et Hermericum Sueuorum reges certamine orto Sueui in Erbasis montibus obsidentur ab Vandalis. (Grifo nosso).*

alanos, que têm também seus líderes apresentados anteriormente como reis. Esse pensamento explica ainda o fato de no começo da crônica, Idácio ter se referido ao antigo líder godo Atanarico como rei, sendo que as fontes do período o relatam apenas como *iudex*<sup>454</sup>.

Segundo Edward Arthur Thompson, não há evidências convincentes de qualquer tratado com os suevos e as conjunturas sobre esse possível acordo não são suportadas pelas ações dos suevos durante o século V, sendo que não há nenhuma fonte que aponte que houve qualquer obrigação militar desse povo com qualquer imperador romano, seja ele legítimo ou usurpador<sup>455</sup>.

Após atacar os vândalos e forçar seu recuo até a Bética, o governo imperial parecia decidido a derrotá-los definitivamente. Na esteira do sucesso do primeiro ataque, Ravena envia para a Península Ibérica em 422 o *magister militum* Castino, acompanhado de um exército imperial e um grande contingente de tropas godas auxiliares. O alto cargo de Castino é mais um elemento que evidencia o interesse imperial em eliminar os vândalos rapidamente<sup>456</sup>.

A presença de contingentes godos no exército imperial era uma estratégia explorada para além das obrigações militares da monarquia bárbara com Ravena. Os dois grupos eram inimigos e já haviam se prejudicado mutuamente, com os vândalos explorando economicamente os godos em Narbona e o rei Vália destruindo a vertente silinga nas campanhas realizadas entre 416 e 418. Com um passado recente permeado por esses conflitos, as lideranças romanas consideravam que as tropas godas se empenhariam na ação e que seu risco de traição seria muito baixo.

Como reforço, Castino ainda teria um contingente de tropas imperiais que seria enviado pelo general Bonifácio, um antigo herói de guerra que, após a morte de Constâncio, havia se tornado um dos generais mais poderosos do Ocidente<sup>457</sup>. Porém, no momento do ataque, Bonifácio não lhe enviou as tropas

---

<sup>454</sup> *Aithanaricus rex Gothorum apud Constantinopolim XV die ex quo a Theodosio fuerat susceptus interiit.* Hydatius, *Chronica*, III.

<sup>455</sup> THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part I. **Nottingham Medieval Studies**, nº20, 1976, p.21.

<sup>456</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 66.

<sup>457</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.174.

prometidas, diminuindo assim o número de soldados que Castino esperava para a campanha<sup>458</sup>.

Apesar do recuo de Bonifácio, a campanha de Castino começou bem, com o *magister militum* cercando e sitiando os vândalos em um lugar desconhecido na *Bética*, porém após um longo período de sítio, em que havia enfraquecido as tropas vândalas ao ponto de suas lideranças prepararem sua rendição, há uma grande reviravolta no combate. Como última alternativa, os vândalos resolveram abandonar o local onde estavam sitiados e oferecerem combate aos romanos. Castino, certo de sua vitória, uma vez que o combate em campo aberto sempre havia sido uma especialidade romana, aceitou o confronto e tomou a posição de ataque. Porém, acabou sendo inesperadamente derrotado no combate devido principalmente à traição das tropas godas auxiliares que resolveram desertar no meio na batalha. Essa situação era um exemplo de como a lealdade dos godos aos romanos não era cristalizada e que poderia mudar de acordo com a situação. Sem ter como reagir a essa derrota, Castino foi obrigado a retroceder até a província da *Tarraconensis*.

O *magister militum* Castino, com um grande exército e reforço dos godos, leva a cabo ações de guerra contra os vândalos na *Bética*. Quando os tinha reduzido à escassez devido à força do assédio de um jeito tão grave que estavam preparando sua rendição, viu-se inesperadamente obrigado a combater em campo aberto, e junto à traição de suas tropas de reforço, teve que fugir derrotado a Tarragona (Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 69)<sup>459</sup>.

Um aspecto a ser notado no relato de Idácio é o destaque que ele dá para a informação da traição das tropas auxiliares godas. Em sua obra, o bispo tem algumas vezes um ponto de vista semelhante ao de Orósio e apresenta favoravelmente os godos em certos eventos<sup>460</sup>. Contudo, procura também

---

<sup>458</sup> Prosperi Tironis, *Epitoma Chronicon*, 395.

<sup>459</sup> *Castinus magister militum cum magna manu et auxiliis Gothorum bellum in Betica Vandalis infert; quos cum ad inopiam ui obsidionis artaret adeo ut se tradere iam pararent, inconsulte publico certamine confligens auxiliorum fraude deceptus ad Tarraconam uictus effugit.*

<sup>460</sup> TEILLET, Suzane - **Des Goths à la Nation Gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du Ve au VIIe siècle**, Paris: Les Beles Lettres, 1982, p. 219.

salientar em diversas outras passagens o quanto os godos quebram seus juramentos com os romanos.

Segundo a interpretação vigente neste trabalho, ao mostrar essa ambiguidade dos godos, Idácio deixa claro que, apesar do Império precisar de seus serviços, eles não são dignos de confiança, podendo a qualquer momento trair os acordos estipulados previamente e agirem de forma independente, o que em um aspecto mais amplo contrasta com a visão idealista desse povo que Orósio apresenta no final de sua obra.

Porém, apesar disso, eles serão considerados um mal necessário, um grupo que pode trair os romanos a qualquer momento, mas os únicos que poderiam enfrentar o povo que será posteriormente o maior antagonista identitário de Idácio, os suevos.

A tentativa de recuperação imperial de Castino foi a última grande investida do governo imperial a fim de reaver a totalidade da *Diocesis Hispaniarum* pelo meio militar. O fracasso de sua empreitada, somada à morte do imperador Honório ocorrida pouco tempo depois, deixou novamente a *Hispania* em segundo plano na administração imperial.

Após a morte de Honório em 423, um membro da nobreza imperial chamado João<sup>461</sup> usurpa o poder em Ravena e os membros da família teodosiana são obrigados a fugir para Constantinopla, entre eles Gala Placídia e seus filhos.

Em seu governo, João negligencia as *Diocesis* da Gália, *Hispania*, Britânia e África, e dirige sua atenção somente à Península Itálica, enquanto os generais Bonifácio e Aécio travavam embates por suas predominâncias na corte de Ravena.

A situação é resolvida somente em 425, quando o imperador oriental Teodósio II reconhece seu primo Valentiniano como César e envia um exército para Ravena que destitui e executa João<sup>462</sup>. Com esta execução, Valentiniano, que tinha somente cinco anos de idade, é nomeado Augusto<sup>463</sup> ocidental sob a

---

<sup>461</sup> Hydatius, *Chronica*, 74.

<sup>462</sup> Hydatius, *Chronica* I, 75.

<sup>463</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 76.



regência de sua mãe e o general Félix é nomeado patrício e *magister militum* ocidental.

Em sua regência, Gala Placídia se apoiaria em três grandes generais que tinham boas relações com os bárbaros, na Itália com Félix, que era casado com uma bárbara, na África com Bonifácio e finalmente com Aécio, com quem havia estabelecido um pacto para evitar uma guerra civil<sup>464</sup>.

Porém, nesses anos de disputas imperiais internas, os vândalos não ficaram estagnados e, aproveitando esse momento de distração da administração romana, realizaram saques e pilhagens na *Hispania*<sup>465</sup>.

Os anos compreendidos entre 423 e 425 foram marcados pela mobilidade e a multiplicação de frentes de ataques pelos vândalos. Gunderico saqueara a província das *Baleares*, *Carthago Nova*, *Hispalis* e realizara incursões inclusive à Mauritânia Tingitana<sup>466</sup>, o que mostra o completo abandono dessas províncias<sup>467</sup>.

Para Garcia Moreno, a tomada de *Carthago Nova* provavelmente possibilitou o acesso de Gunderico a um grande número de barcos. Através deles, o rei vândalo tratou de impedir por todos os meios que o governo imperial produzisse um novo bloqueio marítimo que ameaçasse suas provisões. Apoderando-se de tal poder sobre os mares, Gunderico podia colocar em perigo as rotas frumentárias que uniam África e *Hispania* com a Península Itálica e o sul da Gália. Nesses anos, o rei vândalo iniciaria uma hábil política de intimidação logística sobre o Império, que posteriormente se intensificaria com seu sucessor<sup>468</sup>.

A partir de 425, as informações sobre os vândalos cessam temporariamente, retornando apenas em 428 quando Idácio noticia que Gunderico tomou a capital da Bética, *Hispalis*, possivelmente com a intenção de se estabelecer ali. Porém, pouco tempo depois, morre repentinamente. Em

---

<sup>464</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 188.

<sup>465</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.176-177.

<sup>466</sup> Hydatius, **Chronica**, I, 77.

<sup>467</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.115.

<sup>468</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.52.

sua retórica, Idácio atribui a morte de Gunderico a um castigo divino, pois o rei vândalo teria tentando se apoderar do tesouro da igreja da cidade<sup>469</sup>.

Gunderico é sucedido por seu irmão Genserico, que Idácio faz questão de salientar que um dia fora católico, mas que nesse momento teria realizado uma apostasia da fé nicena e se tornado ariano<sup>470</sup>. Dessa forma, a monarquia vândala seguia os passos da goda e, a partir desse momento, estabelece sua sucessão régia baseada em um único clã e dentro de um âmbito familiar.

Segundo Rosa Sanz, não sabemos quando realmente se produz a conversão de Genserico, pois é certo que em sua entrada na Península Ibérica os vândalos ainda cultivavam suas antigas crenças pagãs.

Durante o século V, houve uma forte tendência das monarquias bárbaras em realizarem essa conversão, pois além dos godos que já eram convertidos no século IV e dos vândalos que se converteriam nesse momento, outros grupos como os burgúndios e os francos realizaram também essa passagem para o catolicismo.

A despeito dos inúmeros conflitos travados com a autoridade imperial, a condição cristã desses grupos convertidos era ressaltada muitas vezes como um elemento positivo pelas fontes romanas e como a principal responsável por certa “civilidade” destes em relação a outros grupos bárbaros ainda pagãos. Porém, esse cristianismo ariano era utilizado pela cultura bárbara ao mesmo tempo como um elemento de identidade e também de alteridade em relação aos romanos.

Patrick Geary aponta que os reis bárbaros utilizaram a religião ariana para fundar uma identidade comum. A família real goda – assim como a dos vândalos, dos burgúndios e de outros povos – foi ariana, sendo que essa fé se tornou intimamente identificada com o rei e seu povo<sup>471</sup>. Bruno Dumézil segue o pensamento de Geary, e afirma que um dos motivos de os godos professarem o arianismo se dava pelo fato de que essa doutrina lhes proporcionava uma forma de identidade étnica perante os romanos, o que os

---

<sup>469</sup> Hydatius, *Chronica* III, 79.

<sup>470</sup> Hydatius, *Chronica* III, 79.

<sup>471</sup> GEARY, Patrick. J. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, PETER; GRABAR, O. (Ed.). *Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.121.

convencia cada vez mais de que sua heterodoxia era um sinal de suas diferenças para com o Mundo Romano<sup>472</sup>.

A identidade ariana entre os vândalos seria tão forte que, segundo Brian Ward-Perkins, seus reis evitaram o máximo possível as conversões para o cristianismo niceno entre seus súditos, empregando inclusive antigas formas de perseguições romanas a seus adversários religiosos<sup>473</sup>.

Concordamos com as análises acima e, em nossa visão, a religião cristã, mesmo em sua vertente ariana, servia a um duplo propósito a essas populações bárbaras: primeiro o de aproximar sua identidade à *ciuitas* romana, com o abandono de seus antigos cultos e sua aproximação com o cristianismo; e depois, o de estabelecer uma identidade própria com a formação de uma religião romano-bárbara. Uma grande exceção a essa regra, durante certo período, foram os suevos, um caso particular que trataremos posteriormente.

Durante seu reinado, Genserico será o principal construtor de uma identidade romano - bárbara vândala. O primeiro passo já havia sido dado, com sua conversão ao arianismo, e o segundo seria a busca de um local onde poderia estabelecer um reino. A oportunidade surgiria em maio de 429, quando os vândalos saem da *Hispania* e entram nas províncias da África<sup>474</sup>. Os motivos são debatidos pela historiografia, eles poderiam ter aproveitado a desordem nas legiões africanas provocadas pela revolta do general Bonifácio<sup>475</sup> ou mesmo ter realizado um pacto com ele e sido chamados para a província<sup>476</sup>, uma visão que é baseada principalmente no relato do historiador Procópio que escreveu sobre os acontecimentos um século depois<sup>477</sup>. Porém, o certo é que as províncias africanas eram extremamente ricas e nelas não havia

---

<sup>472</sup> DUMÉZIL, B. **Les racines chrétiennes de l'Europe: conversion et liberté dans les royaumes barbares Ve-VIIIe siècle**. Paris: Fayard, 2008, p. 147-148.

<sup>473</sup> WARD-PERKINS, Brian. **A queda de Roma e o fim da civilização**. Lisboa: Alethéia Editores, 2006, p. 99.

<sup>474</sup> Hydatius, *Chronica*, V, 80.

<sup>475</sup> JONES, Arnold H.M. **The Later Roman Empire (284 - 602): a Social Economic and Administrative Survey, Vol. 1**. Oxford: Basil Blackwell, 1964, p. 190.

<sup>476</sup> COURTOIS, Christian. **Les Vandales et l'Afrique**. Paris: Arts et métiers graphiques, 1955, p.56; HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West (376-568)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 240; TORRES RODRÍGUEZ, Casimiro. **El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1977, p.68.

<sup>477</sup> Procopius Caesarensis, *De bellis*, III, 3, 21-26.

nenhum outro grupo bárbaro que pudesse competir com os vândalos, a despeito do que ocorria na *Hispania* e na Gália<sup>478</sup>.

A passagem dos vândalos para a África teria sido realizada de forma tranquila se não fosse um ataque ocorrido em sua retaguarda perto de *Emerita Augusta* protagonizado por um suevo chamado Hermigário, que, segundo Idácio, havia atacado também o santuário de santa Eulália<sup>479</sup>. O ataque obrigou Genserico a retroceder com um grupo de soldados até a cidade onde derrotou o grupo suevo. Com a derrota, Hermigário tentou fugir, mas acabaria morrendo afogado no rio Guadiana<sup>480</sup>. Com a vitória, Genserico termina a travessia de suas *gentes* para a África sem encontrar nenhum exército inimigo ou grupo armado que oferecesse resistência, o que mostra que as tropas romanas apontadas na *Notitia Dignitatum*, e que deveriam estar protegendo a região, não existiam<sup>481</sup>.

Segundo Pablo. C. Díaz, Hermigário atuava independentemente do monarca suevo Hermerico, e seu ataque teria sido motivado por disputas territoriais dos últimos anos, sendo a hipótese de combate por conta do governo imperial, tendo esse ataque sido uma contrapartida para um acordo formalizado, algo improvável de ter acontecido<sup>482</sup>.

De acordo com Rosa Sanz, a informação extra que Idácio fornece nesse relato, de que Hermigário havia profanado o santuário de Eulália, está inserida em um grupo de notícias muito semelhantes em seu discurso sobre os repetidos ataques aos santuários cristãos por parte dos bárbaros. Essas passagens buscavam justificar seu grau de barbárie, a existência de comunidades cristãs nas principais cidades da *Hispania* e também ocultar informações sobre os templos pagãos presentes nelas<sup>483</sup>.

Após seu estabelecimento na África, os vândalos rapidamente reorganizaram seu aparato político e administrativo, cunharam sua própria moeda, onde seus monarcas se intitulavam "*Rex Wandalorum et Alanorum*", se

---

<sup>478</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 67.

<sup>479</sup> Hydatius, *Chronica*, V, 80.

<sup>480</sup> Hydatius, *Chronica*, V, 80.

<sup>481</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.118-119.

<sup>482</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 67-68.

<sup>483</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 189.

alojaram em suas ricas *villae*, se tornaram adeptos de costumes romanos como os banhos, permitiram aos bispos que não tivessem se colocado em seu caminho a reorganização de suas igrejas, fecharam as casas de prostituição e os centros de ócio, expropriaram os bens de seus opositores e fizeram pactos com as aristocracias locais para alcançarem a paz<sup>484</sup>.

O ataque contra Hermigário foi a última intervenção no período dos vândalos na Península Ibérica, pois devido a sua necessidade de impor-se pela força na África e a constante ameaça de ataques do governo imperial, Genserico concentrou, até 442, seus esforços para fortalecer seu domínio na região, quando o Império finalmente reconheceu, por meio de um *foedus*, sua autoridade na *Diocesis* da África. Desse modo, a partir de 429, o único grupo bárbaro que permanecerá na *Hispania* serão os suevos, que a partir desse momento intensificarão suas ações e relações com a população hispano-romana<sup>485</sup>.

Apesar de serem, entre os grupos que cruzaram os Pirineus em 409, possivelmente os mais fracos e menos numerosos, isso acabou não se traduzindo como uma desvantagem total para os suevos. Devido a sua condição, seu grupo acabou ocupando uma região que era pouco valorizada pela Autoridade Imperial Romana e por isso fora deixado de lado por Ravena em suas ações militares de restauração imperial. Porém, com a saída dos vândalos, os suevos acabam por assumir o protagonismo na Península Ibérica, sendo o último obstáculo para a recuperação da ordem imperial. Entretanto, se os vândalos haviam encontrado oposição nas cidades do sul da *Hispania*, os suevos serão apresentados imediatamente em guerra contra a população do Noroeste<sup>486</sup>.

A partir desse momento os suevos começam a ter destaque na crônica de Idácio, sendo praticamente o único documento contemporâneo a fornecer informações sobre sua monarquia e sobre a população hispano-romana. Idácio havia sido elevado ao episcopado em 427 e desde esse momento se tornara uma espécie de autoridade político-religiosa da *Gallaecia*, tendo um papel ativo

---

<sup>484</sup> SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009, p. 191.

<sup>485</sup> COLLINS, Roger. **La España visigoda 409-711**. Barcelona: Crítica, 2005, p. 24-25.

<sup>486</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 72.

no enfrentamento à monarquia sueva e na defesa dos interesses dos que chamaria de *callicis* ou mesmo *gallecis*, a população que habitava a província romana da *Gallaecia*.

Porém, mesmo com sua posição, Idácio não era um representante de toda a população galaico-romana, mas sim de suas aristocracias que provavelmente tiveram um grande peso em sua elevação ao episcopado, alguns dos quais buscavam uma política de apaziguamento com os bárbaros<sup>487</sup>.

Segundo Purificación Ubric Rabaneda, uma das estratégias utilizadas pelas aristocracias para dar resposta às mudanças que enfrentavam foi o ingresso de seus membros na hierarquia eclesiástica, já que o prestígio e a autoridade que possuía a *ecclesia* nesses momentos lhes permitiam seguir detendo as prerrogativas que sempre haviam possuído na sociedade. Ademais eram eles, os *potentes*, quem contariam com melhor preparação para desempenhar as funções civis e sociais dos bispos e nos quais a população teria mais confiança nas eleições episcopais, pois era esperado que colocassem a serviço da cidade seus dotes e recursos econômicos<sup>488</sup>.

Essa população, que confiaria sua liderança aos bispos, pertencia às classes mais elevadas e habitaria as chamadas *ciuitates*, núcleo populacionais mais ricos e romanizados, que possuíam órgãos de administração imperial, como por exemplo a cúria. Em contrapartida, havia também a população chamada genericamente por Idácio de *plebs*, que habitavam os *castella* (etimologicamente um diminutivo de *castrum*), que eram núcleos populacionais menores e mais rurais, onde provavelmente habitava a população com origem pré-romana. O termo era provavelmente um substituto para a palavra *vicus* que não aparece na crônica<sup>489</sup>. Esse último grupo tinha um modo de organização

---

<sup>487</sup> MOLE, CONCETTA. Uno storico del V secolo: Il vescovo Idazio. *Sicolorum Gymnasium*, nº 27, 1974, p.306.

<sup>488</sup> UBRIC RABANEDA, Purificación. La adaptación y la aristocracia hispanorromana al dominio bárbaro (409-507). *Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, nº 16, 2004, p.198.

<sup>489</sup> DÍAZ, Pablo C. Estructuras de gobierno local en la Antigüedad Tardía. *Studia Zamorensia Historica*, nº 8, 1987, p. 242-243.

distinto das *ciuitates* e teria uma identificação de poder baseada em um conselho de anciões ou notáveis dentro uma tradição camponesa primitiva<sup>490</sup>.

Abbot e Johnson sugerem que a entrada dos bárbaros provocou a subversão de um grande número de municipalidades e que em muitos distritos, apareceu alguma forma de governo tribal, onde a comunidade aldeã ocupava um lugar fundamental<sup>491</sup>.

Porém, Pablo C. Díaz afirma que a reaparição das formas tribais não foi um processo mecânico iniciado com o advento dos bárbaros. O autor recorda que a organização romana havia se instalado sobre estruturas indígenas especialmente ancoradas em suas formas sociais e organizativas, e que esse processo de reaparição de formas não romanas no Noroeste hispânico durante o século V corresponde a uma realidade anterior à chegada dos bárbaros.

Assim, o processo de disputa entre a administração romana, que queria controlar e manter as velhas estruturas, e os grandes proprietários, que queriam apropriar-se das terras dos municípios, ao mesmo tempo em que se tornavam independentes deles, se uniria nesse caso às tendências desintegradoras que surgiam da desagregação das cidades. O desaparecimento do poder romano, que havia começado mesmo antes dos desdobramentos de 409/411 provocados pelas usurpações do período, somente havia acelerado um processo que já estava começando a se configurar anteriormente<sup>492</sup>.

É justamente nesse período que Idácio faz referência em sua crônica a esses dois tipos de núcleos populacionais, quando comenta a resistência da população hispano-romana após a entrada dos bárbaros: "Os hispânicos que sobreviveram às pragas nas *ciuitates et castellae*, se veem submetidos à escravidão dos bárbaros que reforçam o seu domínio pelas províncias (Hydatius, *Chronica*, XVII, 41)".

---

<sup>490</sup> CANDELAS COLODRÓN, César. «Plebs» Y Aristocracia en El Cronicón de Hidacio: La Organización Política Hspanorromana en el Siglo V. **Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica**, nº 13, 2001, p.138.

<sup>491</sup> ABBOT, F.F.; JOHSON, A. Ch. **Municipal administration in Roman Empire**. Princeton, 1926, p. 227.

<sup>492</sup> DÍAZ, Pablo C. Estructuras de gobierno local en la Antigüedad Tardía. **Studia Zamorensia Historica**, nº 8, 1987, p. 243.

Após esse primeiro trecho, o bispo somente volta a fazer referência a essas localidades após a saída dos vândalos da *Hispania*, onde informa a ocorrência de enfrentamentos entre os suevos de Hermerico e a *plebem* que habitava as *castella tutiora*, que poderia ser um local de residência habitual da aldeia ou alguma zona de refúgio específica<sup>493</sup>.

Os suevos, sobre as ordens de seu rei Hermerico andavam a saquear partes do centro da *Gallaecia*. Sem dúvida, ao morrer alguns dos seus nas mãos da *plebem* que conservava as *castella tutiora* mais seguras e outros a estarem em cativeiro, retomaram a paz que romperam depois de proceder a devolução das famílias que tinham como prisioneiras. (Hydatius, *Chronica*, VI, 81)<sup>494</sup>.

Um aspecto a se notar dessa passagem é que mesmo após vinte anos de sua entrada na *Gallaecia*, os suevos aparentemente ainda não haviam se fixado em lugar específico e seguiam se comportando como um grupo de seminômades saqueadores frente ao qual a população local havia organizado sistemas de defesas<sup>495</sup>.

Até esse momento, Idácio somente menciona em sua crônica acordos e negociações exclusivamente locais e que de tão frágeis se rompiam a todo o momento. Não há informações sobre acordos imperiais ou terras e lugares ocupados, sendo legítimos ou não<sup>496</sup>.

A falta de uma unidade e de uma identidade política entre os habitantes da *Gallaecia* dificultava ainda mais o estabelecimento de tratados duradouros, pois, muitas vezes, acordos que eram estipulados com um grupo não valiam para outro, o que tornava a província uma região onde ocorriam permanentes conflitos.

Esse aspecto provisório das negociações continua na próxima notícia do bispo que afirma que mais uma vez os suevos rompem a paz que havia sido acordada com os *Callicis*, um termo que substitui a palavra "*plebem*" e que

---

<sup>493</sup> DÍAZ, Pablo C. Estructuras de gobierno local en la Antigüedad Tardia. **Studia Zamorensia Historica**, nº 8, 1987, p. 242.

<sup>494</sup> *Suebi sub Hermerico rege medias partes Gallaecia depraedantes per plebem quae castella tutiora retinebat acta suorum partim caede, partim captiuitate, pacem quam ruperant familiarum que tenebantur redhibitione restaurant.*

<sup>495</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 73.

<sup>496</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 73.



deve ser entendido apenas com o sentido genérico de comunidade, não definindo nenhuma condição social da população<sup>497</sup>.

Na tentativa de mudar essa situação, Idácio lidera uma embaixada ao *dux utriusque militiae*<sup>498</sup> Aécio, que estava realizando uma campanha contra os francos na Gália.

De novo os suevos, na primeira ocasião que viram propícia, perturbam a paz acordada com os galaicos. Devido aos seus saques, o bispo Idácio recebe o encargo de uma embaixada ao *dux* Aécio, que estava a levar cabo uma expedição nas Gálias (Hydatius, *Chronica* VII, 86)<sup>499</sup>.

Segundo Bruno Miranda Zétola, como no período não havia nem um Estado e nem uma burocracia, nos sentidos atuais dos termos, serão as relações de identidade e alteridade entre unidades políticas soberanas que permitiriam e fomentariam a existência das relações diplomáticas entre elas. Essas relações seriam motivadas por objetivos que estariam relacionados sempre com a questão do poder, seja de uma autoridade ou de sua unidade política. Desse modo, a diplomacia constituiria, ao lado da guerra, um dos meios que o soberano possuiria para alcançar seus objetivos de política externa<sup>500</sup>.

Com o avanço da deterioração do poder imperial na *Diocesis Hispaniarum*, caberá cada vez mais às autoridades regionais se utilizarem dos meios diplomáticos para tentar chegar a algum acordo com os grupos bárbaros<sup>501</sup>. Idácio, como líder de uma comunidade provincial percebe a importância desse mecanismo de comunicação política, e além de liderar

---

<sup>497</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 2015, p. 60.

<sup>498</sup> *Dux* responsável pelo comando da cavalaria e da infantaria, combinando as funções dos antigos *magister peditum* e *magister equitum*.

<sup>499</sup> *Rursum Sueui initam cum Callicis pacem libata sibi occasione conturbant; ob quorum depraedationem Ydatius episcopus ad Aetium ducem, qui expeditionem agebat in Gallis, suscipit legationem.*

<sup>500</sup> ZÉTOLA, Bruno Miranda. **Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Editora UFPR, 2012, 28.

<sup>501</sup> GILLET, Andrew. **Envoys and political communication in Late Antique West: 411-513**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p.37.

algumas embaixadas, faz questão de registrar em sua crônica a existência de quarenta e duas legações, um número sem igual nas fontes dessa natureza<sup>502</sup>.

Nessa época, devido, principalmente, ao escasso número de soldados de que dispunha, o governo imperial não tinha mais condições de impor a paz em suas províncias, como fazia antigamente. Agora, em muitos casos, tentava se valer da ferramenta diplomática buscando negociar uma convivência pacífica com seus adversários.

Apesar da tentativa de Idácio, a embaixada de 431 não alcança o resultado esperado, pois além de Aécio estar com problemas internos na corte de Ravena, tendo conflitos com Gala Placídia e o general Bonifácio, ele não dispunha também de tropas suficientes para auxiliar os galaico-romanos. Sem poder enviar soldados para ajudar na questão, Aécio lança mão do viés diplomático e envia para a *Gallaecia*, junto com Idácio, o *comes* Censório que seria um representante imperial nas negociações com os suevos, dando aos acordos estabelecidos um viés mais legitimado<sup>503</sup>.

Segundo Sanz Huesma, Censório é enviado na qualidade somente de embaixador, sem mando sobre nenhuma tropa ou exército, visão que é baseada no próprio termo utilizado por Idácio para designá-lo, *comes legatos*, um vocabulário habitual do próprio bispo reservado para designar embaixadas, como faria também posteriormente<sup>504</sup>.

De acordo Pablo C. Díaz, a atitude de Idácio pretendia também, por outro lado, buscar um interlocutor imperial direto sem precisar contar com a intervenção dos godos, que já haviam tentado negociar com os suevos enviando da Gália um nobre chamado Vetto<sup>505</sup>, que acabou não conseguindo levar a cabo nenhuma negociação<sup>506</sup>.

Idácio mostra mais uma vez nessa passagem sua desconfiança com os godos ao indicar que Vetto poderia ter sido enviado com a intenção de realizar

---

<sup>502</sup> ZÉTOLA, Bruno Miranda. **Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p.34.

<sup>503</sup> Hydatius, *Chronica* VIII, 88.

<sup>504</sup> SANZ HUESMA, Francisco Javier. *Hidacio y Censorio: El foedus de 438 entre Roma y los suevos*. **POLIS. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica** v. 21, 2009, pp. 67.

<sup>505</sup> Hydatius, *Chronica*, VII, 87.

<sup>506</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 74.

uma negociação que trairia o *foedus* estabelecido com o governo imperial, porém não obtendo resultado.

Em nossa visão, nesse momento os suevos estavam mais dispostos a negociar com o poder imperial do que com outro grupo bárbaro, pois apesar de estar enfraquecido, mesmo assim o Império dispunha de prestígio o suficiente para poder negociar. O rei Hermerico ainda buscava o reconhecimento de sua autoridade sobre os suevos e um assentamento oficial para suas *gentes*, esse tipo de negociação somente poderia ser feito com um representante do poder imperial e não com outros bárbaros.

As negociações de Censório e Idácio começam a apresentar seus primeiros resultados, e o bispo informa que um novo acordo de paz é estabelecido entre o rei Hermerico e os *gallecis*, após uma prévia entrega de reféns<sup>507</sup>. Essas negociações continuam e Hermerico envia o bispo galaico Symphosio como seu representante ante as autoridades imperiais, em um gesto que pode ser interpretado como uma disposição de certos setores da sociedade galaico-romana em colaborar ou realizar uma mediação com o rei suevo<sup>508</sup>. A associação da aristocracia episcopal com o rei dos suevos provavelmente indica uma tentativa de ambos de legitimar a presença sueva na província, mas, como Idácio<sup>509</sup> indica, essa tentativa falhou<sup>510</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz<sup>511</sup>, apesar das negociações, o governo de Ravena ainda não estava disposto a ceder às exigências dos suevos e estava centrando seus esforços na Gália, onde Aécio, que havia derrotado seus adversários e assumido o cargo de *magister militum* ocidental<sup>512</sup>, enfrentava noros<sup>513</sup>, francos<sup>514</sup>, burgúndios<sup>515</sup> e tinha também problemas com os godos,<sup>516</sup> que haviam sitiado recentemente Narbona<sup>517</sup>.

---

<sup>507</sup> Hydatius, *Chronica*, VIII, 91.

<sup>508</sup> BECKER, Audrey. *Les relations diplomatiques romano-barbares en Occident au Ve siècle: acteurs, fonctions, modalités*. Paris: De Boccard, 2013, p. 140.

<sup>509</sup> Hydatius, *Chronica*, VIII, 92.

<sup>510</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 74

<sup>511</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 74

<sup>512</sup> Hydatius, *Chronica*, VIII, 94.

<sup>513</sup> Hydatius, *Chronica*, VII, 85.

<sup>514</sup> Hydatius, *Chronica*, VIII, 83.

<sup>515</sup> Hydatius, *Chronica*, XII, 99 e XIII, 102.

<sup>516</sup> Hydatius, *Chronica*, XIII, 105.

<sup>517</sup> Hydatius, *Chronica*, XII, 98.

Em 437, há uma nova tentativa de negociações e Censório lidera novamente uma embaixada direcionada aos suevos, dessa vez acompanhado de um indivíduo de origem bárbara, que não tem informada sua origem. Através dessa embaixada, há o estabelecimento de um novo acordo com os galaico-romanos<sup>518</sup>.

Apesar do acordo estabelecido, em nenhum momento Idácio deixa claro que esse intercâmbio de embaixadas culminou em um acordo com o Império e que se tivesse produzido um reconhecimento do domínio dos suevos na *Gallaecia*, por mais que esse fosse o objetivo que buscavam<sup>519</sup>.

No entanto, a próxima notícia de Idácio sugere que a monarquia sueva estava passando por transformações. O bispo informa que o rei Hermerico estava doente e que fora obrigado a colocar seu filho Réquila para governar em seu lugar: "O rei Hermerico, é atingido pela enfermidade, seu filho Réquila o substitui no reino (Hydatius, *Chronica*, XIII, 106)"<sup>520</sup>.

Essa é a primeira vez que uma fonte traz informações sobre a sucessão régia em uma monarquia sueva. Como ocorria antigamente com os demais grupos bárbaros, esse processo nunca havia sido hereditário e a passagem de poder nunca havia sido feita com o monarca anterior ainda vivo. Sendo assim, é provável que nesse momento os suevos iniciaram um processo de aproximação de sua identidade com uma identidade imperial romana, realizando uma emulação da antiga tradição romana do *consortio imperium*, já realizada pelos godos desde a passagem de poder de Alarico para Ataúlfo. Essa tradição seguiria sendo emulada pelos demais povos bárbaros e se caracterizaria pela criação de uma identidade de seu povo em torno da estirpe régia de seu governante.

Patrick J. Geary indica que os reis bárbaros começaram a tentar transformar os membros culturalmente distintos de seus exércitos em um povo unificado e com um senso de identidade enquanto mantinham sua distância da maior parte da população romana de seus reinos. Essa identidade foi traçada a

---

<sup>518</sup> Hydatius, *Chronica*, XIII, p. 105.

<sup>519</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 74. Para uma visão diferente acerca dessa questão: SANZ HUESMA, Francisco Javier. *Hidacio y Censorio: El foedus de 438 entre Roma y los suevos*. **POLIS. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica** v. 21, 2009, pp. 59-75.

<sup>520</sup> *Hermericus rex morbo oppressus Rechilam filium suum substituit in regnum*.

partir das vagas tradições familiares que foram reinterpretadas e transformadas pelas novas situações nas quais se encontravam. Para os visigodos, a família Balta proveu o centro desta tradição. Para os vândalos, foi a dos Asdingos; para os ostrogodos, a dos Amalos. Essas famílias reais projetaram seu passado imaginado para seu povo como um todo, provendo um senso comum de origem para ser compartilhado por toda a elite militar<sup>521</sup>.

Leila Rodrigues da Silva afirma que podemos atribuir a Hermerico a inauguração da sucessão hereditária entre os suevos, pois este procedimento não era habitual. Segundo a autora, por meio desta iniciativa, Hermerico cercou-se de garantias e assegurou sua linha sucessória antes mesmo de estar impossibilitado de comandar<sup>522</sup>.

Segundo Pablo C. Díaz, nesse momento nós já podemos indicar que a dinastia de Hermerico se fundamentava na existência de um clã real, de uma "estirpe régia" equivalente àquela dos baltos e dos amalos entre visigodos e ostrogodos, e aos asdingos e silingos nos vândalos, sendo que tais nomes designariam casas reais e não tribos. Como nestes casos, também entre os suevos um clã determinado havia monopolizado a função de *rex* em algum momento desconhecido na etapa da *Völkerwanderung*<sup>523</sup>, gerando o direito que parece amparar Hermerico para transmitir o poder a seu filho Réquila. Este mesmo direito permite, em 448, a sucessão de Réquila por seu filho Requiário<sup>524</sup>.

Estamos de acordo com a visão desses autores e, em nossa leitura, essa transição régia marca o início do processo de assimilação das instituições romanas pelos suevos, um processo que fortaleceria sua monarquia e que permitiria a seus líderes um poder maior de negociação com a Autoridade Imperial Romana. Portanto, a partir desse momento temos o início da construção de uma identidade monárquica sueva baseada inicialmente na

---

<sup>521</sup> GEARY, Patrick. J. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, PETER; GRABAR, O. (Ed.). **Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World**. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.121.

<sup>522</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008, p.40.

<sup>523</sup> Migração dos povos.

<sup>524</sup> DÍAZ, Pablo C. Los distintos grupos sociales del noroeste hispano y la invasión de los suevos. **Studia historica. Historia antigua**, nº 1, 1983, págs. 80-81.

assimilação da instituição da sucessão hereditária, que já era presente há muito tempo entre os romanos e que havia sido emulada recentemente pela monarquia goda.

Nessa mesma passagem, Idácio mostra que essas negociações teriam algum futuro, pois ao relatar a transição de poder, o bispo se utiliza pela primeira vez do termo *regnum* para os suevos, o que mostraria que a monarquia sueva já teria um reconhecimento do governo imperial de sua autoridade na *Gallaecia*. Porém, como dissemos anteriormente, não há a menção explícita de Idácio sob um acordo de federação e reconhecimento dos suevos em sua obra, o que poderia ser uma omissão do autor, que já havia omitido outros acontecimentos em sua obra, pois não aceitava o domínio dos suevos na província, ou novamente pelo fato dele estar escrevendo sua crônica em um momento posterior, no qual os suevos já teriam obtido o reconhecimento de sua autoridade na província.

Um fato que indica a inexistência de um acordo de reconhecimento entre suevos e romanos nesse momento é a continuação da passagem onde Idácio informa a transição de poder entre os suevos, onde relata o ataque de Réquila às tropas de Andevoto, um indivíduo de origem desconhecida, na província da *Bética*, o que teria resultado no saque de uma grande quantidade de ouro e prata para os suevos<sup>525</sup>.

Diferentemente de seu pai, que havia centrado sua atuação em uma esfera local e praticamente não havia empreendido ações fora da província da *Gallaecia*, Réquila realizará uma política mais agressiva até o sul da *Hispania*, visando às províncias da *Lusitânia* e da *Bética*. Essas campanhas responderiam tanto a um objetivo estratégico como econômico, pois o rei suevo atacava assim duas regiões com uma quantidade de riquezas muito superiores ao Noroeste peninsular e que não contavam nesse momento com um controle administrativo imperial muito forte, como a *Tarraconense* e a *Cartaginense* tinham<sup>526</sup>.

Nos dois anos seguintes, o novo rei suevo se concentraria em tentar tomar o controle do Vale do rio Guadiana, conseguindo ocupar a cidade de

---

<sup>525</sup> Hydatius, *Chronica*, XIII, 106.

<sup>526</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 75.

Mérida em 439<sup>527</sup>. O controle da capital da *Lusitânia*, que era a capital da *Diocesis* e a sede do *vicarius*, permitiu ao rei suevo controlar o que restava do aparato administrativo romano na região<sup>528</sup>.

Para tentar resolver essa situação, o governo imperial envia novamente o *comes* Censório à região. Ele se estabeleceria na cidade de Mértola e tentaria negociar uma nova trégua com os suevos. Porém, diferentemente de seu pai, Réquila estava mais empenhado em sua expansão militar do que em realizar negociações. Em 440, o rei suevo sitiava a cidade de Mértola e obriga Censório a se entregar<sup>529</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz, as conquistas de Mérida e Mértola são indícios do caráter estratégico que tinha a campanha de Réquila. Com suas vitórias, além de conseguir o controle da capital da *Diocesis*, o rei suevo dominava um importante porto fluvial, a cidade de Mértola, que era uma parada importante na difícil navegação do rio Guadiana. A conquista e ocupação dessas duas cidades implicava no controle da saída do atlântico, que era uma via comercial e de comunicação de grande importância<sup>530</sup>.

Logo após essas vitórias, Idácio noticia a morte do antigo rei Hermerico depois de quatro anos doente<sup>531</sup>. A morte de seu pai fortaleceu a posição de Réquila e permitiu ao novo rei centrar a autoridade da monarquia sueva em torno de si, já que anteriormente suas ações deveriam passar pela aprovação de seu pai, pois, de acordo com Idácio, Réquila havia até o momento substituído<sup>532</sup> e não o sucedido<sup>533</sup>.

Leila Rodrigues da Silva questiona essa suposta doença prolongada de Hermerico, afirmando que quatro anos para a transição de poder entre os suevos seria um período demasiadamente longo. A autora lembra que por mais que o rei suevo se vinculasse a uma estirpe régia, sua autoridade procedia sobretudo de sua capacidade de guerreiro, o que requeria frequentes

---

<sup>527</sup> Hydatius, *Chronica*, XV, 111.

<sup>528</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.56.

<sup>529</sup> Hydatius, *Chronica*, XVI, 113.

<sup>530</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 77.

<sup>531</sup> Hydatius, *Chronica*, XVII, 114.

<sup>532</sup> *Hermericus rex morbo oppressus Rechilam filium suum substituit in regnum* (Hydatius, *Chronica*, XIII, 106). Grifo nosso.

<sup>533</sup> PAMPLIEGA, Javier. *Los germanos en España*. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 304.

campanhas militares, algo que Hermerico estaria incapacitado de fazer, tendo em conta que sua doença o impediu inclusive de governar<sup>534</sup>.

Essa é uma questão de difícil resolução, mas que podemos explicar com base no aspecto do fortalecimento da identidade régia sueva, que nesse momento buscava fortalecer o núcleo aristocrático dirigente dos suevos, ao invés de se apegar à antiga tradição germânica de sucessão com base nas assembleias de clãs. Como indica a própria autora, ao afirmar que Hermerico, dispondo de uma elevada autoridade sobre os suevos, garantiu o controle de sua sucessão, não apenas colocando Réquila no poder, mas também o orientando e participando das principais decisões concernentes a seu grupo bárbaro. Essa sua permanência e interferência no núcleo decisório dos suevos justificaria, inclusive, a menção à sua morte, mesmo depois de alguns anos após ter deixado o cargo de rei dos suevos<sup>535</sup>.

Após a sucessão, e tendo sua posição de rei fortalecida, Réquila retoma suas campanhas e conquista a cidade de *Hispalis*, expandindo sua hegemonia militar pelas províncias da *Bética* e da *Cartaginense* e estabelecendo seu domínio por quase toda a *Hispania*, à exceção da província da *Tarraconense*<sup>536</sup>.

Após a ocupação da *Bética* e da *Cartaginense* em 441, as notícias sobre os suevos só retornam em 446, quando Idácio informa que um contingente romano liderado pelo *magister utriusque militiae* Vito e auxiliado por tropas godas estava saqueando as duas províncias. Ao ter notícia desses acontecimentos, Réquila ataca as tropas de Vito, obrigando-o a fugir derrotado. Após o ataque, o rei suevo ordena o saque das províncias<sup>537</sup>.

Vito, uma vez que foi nomeado *magister utriusque militiae*, é enviado a *Hispania* com apoio de uma tropa de reforço nada exígua. Quando estava incomodando a *Cartaginense* e os Béticos, apareceram ali, de repente, os suevos junto com o seu

---

<sup>534</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008, p.40.

<sup>535</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008, p.40.

<sup>536</sup> Hydatius, *Chronica*, XVII, 115.

<sup>537</sup> Hydatius, *Chronica*, XXII, 126



mesmo rei, e depois de serem derrotados no encontro com os godos que acudiram a sua ajuda com fim de proceder o saque, entrou em um patético terror e fugiu. Os suevos assolam de imediato todas aquelas províncias por meio de um grande saque. (Hydatius, *Chronica*, XXII, 126)<sup>538</sup>.

Um aspecto a se notar nessa passagem de Idácio é o duplo saque realizado nas províncias da *Bética* e da *Cartaginense*. Devido as duas províncias estarem em um local de hegemonia político-militar dos suevos, possivelmente o governo imperial não as considerasse nesse momento como um território romano e necessitando de recursos tenham realizado uma campanha de saque para suprir as perdas com o fim da arrecadação de impostos. Por outro lado, apesar de seu domínio na região, os suevos também não consideravam essas províncias como integrantes de seu território, tendo elas somente sob sua influência político-militar, o que permitiria uma campanha de saque, principalmente após a vitória sobre um inimigo.

Esse episódio mostra a difícil situação da população dessas províncias, que nesse momento não eram consideradas pertencentes ao Império Romano e nem integrantes de um reino suevo, tendo suas propriedades saqueadas por ambos os grupos. Com essa situação, se torna cada vez mais forte o processo de fortalecimento das aristocracias locais, que estariam desvinculadas de um âmbito mais universal e teriam um poder mais autônomo baseado nos grupos heterogêneos locais e que serviriam como interlocutores válidos entre as populações autóctones e os demais grupos da região<sup>539</sup>.

O saque da *Bética* e da *Cartaginense* foi a última ação de Réquila que Idácio noticia, sendo que na próxima entrada sobre os suevos, o bispo informa acerca de sua morte e sobre a transição de poder na monarquia sueva em 448. Com seu entorno político fortalecido devido às vitórias dos últimos anos e, sobretudo com a criação de uma dinastia em torno da figura do antigo rei Hermerico, o rei Réquila consegue estabelecer como sucessor seu filho Requiário, que daria continuidade à política expansionista do pai, mas que

---

<sup>538</sup> *Vitus magister utriusque militiae factus ad Hispanias missus non exigue manus fultus auxilio, cum Carthaginenses uexaret et Beticos, succedentibus cum rege suo illic Sueuis, superatis etiam in congressione qui ei ad depredandum in adiutoriun uenerant Gothis, territus miserabili timore diffugit. Sueui exim ilas prouincias magna depredatione subuertunt.*

<sup>539</sup> PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 311-312.

produziria profundas transformações na construção da identidade monárquica sueva.

Em seu governo, Requiário procuraria estreitar vínculos com o governo imperial romano, ao mesmo tempo em que buscava também aprofundar seus laços com o reino dos godos. O primeiro passo dessa transformação fica claro justamente na passagem em que Idácio narra a transição de poder entre os suevos e destaca a religião de seu novo rei.

O pagão Réquila, rei dos suevos, morre em Mérida no mês de agosto. De imediato o sucedeu no reino a seu filho, o católico Requiário, apesar de encontrar adversários ocultos mesmo entre sua própria família. Tão logo possuiu o reino, se lançou sem demora a invadir as regiões mais afastadas em busca de butim (Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 129)<sup>540</sup>.

Segundo Pablo C. Díaz, a identificação entre os guerreiros suevos e seu rei obrigava-os em certa medida a professar a religião de seu líder, pois desse modo seria mantida sua unidade. Contudo, o entorno do monarca poderia ter visto essa conversão, que parecia ser anterior à chegada ao trono, como uma renúncia a sua própria identidade, e por isso ter realizado oposição à elevação do novo rei.<sup>541</sup>

Apesar das dificuldades, Requiário assume o trono suevo e promove a conversão de suas *gentes* ao cristianismo niceno, tornando os suevos o primeiro grupo bárbaro a realizar, no âmbito do poder real, uma conversão direta da religião pagã ao cristianismo niceno, sem passar por sua vertente ariana.

A nosso ver a conversão de Requiário ao cristianismo niceno servia a um duplo propósito: o de fomentar uma associação identitária de seu povo à *ciuilitas* romana – porém de forma mais profunda do que qualquer outro povo bárbaro já havia feito –; ao mesmo tempo em que criava uma identidade própria para as suas *gentes*, pois essa se tornava a primeira monarquia romano-bárbara cristã da História e poderia se contrapor às demais monarquias romano-bárbaras arianas.

---

<sup>540</sup> *Rechila rex Sueuorum Emerita gentilis moritur mense Augusto; cui mox filius suus catholicus Rechiarius succedit in regnum, nonnullis quidem sibi de gente sua emulis, sed latenter. Obrento tamen regno sine mora ulteriores regiones inuadit ad predam.*

<sup>541</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 78.

Não podemos afirmar se, além da questão política, Requiário e seus seguidores começaram a professar a fé nicena por se identificarem teologicamente com o credo oficial da *ecclesia* cristã. As fontes do período não nos trazem essa informação de modo mais concreto e negar essa possibilidade nos faria caminhar por uma interpretação anacrônica e meramente política da crônica de Idácio. Porém, podemos interpretar que, independentemente do aspecto religioso, a conversão ao cristianismo niceno foi extremamente útil aos planos de Requiário, que continuava seu processo de aproximação com uma identidade imperial romana, assimilando dessa vez sua religião oficial.

Outro elemento utilizado pelo novo rei suevo para atrelar sua identidade a uma identidade imperial romana foi a emulação do sistema monetário imperial. O ato de realizar cópias da moeda considerada mais forte não era algo novo em si, sendo uma atividade comum em toda a Antiguidade. Diversos outros povos já haviam feito imitações monetárias romanas com o objetivo de aumentar a popularidade e a aceitação de seu cunho.

Segundo Ruth Pliego Vázquez, os godos já seriam adeptos dessa prática desde seu assentamento na *Aquitania Secunda*, sendo suas cunhagens caracterizadas pelo exclusivo cunho de imitações da moeda imperial romana até o ano de 484<sup>542</sup>.

Ainda segundo a autora, em linhas gerais, os godos emitiram suas moedas com o nome do imperador vigente, independentemente de como estavam as relações diplomáticas de seu povo com a Autoridade Imperial Romana<sup>543</sup>.

Essas primeiras séries de imitações provavelmente foram realizadas pela iniciativa do rei Teodorico I (418 - 451) a partir de um *sólidus*<sup>544</sup> cunhado pelo imperador Honório nas cidades de Milão, Ravena ou Roma, como retratado na imagem a seguir:

---

<sup>542</sup> PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth. **La moneda visigoda I**. Sevilla: Secretariado de publicaciones Universidad de Sevilla, 2009, p.72

<sup>543</sup> PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth. **La moneda visigoda I**. Sevilla: Secretariado de publicaciones Universidad de Sevilla, 2009, p.73.

<sup>544</sup> Moeda romana de ouro criada por Constantino em 310 para substituir o Áureo. Foi cunhada no Baixo Império entre os séculos IV, V até o século X. No Império Bizantino recebeu o nome grego de *nomisma*. Estava dividida em vinte e quatro *siliquae* (ALFARO ASINS, Carmen; MARCOS ALONSO, Carmen; OTERO MORÁN, Paloma; GRAÑEDA MIÑÓN, Paula. **Diccionario de Numismática**. Solana e hijos S.A, 2009. p. 164).



Sólidos em exposição no Museu de Burgos. Imagem retirada de Pliego Vázquez (2009, pg.73)

Essa moeda apresenta no anverso a efígie de Honório com a inscrição “DNHONORI VSPRAUG”<sup>545</sup>. No reverso aparece a figura do imperador de corpo inteiro com pose vitoriosa, colocando seu pé sobre um cativo e levantando um estandarte com sua mão direita e a representação de uma vitória com a esquerda. A inscrição “VICTORE AAVGGG”<sup>546</sup> está rodeando a imagem. Ao lado da figura aparecem as letras RV, uma referência de que a moeda teria sido cunhada em Ravena, e aos pés de Honório está a inscrição CONOB, cujo significado é que tal moeda tem a certificação de Constantinopla de que o ouro empregado em sua confecção é de qualidade. A moeda em si não tinha nenhuma alusão ao rei godo do período, sendo provavelmente utilizada para fins fiscais<sup>547</sup>.

Essas cópias godas continuaram a ser feitas no decorrer do século V, na maioria das vezes imitando o cunho do imperador que estava no poder e demorando um tempo razoável para se adequar às emissões de um novo governante. Fora o exemplar de Honório, há outras emissões que são também comprovadamente cópias godas com as efígies dos imperadores como as de Valentiniano III (425-455) que foram confeccionadas pelos reis Teodorico I e Teodorico II (453-466), e as do imperador Líbio Severo (461-465), feitas

<sup>545</sup> *Dominus Noster Honório Princeps Augustus.*

<sup>546</sup> *Vitoria Augusta.*

<sup>547</sup> VALVERDE CASTRO, María del Rosario. La ideología fiscal en el reino visigodo de Toledo. En DÍAZ, P.C. e MARTÍN VISO, I. (orgs.). **Between taxation and rent. Fiscal problems from Late Antiquity to Early Middle Ages.** Edipuglia, Bari, 2011, p. 184-185.

também a mando de Teodorico II e posteriormente de seu irmão Eurico (466-484).

Com o rompimento definitivo dos godos com a Autoridade Imperial Romana ocidental, suas cunhagens passaram a imitar as moedas com as efígies dos imperadores orientais até o reinado de Leovigildo (568-586) quando os godos começaram a cunhar moedas com os nomes e efígies de seus reis. Os suevos, até a ascensão de Requiário, seguiam um caminho parecido com o dos godos nesse quesito, realizando sempre que possível imitações da moeda imperial romana.

J. Peixoto Cabral e D. Metcalf, apontam que este povo teve seu numerário próprio, com figuras distintas e que eram facilmente reconhecíveis como diferentes dos tipos monetários utilizados pelos vizinhos godos<sup>548</sup>.

Entretanto, esses autores analisam que, com raras exceções, essas moedas não indicam por meio de legendas que são suevas, não sendo nem ao menos datadas. A única maneira possível de estimarmos se elas pertencem a esse povo é averiguar se foram encontradas nos territórios que estiveram sobre sua influência no passado e através de características no que diz respeito a sua tipologia.

Com o mesmo modelo de uso fiscal utilizado pelos godos, os suevos começaram a fazer suas imitações a partir também do *solidus* cunhado pelo Imperador Honório, exibido na imagem abaixo:

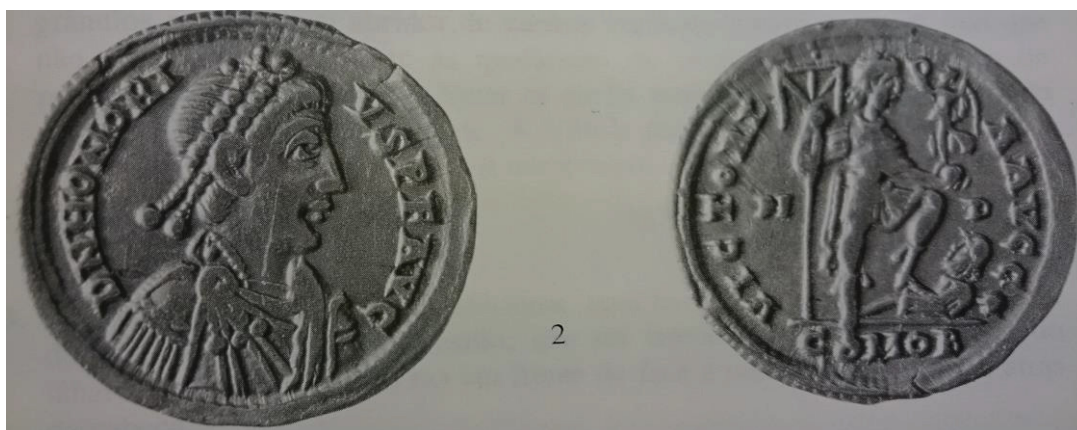


Imagem retirada da lâmina 1 da obra de J. Peixoto Cabral e D. Metcalf (1997, p.235).  
As amostras só foram disponibilizadas em preto e branco.

<sup>548</sup> PEIXOTO CABRAL, J.; METCALF, D. **A moeda sueva, Suevic coinage**. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997, p.17.

Como podemos notar, o *solidus* imitado é o mesmo utilizado pelos visigodos, com a exceção das letras MD o que provavelmente indica que o original copiado teria sido cunhado na cidade de Milão e a representação do cativo com um elmo, o que não era muito comum.

Segundo Cabral e Metcalf, em 1942 Wilhelm Reinhart<sup>549</sup> atribuiu aos suevos algumas das imitações da casa de cunhos de Milão e em 1938 atribuiu aos visigodos uma moeda semelhante encontrada perto de Badajoz. Para os autores, é provável que todas as cópias dos sólidos de Milão tenham a mesma origem e é quase certa que são suevas<sup>550</sup>.

Entretanto, após a ascensão de Requiário, os suevos começarão a produzir outro tipo de moeda para além dessas cópias de ouro com fins fiscais. O novo rei cunhará também *siliquae*<sup>551</sup> de prata, um exemplar de maior circulação e que, apesar de serem baseadas nas moedas imperiais de Honório, terão o seu nome e outros elementos que serão utilizados como forma de aproximar sua identidade de uma identidade imperial romana.

Quando o primeiro exemplar dessa moeda foi encontrado, diversos pesquisadores colocaram em dúvida sua autenticidade devido principalmente a seu caráter único, porém com a descoberta de mais quatro exemplares, sendo alguns encontrados na antiga região de domínio dos suevos, sua veracidade passou a ser considerada por historiadores e numismatas<sup>552</sup>.

---

<sup>549</sup> O autor realizou em meados do século XX diversos estudos sobre as cunhagens bárbaras. Seu catálogo de moedas suevas permanece como uma grande referência para a historiografia atual e é reproduzido no livro de Peixoto Cabral e Metcalf.

<sup>550</sup> PEIXOTO CABRAL, J.; METCALF, D. **A moeda sueva, Suevic coinage**. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997, p.235. Essa visão é contestada pelo historiador Xavier Barral I Altet que ainda não considera totalmente provado que as imitações dos *solidus* de Honório sejam de produção sueva, havendo a possibilidade de elas terem sido produzidas fora da região de controle dos suevos e somente depois transportadas para lá. Para mais: BARRAL I ALTET, Xavier. **La circulation des monnaies suèves et visigotiques: contribution à l'histoire économique du royaume visigotiques** (Beihefte der Francia, vol.4). Munique: Artemis, 1976, p.49-50.

<sup>551</sup> Moeda romana de prata criada na metade do século IV (358-359) equivalente a meio miliarense. O nome se utilizou até o século VIII para designar as diversas moedas de prata bizantinas e dos povos germânicos com peso entre 2g e 3g (ALFARO ASINS, Carmen; MARCOS ALONSO, Carmen; OTERO MORÁN, Paloma; GRAÑEDA MIÑÓN, Paula. **Diccionario de Numismática**. Solana e hijos S.A, 2009. p. 164).).

<sup>552</sup> Discussão apresentada nas obras de BOUZA BREY, Fermín. Sobre las acuñaciones suevas de plata a nombre de Honório y Requiário. **El museo de Pontevedra**, nº4, 1946, p. 18-23; LIVERMORE, H. W. The coinage of Suevic Period. **Nvmmvs**, nº 12/13, v. 2º, 1989 - 1990, p.41-42; BARRAL I ALTET, Xavier. **La circulation des monnaies suèves et visigotiques: contribution à l'histoire économique du royaume visigotiques** (Beihefte der Francia, vol.4). Munique: Artemis, 1976, p.49-51; Cebreiro Ares, Francisco: Dificultades que plantea el estudio

Segundo Francisco Cebreiro Ares, a descoberta de somente cinco exemplares da moeda somado ao fato de que não existe ligação de seu modelo com os demais cunhos conhecidos lhes atribui um caráter de extrema relevância<sup>553</sup>. Além do mais, as *siliquae* de Requiário são as únicas moedas existentes que tem uma associação clara com a monarquia sueva.

No passado, havia também uma moeda de ouro atribuída ao rei Audeca, que reinou somente no final do século VI, mas que está perdida desde 1936 devido à guerra civil espanhola<sup>554</sup>. À exceção dessas moedas de prata, todas as outras que foram produzidas pelos suevos são moedas de ouro anônimas que são cópias de modelos romanos.



Imagem retirada da obra de J. Peixoto Cabral e D. Metcalf (1997, p.7). A amostra só foi disponibilizada em preto e branco.

A moeda tem em seu anverso a efígie do imperador Honório com a legenda "DN HONORIVS P F AVG"<sup>555</sup>. No reverso há a legenda "IVSSV RICHARI REGES"<sup>556</sup> que rodeia uma coroa de louros com uma cruz cristã e as letras BR em seu centro, indicando a religião de seu do rei e que o exemplar teria sido cunhado na cidade de Braga.

---

de la historia monetaria sueva. In: Cebreiro Ares, Francisco (Org.). **Introducción a la historia monetaria de Galicia**, Labirinto de Paixóns, A Coruña, 2012, pag.41-42.

<sup>553</sup> Cebreiro Ares, Francisco: Dificultades que plantea el estudio de la historia monetaria sueva. In: Cebreiro Ares, Francisco (Org.). **Introducción a la historia monetaria de Galicia**, Labirinto de Paixóns, A Coruña, 2012, pag. 43.

<sup>554</sup> LIVERMORE, H. W. The coinage of Suevic Period. **Nvmmvs**, nº 12/13, v. 2º, 1989 - 1990, p.43.

<sup>555</sup> *Dominus Noster Honorius Pius Felix Augustus*.

<sup>556</sup> Por ordem do rei Requiário..

Cabral e Metcalf relatam que o laurel é menor do que os das *siliquae* votivas normais de Honório para dar mais espaço à inscrição circundante de Requiário<sup>557</sup>.

De acordo com José Orlandis, Requiário foi o primeiro rei bárbaro que ousou cunhar uma moeda com seu próprio nome, representação que o associava ao antigo imperador romano Honório<sup>558</sup>.

Pablo C. Díaz esclarece que a monarquia de Requiário associada a uma casa de moedas bracarense é a melhor mostra de uma assimilação de formas do poder imperial. Com isso, os suevos assumiam a língua do poder imperial, que era o latim, e se remetiam à figura de Honório, o imperador na época em que entraram na *Gallaecia*<sup>559</sup>.

Para Mário Gomes Marques, essas moedas não tinham uma finalidade econômica, mas sim auto-celebrativa, o que justificaria a escolha de um metal como a prata para a sua cunhagem, ao invés do bronze que era utilizado para moedas de maior circulação<sup>560</sup>.

Concordamos com os autores acima e em nossa leitura, Requiário, através desse exemplar, buscava legitimar seu poder tentando demonstrar que este era reconhecido pela Autoridade Imperial Romana, além de atrelar seu povo a uma identidade romana. Com isso, não concordamos com a análise de Fernando López Sánchez, que aponta as *siliquae* como prova de um tratado onde Requiário se apresentava como um oficial a serviço de Ravena. Segundo o pensamento desse autor, a cunhagem dessas moedas teria sido realizada como símbolo de comemoração da cidade de Braga pela sua aliança com o Império Romano<sup>561</sup>; e não por ordens expressas de Requiário. Contudo, não partilhamos da interpretação de que a confecção do exemplar se trata de uma celebração local em torno da assinatura de um tratado, mas consideramos que

---

<sup>557</sup> PEIXOTO CABRAL, J.; METCALF, D. **A moeda sueva, Suevic coinage**. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997, p.43.

<sup>558</sup> ORLANDIS, José. **Historia de España: la Espana visigótica**. Madrid: Gredos, 1987, p.42.

<sup>559</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 109-110.

<sup>560</sup> MARQUES, Mário. Gomes. **A moeda peninsular na idade das trevas**. Sintra: Instituto de Sintra, 1998, p. 107-110.

<sup>561</sup> López Sánchez, Fernando. Suevic Coins and Suevic Kings (418-456): the visigothic connection. In: CURTA, Florin (Org.) **Neglected barbarians**. Tournhout: Brepols publishers, 2010, p. 508-515.



ela faz parte de uma estratégia do rei suevo para a assimilação de uma instituição do poder imperial à revelia de Ravena.

Com esses dados e comparações, podemos afirmar que nesse período, Requiário não se utilizou do sistema monetário romano somente com o objetivo financeiro, mas também como um instrumento de legitimação cultural e político-religiosa.

Em nossa visão, através da assimilação desses elementos romanos, religião oficial, sistema monetário, além da sucessão régia utilizada desde Hermerico, Requiário tornava, nesse momento, a monarquia sueva identitariamente mais próxima do governo imperial romano do que estava a monarquia goda, e transformava dessa forma sua antiga *gentes* sueva em uma nova monarquia romano-bárbara, que mesclava as antigas tradições suevas com as novas instituições romanas recém-assimiladas.

Dessa forma, Requiário aprofundava o processo de construção de uma identidade monárquica entre os suevos a partir de uma legitimação romana, algo que havia se iniciado com a união de diversas *gentes*, possivelmente antes de sua entrada na Gália, em torno da autoridade de seu avô, Hermerico e que nesse momento atingia seu ápice.

Entretanto, apesar da aproximação identitária entre suevos e romanos estar em seu auge, essa questão é praticamente ignorada na crônica de Idácio. A nosso ver o bispo omite, em geral, o lado positivo dessas mudanças para os hispano-romanos justamente pelo fato desses bárbaros serem seus antagonistas identitários, um grupo que recorrentemente entrará em conflito com a população hispânica e que ameaçará sua posição de liderança na *Gallaecia*<sup>562</sup>.

Em sua crônica, Idácio constrói uma identidade para os suevos de uma maneira bem negativa, apresentando-os como um grupo extremamente traiçoeiro e que traria sempre a guerra, independentemente dos acordos estabelecidos. Porém, as características atribuídas por Idácio aos suevos, retratados como agentes do caos e da guerra, não são exclusivas desse povo

---

<sup>562</sup> Um contexto parecido com o estipulado por Otávio Luiz Vieira Pinto sobre a relação de Cassiodoro e Jordanes com os hunos. PINTO, Otávio Luiz Vieira. Átila, rei dos ostrogodos? Um estudo acerca das identidades imaginárias na Antiguidade Tardia. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.2, nº 3, 2013, p. 327.

em sua obra, sendo estendidas também a outros que buscavam o enfrentamento com a Autoridade Imperial Romana, como os vândalos e os hunos, ou seja, são atributos não romanos que estão presentes nos diversos grupos bárbaros que não se submetem ao governo de Ravena.

O enfoque nesses aspectos negativos ocorre justamente pela rivalidade política entre a autoridade do bispo e a autoridade sueva que estava se fortalecendo na região. Em nossa leitura, esse é possivelmente o principal aspecto que contribui para as diversas omissões do autor em relação aos suevos, principalmente nos aspectos que tangem a sua romanização.

Por esses motivos, em nossa visão, Idácio não desejava uma interação identitária entre romanos e suevos, mas sim a eliminação do grupo bárbaro, o que lhe fazia ter uma preferência pela monarquia goda em seu texto, possivelmente a única que poderia eliminar o poder suevo da *Hispania*, por mais que não fosse também um grupo muito confiável.

Requiário, por sua vez, sabia do poder político-militar que os godos haviam atingido nas últimas décadas e por esse motivo não buscou somente uma aproximação identitária com os romanos, mas também com a monarquia goda, assim como Hermerico havia tentado fazer no passado com o casamento de um nobre suevo com a filha do rei godo Vália.

Portanto, procurando estreitar laços com Teodorico I, o rei suevo realiza duas medidas políticas. A primeira foi ordenar a execução do *comes* Censório<sup>563</sup>, que era inimigo dos godos e até esse momento ainda permanecia como refém entre os suevos, pelo líder varno Agiulfo. A segunda foi propor matrimônio à filha do rei godo, permitindo deste modo sua associação com o poder real godo e o fortalecimento de sua posição na *Hispania*.

O matrimônio era visto de maneira positiva também pelo rei godo, que, além de temer um ataque iminente dos hunos de Átila, estava com suas relações diplomáticas estremecidas com a Autoridade Imperial de Ravena e com a monarquia vândala<sup>564</sup>.

O casamento foi celebrado no ano de 449 e em comemoração à união de suas monarquias e ao estabelecimento de uma fidelidade bárbara entre os

---

<sup>563</sup> Hydatius, *Chronica*, XXV, 131.

<sup>564</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. Requiario, rey de los suevos: primer ensayo de unidad peninsular. *Boletín de la Universidad Compostelana*, nº 65, 1957, p.155.

dois grupos, godos e suevos fazem uma campanha contra os bascos no norte da *Hispania*, um inimigo comum das duas monarquias, e que havia sido por séculos inimigos dos romanos, o que possivelmente justifica o elogio de Idácio a esta ação.

Requiário saqueia os bascos durante o mês de fevereiro, após casar com a filha do rei Teodorico, coisa que foi considerada um bom presságio no início de seu reinado (Hydatius, *Chronica* XXV, 132)<sup>565</sup>.

Segundo Renan Frighetto, nas fontes tardo antigas cristãs o conceito de *fidelitas* aparece atrelado normalmente à questão da legitimidade, principalmente pelo fato de que os autores do período relacionavam esse conceito com a profissão de fé nicena estabelecida no concílio de 325. Contudo, segundo o autor, a *fidelitas* também tinha sua extensão no campo político-social, sendo observada nas fontes hispano-visigodas no que diz respeito à vinculação do soberano aos *nobiles* que integravam o seu núcleo de apoio. Estes *fideles regis* juravam lealdade ao rei, como totalidade da nobreza hispano-visigoda, recebem em troca a concessão de benefícios patrimoniais<sup>566</sup>.

Em nossa visão, Requiário teria estabelecido um acordo de fidelidade parecido com o rei godo, onde teria jurado lealdade a Teodorico I, recebendo em troca o matrimônio de sua filha e o reconhecimento de sua autoridade perante seu povo.

Portanto, nesse momento Requiário havia construído uma identidade monárquica sueva que era ao mesmo tempo legitimada pela Autoridade Imperial Romana - da qual emulava a religião, a sucessão hereditária e o sistema monetário - e também respaldada pelos laços de fidelidade bárbara que haviam sido estabelecidos com Teodorico I.

Tendo seu poder régio consolidado e uma hegemonia político-militar na *Hispania*, Requiário tenta expandir sua área de influência para a única província da *Hispania* que ainda estava sob domínio romano, a *Tarraconense*. Segundo Idácio, após uma visita à corte de Teodorico I na Aquitânia, Requiário

---

<sup>565</sup> *Rechiarius accepta in coniugium Theodori regis filia auspicatus initio regni Vasconias depredarur mense Februario.*

<sup>566</sup> FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e Tardia. **Revista Stylos**, nº 13, v.1,2004, p.43-44.

teria se dirigido à *Tarraconense* onde teria se unido momentaneamente às bagaudas comandadas por Basílio<sup>567</sup> e tomado a cidade de Lérida<sup>568</sup>, fazendo uma grande quantidade de prisioneiros.

Segundo Pablo C. Díaz a associação entre bagaudas e suevos relatada por Idácio deu origem a diversas interpretações na historiografia que começaram a questionar a natureza do movimento, seja ela social, étnica ou política. Entretanto, na visão do autor, a notícia de Idácio é tão sucinta que só nos permite concluir que essa associação acontece pelo interesse de ambos os grupos em combater um inimigo comum, o que restava da administração romana na *Tarraconense*<sup>569</sup>.

Durante os próximos dois anos os suevos seguem aumentando sua hegemonia militar na *Hispania* quando, em 451, há uma grande mudança na situação político-militar do Império e que teria um reflexo certo nas ações do rei suevo.

Após anos entrando em atritos com o governo imperial de Ravena, o rei godos Teodorico I firma um pacto com o *magister militum* ocidental Aécio, onde os godos se comprometem, assim como francos e burgúndios, a formar uma coalizão para enfrentar a confederação hunna liderada por Átila, que pretendia, além do reconhecimento de sua autoridade pelo imperador ocidental, submeter todos os demais grupos bárbaros no Império sob sua autoridade.

O confronto decisivo entre esses dois grupos ocorreu na região dos Campos Catalúnicos na Gália, perto de Metz, onde os hunos saíram derrotados e foram obrigados a recuar<sup>570</sup>. Os godos, apesar de vitoriosos, tiveram como principal consequência da batalha a morte de seu rei Teodorico I, que foi sucedido no comando de seu reino por seu filho Turismundo<sup>571</sup>. Segundo o relato de Idácio, na batalha teriam morrido cerca de trezentos mil homens<sup>572</sup>, o que provavelmente seria um exagero retórico do bispo que queria valorizar o resultado final do conflito e a aliança formada por godos e romanos.

---

<sup>567</sup> Hydatius, *Chronica*, XXV, 133.

<sup>568</sup> Hydatius, *Chronica*, XXV, 134.

<sup>569</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 79-80.

<sup>570</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVII, 145.

<sup>571</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVII, 144.

<sup>572</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVII, 142.

Com a derrota dos hunos na Gália e a morte de Átila após a campanha na Itália<sup>573</sup>, o governo imperial romano pôde retomar a atividade diplomática com os suevos e envia à *Hispania* um novo *comes hispaniarum* chamado Mansueto acompanhado de outro *comes* de nome Fronto para retomar os termos de uma negociação de paz com os suevos<sup>574</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz o envio de uma delegação de tão alta patente devia implicar em uma consideração com a monarquia sueva, que até o momento não podia ser percebida. Apesar de não haver referências diretas sobre os termos desses acordos sabe-se que os suevos devolveram a *Cartaginense* aos romanos e, segundo o autor, a situação lembra claramente um tratado de um acordo militar entre iguais e não a renovação de algum foedus<sup>575</sup> (anexo VI). Dessa forma, nesse momento os suevos teriam obtido o reconhecimento de sua autoridade em algumas províncias da *Hispania*, mesmo que de forma precária e efêmera<sup>576</sup>. Com base no relato de Jordanes podemos interpretar que nesse momento os suevos tinham sob sua hegemonia político militar as províncias da *Gallaecia* e Lusitânia<sup>577</sup>.

Porém no momento em que os suevos estão no processo de obter esse reconhecimento, a situação política no Império Romano e na monarquia goda muda novamente. No reino goda, o rei Turismundo é assassinado por seus irmãos Teodorico e Frederico, sendo que o primeiro o sucede como rei<sup>578</sup>. Em Ravena, Valentiniano III, que havia se libertado da influência de sua mãe Gala Placídia<sup>579</sup> após sua morte em 450, aproveita o fim da ameaça dos hunos e executa o *magister militum* Aécio e parte da aristocracia que o apoiava, provavelmente com o objetivo de unificar o poder imperial em torno de si<sup>580</sup>. Para tentar manter os acordos estabelecidos entre seu antigo general e os diversos povos bárbaros estabelecidos dentro do Mundo Romano, o imperador

---

<sup>573</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 146.

<sup>574</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 147.

<sup>575</sup> DÍAZ, Pablo C. La modalidad del asentamiento suevo y sus consecuencias. *Studia Zamorensia Historica*, nº 7, 1986, p.353-365.

<sup>576</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 75.

<sup>577</sup> Jordanes, *De origine actibusque Getarum*, XLIV, 230.

<sup>578</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 148.

<sup>579</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 140.

<sup>580</sup> Hydatius, *Chronica*, XXX, 152

despacha várias embaixadas pelo Império. Idácio informa que a enviada para negociar com os suevos era comandada por um legado de nome Justiniano<sup>581</sup>.

A embaixada de Justiniano possivelmente ajudou a manter os acordos com os suevos por mais algum tempo, porém o posterior assassinato do imperador por partidários de Aécio<sup>582</sup> acabaria de vez com qualquer acordo que tivesse existido entre o governo imperial e os suevos.

A morte de Valentiniano III e a confusão criada pela efêmera sucessão de Petrônio Máximo<sup>583</sup>, a usurpação de Avito<sup>584</sup> e seu posterior reconhecimento<sup>585</sup> e o saque de Roma pelos vândalos<sup>586</sup> foram situações que abalaram a frágil situação do Império e que eram péssimas para povos como os suevos que ainda estavam buscando sua consolidação interna<sup>587</sup>.

Nessa situação, o rei Requiário se viu livre dos antigos acordos estabelecidos com Aécio e Valentiniano III, e possivelmente querendo requerer seu espaço como genro do antigo rei Teodorico I e cunhado do atual rei Teodorico II, inicia um novo processo de expansão na *Hispania*, atacando a província da *Cartaginense* que havia sido há pouco tempo devolvida para a esfera do poder imperial.

Os suevos saqueiam as regiões da Cartaginense devolvidas aos romanos (Hydatius, *Chronica*, XXXI, 161)<sup>588</sup>.

De fato, este Requiário, amparando-se em seu parentesco com Teodorico, acreditou que podia apoderar-se de quase toda a *Hispania* e considerou que o princípio de seu reinado, ainda pouco consolidado, era o momento oportuno para tentar sua ocupação clandestina (Iordanes, *De origine actibusque Getarum*, XLIV, 229)<sup>589</sup>.

---

<sup>581</sup> Hydatius, *Chronica*, XXX, 152.

<sup>582</sup> Hydatius, *Chronica*, XXX, 152XXXI, 154.

<sup>583</sup> Hydatius, *Chronica*, XXXI, 155.

<sup>584</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 156.

<sup>585</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 159.

<sup>586</sup> Hydatius, *Chronica*, XXVIII, 160.

<sup>587</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 81.

<sup>588</sup> *Sueui Carthaginenses regiones quas Romanis rediderant depredantur.*

<sup>589</sup> *Post cuius decessum Theoderidus germanus eius Vesaegotharum in regno succedens, mox Ricarium Suavorum regem cognatum suum repperit inimicum. Hic etenim Ricarius affinitate Theoderidi presumens, universam pene Spaniam sibi credit occupandam, iudicans oportunum tempus subreptionis incomposita initia temptare regnantis.*

Para tentar resolver a situação, o imperador Avito e o rei Teodorico II enviam embaixadas para os suevos. Nesse momento, a aliança entre godos e romanos havia se fortalecido novamente. Avito era um antigo colaborador de Aécio e de Petrônio Máximo e um aliado da dinastia goda de Tolosa.

Apesar de ter sido proclamado imperador em Arles pelo exército da Gália, sua elevação já havia sido acordada na capital goda e teria contado com o apoio de Teodorico II<sup>590</sup>.

O fortalecimento dessa aliança não agradara o rei suevo, que provavelmente desconfiava das intenções do novo rei godo sobre as províncias da *Hispania*. Recusando-se a negociar, Requiário devolve as embaixadas e invade a província da *Tarraconense*, a única que havia permanecido sobre certo controle imperial nas últimas décadas.

O Augusto Avito envia o *comes* Fronto como legado aos suevos. Do mesmo jeito, dado que era fiel ao Império Romano, o rei dos godos Teodorico envia legados aos mesmos, com fim de que mantivessem as promessas do tratado que se juramentaram com o Império Romano, visto que estavam relacionados por um único acordo de paz. Os suevos fizeram voltar os legados de ambas as partes, violaram todos os juramentos, e invadiram a província da *Tarraconense*, que servia com diligência o Império Romano (Hydatius, *Chronica* I, 163)<sup>591</sup>.

Segundo Pablo C. Díaz, pela primeira vez Idácio utiliza uma linguagem que não deixa dúvidas sobre as características dos acordos estabelecidos entre o Império e a monarquia sueva. O acordo se tratava de uma aliança "*foedus*", onde as partes se submetiam sob um juramento em que deviam respeitar as cláusulas condicionais<sup>592</sup>.

Nesse mesmo trecho, Idácio faz ainda uma comparação entre godos e suevos, destacando que nesse momento os godos de Teodorico eram fiéis ao Império e estavam dispostos a negociar, enquanto os suevos de Requiário

---

<sup>590</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.61.

<sup>591</sup> *Per Augustum Auitum Fronto comes legacus rnittitur ad Sueuos. Similiter et a rege Gothorum Theuderico, quia fidus Romano esset imperio, legati ad eosdem rnittuntur ut tam secum quam cum Romano imperio, quia uno essent pacis foedere copulari, iurati foederis promissa seruarenr. Remissis legaris utriusque partis atque omni iurationi uiolata Suaeui Terraconensern prouinciam, quae Romano imperio deseruiebat, inuadunt.*

<sup>592</sup> DÍAZ, Pablo C.. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 81.

havia traído a confiança do Império, quebrado seus juramentos e invadido as regiões sob seu domínio.

A última tentativa de negociação foi feita pelo rei godo em 456, quando Teodorico II envia uma nova embaixada aos suevos. Requiário recusa novamente o acordo e saqueia mais uma vez a região da *Tarraconense*, levando um grande número de reféns para a *Gallaecia*<sup>593</sup>.

Com a recusa de Requiário em negociar, Teodorico II pôde colocar em prática uma antiga aspiração política dos monarcas godos, que era a de apoderar-se e estender sua influência sobre as províncias hispânicas<sup>594</sup>.

Em outubro de 456, o rei godo entra na *Hispania* com um grande exército, e, proclamando atuar por ordem de Avito e em nome do Império, se dirige diretamente à *Gallaecia* onde tinha por principal objetivo destruir de maneira definitiva o crescente poder suevo<sup>595</sup>.

Segundo o relato de Idácio, a batalha ocorre próximo da cidade de Astorga, perto do rio Orbigo, sendo as tropas de Requiário derrotadas rapidamente pelo rei godo. Ferido no conflito e tendo seu exército completamente destruído, Requiário é obrigado a fugir para os limites ocidentais da *Gallaecia*. A versão de Jordanes é parecida, mas com uma valorização ainda maior dos godos.

Teodorico, o rei dos godos, entra na *Hispania* de imediato junto com seu grande exército, por vontade e ordem do imperador Avito. O rei Requiário, junto com uma multidão de suevos, apresenta batalha a doze milhas da cidade de Astorga, junto ao rio Orbigo, três dias antes das nonas de outubro, sexta-feira. Tão logo começou a luta, foi derrotado. Com suas formações massacradas, alguns capturados e na sua maior parte fugidos, ele apenas conseguiu retirar-se para os lugares mais afastados da *Gallaecia*, ferido e fugindo. (Hydatius, *Chronica* II, 166)<sup>596</sup>.

---

<sup>593</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 165.

<sup>594</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007, p.138.

<sup>595</sup> GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p.62.

<sup>596</sup> *Mox Hispanias rex Gothorum Theodoricus cum ingenti exercito suo et cum uoluntate et ordinatione Auiti imperatoris ingreditur; cui cum multitudine Sueuorum rex Richiarius occurrens duodecimo de Asturecensi urbe miliario ad fluuium nomine Vrbicum III non. Octubris, die VI feria, inito mox certamine superatur. Caesis suorum agminibus, aliquantis captis plurimisque fugatis ipse ad extremas sedes Gallaciae plagatus uix euadit ac profugus.*



Teodorico sentiu-se mal em escutar essa resposta, fez a paz com os demais povos e dirigiu seu exército contra os suevos com a ajuda dos reis dos burgúndios, Gundiuco e Hilperico, que eram leais. O combate foi travado próximo ao rio Orbigo, que corre entre Astorga e a Ibéria, e terminada a batalha resultou vencedor Teodorico com os visigodos, que lutavam por uma causa justa, enquanto quase todo o povo dos suevos pereceu aniquilado (Iordanes, *De origine actibusque Getarum*, XLIV, 231-232)<sup>597</sup>.

Após a vitória, Teodorico II ordena o saque da cidade de Braga por suas tropas, atendendo provavelmente a um duplo motivo, o de recompensar seu exército pela vitória massacrante sob os suevos e para destruir os resquícios do poder régio de Requiário, já que possivelmente o rei suevo se utilizava da cidade como seu centro administrativo, um indício fornecido também por suas *siliquae*.

Jordanes ignora o episódio em sua obra, mas Idácio faz um relato dramático do ocorrido, dizendo que o rei godo tomou um grande número de prisioneiros romanos e atacou membros da *ecclesia*, destruindo seus santuários e envergonhando seus membros.

O rei Teodorico avança logo com seu exército para *Bracara Augusta*, a cidade mais afastada da *Gallaecia*, cinco dias antes das calendas de novembro, domingo, e ainda que sem sangue, levou a cabo um triste e deplorável saque da cidade. Tomou um grande número de prisioneiros romanos. As basílicas dos santos foram destruídas, os altares, levantados e despedaçados, as virgens do senhor raptadas, ainda que lhes respeitou a sua integridade. O clero foi despido e envergonhado; a todo o povo, em confusão de sexos, e também aos meninos, tiraram-lhes dos santuários nos que buscavam refúgio. O lugar sacro encheu-se, com horror, de burros, bois e camelos. Em parte, foi como voltaram a se repetir os exemplos das Escrituras acerca da ira celestial sobre Jerusalém (Hydatius, *Chronica*, II, 167)<sup>598</sup>.

---

<sup>597</sup> *His auditis aegre tulit Theodoridus compacatusque cum ceteris gentibus arma movit in Suavos, Burgundzonum quoque Gnudiuchum et Hilpericum reges auxiliares habens sibique devotos. Ventum est ad certamen iuxta flumen Vlbium, qui inter Asturicam Hiberiamque pretermeat, consertoque proelio Theoderidus cum Vesegothis, qui ex iusta parte pugnabat, victor efficitur, Suavorum gente pene cuncta usque ad internicione prosternens.*

<sup>598</sup> *Theodorico rege cum exercitu ad Bracaram extremam ciuitatem Galleciae pertendente V kal. Nouembris, die dominico, ersi incruenta, fit tamen satis maesta et lacrimabilis eiusdem direptio ciuitatis. Romanorum magna agitur captiuitas captiuorum; sanctorum basilicae cfractae; altaria sublata atque confracta; uirgines dei exim quidem abductae, sed integritate seruata; clerus usque ad nuditatem pudoris exutus, promiscui sexus cum paruulis de locis refugii sancti populus omnis abstractus; iumentorum, pecorum, camellorumque horrore locus sacer impletus; scripta super Hierusalem ex parte caelestis irae renouauit exempla.*

A passagem acima é mais um indício sobre a relação dúbia com que Idácio trata os godos em sua obra. No trecho, o bispo se mostra profundamente frustrado pelo saque de Teodorico II, pois estando em uma campanha a mando do governo imperial, era esperado por ele que os godos apenas livrassem a região de Requiário e seus suevos e não atacassem as cidades e muito menos os membros da *ecclesia*. Devido a essa ação, Idácio ressalta mais uma vez que, apesar do Império necessitar de seus serviços militares, os godos não são um povo confiável e que agiam por seus próprios interesses.

Após o saque o rei godo se dirigiu para a cidade de *Portucale*, onde Requiário estava escondido e segundo Jordanes<sup>599</sup> tinha a intenção de fugir pelo mar, sendo impedido por uma tempestade. Idácio relata que o rei suevo acabou sendo capturado e levado à presença de Teodorico II, que o manteve cativo. Com a prisão de seu rei, os suevos que haviam sobrevivido à batalha se renderam ao rei godo, que ordenou a morte de alguns, provavelmente de membros mais próximos do círculo de poder do antigo rei suevo.

Com a deposição de Requiário, Idácio afirma que o *regnum* dos suevos foi destruído e eliminado, o que em nossa visão significa que o poder régio do rei suevo reconhecido e legitimado pelo governo imperial havia sido extinto<sup>600</sup>.

Requiário, embora tenha conseguido fugir até uma localidade denominada Portocale, foi capturado e levado à presença do rei Teodorico. Tão logo o colocaram sob cárcere, os demais suevos que sobreviveram à dita batalha se entregaram. Alguns, não obstante, foram assassinados. O *regnum* dos suevos ficou destruído e chegou ao seu fim (Hydatius, *Chronica*, II, 168)<sup>601</sup>.

---

<sup>599</sup> Jordanes, *De origine actibusque Getarum*, XLIV, 232.

<sup>600</sup> Esse aspecto foi o elemento central de nossa dissertação de mestrado, onde defendemos que o significado da palavra *regnum* nesse contexto era o de autoridade e não o de um reino com conotações territoriais, visto que o poder suevo na *Hispania* do século V se aproximava mais de uma hegemonia político-militar e não de um poder territorial estruturado com fronteiras definidas. Para mais: GAZZOTTI, Danilo Medeiros. **As Concepções do poder régio entre os suevos na Gallaecia do século V: uma análise da crônica de Idácio de Chaves**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

<sup>601</sup> *Rechiarius ad locum qui Portum Cale appellatur profugus regi Theuderico captiuus adducitur; quo in custodiam redacto, caeteris qui de priori certamine superfuerant tradentibus se Sueuis, aliquantis nihilominus interfectis, regnum destructum et finitum est Sueuorum.*

Segundo Pablo C. Díaz a frase de Idácio "*regnum destructum et finitum est Sueuorum*" parece reforçar a ideia de que Idácio, até esse momento e desde sua perspectiva romana, associava a monarquia sueva à dinastia de Hermerico. Segundo o autor, a partir desse momento o desenvolvimento institucional de imitação romana, processo que incluía o interesse de construir uma sede régia permanente na cidade de *Bracara Augusta*, perdia todo o seu sentido<sup>602</sup>.

Concordamos com o autor e em nossa visão com a prisão de Requiário e sua posterior execução<sup>603</sup> se encerra o período em que os suevos buscavam assimilar elementos imperiais romanos com o intuito de romanizar sua identidade. A partir desse momento a presença romana na Península Ibérica ficará cada vez mais escassa e a monarquia goda se colocará aos poucos como sucessora do poder imperial na região.

Percebendo a ampliação do domínio godo na região, os suevos começarão aos poucos o processo de aproximação de sua identidade à identidade goda, com o intuito de reerguer sua monarquia e obter a permissão dos godos para terem sob sua tutela a região da *Gallaecia*. Com o fim do poder imperial na *Hispania*, os hispano-romanos e principalmente os galaico-romanos aprofundarão ainda mais seu processo de distanciamento de uma identidade romana imperial e contribuirão para a formação de uma nova identidade provincial que combinaria elementos e tradições godas, suevas e hispano-romanas e onde o ser romano não passaria apenas de uma tradição.

### **3.2. A reconfiguração da monarquia sueva: tradição e fidelidade bárbara**

Com o desmantelamento da monarquia sueva na *Hispania*, que era centrada em torno da identidade monárquica construída pela dinastia de Hermerico, há uma pulverização do poder suevo por diversas lideranças locais.

---

<sup>602</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 2015, p. 57.

<sup>603</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 171.

Em um primeiro momento, Idácio relata a vinda para a *Gallaecia* de um personagem de nome Aiulfo, que teria abandonado os godos, tentando se estabelecer como rei dos suevos, mas que teria morrido sem alcançar seu intento.

Há um debate na historiografia especializada em relação a esse indivíduo, buscando relacioná-lo com o líder varno Agiulfo, que em 448 teria decapitado o antigo *comes* Censório por ordem de Requiário. Idácio não traça qualquer relação entre esses personagens, porém Jordanes associa os dois, afirmando que Teodorico II teria instituído-o no comando dos suevos após a morte de Requiário.

Aiulfo estabelece residência na *Gallaecia* após abandonar os godos (Hydatius, *Chronica*, II, 173)<sup>604</sup>.

Morre Aiulfo em Portucale no mês de junho, enquanto aspirava assumir o controle do reino dos suevos (Hydatius, *Chronica*, I, 180)<sup>605</sup>.

Teodoro doo os vencidos após obter a vitória, não permitiu crueldade depois da batalha e colocou à frente dos suevos um cliente seu chamado Aquilfo. Mas, em pouco tempo esse deixou-se convencer pelos suevos e se converteu em traidor se negando a cumprir as ordens que se davam, atuando com uma soberba bem próxima de um tirano, acreditava que lhe correspondia essa província pelo valor demonstrado em sua conquista junto ao seu senhor. Este homem pertencia por nascimento à ilustre linhagem dos varnos, muito longe da nobreza de sangue goda e por isso não apreciava muito a liberdade e nem se podia manter leal a seu patrão. Quando Teodoro teve notícia disso, enviou imediatamente as suas tropas contra ele para que o expulsassem do reino invadido. Estas chegaram sem tardar e o venceram em um primeiro combate, cobrando-se a vingança por suas ações. De fato, capturado e privado da ajuda dos seus, foi condenado à morte e pode comprovar finalmente o quanto havia irritado a seu indulgente amo ao que havia menosprezado (Jordanes, *De origine actibusque Getarum*, XLIV, 233-234.)<sup>606</sup>

---

<sup>604</sup> *Aiulfus deserens Gothos in Gallecia residet.*

<sup>605</sup> *Aiulfus dum regnum Sueuorum spirat, Portu Cale moritur mense Iunio.*

<sup>606</sup> *Theodoridus vero victor existens subactis pepercit nec ultra certamine saevire permixsit, preponens Suavis, quos subegerat, clientem proprium nomine Agrivulfum. Qui in brevi animi praevaricatione Suavorum suasionibus commutans neglexit imperata complere, potius tyrranica elatione superbiens credensque se ea virtute provinciam obtinere, qua dudum cum domino suo ea subigisset. Vir si quidem erat Varnorum stirpe genitus, longe a Gothici sanguinis nobilitate seiunctus, idcirco nec libertatme studens nec patrono fidem reservans. Quo conperto*

Com base nesses relatos, Wilhelm Reinhart e Casimiro Torres Rodrigues afirmam em suas obras que Aiulfo era o mesmo líder varno que havia eliminado Censório e que Teodorico I o havia designado para controlar os suevos, após a eliminação de Requiário. Porém, ao chegar à *Gallaecia*, ele teria se proclamado rei dos suevos e rompido relações com Teodorico I, que teria sido obrigado a enviar tropas para eliminá-lo<sup>607</sup>. A mesma visão tem Stefanie Hamman, que afirma que Aiulfo fora imposto com rei suevo por Teodorico I, mas o teria traído quando da chegada à *Gallaecia*<sup>608</sup>.

Contudo, Edward Thompson ressalta a inconsistência das informações nos dois relatos, recordando o caráter laudatório da obra de Jordanes em relação aos godos, na qual jamais um godo poderia ser retratado como um desertor. Com isso, o autor sugere que a identificação de Aiulfo como varno era uma invenção de Jordanes<sup>609</sup>.

Pablo C. Díaz aponta que podemos conciliar o relato desses autores e não é descartável a hipótese de Aiulfo sendo um chefe varno, que contaria com um séquito de guerreiros próprios, pudesse vender sua fidelidade a quem oferecesse a melhor proposta. Porém, como aponta o autor, a hipótese de proclamação ou autoproclamação de Aiulfo como rei dos suevos não está respaldada pelas fontes<sup>610</sup>.

Ainda, segundo o autor, no relato de Idácio, que estava cronologicamente mais próximo dos acontecimentos, não há nenhuma vinculação da campanha de 457, realizada por Teodorico II na *Hispania*, com a morte de Aiulfo em *Portucale*. O bispo inclusive associa a interrupção da campanha rei godo<sup>611</sup> com a morte do imperador Avito, que no momento

---

*Theoderidus mox contra eum, qui eum de regno pervaso deicerent, destinavit. Qui venientes sine mora in primo eum certamine superantes congruam factorum eius ab eo exigerunt ultionem. Captus namque et suorum solacio destitutus capite plectitur, senstque tandem iratum, qui propitium dominum crediderat contemnendum.*

<sup>607</sup> REINHART, Wilhelm. **Historia General del reino hispánico de los suevos**. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, 1952, p.47-48; TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977 p. 155 - 156.

<sup>608</sup> HAMMAN, Stefanie. **Vorgeschichte und Geschichte der Sueben in Spanien**. Dissertation. Regensburg: Universität Regensburg, 1971, p. 123.

<sup>609</sup> THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part II. **Nottingham Medieval Studies**, nº21, 1977, p.11.

<sup>610</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 85-86.

<sup>611</sup> Hydatius, **Chronica**, I, 179.

estava privado do auxílio dos godos, e a proclamação de Majoriano em Ravena, o que teria obrigado Teodorico II a retornar à Gália<sup>612</sup>.

Em nossa visão, como realmente não dispomos de nenhuma documentação que trate Aiulfo como rei suevo, o mais provável é que Teodorico II tenha o designado para controlar os suevos que restaram na *Gallaecia*, enquanto ele realizava campanhas de saques na *Hispania*<sup>613</sup>. Porém, uma vez estabelecido na região é possível que Aiulfo tenha começado a agir de forma independente do rei godo, o que poderia ter motivado uma retaliação por parte de Teodorico II.

Após informar a tentativa de domínio externo por parte de Aiulfo, Idácio relata o aparecimento de outro líder suevo, Maldras, filho de um indivíduo chamado Massília, e que teria assumido a função de rei para os suevos que viviam na parte mais afastada da *Gallaecia*<sup>614</sup>. Essa informação inclusive leva F Danh<sup>615</sup> a afirmar a possibilidade de que a nomeação de Aiulfo tenha sido feita para reprimir o poder de Maldras na região, o que possivelmente não ocorreu, visto que a passagem de Idácio sobre Aiulfo é anterior à informação sobre a elevação de Maldras.

Após a morte de Aiulfo, Idácio informa que os suevos estão com seu poder fragmentado e dividido em bandos diferentes em 458, alguns considerando Maldras como seu líder e outros Frantano<sup>616</sup>.

Segundo Pablo C. Díaz, apesar de Idácio atribuir o título de *rex* a Maldras, sua eleição teria um caráter mais de assembleia, por mais que o bispo tenha feito uma conexão familiar ao citar o desconhecido pai do líder suevo. De acordo com o autor, depois dos últimos acontecimentos, os suevos, que estavam divididos, haviam decidido escolher novos chefes militares, que, apesar de serem citados como *rex* por Idácio, tinham um poderio que se aproximava mais de uma chefia militar do que de um poder régio<sup>617</sup>. Esse

---

<sup>612</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 86.

<sup>613</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 175; I, 179.

<sup>614</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 174

<sup>615</sup> DAHN, F. **Die Könige der Germanen, VI. Die verfassung der Westgothen. Das Reich der Sueven in Spanien**. Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1889, p.155.

<sup>616</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 181.

<sup>617</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.).

caráter militar ficaria ainda mais evidente se considerarmos que o grupo suevo que elegeu Frantano seja o mesmo que outrora teria apoiado Aiulfo<sup>618</sup>.

É difícil precisarmos o verdadeiro motivo para a divisão dos suevos em grupos comandos por chefes militares, algo que Casimiro Torres tenta explicar como sendo apenas uma divisão geográfica entre os suevos do *conventus* de Lugo e de Braga<sup>619</sup>. Mas, possivelmente, essa disputa poderia se tratar de uma divisão de acordo com a heterogeneidade originária das antigas tribos de ambos os grupos, com a presença de grupos tribais ou familiares diferenciados que clamavam por direitos iguais frente à dignidade régia<sup>620</sup>.

Em nossa visão, podemos conciliar essas duas ideias hipóteses da historiografia. Como apresentamos no início do capítulo, antes da entrada das tribos bárbaras pelo Reno em 406, os suevos eram dispersos em várias tribos independentes que, em algum momento de sua migração, se uniram em torno da autoridade de Hermerico, cujo esforço de construção de uma identidade monárquica em seu entorno familiar era respaldado pela aliança com os godos e pelo reconhecimento romano. Contudo, com a morte de seu neto Requiário e o fim da identidade régia sueva que por ele havia sido arquitetada, é natural que esses grupos se dividissem em diferentes regiões e que buscassem uma autonomia maior em relação aos outros, lutando principalmente pela hegemonia militar sobre seus antigos territórios e pela possibilidade de um dia unificarem o poder régio sob sua autoridade.

Segundo o relato de Idácio, essa divisão teria inclusive proporcionado um período de paz entre suevos e galaico-romanos, um pedido que teria partido dos suevos, possivelmente para que eles pudessem se reorganizar<sup>621</sup>.

Porém, pouco tempo depois, o bispo volta a informar sobre novos ataques suevos, mas agora realizados na região da Lusitânia. Segundo o

---

**Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII.** Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 2015, p. 56.

<sup>618</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 91.

<sup>619</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977 p. 60.

<sup>620</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 2015, p. 57-58.

<sup>621</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 181.

bispo, Maldras teria feito uma campanha militar na região, realizando diversos saques e provocando uma grande matança de romanos, entrando inclusive na cidade de *Olisippo* (atual Lisboa) sobre a falsa aparência do desejo de negociar a paz<sup>622</sup>.

No ano seguinte, Idácio afirma que os suevos, sob as ordens de Maldras, regressam a sua costumeira "perfidia" e voltam a saquear a *Gallaecia*, em uma região perto do rio Douro<sup>623</sup>. Já o outro grupo enfrentava problemas em consolidar uma liderança, pois o bispo informa que Frantano morre apenas um ano após passar a chefiar seu grupo, entre a Páscoa e o Pentecostes. Entretanto, sua morte não cessou a divisão entre os suevos, que continuariam com líderes diferentes pelos próximos sete anos.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos suevos que estavam sob a liderança de Frantano, o relato de Idácio sobre o grupo de Maldras parece apontar para o início de uma reorganização do poder entre os suevos, já que a quebra de um acordo com os galaico-romanos poderia indicar um aumento do poderio suevo na região sob a tutela de Maldras, o que tornaria desnecessário o antigo tratado de paz. Contudo, nos relatos seguintes do bispo podemos perceber que a liderança de Maldras também não era sólida entre o seu grupo, o que possivelmente o levou a ser questionado dentro de sua própria família a ponto de ter sido obrigado a matar seu irmão antes de realizar uma campanha de saque na cidade de *Portucale*<sup>624</sup>. Sua morte, ocorrida em 461, deve ser entendida dentro desse aspecto de disputa de poder, pois Idácio afirma simplesmente que ele fora degolado em finais de fevereiro, tendo morrido com a mesma classe de morte que mereceu<sup>625</sup>, o que Stefanie Hamman sugere como tendo sido um tipo de vingança de sangue<sup>626</sup>.

Em todos esses ataques, Idácio faz questão de salientar a volta das hostilidades entre hispano-romanos e suevos, o que teria provocado não

---

<sup>622</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 181.

<sup>623</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 183.

<sup>624</sup> Hydatius, *Chronica*, III, 190.

<sup>625</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 193.

<sup>626</sup> HAMMAN, Stefanie. *Vorgeschichte und Geschichte der Sueben in Spanien*. Dissertation. Regensburg: Universität Regensburg, 1971, p. 128.



somente a morte da população comum, mas também de vários membros das aristocracias da região<sup>627</sup>.

Com essas ações, os suevos haviam voltado a ter um comportamento que lembra os primeiros anos de sua chegada à *Gallaecia*, no qual não tinham uma política de tratados e alianças e se recorria frequentemente ao saque e à violência. Sua intensa busca por butim poderia estar relacionada com a perda de suas bases estáveis de poder e a possibilidade de administrar colheitas, armazenar mantimentos, venderem produtos, arrecadar impostos ou terem uma renda estável por meios que não sejam o de violência<sup>628</sup>.

Os grupos suevos nesse período não tinham inclusive uma unidade para decidir quem seriam os sucessores dos líderes que morreram. Em seu texto, Idácio não aponta diretamente quem foram os sucessores de Maldras e Frantano logo após suas mortes, como fazia nos tempos da dinastia de Hermerico. O bispo apenas segue sua narrativa apresentando as ações dos suevos sob novos líderes, sem especificar como foi sua condução.

Antes do ataque de Maldras em *Portucale*, Idácio faz uma menção ao possível sucessor de Frantano em 459, quando informa que enquanto os suevos de Maldras atacavam a Lusitânia, os liderados por Rechimundo saqueavam algumas partes da *Gallaecia*<sup>629</sup>. Já a menção ao sucessor de Maldras aparece somente quando o bispo relata um ataque realizado a *Aquae Flaviae* em 460, que teria sido liderado por Frumário<sup>630</sup>.

Um ponto interessante a se notar é que Idácio não atribui em suas passagens o título de *rex* nem a Rechimundo e nem a Frumário, apesar de afirmar que ambos lutam pelo poder régio<sup>631</sup>. Segundo o bispo, ambas as facções almejavam reunificar as forças suevas, porém o poder régio, que seria o elemento unificador ideal não estava presente nesse momento em nenhum dos dois grupos<sup>632</sup>.

---

<sup>627</sup> Hydatius, *Chronica*, III, 191.

<sup>628</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 92.

<sup>629</sup> Hydatius, *Chronica*, III, 188.

<sup>630</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 196.

<sup>631</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 198.

<sup>632</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 2015, p. 58-59.

Nesse momento de confrontação e disputa de poder entre os suevos, Idácio relata a última ação de um imperador romano na antiga *Diocesis Hispaniarum*, ao informar que o imperador Majoriano se dirigiu à província da *Cartaginense* para preparar um ataque marítimo contra os vândalos na África. Porém, o ataque não chegou a acontecer, pois os vândalos, que haviam sido avisados por alguns delatores, se anteciparam e destruíram a frota imperial antes dos barcos estarem preparados para atacar<sup>633</sup>.

Segundo Kulikowski, os preparativos para o ataque a África só foram possíveis pois Majoriano havia conseguido estabelecer uma nova aliança com os godos<sup>634</sup>, que havia sido anteriormente rompida quando o imperador e seu *magister militum* Ricímero eliminaram o antigo imperador Avito e ascenderam ao poder. No novo acordo, o governo imperial lançaria um ataque contra os vândalos a partir da *Hispania*, tendo seu exército comandado pelo *magister militum* e *comes* Nepociano e pelo *comes* Sunierico, que era o comandante das tropas de Teodorico II. A preparação para o ataque já estava sendo feita há mais de um ano e envolvia uma grande quantidade de material e um forte trabalho intensivo dos construtores. A frota foi reunida em *Portus Illicitanus*, entre Cartagena e Valência, na atual província de Alicante. Quando o imperador, que provavelmente vinha da corte de Tolosa com um séquito de godos, se dirigia à região para liderar o ataque chegam a ele as notícias da destruição da frota pelo ataque vândalo, o que o obriga a retornar à Gália<sup>635</sup>.

De acordo com Javier Arce, o aviso aos vândalos teria partido da população de *Carthago Nova* ou de regiões próximas, o que nos evidencia a existência de uma população romana que era contrária ao imperador Majoriano e ao Império e que era favorável aos vândalos. Segundo o autor, isso pode ser explicado pela intensa relação entre a região e o *regnum vandalorum*, onde prevaleciam o interesse das boas relações e a manutenção dos laços de colaboração e amizade entre alguns membros da população local com os

---

<sup>633</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 195.

<sup>634</sup> Hydatius, *Chronica*, III, 191.

<sup>635</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p.191.

vândalos, que poderiam estar reforçados seja por relações comerciais, seja pela sua constante presença na região<sup>636</sup>.

Porém, para Thompson, essa situação é mais uma evidência da rejeição e da preferência de boa parte da população romana pelos bárbaros do que pela antiga administração imperial romana<sup>637</sup>.

Em nossa leitura, esse acontecimento reforça o distanciamento que ocorreu entre a província hispana e a Autoridade Imperial Romana no decorrer do século V. Nesse período, os hispano-romanos já não contavam mais com o poder imperial para defender seus interesses e haviam estabelecido suas próprias bases de negociação. Por isso, em nossa análise, não se tratava de uma simples preferência dos hispano-romanos pelos bárbaros, mas sim de uma defesa da autonomia da região perante o poder imperial romano que pretendia novamente administrá-la sem trazer as contrapartidas da qual sua população e sua aristocracia necessitavam.

A reação à destruição da frota imperial pelos vândalos repercutiu de uma forma extremamente negativa em Ravena, tanto que ao regressar da Gália para a Itália, o imperador Majoriano é assassinado em 461 por seu *magister militum* Ricímero<sup>638</sup>, que coloca em seu lugar a Líbio Severo<sup>639</sup>. Para Pablo C. Díaz, a derrota fora tão fulminante que a partir desse momento os assuntos da *Hispania* ficariam definitivamente fora do controle de Ravena e o futuro da região durante o século V e boa parte do século VI seria um assunto essencialmente de godos e suevos<sup>640</sup>.

De acordo com Kulikowski, a morte de Majoriano marcaria o verdadeiro fim da *Hispania* Romana, pois apesar dos momentos de crise existentes entre 418 e 461, a região ainda permanecia subjugada ao poder imperial e continuava sendo parte de seus cálculos políticos. Ainda segundo o autor, se formos levar em conta os aspectos culturais, a *Hispania* permaneceu reconhecidamente romana até finais do século VII, contudo ao considerarmos

---

<sup>636</sup> ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507** A.D. Madrid: Marcial Pons, 2007, p.98.

<sup>637</sup> THOMPSON, E. A. **Romans and Barbarians. The decline of the Western Empire.** Madison: University of Wisconsin Press, 1982, p.181.

<sup>638</sup> Hydatius, *Chronica*, V, 205.

<sup>639</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 206.

<sup>640</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585).** Madrid: Akal, 2011, p. 91.

os aspectos político-administrativos percebemos uma grande ruptura com a morte de Majoriano, pois, até sua administração, o governo imperial ainda nomeava burocratas para ocuparem cargos na região e onde a burocracia imperial existia o Império permanecia, mesmo que de maneira ineficaz, como acontecia nas províncias hispanas. Contudo, com a eliminação de Majoriano, a possibilidade de nomeação de burocratas imperiais para a região e de hispano-romanos para outras partes do Império desaparece e com isso a própria existência da *Hispania* como parte integrante do Império Romano. Essa ausência do poder político imperial aprofundaria a fragmentação política da região até os níveis mais locais e levaria a um século de confronto entre suas diversas comunidades<sup>641</sup>.

Entretanto, em nossa perspectiva, já era possível perceber a fragmentação do poder político romano e o conflito entre comunidades locais desde finais do século V, como mostramos ao longo dos capítulos I e II. Ao longo da quinta centúria ocorrerá apenas o aprofundamento dessa situação, sendo que após a década de 420, a Autoridade Imperial Romana estará presente efetivamente somente na península da *Tarraconensis*, apesar das várias tentativas de interferência nas demais províncias da região. Portanto, em nossa leitura, a *Hispania* já não poderia ser considerada uma província romana como um todo desde o período de hegemonia político-militar exercida pela dinastia sueva de Hermerico.

A ação realizada por Majoriano em seu território ilustra bem essa situação, pois o imperador não tinha interesse em promover uma campanha militar para a recuperação dos territórios hispanos, mas sim se utilizar de um de seus portos para uma intervenção na África e recuperar esses territórios do domínio vândalo, além do mais a própria delação de sua ação por parte de hispano-romanos da região é um forte indício de que há muito tempo o governo imperial já não mantinha o controle provincial.

Com isso, podemos afirmar que essa última passagem de Idácio indica na verdade qual foi a última vez que um imperador de Ravena e um exército romano ocidental estiveram presentes dentro de uma província da antiga

---

<sup>641</sup> KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p. 151-152; 192; 196.

*Diocese Hispaniarum* e, possivelmente o fim do controle imperial na última província da região, a da *Tarraconensis*.

No decorrer das últimas ações imperiais na *Hispania*, entre o fracasso do ataque de Majoriano e sua posterior morte no ano seguinte, Idácio informa sobre uma ação militar realizada por parte do exército godo na *Gallaecia*, quando essas tropas lideradas pelo *comes* Sunierico e o *magister militum* Nepociano saqueiam os suevos que habitavam um local perto de Lugo. Durante o episódio, Idácio informa que a ação é descoberta por três indivíduos, Dictynio, Spinione e Ascanio, que avisaram o líder suevo Frumário sobre a situação<sup>642</sup>.

Ainda segundo o bispo, Frumário realiza um saque na cidade de *Aquae Flaviae* em retaliação a esse último ataque, onde acaba prendendo o próprio Idácio por insistência dos três delatores, sete dias antes do início do mês de agosto.<sup>643</sup>

Segundo Pablo C. Díaz, a delação da ação dos godos e a captura e cativeiro de Idácio por indivíduos que tinham nomes romanos provavelmente é um indicador de que uma parte da população da *Gallaecia* havia estabelecido um papel de colaboração com os suevos, seja por motivos de sobrevivência ou de recebimento de vantagens<sup>644</sup>.

Porém, segundo o próprio autor, esse episódio de colaboração ou aceitação do domínio suevo se alternava com outros onde parece evidente a existência de uma capacidade não apenas de resistência, mas também de gerar estruturas de poder local ou regional que eram eficazes. Exemplo disso seria a cidade de Lugo, que após meio século da entrada dos suevos parecia viver uma situação de autonomia, contando inclusive com um sistema de governo organizado, com um governador a quem Idácio chama de um homem de nobre berço<sup>645</sup>.

---

<sup>642</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 196.

<sup>643</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 196.

<sup>644</sup> DÍAZ, Pablo C. La organización del espacio y el control del territorio en la *Gallaecia* germánica. In: MENAUT, Gerardo Pereira; SILVA, Ermelindo Portela. **El territorio en la historia de Galicia: organización y control: Siglos I-XXI**. Santiago de Compostela: USC, editora académica, 2015, p.59 - 60; 66.

<sup>645</sup> DÍAZ, Pablo C. La organización del espacio y el control del territorio en la *Gallaecia* germánica. In: MENAUT, Gerardo Pereira; SILVA, Ermelindo Portela. **El territorio en la**

A resistência dessa cidade teria incomodado tanto aos suevos que Idácio informa sobre um ataque dirigido a ela durante a Páscoa de 460, onde diversos romanos haviam sido assassinados em Lugo, entre eles, seu governador<sup>646</sup>. Com isso, a ação do exército godo na região, que fora delatada, visaria à libertação dessa cidade que teria caído sobre o domínio suevo.

Nessa linha de pensamento, podemos afirmar que a prisão de Idácio deriva provavelmente de sua atuação política anti-sueva e não por sua condição de defensor do cristianismo niceno na região<sup>647</sup>, que também continuava tendo problemas com a heresia priscilianista. O bispo fora provavelmente apontado pelos três delatores como um dos incentivadores do ataque godo na região, o que levaria o líder suevo Frumário a prendê-lo como forma de retaliação e também como um meio de diminuir a resistência anti-sueva naquela localidade.

Após informar sua prisão, Idácio relata uma ação militar do líder suevo Rechimundo, que estava saqueando conjuntamente as regiões vizinhas dos auregenses e as zonas marítimas do *conventus* de Lugo<sup>648</sup>.

Com duas ações militares em regiões próximas, o bispo informa que surge entre os dois líderes suevos, Frumário e Rechimundo, uma disputa pelo poder régio entre os suevos<sup>649</sup>. Possivelmente, devido a essa disputa, ambas as facções suevas solicitam uma trégua com os galaico-romanos<sup>650</sup>, a qual provavelmente resulta na libertação de Idácio de seu cativo apenas três meses após sua prisão e contra a vontade dos romanos que o delataram<sup>651</sup>.

Após um tempo sem noticiar acontecimentos sobre os suevos, Idácio retorna com as informações sobre esse povo em 463, no segundo ano do imperador Líbio Severo. As informações dizem respeito às embaixadas realizadas entre o grupo suevo liderado por Rechimundo com a corte real de

---

**historia de Galicia: organización y control: Siglos I-XXI.** Santiago de Compostela: USC, editora académica, 2015, p.59-60.

<sup>646</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 194.

<sup>647</sup> DÍAZ, Pablo C. La organización del espacio y el control del territorio en la *Gallaecia* germánica. In: MENAUT, Gerardo Pereira; SILVA, Ermelindo Portela. **El territorio en la historia de Galicia: organización y control: Siglos I-XXI.** Santiago de Compostela: USC, editora académica, 2015, p.66.

<sup>648</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 197.

<sup>649</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 198.

<sup>650</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 199.

<sup>651</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 202.

Teodorico II<sup>652</sup>, que provavelmente tratavam sobre um possível apoio da monarquia goda a sua reivindicação régia.

Porém, a partir do parágrafo seguinte da crônica surge um problema de difícil solução que já motivou diversas hipóteses por parte de vários historiadores. Na continuação de seu relato, o nome de Rechimundo desaparece da obra de Idácio, aparecendo em seu lugar o nome Remismundo, que continuará presente no restante da crônica.

Cirila chega à *Gallaecia* acompanhado de Palagorio, nobre homem da *Gallaecia*, que fora como legado ao já dito rei, e encontra-se com os legados de **Rechimundo** que se dirigiam para o seu rei. Voltaram rapidamente e recebem em seu regresso a Cirila na cidade de Lugo. Depois de que este abandonasse a *Gallaecia*, os suevos, mentirosos e pérfidos a respeito de suas promessas, como sempre, saqueiam de imediato diversas localidades da infeliz *Gallaecia* como de costume (Hydatius, *Chronica*, II, 215 – grifo nosso)<sup>653</sup>.

Teodorico faz voltar de novo a **Remismundo** e Cirila para os suevos juntos com alguns godos que vieram com anterioridade. Cirila permanece na *Gallaecia*; **Remismundo**, em seu lugar, regressa de imediato para seu rei. Entre galegos e suevos reina a desordem e a insubordinação (Hydatius, *Chronica*, II, 216 – grifo nosso)<sup>654</sup>.

De acordo com Pablo C. Díaz, o problema chave no relato de Idácio é que o bispo não faz menção a uma ida de Rechimundo/Remismundo para a Gália, por isso em seu regresso à *Gallaecia* ele seria um personagem novo. Se a ida desse personagem à Gália perante o rei goda tivesse aparecido na notícia anterior, os problemas de interpretação teriam sido resolvidos<sup>655</sup>.

Tentando solucionar essa situação, Wilhelm Reinhart sugere que ambos os personagens são a mesma pessoa e a questão é apenas um erro de grafia, afirmando que em algumas crônicas o nome Rechimundo aparece como

---

<sup>652</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 215.

<sup>653</sup> *Cum Palagorio uiro nobili Galleciae, qui ad supradictum fuerat regem, Cyrila legatus ad Galleciam ueniens euntes ad eundem regem legatos obuiat Rechimundi; qui regressi in celeri reuerrentem Cyrilam in Lucensi urbe suscipiunt; post cuius mox egressum de Gallicia Sueui promissionum suarum ut semper fallaces et perfidi diuersa loca infelicitis Gallcciae solito depredantur.*

<sup>654</sup> *Per Theudericum ad Sueuos Remismundus et Cyrila cum aliquantis Gothis qui prius uenerant remittuntur. Cyrila in Galacia remanente, Remismundo mox recurrente ad regem inter Gallecos et Sueuos indisciplina perturbatio dominatur.*

<sup>655</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 96.

alternativa para Remismundo<sup>656</sup>. Torres Rodrigues segue o mesmo caminho e sequer menciona o nome Rechimundo em sua obra, já presumindo que ambos são o mesmo indivíduo, porém o autor o coloca como sendo também um filho do antigo líder Maldras<sup>657</sup>. Stefanie Hamman também acredita que ambos sejam o mesmo indivíduo, porém afirma que Rechimundo fora obrigado a trocar de nome pelo rei godo Teodorico II como mostra da subordinação de seu poder, e tenha passado a se chamar Remismundo, que seria um nome godo<sup>658</sup>.

Allan Tranoy apresenta uma outra possibilidade para essa questão e afirma que na verdade o relato apresenta dois indivíduos diferentes, entretanto o destino de Rechimundo estaria presente em alguma parte da crônica que teria sido perdida ao longo do tempo, criando assim uma lacuna temporal entre os dois relatos de Idácio<sup>659</sup>.

Entretanto, para Edward Arthur Thompson ambos os indivíduos existiram, mas não houve nenhuma perda do manuscrito de Idácio. Na visão do autor, Rechimundo teria existido enquanto líder suevo e disputado o poder régio com Frumário, mas nenhum dos dois teria obtido seu reconhecimento. Essa legitimação teria ficado com Remismundo, um embaixador suevo que teria viajado várias vezes entre a Gália e a *Gallaecia* e conseguido negociar com os godos o título de rei suevo para si<sup>660</sup>. A mesma visão tem J. R. Martinale, que apresenta em seu trabalho os dois indivíduos de forma separada, afirmando que o rei Teodorico II havia escolhido Remismundo para ser o rei dos suevos<sup>661</sup>. Esse pensamento é seguido por Steven Muhlberger que sugere que Teodorico II havia tentando realizar uma intervenção mais drástica na *Gallaecia*, e que para isso teria nomeado um cliente seu,

---

<sup>656</sup> REINHART, Wilhelm. **Historia General del reino hispánico de los suevos**. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, 1952, p.49.

<sup>657</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977 p. 161;166.

<sup>658</sup> HAMMAN, Stefanie. **Vorgeschichte und Geschichte der Sueben in Spanien**. Dissertation. Regensburg: Universität Regensburg, 1971, p. 130.

<sup>659</sup> TRANOY, Alain. Hidace. **Chronique**. Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris, 1974.

<sup>660</sup> THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part II. **Nottingham Medieval Studies**, nº21, 1977, p.10.

<sup>661</sup> MARTINALE, J. **The Prosopography of Later Roman Empire: Volume II 395-527 AD**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, 936;938.



Remismundo, que teria recebido dinheiro, armas, uma esposa e a obrigação de converter os suevos ao arianismo<sup>662</sup>.

Javier Pampiega apresenta uma interpretação diferente para a questão. Segundo o autor, tanto Rechimundo como Remismundo seriam filhos de Requiário, sendo que o segundo teria tido preferência pela corte de Tolosa, por ser filho também de uma princesa goda. Dessa forma, o autor constrói uma linha sucessória que abarcaria os reis suevos desde Hermerico em uma mesma família. A citação aos dois indivíduos na crônica de Idácio seria explicada pelo fato de Rechimundo fazer parte do corpo de *fideles* de Remismundo, que teria sido enviado à corte de Tolosa apenas com 13 anos para ser treinado como futuro rei suevo, sendo mais um delegado do poder godo do que um rei suevo independente<sup>663</sup>.

Por fim Pablo C. Díaz afirma que muito provavelmente se trata de um erro dos copistas da crônica, pois não há nos trechos uma ruptura do discurso e a suposição de que sejam dois personagens distintos é absolutamente problemática<sup>664</sup>. Ainda, segundo o autor, a mesma confusão nas grafias do nome de Remismundo, além da crônica de Idácio, aparece de forma distinta nas *Historiae* curta e longa de Isidoro de Sevilha e na Gética de Jordanes, o que parece confirmar que realmente se trata de um único personagem<sup>665</sup>.

Em nossa visão, através da leitura e comparação dos relatos, a questão parece ser realmente um problema de erro na grafia dos nomes. As diversas grafias para um mesmo personagem, população ou região, se repetem diversas vezes ao longo da crônica e em algumas delas levam a uma confusão entre os personagens. Considerar Rechimundo e Remismundo como um mesmo indivíduo, além de não alterar o sentido do relato de Idácio, corrobora com as informações apresentadas a seguir, onde o bispo informa que com a morte de Frumário, Remismundo convoca que todos os suevos regressem

---

<sup>662</sup> MUHLBERGER, Steven. **The fifth-century chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452**. Leeds: Francis Cairns, 1990, p. 227; 254.

<sup>663</sup> PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998, 336; 348-350.

<sup>664</sup> DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 2015, p. 59.

<sup>665</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 96.

sobre sua autoridade, obedecendo ao seu direito régio. Essa unificação monárquica sueva é apresentada de maneira diferente por Idácio, Jordanes e Isidoro de Sevilha.

Após a morte de Frumário, Remismundo reclama que todos os suevos regressem baixo a sua autoridade em ordem a seu direito régio, e volta a dar-lhe forma a uma paz arruinada (Hydatius, *Chronica*, III, 219)<sup>666</sup>.

Então os suevos, vendo morrer seu chefe, enviaram sacerdotes de sua terra ante Teodoro para implor-lhe clemência. Este os recebeu com o respeito que merecia sua condição sacerdotal e não só outorgou seu perdão aos suevos, mas ainda por cima, movido por sua piedade, lhes permitiu que elessem um príncipe de seu povo. Assim o fizeram os suevos e proclamaram seu rei a Rimismundo (Jordanes, *De origine actibusque Getarum*, XLIV, 234)<sup>667</sup>.

Depois de algum tempo, vieram a Teuderico legados enviados por Remismundo, filho de Maldras, rei dos suevos, para pedir a paz e a amizade. (Isidorus Hispalensis, *De origine Gothorum, Historia Wandalorum, Historia Sueborum*, 33)<sup>668</sup>.

No relato de Jordanes, podemos perceber a grande valorização que o autor concede a Teodorico II, dando a este o papel fundamental para a unificação do poder régio entre os suevos. Porém, além da questão panegirista em relação ao rei godo, o relato desse autor sobre os desdobramentos ocorridos entre a derrota de Requiário e a ascensão de Remismundo é extremamente breve e conciso. Em seu texto, Jordanes liga esse episódio a derrota de Aiulfo, afirmando que logo após a morte do líder varno os suevos teriam requisitado um rei de seu próprio povo a Teodorico II, excluindo dessa forma os vários anos de disputa pelo poder régio dos dois grupos suevos.

Na versão de Isidoro, presente em sua *De origine Gothorum*, pois seu relato na *Historia Sueborum* é idêntico ao de Idácio, o hispalense apresenta Remismundo como sendo filho do antigo líder suevo Maldras, o que pode

---

<sup>666</sup> *Frumario mortuo Remismundus omnibus Sueuis in suam ditionem regali iure reuocatis pacem reformat elabsam.*

<sup>667</sup> *Tunc Suavi rectoris sui interitum contuentes locorum sacerdotes ad Theoderidum supplices direxerunt. Quos ille pontificali reverentia suscipiens non solum inpunitatem Suavorum indulsit, sed ut sibi de suo genere principem constituerent, flexus pietate concessit. Quod et factum est, et Rimismundum sibi Suavi regulum ordinauerunt.*

<sup>668</sup> *Post aliquot legati a Remismundo Masdrae filio rege Sueuorum missi ad Theudericum uenerunt pacem amicitiamque poscentes.*

indicar que o bispo de Sevilha tinha uma pretensão de estabelecer uma legitimidade continuadora entre os reis suevos<sup>669</sup>, uma associação que não encontramos em nenhuma outra fonte do período. Contudo, outro aspecto que também se destaca no relato do autor é o fato dele afirmar que Remismundo primeiramente é proclamado rei dos suevos e que somente depois de sua ascensão é que são enviadas embaixadas ao rei godo Teodorico II, um relato que tira o caráter de interferência do rei godo em sua eleição.

Por fim, no trecho de Idácio, que é contemporâneo aos acontecimentos, é relatado que Remismundo ordena que todos os suevos regressem a sua autoridade, que seria legítima devido ao seu direito régio sobre esse povo. Porém, qual seria este direito régio, considerando que os suevos estiveram nos últimos anos sendo governados por líderes tribais que aparentemente não tinham nenhuma ligação com a antiga dinastia de Hermerico? A resposta a essa questão começa a se formar quando analisamos os relatos sobre as embaixadas entre suevos e godos que aconteceram antes da unificação de Remismundo.

Nas passagens em que apontamos a troca na grafia nos nomes de Rechimundo/Remismundo<sup>670</sup>, Idácio menciona a volta do líder godo da corte de Teodorico, o que pode nos indicar que Remismundo, percebendo que dificilmente unificaria os suevos somente com o enfrentamento contra o grupo de Frumário, tenha buscado o apoio do rei godo para a sua causa. Um aspecto a se recordar, é que nesse momento a Autoridade Imperial Romana não tem mais o controle sobre as províncias hispanas, um vácuo de poder que seria preenchido aos poucos pela Autoridade Régia dos godos. Percebendo a ascensão e a influência do rei godo na região, é natural afirmarmos que, provavelmente, Remismundo tenha declarado sua fidelidade a Teodorico II, recebendo em troca a legitimação régia do rei godo para unificar os suevos sob o seu comando, portanto o título de rei dos suevos.

Esse acordo fica mais evidente com a próxima passagem da crônica com informações sobre os suevos, onde Idácio informa que após uma troca de embaixadas entre godos e suevos, Teodorico envia a Remismundo armas e

---

<sup>669</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 96.

<sup>670</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 215-216.

presentes<sup>671</sup>, além de lhe devolver sua esposa que provavelmente estava na condição de refém na corte de Tolosa<sup>672</sup>. Essa última informação, em relação à esposa de Remismundo, foi interpretada em outras ocasiões como o envio de uma mulher para que o rei suevo se cassasse, reforçando assim o vínculo entre as duas monarquias, uma prática habitual entre os bárbaros germânicos e que já havia sido utilizada nos tempos de Requiário, contudo essa versão não encontra correspondência nas fontes<sup>673</sup>.

Após mais algumas embaixadas e notícias de saques dos suevos, Idácio relata um acontecimento importante entre os suevos. De acordo com o bispo, um indivíduo da Gália de nome Ajax, que havia se convertido do cristianismo niceno para o arianismo, deixa o assentamento dos godos na região e se dirige à *Gallaecia*, onde realizaria a conversão dos suevos para a vertente ariana do cristianismo<sup>674</sup>.

Em nossa leitura, a conversão dos suevos ao arianismo se produz como uma consequência da aliança realizada entre Remismundo e Teodorico II. O rei suevo, que nesse momento tinha laços de fidelidade com o rei godo, deixa o passado niceno de seu povo, forjado pelo antigo rei Requiário em um intuito de aproximação com uma identidade imperial romana, e promove a conversão da população sob seu comando a uma religião que estava intimamente ligada com as monarquias bárbaras do período, ingressando de vez no âmbito da tradição ariana das monarquias bárbaras.

Dessa forma Remismundo tinha forjado uma nova identidade monárquica para seu povo, que era baseada nos laços de fidelidade com a monarquia goda e inserida dentro do contexto religioso de uma tradição bárbara. Essa nova identidade monárquica sueva lhe daria uma legitimação suficiente para não ser contestado durante seu reinado e a força política necessária para negociar novos tratados nos conturbados anos seguintes que se apresentarão.

---

<sup>671</sup> Hydatius, *Chronica*, III, 222.

<sup>672</sup> BURGESS, R. W. From Gallia Romana to Gallia Gothica: the view from Spaina. In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambridge: University Press, 1992, p. 26.

<sup>673</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 96. Idácio deixa claro que Remismundo já era casado quando diz "et coniunge quam haberet".

<sup>674</sup> Hydatius, *Chronica*, III, 228.

Fortalecido, Remismundo volta a saquear, por volta do ano 465, a região da *Gallaecia* dessa vez entrando em confronto com a população da região de Aunona, algo que provavelmente não fora aprovado por Teodorico II, pois Idácio menciona intercâmbio de embaixadas entre os dois após o ataque aos aunonenses<sup>675</sup>. Nessa mesma época, Idácio noticia a morte do imperador Líbio Severo<sup>676</sup>, informando que após um período de vacância no poder imperial ocidental, Antêmio é nomeado como novo imperador, tendo o apoio do imperador oriental Leão I<sup>677</sup>.

Após esses acontecimentos, Idácio noticia um acontecimento que abalaria as estruturas da recém-unificada monarquia sueva. O rei Teodorico II, em seu regresso à Gália, é assassinado por seu irmão mais novo, Eurico, que após o ocorrido é proclamado o novo rei dos godos<sup>678</sup>.

Com a mudança no comando dos godos, os antigos acordos de Remismundo com Teodorico II perdem a validade, pois, conforme já apontamos anteriormente, os tratados do período tinham validade apenas durante o período de administração de cada governante, sendo necessária sua renegociação quando uma das duas partes era retirada do poder ou morria. Com isso, nesse momento Remismundo se viu livre dos acordos estabelecidos com o antigo rei godo e agora, já com seu poder unificado e legitimado entre os suevos, iria tentar endurecer as negociações com Eurico.

As negociações aparecem na crônica de Idácio, quando o bispo informa que Eurico despachou alguns legados ao imperador romano e ao rei dos suevos logo após sua posse. Na mesma passagem, o bispo afirma que Remismundo dispensou os legados godos e enviou os seus próprios ao imperador, aos vândalos e também aos godos<sup>679</sup>.

Segundo Pablo C. Díaz, a população que mais sofreu as consequências dessa nova conjuntura foi a hispano-romana, que passou a ser alvo de diversos ataques dos suevos que estavam em busca de butim<sup>680</sup>. Idácio narra

---

<sup>675</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 229.

<sup>676</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 227.

<sup>677</sup> Hydatius, *Chronica*, IIII, 230.

<sup>678</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 233.

<sup>679</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 234.

<sup>680</sup> DÍAZ, Pablo C. *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 96.

novos ataques à população de Aunona<sup>681</sup> e incursões na antiga província da Lusitânia<sup>682</sup>, onde a cidade de Coimbra é saqueada, tendo parte de suas construções destruídas, e a cidade de Lisboa ocupada, após Lusídio, provavelmente seu governador, entregá-la<sup>683</sup>.

Como resposta à expansão sueva, os godos atacam e ocupam a cidade de Lisboa, realizando o massacre tanto de suevos como de romanos. Provavelmente essa ação goda preocupou Remismundo, que resolve estabelecer uma paz com os aunonenses e enviar mais tropas para a Lusitânia<sup>684</sup>, que tem seu território saqueado tanto pelas tropas suevas como pelas godas<sup>685</sup>.

A última notícia da crônica de Idácio acerca dos suevos informa sobre uma embaixada enviada por Remismundo ao imperador Antêmio, na qual o rei suevo envia como seu representante a Lusídio, o antigo governador de Lisboa que havia lhe entregado a cidade, acompanhado por um pequeno contingente de guerreiros suevos<sup>686</sup>.

A embaixada provavelmente buscava uma mediação de Ricímero e Antêmio com o rei godo Eurico, visto que os godos ainda tinham acordos vigentes com os romanos. Segundo Audrey Becker, a escolha de um embaixador que havia traído os romanos pode parecer ilógica de início, porém sua origem social e seu status de hispano-romano devem ter influenciado em sua escolha. De fato, Remismundo poderia ter pensado que Lusídio deveria ser quem melhor conhecia os assuntos diplomáticos do Império Romano e por isso alguém que poderia obter um sucesso maior nessas negociações<sup>687</sup>.

O desfecho das negociações é desconhecido, assim como notícias concretas sobre os suevos pelos próximos cem anos, pois os próximos parágrafos de Idácio dizem respeito à finalização apocalíptica de sua obra, onde a chegada do ano 500 da era hispana coincide com uma série de

---

<sup>681</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 235.

<sup>682</sup> Hydatius, *Chronica*, I, 237.

<sup>683</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 240.

<sup>684</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 243.

<sup>685</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 244.

<sup>686</sup> Hydatius, *Chronica*, II, 245.

<sup>687</sup> BECKER, Audrey. *Les relations diplomatiques romano-barbares en Occident au Ve siècle: acteurs, fonctions, modalités*. Paris: De Boccard, 2013, p. 140.

presságios ocorridos na *Gallaecia*, que seriam fortes indicadores que o apocalipse era iminente<sup>688</sup>.

Com o final da crônica de Idácio, as informações sobre os suevos cessam em 469, retornando em meados do século VI com as informações legadas por Gregório de Tours que seriam continuadas pelos relatos do I Concílio de Braga, por documentos eclesiásticos, pelas obras de Martinho de Braga e pela crônica de João de Bicláro, em que os suevos são apresentados como uma monarquia consolidada, mas limitados à região da antiga *Gallaecia*. Segundo Leila Rodrigues da Silva, essa nova realidade dos suevos se distanciava em vários pontos da evidenciada por Idácio em 469, com as fontes destacando a limitada presença do arianismo na região e o início de um amplo processo de aproximação entre as autoridades políticas e religiosas de seu reino<sup>689</sup>.

Praticamente não há quase nenhuma informação sobre a monarquia sueva durante esse período, apesar de aparecerem em algumas obras nomes como Teodemundo, Hermerico II, Requila II e Veremundo, que não tem sua historicidade comprovada, podendo ser apenas erros de copistas ou mesmo nomes literários<sup>690</sup>.

De alguma forma Remismundo e Eurico chegaram a um acordo que possibilitou a convivência entre os dois povos durante esse longo período sem informações sobre os suevos. Casimiro Torres sugere a possibilidade de um acordo entre os dois reis, no qual Remismundo prometeria evacuar a Lusitânia e manter sua área de influência restrita apenas à *Gallaecia*, um tratado que seria útil a Eurico, pois apesar do rei godo poder eliminar facilmente os suevos, ele tinha como prioridade para o momento realizar a expansão de seu território na Gália<sup>691</sup>.

---

<sup>688</sup> DÍAZ, Pablo C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011, p. 99 - 100.

<sup>689</sup> SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008, p.46.

<sup>690</sup> FURTADO, Rodrigo. Existiram Suevos entre os reis Remismundo e Teodomiro? In: PIMENTAL, Maria Cristina; ALBERTO, Paulo Farmhouse (Orgs.) **Vir bonus peritissimus aequo. Estudos de Homenagem a Arnaldo do Espírito Santo**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2013, p.497.

<sup>691</sup> TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977 p. 188; 192.

No entanto, essa possibilidade é apenas uma sugestão. Segundo nossa interpretação, seja qual tenha sido o acordo, ele provavelmente contou com a submissão da monarquia sueva à monarquia goda, através de novos laços de fidelidade bárbara, e praticamente nenhuma influência imperial, visto que em seu reinado Eurico rompe definitivamente os tratados com Ravena e passa a ser o primeiro rei godo a governar de maneira independente do já enfraquecido Império Romano.

Desta forma, pode-se dizer que a monarquia sueva na V centúria é moldada por uma readequação identitária, na qual passa da emulação de elementos característicos romanos à aproximação com a identidade régia dos godos, garantindo sua área de influência na *Gallaecia* por mais algumas décadas.



# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## Considerações Finais

O objetivo central dessa pesquisa foi a discussão em torno da construção de uma identidade monárquica sueva no século V, tendo como base a proposta do seguinte questionamento: como um povo que não tinha tradição monárquica e nem mesmo uma organização política centralizada conseguiu construir um poder monárquico forte o suficiente para influenciar os rumos na Península Ibérica durante o século V?

Em busca de uma solução para nossa questão central, retornamos no capítulo I a um período anterior ao ingresso dessa população bárbara no território hispano-romano e debatemos como se constituía sua realidade administrativa, político-religiosa e político-militar.

Analisando os documentos administrativos disponíveis, apresentamos como a *Diocesis Hispaniarum* estava configurada no período, detalhando suas províncias, capitais e seus principais cargos político-administrativos. Discutimos também a questão relativa à presença de tropas imperiais na região, uma questão que é intensamente debatida pela historiografia especializada, e chegamos à conclusão de que realmente não havia um exército regular na *Hispania* que fosse constituído nos moldes do período republicano ou mesmo do Principado. As tropas de defesa seriam formadas apenas por exércitos privados pertencentes a membros da família de Teodósio, que em sua essência era constituído por pequenos proprietários, colonos e mercenários mal treinados e com equipamento escasso.

Abordada a realidade administrativa da região, iniciamos a análise de seu contexto político-religioso através de documentos eclesiásticos e da legislação imperial do período e, a partir da análise dessas fontes, constatamos um elevado grau de fragmentação das identidades político-religiosas na região. Os documentos trazem à luz uma difícil realidade para a *ecclesia* nicena hispana, que ainda lutava por sua solidificação e enfrentava as reminiscências das religiões autóctones, presentes sobretudo nas regiões rurais, e a difusão cada vez mais constante da heresia priscilianista, com uma forte

predominância na região da *Gallaecia*, onde havia atraído uma quantidade considerável de antigos bispos nicenos.

Para tentar resolver essa situação, a documentação mostra que foram criadas leis contra os pagãos e que foram realizados concílios eclesiásticos dentro da Península Ibérica, cujo objetivo era a condenação das práticas consideradas heréticas e a reafirmação do credo estabelecido em Nicéia. Essas medidas acabaram por enfraquecer os adversários do cristianismo niceno hispano, mas não levaram a sua extinção. As religiões autóctones continuaram existindo nos espaços rurais e o priscilianismo continuou presente na *Gallaecia* por pelo menos mais um século. Com base nessa análise, concluímos que as identidades religiosas hispanas variavam de acordo com a província, tendo diferentes graus de intensidade nos meios urbano e rural e que se adaptavam conforme sua especificidade.

Por fim, após discutirmos o aspecto político-religioso, entramos na questão político-militar, permeada por diversos conflitos, movimentos usurpatórios no início do século V e pela irrupção e estabelecimento das populações bárbaras em 409. A partir da análise de diversas fontes do período, tanto ocidentais como orientais, constatamos que a identidade política hispano-romana também estava fragmentada, e que grande parte da população da *Diocesis Hispaniarum* não se sentia representada pela Autoridade Imperial de Ravena.

Essa insatisfação ficou evidente quando parte da aristocracia da região preferiu proteger suas propriedades a aderir à defesa dos territórios hispanos contra o ataque das tropas do usurpador Constantino III, deixando essa tarefa para os familiares do imperador Honório. Parte dessa mesma aristocracia apoiaria também o usurpador Máximo e posteriormente tentaria negociar acordos com as populações bárbaras que se estabeleceram em território hispano em busca da manutenção de suas propriedades e de seu poder local. Portanto, ao final do capítulo, concluímos que a identidade política das províncias hispanas não seria mais atrelada a uma identidade geral romana, mas sim a uma identidade de caráter mais regional que se adaptaria segundo a sua realidade momentânea.

Estabelecido o contexto geral da *Hispania* no início do século V, iniciamos nosso capítulo II com um debate historiográfico sobre o conceito de Identidade, discutindo sua apropriação pelas historiografias nacionalistas e realizando algumas pontes com a nossa realidade atual. Procuramos mostrar também que os autores romanos não se debruçaram na formulação em si desse conceito, porém que a questão poderia ser trabalhada em nossa pesquisa através da alteridade, onde buscaríamos elementos nos textos romanos para tentar identificar as diferentes construções identitárias da época, indicando o que esses autores consideravam como identidades próprias e do que consideravam como as do outro. Na mesma parte, realizamos ainda uma discussão acerca do conceito de etnicidade e elucidamos que não o utilizaríamos em nossa pesquisa devido principalmente a sua generalização e à dificuldade de sua aplicação em nossas fontes.

Concluído o debate em torno dos conceitos de Identidade e de Etnicidade, iniciamos a análise da criação de uma monarquia romano-bárbara goda na Gália e suas repercussões na *Hispania* do século V. No início dessa subdivisão, elucidamos que, apesar de ser conhecida há muito tempo pelos godos, a instituição da monarquia não era praticada por esse povo, que ainda escolhia suas lideranças através das antigas assembleias tribais. Contudo, o novo contexto no qual os godos estavam inseridos nesse momento fazia necessária uma centralização política de seu poder em torno de um único personagem.

A partir disso, constatamos a formação do embrião da monarquia goda, na qual o novo rei buscava o reconhecimento de seu poder perante a Autoridade Imperial Romana e um local onde pudesse assentar de forma definitiva sua população, que ainda não havia se fixado permanentemente em nenhuma região desde sua entrada no *limes* imperial durante o governo do imperador Valente. Com base na documentação analisada, percebemos que para lograrem êxito, os reis godos passaram a emular características romanas, como por exemplo seu sistema de governo. Também houve a tentativa de reconhecimento por via matrimonial familiar, com o casamento do rei godo Ataúlfo com Gala Placídia, irmã do imperador Honório.

Contudo, as negociações avançaram apenas por meio de um tratado militar, no qual os godos se estabeleceram como federados dos romanos e se propuseram a eliminar as populações bárbaras que estavam assentadas na *Diocesis Hispaniarum*. Com o sucesso da campanha, sua população foi assentada de forma definitiva na região da Aquitânia, na Gália, recebendo, porém, uma parcela muito menor do que almejavam anteriormente, sendo obrigados a se contentarem com um tratado que os colocasse ainda como subordinados dos romanos, além da obrigação de prestação de serviços militares sempre que fossem requisitados.

Porém, embora grande parte de suas exigências não tenha sido atendida, os godos haviam dado um passo inicial rumo ao estabelecimento de um reino territorial dentro do *limes* romano e a partir desse momento deixam de ser considerados invasores e passam a configurar sua identidade como uma monarquia romano-bárbara. Essa condição serviria de inspiração e seria extremamente desejada pelas populações bárbaras que viviam dentro ou fora do território imperial, entre elas os suevos.

Tendo como base o estabelecimento de um contexto geral para a *Hispania* do século V, e o exemplo de criação de uma monarquia romano-bárbara na Gália, iniciamos nosso terceiro capítulo, onde discutimos a construção de uma identidade monárquica entre os suevos.

Este último capítulo se inicia apresentando o processo de formação do grupo suevo que ingressaria na Península Ibérica no século V, salientando que é muito difícil se estabelecer uma relação direta entre essa população bárbara com a que aparece em fontes do período republicano e do Principado, e destacando sua composição heterogênea provavelmente formada pela união de pequenas tribos germânicas que haviam definido Hermerico como seu líder militar. Esse grupo teria ficado submetido à aliança e ao controle dos alanos até a eliminação desse povo pela campanha de reconquista levada a cabo pelo rei godo Vália.

A partir do fim das ações militares de Vália, constatamos o início de um processo de construção de uma identidade monárquica sueva por Hermerico, que seria ainda mais aprofundado com a migração dos vândalos asdingos para a África em 429.

Através da análise dos documentos escritos e das fontes numismáticas, concluímos que esse processo se desenvolveria nos reinados de seu filho e de seu neto e teria como base dois pilares: a legitimação imperial romana, conseguida através de acordos políticos e da assimilação de instituições romanas, e a fidelidade bárbara conseguida por um enlace matrimonial com a filha do rei godo Teodorico I e por uma aliança militar com esse povo.

Contudo, essa identidade monárquica sueva estava totalmente atrelada aos acordos realizados entre a dinastia de Hermerico e a Autoridade Imperial Romana, liderada pelo *magister militum* ocidental Aécio e o imperador Valentiniano III, e a Autoridade Régia dos godos, comandada nesse momento pelo rei Teodorico I. Com a morte desses três indivíduos e a derrota e execução de Requiário, último representante dinástico de Hermerico, essa identidade monárquica deixa de existir, e o poder régio suevo é dividido por líderes tribais que iniciam um enfrentamento entre si buscando a unificação de sua liderança.

Após anos de conflito, percebemos um novo processo de construção de uma identidade monárquica sueva, dessa vez liderado pelo rei Remismundo e baseado nos laços de fidelidade com a monarquia goda, inserida dentro de um contexto religioso e de uma tradição bárbara. Essa nova identidade monárquica daria a Remismundo uma legitimidade forte o suficiente para não ser contestado durante seu reinado e a força política necessária para negociar novos tratados nos conturbados anos que se apresentariam.

Com essas considerações, encerramos nossa pesquisa no momento, contudo, a construção do conhecimento é constante no campo historiográfico e as ideias debatidas nesse trabalho poderão fomentar novos questionamentos acerca da monarquia sueva no século V em pesquisas futuras. Esperamos assim, contribuir com o desenvolvimento de novos trabalhos em uma área que é tão pouco explorada pela historiografia brasileira.

# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## Referências Bibliográficas

### Documentação Primária Impressa

BLOCKLEY, R. C. **The Fragmentary Classicising Historians of the Later Roman Empire: Eunapius, Olympiodorus, Priscus and Malchus.** Cambridge: Francis Cairns, 1981.

BURGESS, RICHAD W. The Gallic Chronicle of 452: A New Critical Edition with a Brief Introduction. In: **MATHISEN, Ralph W.; SHANZER, Danuta (org.) Society and Culture in Late Antiquity Gaul: revisiting the Sources.** Aldershot, Burlington: Ashgate, 2001, p. 52-84.

BURGESS, RICHAD W. **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: Two Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire.** Oxford, Clarendon Press, 1993.

CARDOSO, José. **Crônica de Idácio. Descrição da Invasão e Conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V)** Universidade do Minho. Braga, 1982.

FALEIRO, Concepción Neira. **La Notitia Dignitatum.** Nueva edición crítica y comentário histórico. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

HIDACE. **Chronique.** Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris, 1974.

IDACIO, Obispo de Chaves. **Su Cronicon.** Salamanca: Ed. Casalancias, 1984. Introdução, texto crítico, versão espanhola e comentários por Julio Campos.

INNOCENCIO I. Ep. III: PL 20. **Patrologiae Cursus Completus**, 1861, p. 485-494..

ISIDORO DE SEVILHA. **Las Histórias de los godos, vándalos e suevos de Isidoro de Sevilla.** Estudio, edición crítica y traducción de Cristóbal Rodríguez Alonso. León Colegiato de San Isidoro, 1975.

JORDANES. **Origen y gestas de los godos.** Edición de José Maria Sánchez Martín. Madrid: Catedra letras universales, 2009.

MARCELLINUS, A. **Roman History.** 3 vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985. (The Loeb Classical Library).

MURRAY, Alexander Callender. The Antique Chronicle Tradition in the Fifth and Sixth centuries. In: **From Roman to Merovingian Gaul: A Reader.** Toronto: University Toronto Press, 1999, p. 61-108.



PROCOPIO DE CESAREA. Historia de las guerras: libros III-IV guerra vândala. **Introducción, traducción y notas de** Jose Antonio Flores Rubio. Madrid: Editorial Gredos, 2006.

SALOR, Eustáquio Sánchez. **Orosio: Historias**. Introducción, traducción y notas de Eustáquio Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

SALVIEN DE MARSEILLE. **Ouvres II**. Introduction, texte critique, traduction et notes par Georges Lagarrigue. Paris: Les éditions du cerf, 1971.

SIDOINE APOLLINAIRE. **Correspondance: livres I-V**. Texte établi et traduit par André Loyen. Paris: Belles Lettres, 2003.

SIDONIO APOLINAR. **Poemas**. Introducción, traducción y notas de Agustin Lopez Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

SILVA, José Antônio López. **A Crónica de Idacio de Limia**. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, 2004.

SULPÍCIO SEVERO. **Obras Completas**. Estudio preliminar, traducción y notas de Carmen Codoñer. Editorial Tecnos. Madrid, 1987.

TÁCITO. A Germani. In: Tácito. **Obras Menores**. Tradução e nota prévia de Agostinho da Silva. Livros Horizonte. Lisboa, 1974.

**The Theodosian Code and Novels and the Simordian Constitutions**. A translation with commentary, glossary, and bibliography by Clyde Pharr. New York: Greenwood Press Publishers, 1952.

VIVES, José (org.). **Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos**. Barcelona-Madrid. CSIC. Instituto Enrique Florez, 1963.

ZÓSIMO. **Nueva Historia**. Introducción, traducción y notas de José M. Candau Morón. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

### **Obras gerais**

ABBOT, F.F.; JOHNSON, A. C. **Municipal administration in Roman Empire**. Princeton, 1926.

ALFARO ASINS, Carmen; MARCOS ALONSO, Carmen; OTERO MORÁN, Paloma; GRAÑEDA MIÑÓN, Paula. **Diccionario de Numismática**. Solana e hijos S.A, 2009.

AMARAL, Ronaldo. O bárbaro como constructo. Uma rediscussão historiográfica das migrações germânicas à luz dos conceitos de cultura, civilização e barbárie. **Revista de História Comparada**, v. 8, n.2, 2014, 6-28.

ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania: 400 - 507 A.D.** Madrid: Marcial Pons, 2007.

ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409.** Madrid: Alianza Editorial, 2009.

BALBÍN CHAMORRO, P. *Ius hospitii y ius civitatis.* **Gerión**, nº24, v. 1, 2006, p.207-235.

BARRAL I ALTET, Xavier. **La circulation des monnaies suèves et visigotiques: contribution à l'histoire économique du royaume visigot.** (Beihefte der Francia, vol.4). Munique: Artemis, 1976.

BASTOS, Mario Jorge da Motta. Hegemonia e Religiosidade no Reino Suevo (séculos V e VI). **Recôncavo**, v. 4, nº 7, 2014, p.91-111.

BECKER, Audrey. **Les relations diplomatiques romano-barbares en Occident au Ve siècle: acteurs, fonctions, modalités.** Paris: De Boccard, 2013.

BLÁZQUEZ. José Maria. Prisciliano. Estado de la Cuestión. In: **Prisciliano y Priscilianismo.** Monografías de los Cuadernos del Norte (Publicação de um ciclo de conferências organizado pela Universidad Menéndez y Pelayo em Pontevedra, de 7 a 12 de setembro de 1981), Oviedo, 1982, p. 47-52.

BLAZQUÉZ, José Maria. Prisciliano, introductor del ascetismo en Gallaecia. I **Reunión Gallega de Estudios Clásicos.** Santiago de Compostela, 1981, p. 210-236

BOUZA BREY, Fermín. Sobre las acuñaciones suevas de plata a nombre de Honório y Requiário. **El museo de Pontevedra**, nº4, 1946, p. 18-27.

BRAVO, Gonzalo. ¿Crisis del Império Romano? Desmontando un tópico historiográfico. **Vinculos de História**, v. 2, p. 13-26.

BROWN, Peter. **The World of Late Antiquity, A.D. 150-750.** New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1971.

BURGESS, R. W. From Gallia Romana to Gallia Gothica: the view from Spania. In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambrigde: University Press, 1992, 19-27.

BURNS, Thomas S. The settlement of 418. In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambrigde: University Press, 1992, p.53-63.

CANDELAS COLODRÓN, Cesar. Hidácio, ¿Obispo de Chaves? Iglesia, Território y Poder en el siglo V. **Gallaecia** nº21, 2002, 287-294.

CANDELAS COLODRÓN, César. «Plebs» Y Aristocracia en El Cronicón de Hidacio: La Organización Política Hispanorromana en el Siglo V. **Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica**, nº 13, 2001, 129-139.

CAÑIZAR PALACIOS, José Luís. Reflexiones sobre la percepción e idea de la frontera en la *Hispania* del s. V D.C. **Studia Historica. Historia Antigua**, nº 35, 2017, 53-74.

CARBÓ GARCIA, Juan Ramón. **Apropiaciones de la Antigüedad: de getas, godos, Reyes Católicos, yugos y flechas**. Madrid: Anejos de la Revista de Historiografía nº3, 2005.

CARR, Karen Eva. **Vandals to Visigoths. Rural Settlement Patterns in Early Medieval Spain**. Michigan: University Press, 2002.

CARVALHO, Margarida Maria. As marcas da Política na Construção de uma Identidade Plural. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Orgs.). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

CEBREIRO ARES, Francisco: Dificultades que plantea el estudio de la historia monetaria sueva. In: CEBREIRO ARES, Francisco (Org.). **Introducción a la historia monetaria de Galicia**, Labirinto de Paixóns, A Coruña, 2012, p.31-63.

COLLINS, Roger. **La España visigoda 409-711**. Barcelona: Crítica, 2005.

COURTOIS, Christian. **Les Vandales et l'Afrique**. Paris: Arts et métiers graphiques, 1955.

DAHAN, F. **Die Könige der Germanen, VI. Die verfassung der Westgothen. Das Reich der Sueven in Spanien**. Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1889.

DAVID, Pierre. **Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle**. Paris: Les Belles Lettres, 1947.

DÍAZ, P.C. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Akal, 2011.

DÍAZ, P.C. Estructuras de gobierno local en la Antigüedad Tardía. **Studia Zamorensia Historica**, nº 8, 1987, p. 233-250.

DÍAZ, P.C. La modalidad del asentamiento suevo y sus consecuencias. **Studia Zamorensia Historica**, nº 7, 1986, p. 353-365.

DÍAZ, Pablo C. La organización del espacio y el control del territorio en la *Gallaecia* germánica. In: MENAUT, Gerardo Pereira; SILVA, Ermelindo Portela. **El territorio en la historia de Galicia: organización y control: Siglos I-XXI**. Santiago de Compostela: USC, editora académica, 2015, p.37-95.

DÍAZ, P. C. Las invasiones del siglo V: la superposición de poderes. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007, p. 273-334.

DÍAZ, Pablo C. Los bárbaros y la península ibérica. El caso suevo en su contexto: a vueltas con la identidad. In: QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS, Santiago (org.). **Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII**. Bilbao: Euskal Herri Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 2015, p.53-65.

DÍAZ, Pablo C. Los distintos grupos sociales del noroeste hispano y la invasión de los suevos. **Studia historica. Historia antigua**, nº 1, 1983, p.75-87.

DUMÉZIL, B. **Les racines chrétiennes de l'Europe: conversion et liberté dans les royaumes barbares Ve–VIIIe siècle**. Paris: Fayard. 2008.

ELÍAS, Raquel Soaje de. Linajes reales germánicos en el suelo imperial: La lucha por la supremacía ante los ojos de Hidacio de Chávez. **Intus-legere: historia**, año 4, nº1, 2010, p.49-62.

ESCRIBANO, Maria Vitória. Heresy and Orthodoxy in Fourth-Century Hispania: Arianism and Priscillianism. In: BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. **Hispania in Late Antiquity: current perspectives**. Leiden, Boston: Brill, 2005, p.121-150.

ESCRIBANO PAÑO, Maria Vitória. Usurpación y defensa de las Hispanias: Didimo y Veridiano (408). **Gerión**, nº 18, 2000, p.509-534.

EWIG, Eugen. La Monocratie dans l'Europe Occidentale du Ve au Xe siècle. In: **La Monocratie**. Recueils de la Société Jean Bodin. Bruxelles: Librairie Encyclopédique, 1969. v. 21, p.699-794.

FERNANDES, Fátima Regina. A fronteira luso-castelhana medieval, os homens que nela vivem e o seu papel na construção de uma identidade portuguesa. In: FERNANDES, Fátima Regina (org.). **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013, p.13-47.

FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier. **Prisciliano y el priscilianismo: historiografía y realidad**. Gijón: Ediciones Treap, 2007.

FIOROT, Juliana Bardella. **GALIZA, UMA TERRA PAGÃ: Religiosidades e Religião no discurso do De correctione rusticorum (séculos V e VI)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.

FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e Tardia. **Revista Stylos**, nº 13, v.1, 2004, p.37-48.

FRIGHETTO, Renan. **Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-bárbaras Numa Época de Transformações**. Curitiba: Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Juruá, 2000.

FRIGHETTO, Renan. Da antiguidade clássica à idade média: a ideia da Humanitas na Antiguidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. V. 12, n.1. Buenos Aires./dic. 2004, p.147-163.

FRIGHETTO, Renan. Do *Imperium* ao *Regnum* na Antiguidade Tardia: o exemplo do reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). **História (São Paulo)**, v. 35, e. 91, 2016, p. 1-22.

FRIGHETTO, Renan. Identidade(s) e Fronteiras(s) na Hispania visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). In: FERNANDES, Fátima Regina (org.). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 91-126.

FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis*: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo. (Org.). **Facetas do Império na História: Conceitos e métodos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 147-162.

FRIGHETTO, R. Monarquia e poder régio nos primórdios do século V: os visigodos e a herança baixo-imperial romana. In: WIDOW, J. L.; PEZOA, A.; MARÍN, J. (Org.). **Un magisterio vital: historia, educación y cultura. Homenaje a Héctor Herrera Cajas**. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2007, p.239-250.

FRIGHETTO, Renan. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. **Goiânia: História revista**, Goiânia, v. 11, n. 1/ jan./ jun. 2006, p.161-177.

FURTADO, Rodrigo. Existiram Suevos entre os reis Remismundo e Teodomiro? In: PIMENTAL, Maria Cristina; ALBERTO, Paulo Farmhouse (Orgs.) **Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo do Espírito Santo**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 2013, p.491-506.

GALAZAK, José. A diarquia sueva: sociedade e poder no regnum dos Quados ocidentais (358 -585 d.C.). **Revista Portuguesa de Arqueologia**, nº 16, 2013, p. 323-350.

GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989.

GARCÍA MORENO, Luis Agustín. Las invasiones y la época visigoda: reinos y condados cristianos. In: SAYAS ABENGOCHEA, Juan José; GARCÍA MORENO, Luis Agustín. **Romanismo y Germanismo: el despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)**. Barcelona: Editorial Labor, 1981, p.245-280.

GAZZOTTI, Danilo Medeiros. **As Concepções do poder régio entre os suevos na Gallaecia do século V: uma análise da crônica de Idácio de Chaves**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GEARY, P. J. Barbarians and Ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (Ed.). **Interpreting Late Antiquity-Essays on the Postclassical World**. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p.107-129.

GEARY, Patrick J. Ethnic identity as a situational construct in the Early Middle Ages. In: CURTA, Florin (org). **Writing History: Identity, Conflict, and Memory in the Middle Ages**. Bucuresti - Braila: Editura Academiei române; Editura Istros, 2012, p. 19-32.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GILLET, Andrew. **Envoys and political communication in Late Antique West: 411-513**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GILLETT, Andrew. The Birth of Ricimer. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. Nº 44, V. 3, 1995, p. 380-384.

GOFFART, Walter. **Barbarians and Romans: A.D. 418 - 584. The techniques of accommodation**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

GOULARD, Renée Mussot. **Les Goths**. Biarritz: Atlantica, 1999.

GROSSE, R. **Fontes Hispaniae Antiquae IX: las fuentes de la época visigoda y bizantina**. Barcelona, 1947.

GUARINELLO, N. L. Prefácio. In: SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basiléia (337 – 361)**. Vitória: EDUFES, 2003.

GUILLEM, Andrés Olivares. Actitud del Estado Romano ante el priscilianismo. **Espacio, Tiempo y Forma**. Serie II, Hª Antigua, nº 14, 2001, p.115-127.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West (376-568)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HAMMAN, Stefanie. **Vorgeschichte und Geschichte der Sueben in Spanien**. Dissertation. Regensburg: Universität Regensburg, 1971.

HARTMANN, Carmen Cardelle de. El priscilianismo tras Prisciliano ¿Un movimiento galaico? **HABIS**, nº 29, 1998.

HEATHER, Peter. **Goths and Romans 332-489**. Oxford: Claredon Press, 1991.

HEATHER, Peter. The emergence of Visigothic kingdom In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh (Orgs.). **Fifth-century Gaul: a crisis of identity?** Cambridge: University Press, 1992.

HEATHER, Peter. The Western Empire. In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Brian; WHITBY, Michael (Orgs.). **The Cambridge Ancient History Volume XIV: Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425 - 600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HEDEAGER, Lotte. The Creation of Germanic Identity. A European Origin-Myth. **Mémoires du Musée de Préhistoire d'Ile-de-France**, nº5, 1993.

HILLGARTH, Jocelyn Nigel. **The visigoths in History and Legend**. Toronto, Ontário: Studies and Texts, 2009.

HOBSBAWN, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOPKINS, Keith. Taxes and trade in the Roman Empire (200 B.C - A.D. 400). **Journal of Roman Studies**, nº 70, 1980.

JIMÉNEZ GARNICA, Ana Maria. Alianzas y coaliciones germánicas en el reino visigodo de Toulouse (siglo V). **Espacio, Tiempo y Forma** . Série II, nº II, 1989.

JIMÉNEZ GARNICA, Ana Maria. **Nuevas gentes, nuevo imperio: los godos y el Occidente en el siglo V**. Madrid: Uned, 2010.

JONES, A.H.M.; MARTINALE, J. **The Prosopography of Later Roman Empire: Volume I 260-395 AD**. Cambridge University Press, 1971.

JONES, Arnold H.M. **The Later Roman Empire (284 - 602): a Social Economic and Administrative Survey , Vol. 1**. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

KRIEGER, Rommel. **Untersuchungen und Hypothesen zur Ansiedlung der Westgoten, Burgunder und Ostgoten**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1991.

KULIKOWSKI, Michael. Cities and government in Late Antiquity Hispania: Recent Advances and future Research. In: BOWES, Kim; KULIKOWSKI, Michael. **Hispania in Late Antiquity: current perspectives**. Leiden, Boston: Brill, 2005.

KULIKOWSKI, Michael. **Guerras Góticas de Roma**. São Paulo: Madras, 2008.

KULIKOWSKI, Michael. **Late Roman Spain and Its Cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

KULIKOWSKI, Michael. Visigothic Settlement: the imperial perspective. In: MATHISEN, Ralph W.; SHANZER, Danuta (Orgs.). **Society and Culture in Late Antique Gaul: revisiting the sources**. Aldershot: Ashgate, 2001.

LE ROUX, Patrick. Identités civiques, identités provinciales dans l'empire romain. In CABALLOS RUNIFO, A.; LEFEBVRE (eds.) **Roma generadora de identidades. La experiencia hispana**. Madrid: Casa de Velázquez, 2011.

LIEBESCHUTZ, J. H. W. G. Gens in to regnum: the vandals. In: GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter. **Regna and Gentes: The Relationship Between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World**. Leiden; Boston: Brill, 2003.

LIVERMORE, H. W. The coinage of Suevic Period. **Nvmmvs**, nº 12/13, v. 2º, 1989 – 1990, p.39-49.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge. **El Final de la Antigüedad en la Gallaecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)**. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 2004.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando. Suevic Coins and Suevic Kings (418-456): the visigothic connection. In: CURTA, Florin (Org.) **Neglected barbarians**. Tournhout: Brepols publishers, 2010, p. 503-536.

MAAS, Michael. Barbarians: problems and approaches. In: JOHNSON, Scott Fitzgerald (Org.). **The Oxford handbook of Late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012.



MARQUES, Mário Gomes. **A moeda peninsular na idade das trevas**. Sintra: Instituto de Sintra, 1998.

MARROU, Henri - Irenée. **Decadence Romaine ou Antiquité Tardive?** Paris: Éditions du Seuil, 1977.

MARTINALE, J. **The Prosopography of Later Roman Empire: Volume II 395-527 AD**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MARTÍNEZ MAZA, Clelia. Aspectos religiosos. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007.

MARTÍNEZ, Diego Schneider. **Uma releitura cristã da História: a *Historia Adversus Paganos* de Orósio e a teoria dos quatro impérios**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MATTINGLY, D. J. Identity and Discrepancy. In: **Imperialism, Power and Identity. Experiencing the Roman Empire**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

MEGGIOLARO, Rafael Hygino. **Identidade e alteridade no reino suevo da Galícia a partir das obras de Martinho de Braga (c.550-579)**. Dissertação (Mestrado em História) – centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MENDES, Norma Musco. O Sistema Político do Principado. In: **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 21-51.

MOLE, CONCETTA. Uno storico del V secolo: Il vescovo Idazio. **Sicorum Gymnasium**, nº 27, 1974, p. 279-351.

MUHLBERGER, Steven. **The fifth-century chroniclers: Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452**. Leeds: Francis Cairns, 1990.

MUSSET, Lucien. **Les invasions: les vagues germaniques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

ORLANDIS, J. **Historia de España: la España visigótica**. Madrid: Gredos, 1987.

PAMPLIEGA, Javier. **Los germanos en España**. Berriozar (Navarra): Ediciones Universidad de Navarra, 1998.

PEIXOTO CABRAL, J.; METCALF, D. **A moeda sueva, Suevic coinage**. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1997.

PÉREZ SÁNCHEZ, Dionísio. Defensa y territorio en la sociedad peninsular hispana durante la Antigüedad Tardía (SS. V-VIII). **Studia Historica. Historia Antigua**, nº 16, 1998.

PÉREZ SANCHÉZ, Dionísio. **El ejército en la Sociedad Visigoda**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 1989.

PÉREZ SANCHÉZ, Dionísio. El ejército y el pueblo visigodo desde su instalación en el imperio hasta el reino visigodo de Tolosa. **Studia Historica. Historia Antigua**, nº2, 1984.

PIEL, J.M. Topominia Germánica. In: ALVAR, M. **Enciclopedia lingüística hispánica I: antecedentes, onomástica**. Madrid: CSIC, 1960.

PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. **Edificação da memória nos escritos de Martinho de Braga: caminhos da expansão do cristianismo na GALLAECIA do século VI**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Átila, rei dos ostrogodos? Um estudo acerca das identidades imaginárias na Antigüedad Tardia. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.2, nº 3, 2013.

PINTO, S. da Silva. Requiário de Braga o primeiro rei católico do orbe latino. **Bracara Augusta**, nº5, 1953-1954.

PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth. **La moneda visigoda I**. Sevilla: Secretariado de publicaciones Universidad de Sevilla, 2009.

POHL, Walter. **Le origini etniche dell'Europa: barbari e Romani tra antichità e medioevo**. Roma: Viella, 2001.

PYAY AUGUSTO, Diego. Acercamiento Prosopográfico al Priscilianismo. **Antigüedad y Cristianismo**, nº 23, 2006.

REINHART, Wilhelm. **Historia General del reino hispánico de los suevos**. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, 1952.

RISES, Frank. **Narbonne and its Territory in Late Antiquity: From the Visigoths to the Arabs**. London: Ashgate, 2013.

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio. **Galicia Meridional romana**. Bilbao: Publicaciones de la Universidad de Deusto, 1977.

RODRIGUEZ RESINO, Álvaro. **Do Império Romano à Alta Idade Media. Arqueologia da la Tardoantigüedad en Galicia (siglos V-VIII)**. A Coruña: Toxosoutos, 2006.

ROLDÁN, José Manuel. **Diccionario Akal de la Antigüedad hispana**. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel - Una perspectiva teórica de la arqueología sueva. **Estúdios Mindonienses**, nº 16, 2000.

SANZ HUESMA, Francisco Javier. Hydacio y Censorio. El foedus de 438 entre Roma y los suevos. **Polis**, nº 21, 2009.

SANZ HUESMA, Francisco Javier. História Política. In: DÍAZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, Clelia; SANZ HUESMA, Francisco Javier. **Historia de España V: Hispania tardoantigua y visigoda**. Madrid: Ediciones Istmo, 2007.

SANZ HUESMA, Francisco Javier. Un oscuro episodio de la Historia política de Hispania en el siglo V: la supuesta segunda usurpación de Máximo. **Hant**, nº 30, 2006.

SANZ SERRANO, Rosa. **Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo**. Madrid: la esfera de los Libros, 2009.

SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da *basiléia* (337 – 361)**. Vitória: EDUFES, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Leila Rodrigues da; XAVIER, Natália Agostinho. Aspectos da ortodoxia no reino suevo: considerações sobre o De Correctione Rusticorum. **Brathair**, v. 13, 2013, p.116-128.

SILVA, Leila Rodrigues da. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro. Eduff: Coleção Estante Medieval, v.4. 2008.

SILVA, Leila Rodrigues da. O corpus documental para o estudo do reino suevo: possibilidades e limites de uma abordagem histórica. **Signum**, v.17, 2016.

SILVA, Leila Rodrigues da. O direito sucessório nas monarquias germânicas: o caso do Reino Suevo. In: ZIERER, Adriana. (Org.). **Uma Viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares**. São Luís: Ed. UEMA, 2010, p.167 – 182.

SILVA, Leila Rodrigues da; DINIZ, Rita de Cássia Damil. Os suevos na Crônica de Idácio e nas Histórias de Isidoro de Sevilha. **Brathair**, v.10, nº 6, 2010, p.14-25.

SILVA, Paulo Duarte; XAVIER, Natália de Agostinho. O cristianismo ocidental em perspectiva: a conversão monárquica nos reinos suevo e de Kent (séculos VI-VII). **Brathair**, v. 15, nº2, 2015, p.4-31

SIVAN, Hagith Sara. **Romans and Barbarians in Fifth Century Aquitaine: the visigoth kingdom of Toulouse**. AD 418-507. Tese (Doutorado em Filosofia). Graduate School of arts and sciences, Columbia University, 1983.

STEIN, ERNST. **Histoire du Bas-Empire I: de l'etat romain à l'etat byzantin (284 - 476)**. Paris, Bruxelles, Amsterdam: Desclée de Brouwer, 1959.

TEILLET, Suzzane. **Des Goths à la Nation Gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du Ve au VIIe siècle**, Paris: Les Beles Lettres, 1982.

TEJA, Ramón. **Emperadores, obispos, monjes y mujeres: protagonistas del cristianismo antiguo**. Madrid: Editora Trotta, 1999.

THOMPSON, E. A. **Romans and Barbarians. The decline of the Western Empire**. Madison: University of Wisconsin Press, 1982.

THOMPSON, E. A. The conversion of the Spanish Sueves to Catholicism. In: JAMES, Edward (org.). **Visigothic Spain: new approaches**. Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 77-92.

THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part I. **Nottingham Medieval Studies**, nº20, 1976, p. 3-28.

THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part II. **Nottingham Medieval Studies**, nº 21, 1977, p. 3-31.

THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part III. **Nottingham Medieval Studies**, nº 22, 1978, p. 3 -22.

THOMPSON, Edward A. The End of Roman Spain: part IV. **Nottingham Medieval Studies**, nº 23, 1979, p.1 - 21.

TORRES RODRÍGUEZ, Casimiro. **El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1977.

TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **Galicia histórica. El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza Conde Fenosa": Instituto "P Sarmiento" de Estudios Gallegos", 1977.

TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. Reckiaro, rey de los suevos: primer ensayo de unidad peninsular. **Boletín de la Universidad Compostelana**, nº 65, 1957, p.129-177.

TRANOY, A. La Galice Romaine. Recherches sur le nor-ouest de la Península Ibérique dans l' Antiquité. **Melanges de la Casa de Velazquez**, v. 9, 1973.

UBRIC RABANEDA, Purificación. Convivencia e intransigencia religiosa en la Hispania del siglo V. **IBERIA**, nº6, 2003.

UBRIC RABANEDA, Purificación. La adaptación de la aristocracia hispanorromana al dominio bárbaro (409-507). **Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica**, nº 16, 2004.

UBRIC RABANEDA, Purificación. Los límites del poder: iglesia y disidencia religiosa en el siglo V hispano. **Studia Historica. História Antigua**, nº24, 2006.

VALVERDE CASTRO, María del Rosario. La ideología fiscal en el reino visigodo de Toledo. In: DÍAZ, P.C. e MARTÍN VISO, I. (orgs.). **Between taxation and rent. Fiscal problems from Late Antiquity to Early Middle Ages**. Edipuglia, Bari, 2011, 163-187.

VICETTO, Benito. **Os reis suevos de Galiza**. La Coruña: Toxosoutos, 2008.

VIGIL, Marcelo. BARBERO, Abílio. Sucesión al trono y evolución social en el reino visigodo. **Revista Hispania Antiqua**, Vol IV, 1974.

VIGIL, M.; BARBERO, A. **Sobre los orígenes sociales de la Reconquista**. Barcelona: Ariel, 1974.

VILELLA, J. Un obispo-pastor de época teodosiana: Prisciliano. **Studia Ephemeridis Augustinianum** 58/2, 1997.

VOLLMANN, B. Priscillianus. **Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft** Suppl., n. 14, 1974.

WARD-PERKINS, Brian. **A queda de Roma e o fim da civilização**. Lisboa: Alethéia Editores, 2006.

WICKHAM, Chris. **El Legado de Roma. Una historia de Europa de 400 a 1000**. Traducción de Cecilia Belza y Gonzalo García. Barcelona: Pasado y Presente, 2013.

WOLFRAM, Hergig. **Histoire des Goths**. Paris: Éditions Albin Michel, 1990.

WOOD, Ian N. Barbarians, Historians, and the Construction of National Identities. **Journal of Late Antiquity**. Nº 1.1 (Spring), 2008.

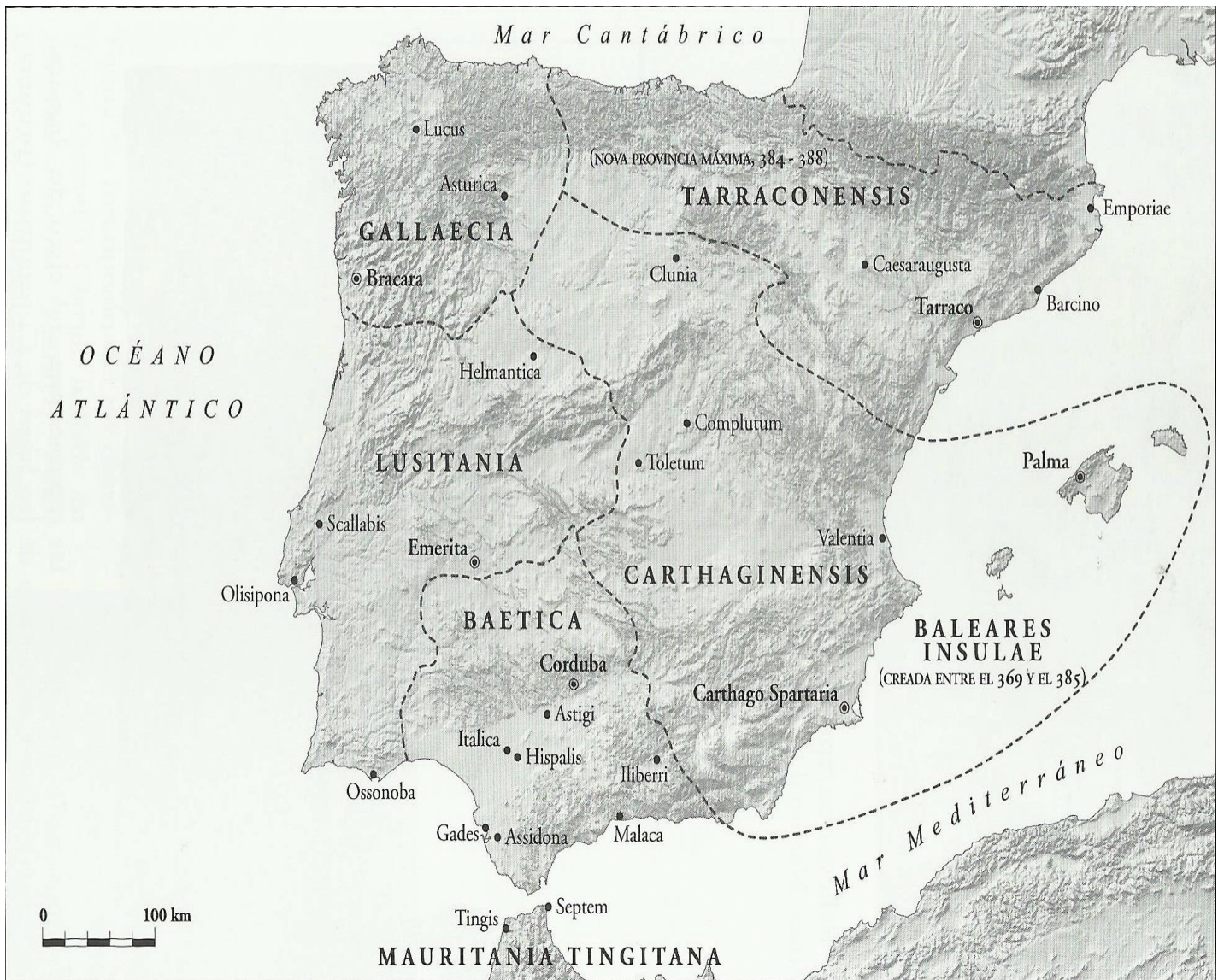
ZECCHINI, G. **Aezio: L'ultima difesa dell'Occidente Romano**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1983.

ZECCHINI, G. Jerome, Orosius and the Western chronicles. In: MARASCO, Gabriele (Org.). **Greek and Roman Historiography in Late Antiquity: Fourth to Sixth century A.D.** Leiden, Boston: Brill, 2003.

ZÉTOLA, Bruno Miranda. **Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia.** Curitiba: Editora UFPR, 2012.

# **ANEXOS**

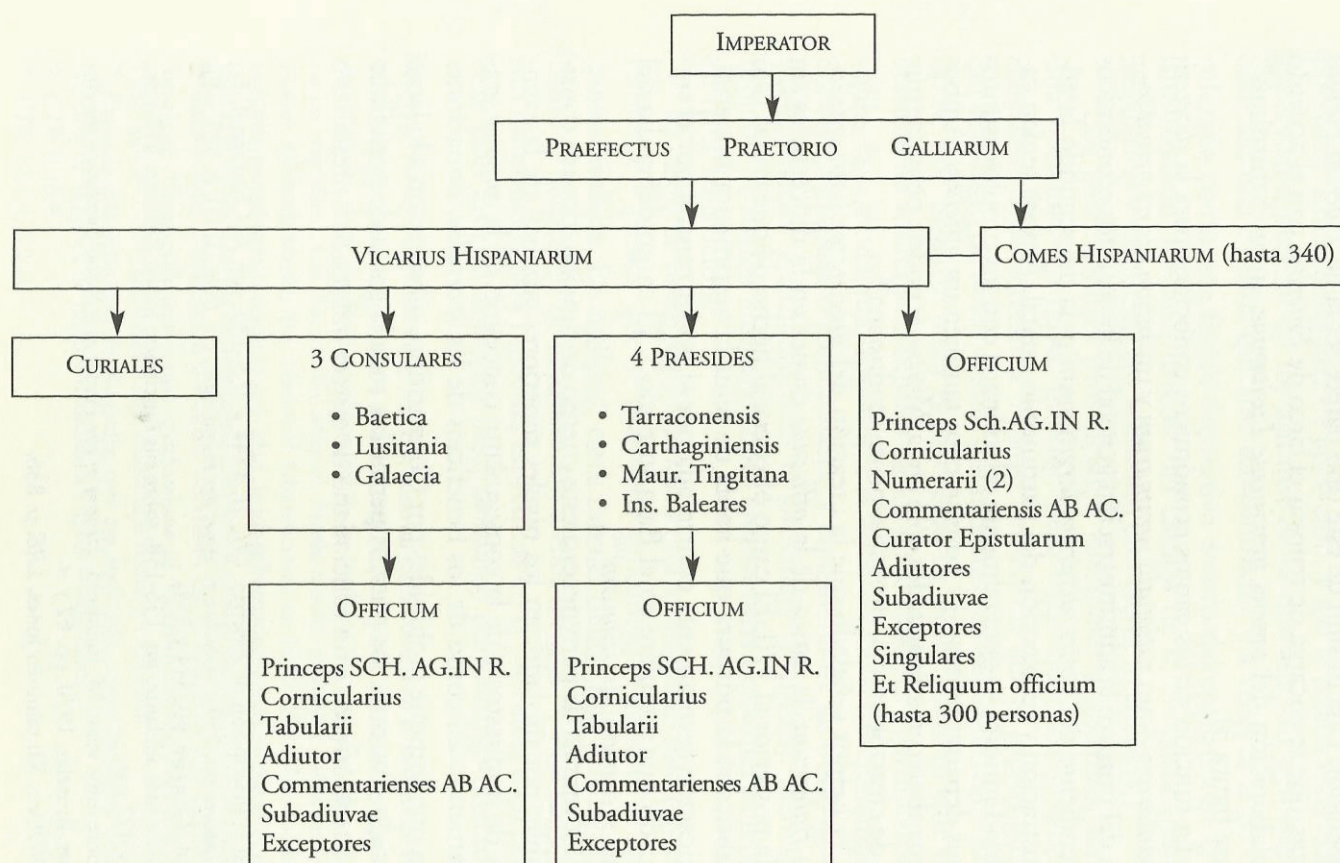
## ANEXO I



Mapa da *Diocesis Hispaniarum* no final do Século IV, destacando suas cidades e províncias, mostrando inclusive a possível localização da Nova Província Máxima. Imagem retirada de: ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, Figura I.



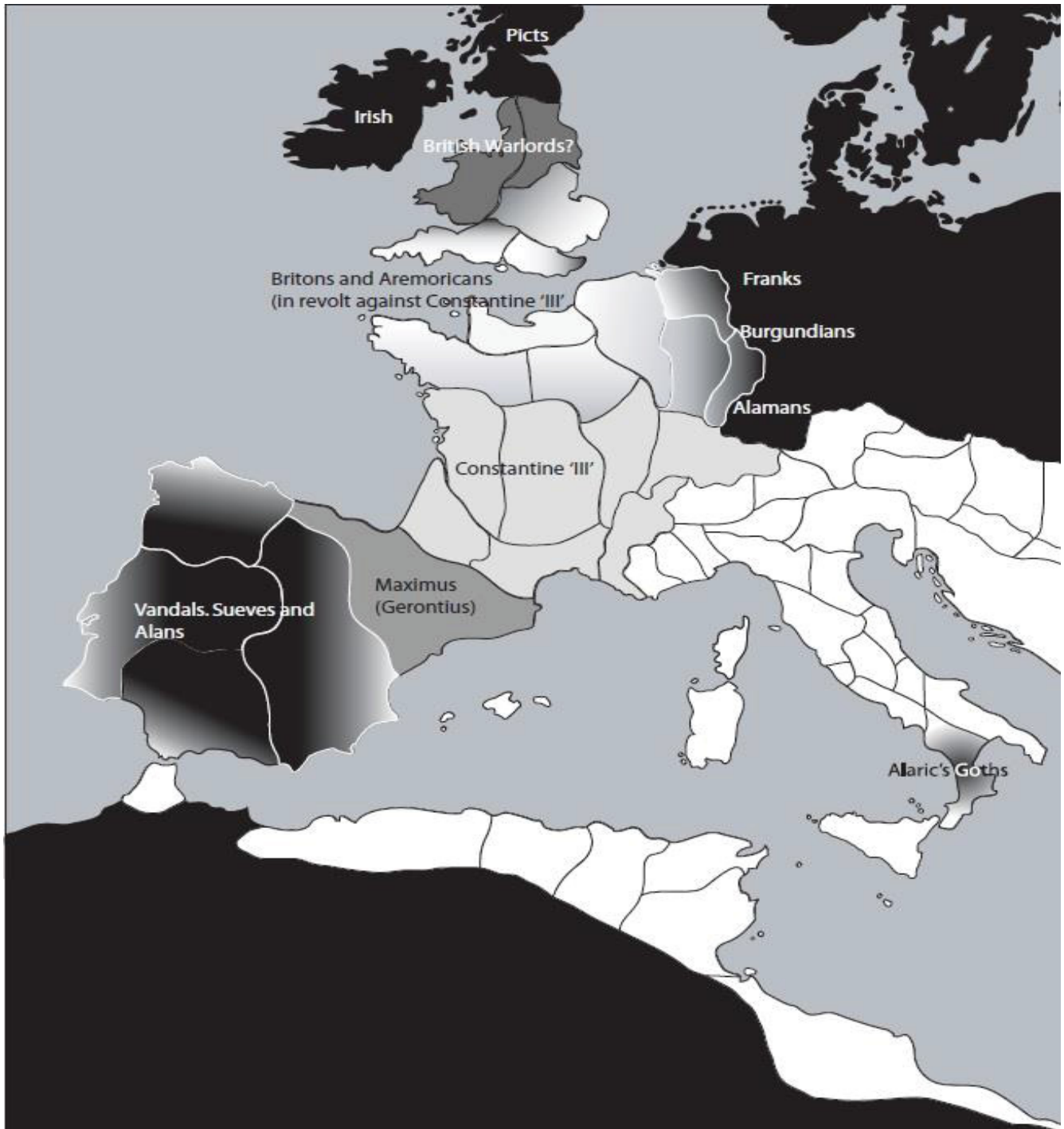
## ANEXO II



Cuadro de la administración civil de la *diocesis hispaniarum* según la *Notitia dignitatum*

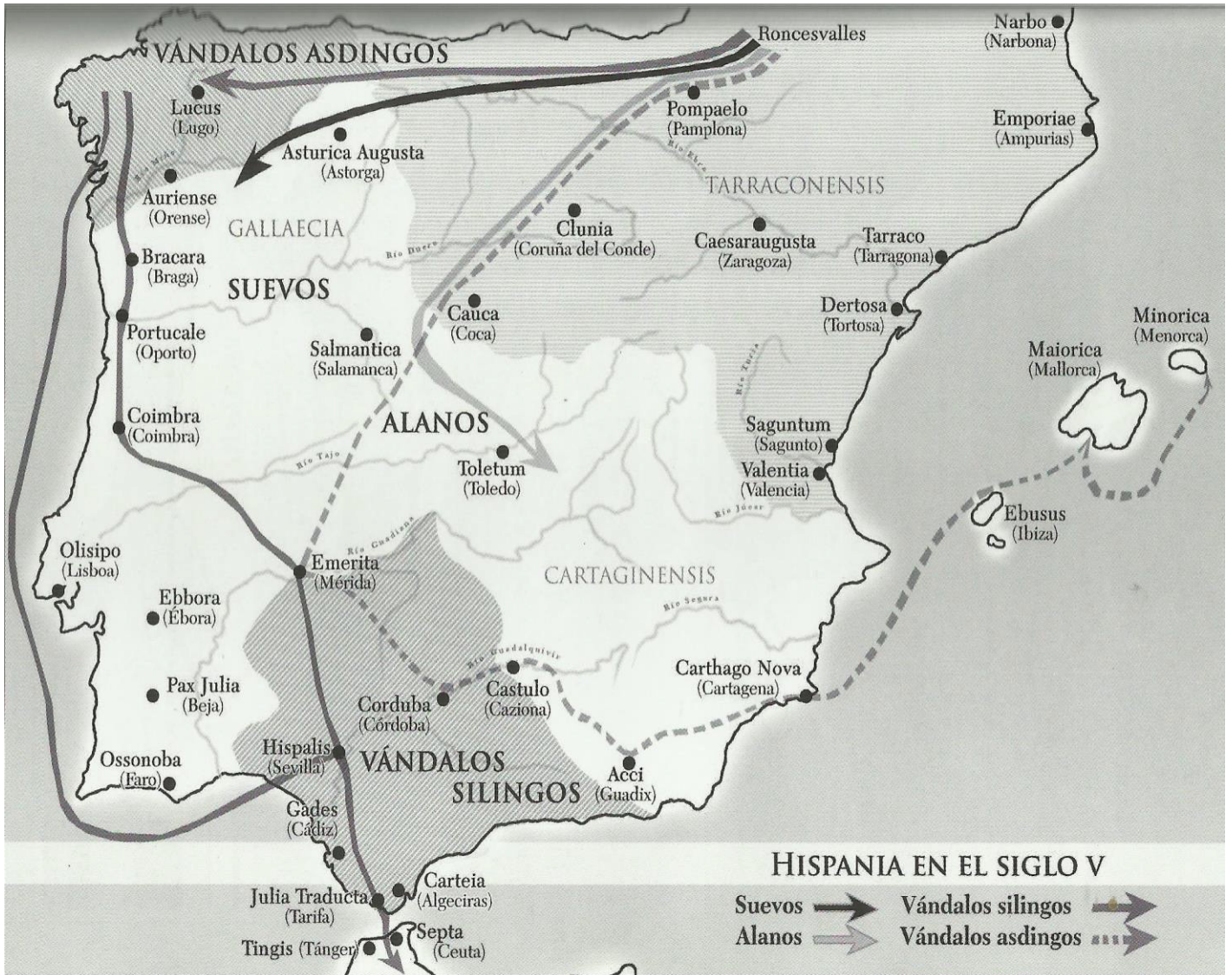
Os cargos da administração civil segundo a *Notitia Dignitatum*, com especial destaque para a *Diocesis Hispaniarum*. Imagem retirada de: ARCE, Javier. **El último siglo de la España romana, 284-409**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p.76.

### ANEXO III



Divisão do Império após as usurpações de Máximo e Constantino III e a entrada dos bárbaros na Península Ibérica. Imagem retirada de: HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West 376-568**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.221.

## ANEXO IV

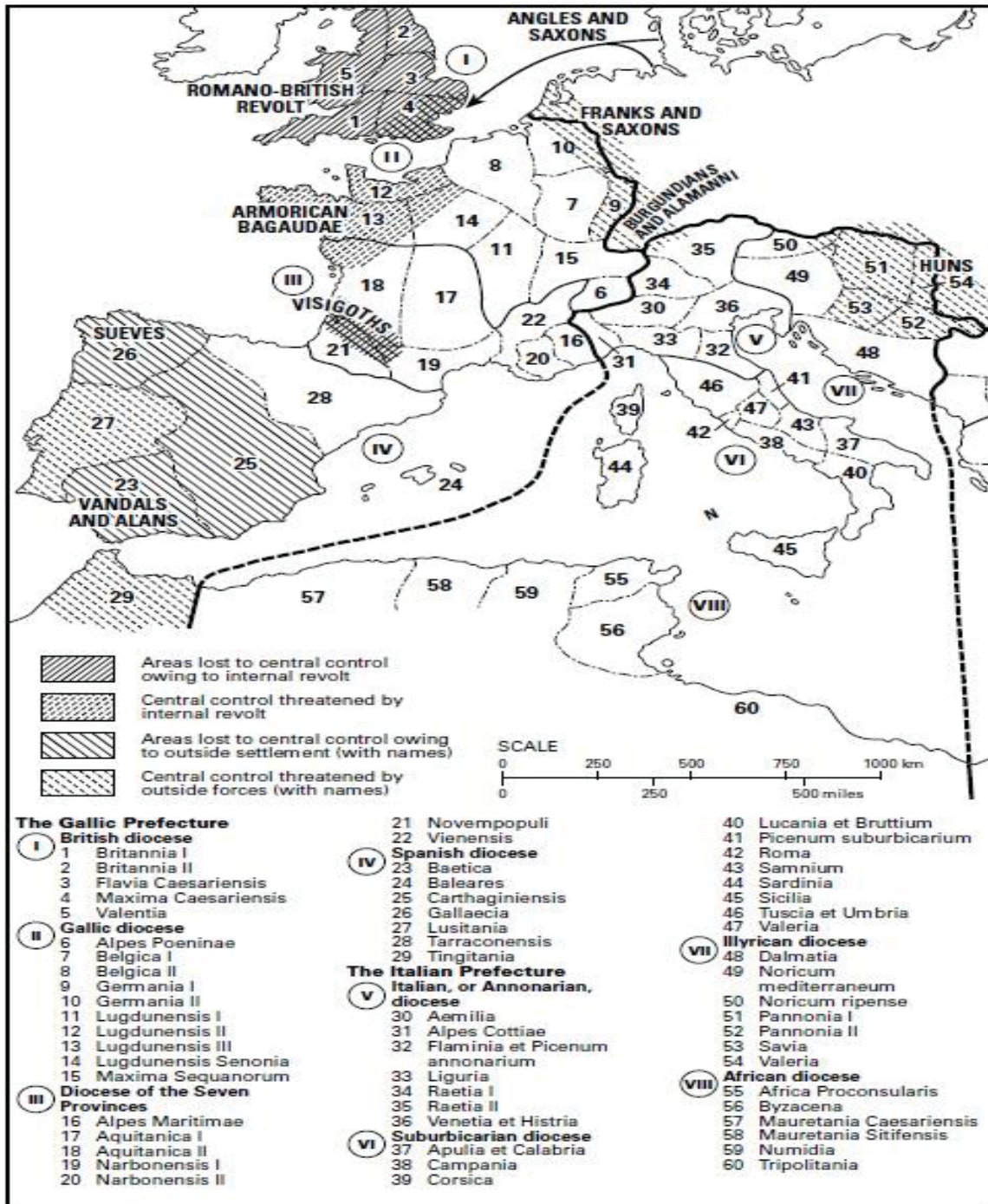


Mapa mostrando o assentamento e as movimentações dos grupos bárbaros na *Hispania* durante o século V. Imagem retirada de: SANZ SERRANO, Rosa.

**Historia de los godos: una epopeya histórica de Escandinávia a Toledo.**

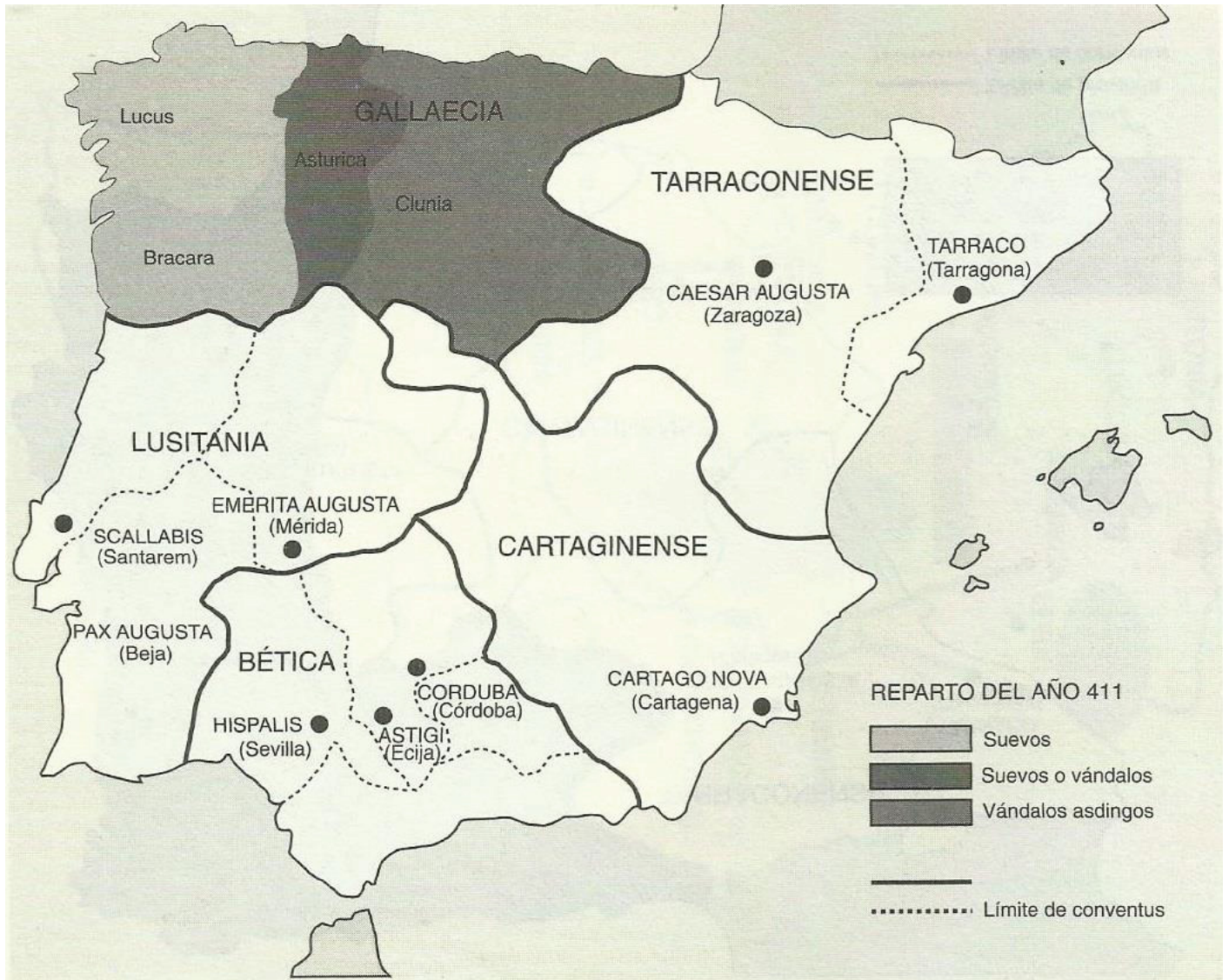
Madrid: la esfera de los Libros, 2009, Mapa I.

## ANEXO V



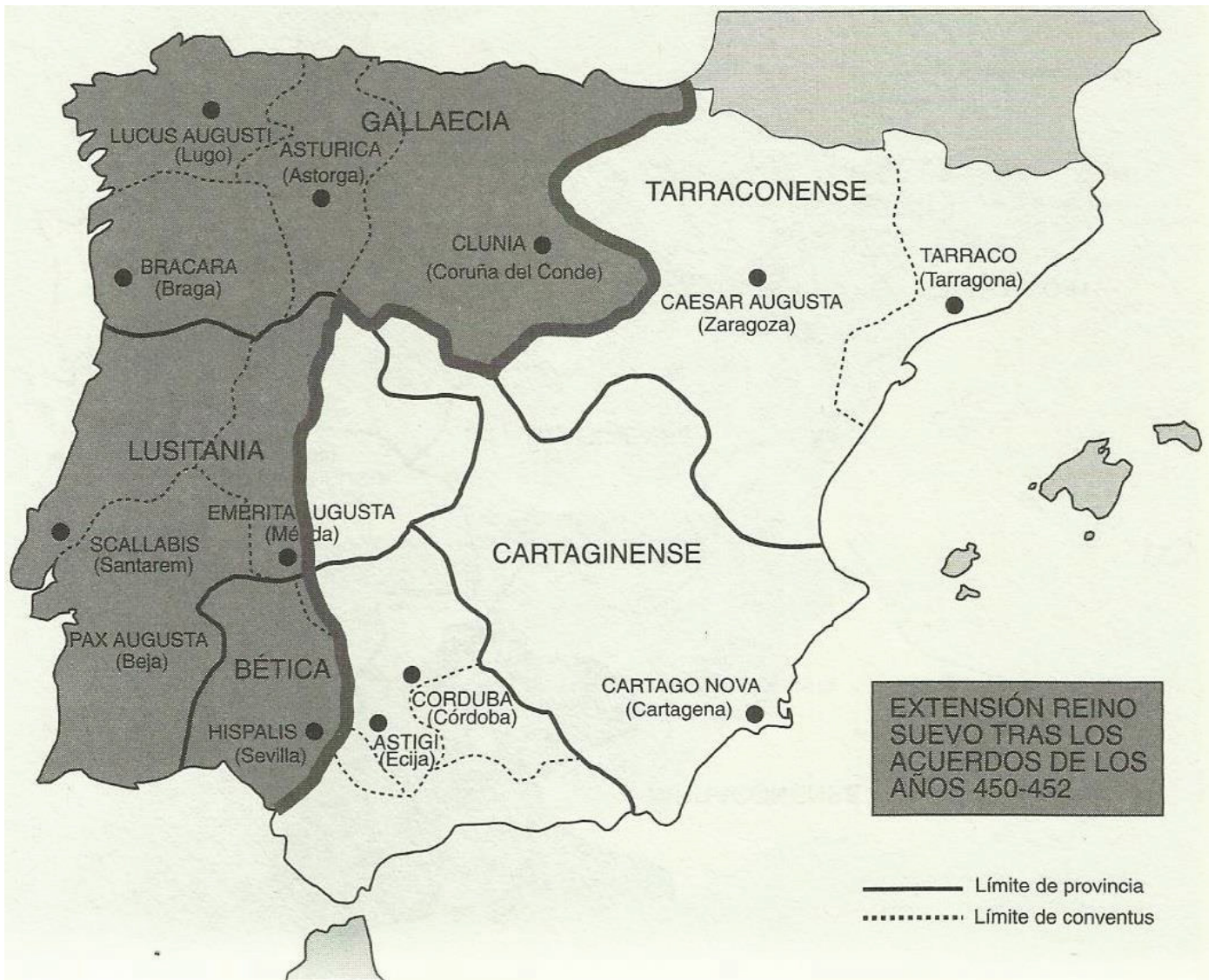
Mapa mostrando a divisão do Império Ocidental em 425. Destaque para as províncias de assentamento dos godos e para a região de influência das bagaudas no Norte da Gália. Retirado de: HEATHER, Peter. *The Western Empire*. In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Brian; WHITBY, Michael (Orgs.). **The Cambridge Ancient History Volume XIV: Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425 - 600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.3.

## ANEXO VI



Mapa mostrando a divisão da província da *Gallaecia* entre vândalos e suevos após seu assentamento em 411. Retirado de: DÍAZ MARTINEZ, P. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.297.

## ANEXO VII



Mapa indicando a extensão da hegemonia política-militar sueva após os acordos de 450-452 com a Autoridade Imperial Romana. Retirado de: DÍAZ MARTINEZ, P. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Ediciones Akal, 2011, p.298.

# APÊNDICES

## APÊNDICE I

### Reis suevos (409 -585)

Hermerico	Antes de 406 - 441		
Rechila	438 - 448		
Rechiário	448 - 456		
Aiulfo <sup>692</sup>	456 - 457		
Frantano <sup>693</sup>	457	Maldras	457-460
Remismundo <sup>694</sup>	457 - depois de 469	Frumário	460-464
Veremundo e Teodemundo <sup>695</sup>	Período obscuro		
Hermerico II, Riciliano e Requiário II <sup>696</sup>	Período obscuro		
Carrarico	Antes de 550 - 559		
Ariamiro	559 - 561		
Teodomiro	561 - 567/570		
Miro	570 - 583		
Eborico	583 - 584		
Audeca	584 - 585		
Malarico	585		

<sup>692</sup> Possivelmente era somente um líder varno que nunca foi efetivamente proclamado rei dos suevos.

<sup>693</sup> Frantano, Maldras e Frumário foram provavelmente chefes militares, não sendo considerados reis dos suevos.

<sup>694</sup> Entendemos que Rechimundo e Remismundo eram a mesma pessoa.

<sup>695</sup> Aparecem de forma equivocada como reis suevos e tem sua historicidade contestada.

<sup>696</sup> Possivelmente nunca existiram.



## APÊNDICE II

### Reis godos de Tolosa (395 -507)

Alarico I	395 - 410
Ataúlfo	410 - 415
Sigerico	415
Vália	415 - 418
Teodorico I	418 - 450
Turismundo	451 - 453
Teodorico II	453 - 466
Eurico	466 - 484
Alarico II	484 - 507

## APÊNDICE III

### Imperadores romanos do Ocidente (395 – 476)

Honório	395 - 423		
		Constantino III <sup>697</sup>	411 - 413
		Máximo	410 - 411
		Jovino	411 - 413
		Prisco Átalo <sup>698</sup>	409 - 410/416
Constâncio III <sup>699</sup>	421		
João <sup>700</sup>	423 - 425		
Valentiniano III	425 - 455		
Petrônio Máximo	455		
Avito	455 - 456		
Majoriano	457 - 461		
Líbio Severo	461 - 465		
Antemio	467 - 472		
Glicério	473 - 474		
Júlio Nepote	474 - 475		
Rômulo Augusto	475 - 476		

<sup>697</sup> Nas colunas à direita foram colocados os imperadores usurpadores durante o período de governo de Honório.

<sup>698</sup> Levando em consideração os seus dois prováveis períodos de usurpação.

<sup>699</sup> Cunhado de Honório e seu co-regente.

<sup>700</sup> Assumiu após a morte de Honório, não sendo reconhecido pelo imperador oriental.